

# **REVISTA FAQUI**

# **RECIFAQUI**

**Revista Científica da Faculdade Quirinópolis**

---

**ANO 1      Nº. 1      Vol . 1    jan/dez 2011**

---



# **REVISTA FAQUI RECIFAQUI**

**Revista Científica da Faculdade Quirinópolis**

**Quirinópolis, GO**

**Junho de 2011**

**Copyright c 2011 by Faculdade Quirinópolis**

**REVISTA CIENTÍFICA DA FACULDADE QUIRINÓPOLIS**

**Equipe Técnica**

Coordenador responsável: Profa. Ms. Maria da Felicidade Alves Urzedo

Revisão: Profa. Ms. Fabiana Rosa Moraes

Diagramação: Prof. Leon Alves Corrêa

Catálogo: Maria Aparecida Selma (Biblioteca da Faculdade Quirinópolis)

Arte da Capa: Leon Alves Corrêa

**CIP – Brasil – Catalogação na fonte**

**BIBLIOTECA DA FACULDADE QUIRINÓPOLIS**

R297 RECIFAQUI: Revista Científica da Faculdade Quirinópolis. / Faculdade Quirinópolis. V. 1, n. 1 (Jan./dez. 2011). – Goiânia Kelps, 2011.

294 p.: il.

Anual

ISSN 2237-325x

1. Direito. 2. Administração. 3. Enfermagem. 4. Gestão Ambiental. 5. Educação. I. Faculdade Quirinópolis

501-2011

CDU: 001.8(051)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS -É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio sem a autorização prévia e por escrito da autora. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 148 do Código Penal Brasileiro.

**CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SUDOESTE GOIANO**

**FACULDADE QUIRINÓPOLIS - FAQUI**

**Av. Quirino Cândido Cardoso, 38 – Centro – CEP 75860-000 Quirinópolis, GO**

**EXPEDIENTE**

**Diretora Geral:** Anésia Ferreira dos Santos

**Diretor Acadêmico:** Kennedy de Araújo Barbosa

**Coordenadora Acadêmica:** Maria da Felicidade Alves Urzedo.

**Secretária Acadêmica:** Simone Ferreira dos Santos.

**CONSELHO EDITORIAL**

Rildo Mourão Ferreira (Presidente)

Maria Lourdes Diniz

Eduardo Soares de Oliveira

Guilherme José Duarte

Cláudio Silva Teixeira

Sérgio Ferreira dos Santos

Cideon Donizete de Faria

Telma Divina Nogueira Rodrigues

Mírian Maria de Paula

Maria da Felicidade Alves Urzedo

**CONSELHO CONSULTIVO**

Prof. Dr. Flávio Marques Lopes (UEG)

Prof. Dr. Eloy Alves Filho (UFV)

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto (UFU)

Prof. Dr. Waltecides Silva Júnior (UFU)

Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos (UEG)

Prof. Dra. Arlete Maria Feijó Salcides (UNIPAMPA)

## SUMÁRIO

<b>EDITORIAL.....</b>	<b>09</b>
-----------------------	-----------

### **ARTIGO ESPECIAL**

A HISTÓRIA DA FACULDADE QUIRINÓPOLIS: DO IDEALISMO À REALIDADE.	12
Anésia Ferreira dos Santos .....	

### **CIENCIAS DA SAUDE**

#### **ENFERMAGEM**

MEDIDAS PREVENTIVAS PARA O CONTROLE DO Aedes Aegypti em um município do sudoeste goiano.	
Neiva Fernanda Chinvetski Duarte.	27

NÚMERO DE ÓBITOS OCORRIDOS EM PESSOAS COM 50 ANOS OU MAIS DE IDADE DURANTE O ANO DE 2008 EM GOIÂNIA-GOIÁS.	
Dionilson Mendes Gomes Pinheiro, Layane Marques de Souza, Lucélia Almeida Soares.	32

O profissional enfermeiro frente aos direitos do paciente.	
Marislei Espínola Brasileiro, Crislaine Nascimento de Assis; Jaciara Lopes Guimarães dos Santos; Juliane Zanovelli Domingues; Luiz Fernando Dall' Piaggi; Magda de Jesus Guedes Copetti; Marcelle Otoni Nascimento Erobson Cássio Barbosa Souza.	

O trabalho no corte da cana-de-açúcar e as condições de vida relevantes no processo saúde/doença dos trabalhadores.	
Guilherme José Duarte.	

Parto normal humanizado: uma visão histórica.	
Juliane Zanovelli Domingues Valadão, Carla Roberta Silva Souza e Júlia Maria Medeiros.	

Visão do enfermeiro, das mais diversas áreas de atuação, em relação à enfermagem psiquiátrica.	
Guilherme José Duarte, Juciane Pereira de Lima e Neiva Fernanda Chinvetski Duarte.	

A VISÃO DAS GESTANTES ATENDIDAS NA UNIDADE PÚBLICA DE SAÚDE A RESPEITO DO PRÉ-NATAL.

Doriluce Martins Oliveira Parente; Marta Luzia Alves Lima de Oliveira; Rita de Cássia Alves Gimenez, Crislaine Nascimento de Assis; Juliane Zanovelli Domingues, Marislei Espíndula Brasileiro.

**CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**DIREITO**

A CRISE NO POSITIVISMO JURÍDICO: O QUE ESPERAR DO DIREITO?, Gilson Xavier de Azevedo.....

A INTERPRETAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO EM FACE DAS NORMAS JURÍDICAS E A CIÊNCIA DO DIREITO, Rildo Mourão Ferreira.....

AUTOCOMPOSIÇÃO NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS – A MEDIAÇÃO ENQUANTO MÉTODO AUXILIAR DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO NESTE INÍCIO DO SÉCULO XXI, Diony Tarso Ferreira.....

RELAÇÃO ENTRE AUSÊNCIA DE PATERNIDADE E CRIMINALIDADE INFANTO JUVENIL, Diony Tarso Ferreira.....

O INADIMPLEMENTO SALARIAL E A RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO, Kaio de Bessa Santos.....

**ADMINISTRAÇÃO**

A QUALIDADE E A PRODUTIVIDADE: LÓGICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO, Greyce Lara Pereira.....

O PAPEL DO GERENTE DE PROJETOS NAS ORGANIZAÇÕES, Sergio Martins de Oliveira, Thiago Luciano Dias de Moura.....

IMPACTOS DA ELETRIFICAÇÃO RURAL NAS PROPRIEDADES ATENDIDAS PELA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL VALE DO ARAÇÁ – CERAÇÁ, Kennedy de Araújo Barbosa.....

LA QUINTA DISCIPLINA DEL PETER SENGE: “AS ORGANIZAÇÕES QUE APRENDEM”, Jean Marc Nacife.....

O PORTO DE MONTEVIDEO: PORTO LIVRE E SUA ATRATIVIDADE AOS NEGÓCIOS, Jean Marc Nacife.....

## **CIÊNCIAS HUMANAS**

### **EDUCAÇÃO**

A PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DE QUIRINÓPOLIS-GO, NAS LENTES DE UM CALEIDOSCÓPIO (1954-1961), Maria da Felicidade Alves Urzedo.

DOCÊNCIA – FUNDAMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ, Maria da Felicidade Alves Urzedo.....

## **LINGUISTICA, LETRAS E ARTES**

### **LINGUÍSTICA**

SUCESSO PROFISSIONAL REQUER COMUNICAÇÃO EFICAZ NO SÉCULO XXI, Fabiana Rosa Moraes.....

FORMAÇÃO DO LEITOR NO CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR, Maria de Lourdes Diniz.....



## **EDITORIAL**

A Faculdade Quirinópolis apresenta-se, ano de 2011, para o Estado de Goiás como uma das Instituições de Ensino Superior mais confiáveis e com maior potencial para o desenvolvimento de Educação Profissional sustentável de Quirinópolis e Região do Sudoeste Goiano. Com base nos programas de formação acadêmica há aprofundamento da vida científica dos discentes que exige uma postura de auto-atividade didática que precisa ser, sem dúvida, crítica e rigorosa.

A Revista FAQUI propõe a difusão e o aproveitamento de conhecimentos qualificados do mundo, disseminação de ensaios, resenhas, dossiês e artigos, trocam de informações e debates de ideias. Adota uma abordagem editorial baseada em interdisciplinaridade, cultura, crítica e reflexão.

A Revista FAQUI surge como uma instância da práxis acadêmica e expõe com visibilidade os caminhos de reflexão que se produzem na interlocução entre docentes e discentes dos Cursos de Administração, Direito, Enfermagem e Gestão Ambiental-consubstanciados em artigos. É fruto da dedicação e trabalho da diretora Anésia Ferreira dos Santos e da equipe organizadora para sua elaboração desde a concepção. Com periodicidade anual contempla cada uma das cinco áreas do conhecimento, a saber - Ciências Naturais e Tecnológicas; Ciências da Saúde; Ciências Humanas; Ciências Sociais aplicadas; Artes, Letras e Comunicação.

A Revista Científica da FAQUI destina-se a publicar produções de discentes, docentes da FAQUI, bem como de outras IES do país. Visa também divulgar produções científicas relacionadas a resultados de iniciação científica e trabalhos finais selecionados de graduações e de pós-graduações. Tem como objetivos promover a produção intelectual e científica, ampliar e desenvolver o espírito acadêmico resultando em publicações científicas de qualidade, estimular o debate sobre questões ligadas à realidade regional, nacional e internacional com interlocuções entre vários campos do conhecimento científico que promovam valores democráticos e soluções criativas e humanizadas para o cenário internacional.

É preciso destacar que a Comissão Técnica, Editorial e Consultiva é composta por profissionais qualificados em diferentes áreas do conhecimento e de Instituições de Ensino Superior, dossiês que regularão a qualidade dos textos, garantia de um rigoroso sistema de revisão e aprovação por pares, que nos brinda com a experiência e liderança que têm no campo temático em destaque.

Assim, esta primeira edição almeja constituir-se de forma sólida como mais um instrumento de socialização e democratização do conhecimento científico da FAQUI; tal relevância se explica com apoio em paradigmas teóricos

diversificados, são olhares que se entrecruzam, mas que, apesar da variedade de abordagens, integram um propósito comum.

A seção de artigos foi dividida em subseções para acomodar os trabalhos por categorias de acordo com as linhas de pesquisas estabelecidas pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Estes foram submetidos aos consultores das diversas comissões da Revista FAQUI, obedecendo aos critérios e normas gerais para a aceitação de trabalhos.

É importante salientar que a Revista FAQUI resgata em seu próprio nome um pouco da história desta IES, agora iniciando uma nova fase de veiculação da produção acadêmica. Soma-se, pois, aos esforços de refletir e construir novos saberes sobre estudos comparados comprometidos com a aprendizagem, empreendedorismo, inovação, criatividade, competência e compromisso para que nossos discentes estejam preparados para ingressarem no mercado global e competitivo.

Permeados deste anseio comum, na trajetória que se desenha é desejado por todo o sucesso, pois se trata de uma publicação original, colecionável em que cada número é dedicado especialmente aos leitores estudiosos, reunindo num mesmo conjunto de textos, sempre que possível, as perspectivas de diferentes disciplinas e autores.

Agradecemos àqueles que contribuíram com produções e para a elaboração desta e, humildemente, pedimos que desculpassem os erros, apropriem-se dos acertos e nos indicam as falhas. Os autores são responsáveis pelas matérias assinadas. Sugestões serão bem recebidas.

Em suma, se aposta no prestígio. É uma revista que você e a sua biblioteca merecem! Um precioso auxiliar no estudo e investigação sendo uma viagem ao lado mais fascinante e apelativo dos empreendimentos culturais e científicos. Conheça-a!

Maria da Felicidade Alves Urzedo

Coordenadora Acadêmica da FAQUI

# **CIÊNCIAS DA SAÚDE**

**ENFERMAGEM**

## MEDIDAS PREVENTIVAS PARA O CONTROLE DO AEADES AEGYPTI EM UM MUNICÍPIO DO SUDOESTE GOIANO

Neiva Fernanda Chinvelski Duarte<sup>1</sup>

Fabiana Pavan Viana<sup>2</sup>

### RESUMO

Trata-se de um estudo amostral (296 entrevistados). O objetivo foi conhecer o comportamento popular sobre a adoção de medidas preventivas para o controle do dengue. Para que este objetivo fosse alcançado estabeleceu-se uma pesquisa de campo com abordagem quantitativa, observacional, transversal e analítica. O questionário foi aplicado pelos agentes comunitários de saúde (ACS) e dirigido a um membro da família que tivesse acima de 18 anos. O estudo identificou um descaso com relação ao combate do *Aedes Aegypti*, vetor do dengue. A maioria sabe o que é, como se transmite e como se reproduz o vetor, além disso, tem consciência de quais medidas preventivas devem ser adotadas e sabem que existem formas graves da doença, no entanto, não seguem as recomendações padronizadas. Com isso, estratégias que consigam deixar a população motivada para o combate ao vetor devem ser adotadas pelos municípios.

**Palavras-chave:** Dengue, *Aedes Aegypti*, Medidas preventivas

### ABSTRACT

This is a sample study (296 respondents). The objective was to understand the behavior of the popular adoption of preventive measures to control dengue. For this objective to be accomplished was established a field research with a quantitative approach, observational, cross-sectional and analytical. The questionnaire was administered by community health agents (CHA) and directed to a family member who was over 18 years. The study identified a neglect with respect to combat the *Aedes aegypti*, vector of dengue. Most know what it is, how it is transmitted and how it reproduces its vectors, furthermore, are aware of what preventive measures should be taken and know that there are serious forms of the disease, however, do not follow standard recommendations. Therefore strategies that can leave people motivated to fight the vector must be taken by the municipalities.

**Keywords:** Dengue, *Aedes aegypti*, Preventive Measures

<sup>1</sup> Enfermeira Mestre em ciências Ambientais e Saúde, Especialista em Serviço de Controle de Infecção Hospitalar, professora da FAQUI- Faculdade Quirinópolis.

<sup>2</sup> Doutora em Fisioterapia, professora da PUC-GOIÁS.

## 1. INTRODUÇÃO

O dengue é uma arbovirose transmitida por mosquitos do gênero *Aedes*, especialmente pelo *Aedes Aegypti*. Constitui um dos principais problemas de saúde pública do mundo, principalmente, nos grandes centros e em países em desenvolvimento, trazendo consigo graves prejuízos à saúde da população. Cerca de 50 a 100 milhões de pessoas se infectam anualmente, em mais de 100 países. Aproximadamente, 550 mil necessitam de internações e 20 mil vão a óbito anualmente (Brasil, 2009).

No Brasil, sucessivas epidemias de dengue vêm ocorrendo desde o ano de 1986, causando mais de cinco milhões de casos de dengue, e cerca de seis mil casos de febre hemorrágica. O ambiente favorável criado na maioria das vezes pelo próprio homem faz com que o vetor se multiplique com mais facilidade, tornando a população cada vez mais susceptível ao risco de infecção pelo vírus do dengue (Brasil, 2009).

No Estado de Goiás, dos 246 municípios, 179 são considerados de alto risco, com incidência acima de 304,65 casos por 100.000 habitantes, (Brasil, 2010).

Por ser um problema na maioria dos municípios e existir um aumento significativo no número de casos de dengue, percebeu-se a necessidade de estudar uma maneira que aproximasse a população das campanhas anuais contra o vetor desta arbovirose.

Esta pesquisa buscou conhecer o comportamento da população para a adoção de medidas preventivas para o controle do dengue, sendo investigado o conhecimento sobre a patologia referida, quais as maiores dificuldades da população na adoção de medidas preventivas, além de conhecer o nível socioeconômico, sanitário e ambiental da população estudada, correlacionando com a frequência em que as medidas de prevenção são exercidas pela comunidade, assegurando desta forma o entendimento sobre como as pessoas têm se comportado com relação aos cuidados tomados contra o dengue, de modo a contribuir para a discussão de estratégias que combatam o vetor e diminuam os índices de infestação pelo mosquito preservando assim a saúde de toda a população contra esta virose em regiões assoladas por uma incidência de alto e baixo risco.

Para alcançar o objetivo proposto, estabeleceu-se um estudo observacional, transversal, analítico com abordagem quantitativa. A coleta de dados foi realizada pelas ACS a um membro responsável pelo domicílio que tivesse idade superior a 18 anos e que aceitasse participar da pesquisa por meio da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

A compreensão de como essa comunidade se comporta em relação ao dengue é de extrema importância para a elaboração de um projeto com um maior controle participativo, pois, este comportamento advém do grau de compreensão e de interpretação das informações atinentes à doença e relacionadas à organização sociocultural desta comunidade.

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

O dengue vírus é membro do gênero *Flavivírus*, Família *Flaviridae*. Este gênero abrange sessenta vírus, vinte e um dos quais já foram descritos como sendo patogênico para o homem e compreende quatro sorotipos. Esse vírus é transmitido pela picada da fêmea do mosquito do gênero *Aedes Aegypti* e a transmissibilidade do homem ao vetor ocorre principalmente no período de chuva (Brasil, 2009).

O dengue é a mais importante arbovirose (doença transmitida por artrópode) que acomete o meio popular no continente americano (Ferreira, 2009).

Esta virose por um longo período foi considerada benigna, no entanto, após a Segunda Guerra Mundial, vários novos sorotipos começaram a ser descobertos, com isso, surgiram os primeiros registros do dengue. Nas Filipinas, em 1953, foi registrado o dengue hemorrágico, mas somente em 1958 é que se obteve a confirmação de que se tratava dessa complicação do dengue (Teixeira *et.al.*, 1999).

A confirmação do primeiro caso de doença hemorrágica por dengue ocorreu em Janeiro de 2001, sendo isolado o dengue vírus três no município de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro (Teixeira, 2009) & (Brasil, 2010).

Medronho (2008) afirma que, existem no Brasil três sorotipos circulantes de vírus causadores do dengue: dengue vírus um, dois e três. No entanto, pesquisadores de Manaus – Amazonas, isolaram o genoma do vírus quatro, já não mais identificado desde 1982.

O dengue pode ser assintomático ou sintomático. O período de incubação costuma ser de quatro a sete dias, embora possa variar até quinze dias. O percentual de infecções assintomáticas podem variar de 29% a cerca de 56% (Brasil, 2010).

O dengue clássico manifesta-se com febre de início súbito, cefaleia, dor retroorbital, mialgias, artralgias, astenia e prostração. Destacam-se ainda as manifestações gastrointestinais, tais como náuseas, vômitos e diarreias, assim como as linfadenomegalias. A febre persiste por cinco a sete dias, exantema maculopapular, prurido palmar e ptéquias. Entre 5% e 30% dos casos podem ocorrer gengivorragias, ptéquias, epistaxe ou metrorragia e mais raramente hematêmese ou hematúria (Brasil, 2010).

A febre hemorrágica do dengue apresenta manifestações similares ao dengue clássico, no entanto, a febre é muito alta, assim como a presença de fenômenos hemorrágicos, como a hepatomegalia e a insuficiência hepática (Brasil, 2010).

O tratamento baseia-se principalmente na hidratação e repouso (Brasil, 2002). Para a prevenção, devem ser adotadas algumas medidas: não deixar a água da chuva acumulada sobre a laje, manter o saco de lixo bem fechado e fora do alcance dos animais até o recolhimento pelo serviço de limpeza urbana, manter a caixa d'água completamente fechada para impedir que vire criadouro do mosquito, manter bem tampados tonéis e barris d'água, encher de areia até a borda os pratos dos vasos de planta, lavar semanalmente por dentro, com escova e sabão, os tanques utilizados para armazenar água, remover folhas e galhos e tudo que possa impedir a água de correr pelas calhas, jogar no lixo todo objeto que possa acumular água, como embalagens usadas, potes, latas, copos, garrafas vazias (Brasil, 2010).

O combate ao mosquito vetor é a única maneira de controlar a doença, pois, ainda não há vacina (Medronho, 2008).

No Brasil, o dengue incide tipicamente nos meses mais quentes do ano, em todas as regiões brasileiras, porém, com diferenças quantitativas importantes, dividindo o país em dois grupos distintos quanto ao número de notificações de casos: O primeiro grupo compreende as regiões nordeste e sudeste, que deteve em torno de 86% das notificações, enquanto o segundo (regiões sul, centro-oeste e norte) é responsável por um número significativamente menor (Câmara *et al.*, 2007).

Com relação às condições socioeconômicas, Costa e Natal (1998), em seu estudo fizeram uma análise da incidência de dengue na cidade de São José do Rio Preto, SP, subdividiram a coleta e dados em três bairros com características socioeconômicas diferentes e concluíram que o Coeficiente de incidência variou de forma inversa com o padrão socioeconômico do bairro.

No Estado de Goiás, em 2009, foram notificados 2.769 casos de dengue, destes, apenas 01 morte por dengue hemorrágica e 04 por complicações. Já em 2010 dados parciais até a semana epidemiológica 39 (período entre 01/01/2010 até 02/10/2010) foram notificados 98.724 casos desta patologia com 28 mortes por dengue hemorrágica e 39 por complicações (Brasil, 2010).

No que se refere aos 246 municípios, 179 são considerados de alto risco, com incidência acima de 304,65 casos por 100.000 habitantes (Brasil, 2010).

Existe uma associação entre número de casos de dengue e fatores abióticos, identificando o intervalo de tempo em que a chuva e a temperatura contribuíram na geração de novos casos (Ribeiro, 2006).

O mosquito *Aedes Aegypti* é a principal espécie responsável pela transmissão do dengue. É um mosquito doméstico, antropofílico, com atividade hematofágica diurna e utiliza-se preferencialmente de depósitos artificiais de água limpa para colocar os seus ovos que podem manter-se viáveis por até 450 dias (Tauli, 2002).

### 3. RESULTADOS

Com relação à renda familiar das famílias entrevistadas e a relação com que realizam prevenção, foi verificado que independente do salário que recebam, a maioria realiza prevenção somente as vezes, conforme demonstrado na tabela 1 que se seguir:

**Tabela 1. Renda familiar e frequência com que as famílias realizam prevenção contra o dengue, 2010.**

Renda familiar	Frequência em que realizam prevenção						Total	
	Sempre		Às vezes		Nunca		(n)	%
	(n)	%	(n)	%	(n)	%	(n)	%
< 1 S.M.a 6 S.M.	(08)	2,90	(176)	62,80	(96)	34,30	(280)	94,60
7 S.M. a 10 S.M.	(0)	0	(3)	60,00	(2)	40,00	(5)	1,70
Não responderam	(0)	0	(6)	54,50	(5)	45,50	(11)	3,70
<b>Total</b>	<b>(08)</b>	<b>2,70</b>	<b>(185)</b>	<b>62,50</b>	<b>(103)</b>	<b>34,80</b>	<b>(296)</b>	<b>100,00</b>

Legenda: SM: Salário Mínimo

Dos entrevistados, no que se refere à escolaridade, a maioria possui o ensino fundamental completo e incompleto, com tendência a realizar prevenção somente às vezes, fato demonstrado na tabela 2 a seguir:

**Tabela 2. Relação entre escolaridade e frequência com que as famílias realizam prevenção, 2010.**

Escolaridade	Frequência com que realizam prevenção para o dengue	Total
--------------	---	-------

				(n) %
	Sempre (n) %	As vezes (n) %	Nunca (n) %	
Fundamental completo e incompleto	(4) 2,80	(86) 60,10	(53) 37,10	(143) 48,30
Ensino médio completo e incompleto	(2) 2,60	(49) 62,80	(27) 34,60	(78) 26,30
Superior completo e incompleto	(1) 2,40	(27) 64,30	(14) 33,30	(42) 14,20
Analfabeto	(1) 3,00	(23) 69,70	(9) 27,30	(33) 11,20
<b>Total</b>	<b>(8) 2,70</b>	<b>(185) 62,50</b>	<b>(103) 34,80</b>	<b>(296)100,00</b>

A relação entre o número de residentes por domicílio e a frequência com que realizam prevenção pode ser vista na tabela 3 a seguir:

**Tabela 3.** Residentes por domicílio e frequência com que realizam prevenção, 2010.

Residentes	Frequência com que realizam prevenção para o dengue			Total	
	Sempre (n) %	Às vezes (n) %	Nunca (n) %	(n)	%
Mora sozinho	(1) 3,10	(23) 71,90	(8) 25,00	(32)	10,80
2 a 3 pessoas	(7) 4,30	(94) 58,70	(62) 37,00	(163)	55,10
Acima de 04 pessoas	(0) 0,00	(68) 67,30	(33) 32,70	(101)	34,10
<b>Total</b>	<b>(8) 2,70</b>	<b>(185) 62,50</b>	<b>(103) 34,80</b>	<b>(296)</b>	<b>100,00</b>

O conhecimento da população sobre dengue é considerado satisfatório, como se pode observar na tabela 4.



**Tabela 4.** Conhecimento popular sobre dengue e sua relação com a frequência com que realizam prevenção, 2010

	Frequência com que realizam prevenção para o dengue						Total	
	Sempre		Às vezes		Nunca		(n)	%
	(n)	%	(n)	%	(n)	%		
Sim	(8)	2,70	(182)	62,10	(103)	35,20	(293)	99,00
Não	(0)	0,00	(3)	1,00	(0)	0,00	(3,0)	1,00
	(8)	2,70	(185)	62,50	(103)	34,80	(296)	100,00

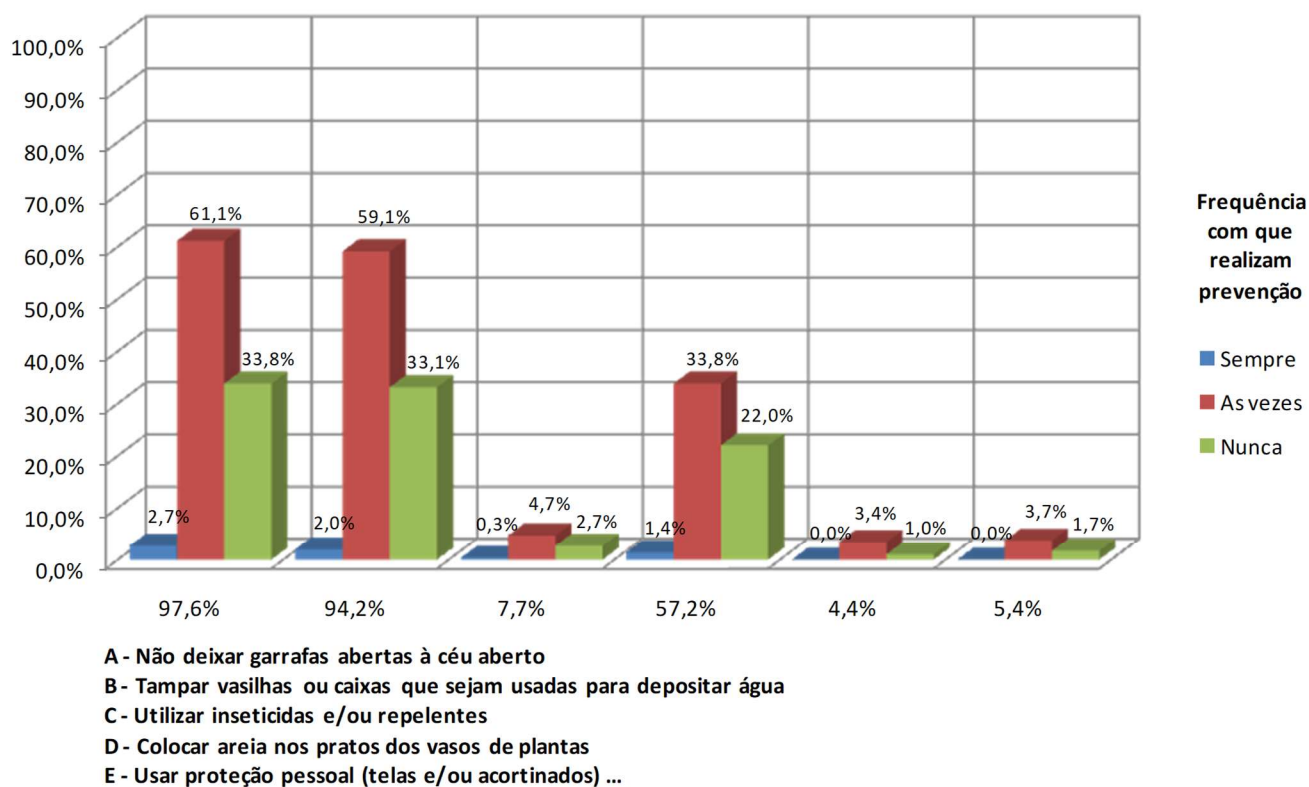
Já com relação ao local de obtenção das informações sobre o dengue a tabela 5 a seguir demonstra a realidade do local:

**Tabela 5.** Local de obtenção das informações sobre o dengue e frequência com que realizam prevenção, 2010.

Forma de obtenção das informações	Frequência com que realizam prevenção para o Dengue						Total	
	Sempre		Às vezes		Nunca		(n)	%
	(n)	%	(n)	%	(n)	%		
Mídia (TV, Rádio, Jornal etc.)	(6)	3,80	(104)	66,70	(46)	29,50	(156)	52,70
Agente de Endemias	(1)	1,10	(54)	61,40	(33)	37,50	(88)	29,70
Profissional da Saúde	(0)	0,00	(9)	50,00	(9)	50,00	(18)	6,10
Outros	(1)	11,10	(6)	66,70	(2)	22,20	(9)	3,00
Mais de Uma Alternativa	(0)	0,00	(12)	48,00	(13)	52,00	(25)	8,50
Total	(8)	2,70	(185)	62,50	(103)	34,80	(296)	100,00

As atitudes tomadas pelas famílias para prevenção do dengue estão de acordo com as estabelecidas pelos governos, no entanto, o que preocupa é a frequência com que estão sendo realizadas, conforme mostra a figura 1 a seguir

**Figura 2.** Atitudes apresentadas pela população para a prevenção do Dengue no município de Castelândia – GO



#### F- Outras atitudes

**Figura 1.** Atitudes apresentadas pela população para a prevenção do dengue em Castelândia – GO, 2010

## 4. DISCUSSÃO

A existência de condições adequadas de saneamento básico nos municípios, foi relatado por Costa & Natal (1998) em sua pesquisa, onde, fizeram uma análise sobre a incidência de dengue na cidade de São José do Rio Preto-SP e correlacionaram com o nível de conhecimento da população em geral, posteriormente afirmaram que as condições de saneamento básico e moradia também interferem na disseminação do mosquito.

Após análise dos resultados deste estudo, evidenciou-se que, quanto menor a renda maior parecem ser os cuidados preventivos realizados contra a disseminação do mosquito.

Marzochi (2004) enfatiza que o maior desafio a ser enfrentado na epidemia de dengue, é o de manter a população sempre motivada para a realização de medidas de combate ao *Aedes Aegypti*.

## 5. CONCLUSÃO

O estudo identificou uma grande tendência ao descaso na colaboração para o combate ao vetor do Dengue. A maioria dos entrevistados conhece o vetor e as medidas preventivas que devem ser adotadas, também sabem que existem formas graves da doença além de se preocuparem com a patologia, no entanto, não seguem as recomendações preventivas sempre que necessário. Os principais motivos para a não adesão estão relacionados ao esquecimento, esquecimento este que deixa se sobressair ao conhecimento deixado principalmente, pela mídia em geral, na qual deixa seu recado, mas não motiva o telespectador. Com isso, estratégias que consigam deixar a população mais motivada para o combate ao vetor devem ser elaboradas, principalmente, através do incentivo ao cuidado com o espaço individual, para que o meio coletivo de maneira mais tardia também não seja afetado pela não adesão de maneira efetiva por todos às medidas preventivas.

## 8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAGLINI V. & FAVARO E. A. & FERREIRA A. C. & CHIARAVALLOTI NETO, F. & MONDINIA. & DIBO M. R. & BARBOSA A. A. C. & FERRAZ A. A. & CESARINO M. B. (2005). *Atividades de controle do dengue na visão de seus agentes e da população atendida, São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil*. Acesso em 27/01/2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2005000400016&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2005000400016&script=sci_arttext)
2. BENÍTEZ, L.S. & MACHI, M.L. & CIBERT, E. & RIVAROLA K. (2002). *Conhecimientos, actitudes y prácticas acerca del dengue en un barrio de Asunción. Santiago*. Acesso em 25/01/2011. Disponível em: [http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S037041062002000100013&lng=en&nrm=iso&ignore=.html](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S037041062002000100013&lng=en&nrm=iso&ignore=.html)
3. BRASIL, FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. (2002). *Dengue: Diagnóstico e manejo clínico*. -Brasília: Fundação Nacional de Saúde.
4. BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE (2010). *Combata a Dengue*. Acesso em: 13/11/2010. Disponível em: [http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id\\_area=124&CO\\_NOTICIA=11839](http://portal.saude.gov.br/portal/aplicacoes/noticias/default.cfm?pg=dspDetalheNoticia&id_area=124&CO_NOTICIA=11839)
5. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (2009). *Combata a dengue*. Acesso em: 19/01/2009. Disponível em: [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cam?id\\_area=920](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cam?id_area=920).

6. CÂMARA, F. P. & THEÓFILO, R. L. G. & SANTOS, G. T. & GONÇALVES, S. R. F. CÂMARA, D.C.P. & MATOS, R.R.C. (2007). *Estudo Restrospectivo do Dengue no Brasil: Características regionais e dinâmicas*. Acesso em 28/01/2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0037-86822007000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822007000200009)
7. CLARO, L. B. L & TOMASSINI, H. C. B. & ROSA, M. L. G. (2004). *Prevenção e controle do Dengue: uma revisão de estudos sobre conhecimentos, crenças e práticas da população*. Acesso em 19/09/2009 Disponível em : [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-311x2004000600002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-311x2004000600002&script=sci_arttext)
8. CHIARAVALLOTTI, V. B. & MORAIS, M. S. & CHIARAVALLOTTI NETO, F. & CONVERSANI, D. T. & FIORIN A. M. & BARBOSA, A. A. C & FERRAZ A. A. (2002). *Avaliação sobre as práticas preventivas do Dengue: o caso de Catanduva, São paulo, Brasil*. Acesso em 28/11/ 2010. Disponível <http://www.scielo.br/pdf/csp/v18n5/11005.pdf>
9. CHIARAVALLOTTI NETO, F. C. & MORAES, M. S. & FERNANDES, M. A. (1998). *Avaliação dos resultados de incidência à participação da comunidade no controle do dengue em um bairro periférico do município de São José do Rio Preto, SP e da relação entre conhecimentos e práticas desta população*. Caderno Saúde Pública 14(supl. 2) 101-9, Rio de Janeiro.
10. COELHO, C. F. & BURINI, R. C. (2009). *Atividade física para prevenção e tratamento das doenças crônicas não transmissíveis e da incapacidade funcional*. Acesso em 13/11/10. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141552732009000600015&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141552732009000600015&script=sci_arttext)
11. COSTA, A. S. P. & NATAL, DÉLSIO, (1998). *Distribuição espacial do dengue e determinantes socioeconômicos em localidade urbana no sudoeste do Brasil*. Revista de saúde pública, 32 (3), São Paulo, junho.
12. DONALÍSIO, M. R. & ALVES M. J. C. & VISOKAS, A. (2001). *Inquéritos sobre conhecimentos e atitudes da população sobre a transmissão do Dengue- região Campinas, São Paulo, Brasil-1998*. Revista da sociedade Brasileira medicina tropical. 34(2), Uberaba, Março e Abril.
13. FERREIRA, B. J. & SOUZA, M. F. M. & SOARES FILHO, A. M. & CARVALHO, A. A. (2009). *Evolução Histórica dos programas de prevenção e controle do dengue no Brasil*. Ciência e saúde Coletiva; vol.14 nº3 Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141381232009000300032&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232009000300032&lang=pt). Acesso em: 19/09/2009
14. GONÇALVES NETO, V.S. & MONTEIRO S. G. GONÇALVES S.G. & GONÇALVES A. G. & REBÊLO, J. M. M. (2004). *Conhecimentos e atitudes da população sobre dengue no Município de São Luís, Maranhão, Brasil, 2004*. Acesso 28/01/11. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n10/18.pdf>
15. MUÑOZ, F. R.(2008). *Dengue: desafio que continua*. Revista Facultad de Medicina de la Universidad Nacional de Colombia, Disponível em: [http://www.scielo.unal.edu.co/scielo.php?pid=S012000112008000200001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.unal.edu.co/scielo.php?pid=S012000112008000200001&script=sci_arttext)
16. IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2009). *Estimativa das populações residentes em 01 de Julho de 2009, segundo os municípios*. Acesso em 28/11/2011. Disponível em : <http://www.ibge.gov.br/home/>
17. JARDIM, J. B. & SCHALL, V. T. (2009). *Prevenção do Dengue. A proficiência em foco*. Acesso em 09/11/10. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v25n11/23.pdf>
18. LENZI, M. F. & COURA, L. C. & GRAULT, C. E. & VAL, M. B. (2000). *Estudo do dengue em área urbana favelizada do Rio de Janeiro*. Acesso em: 15/10/2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v16n3/2971.pdf>
19. MARZOCHI, K. B. F. O. (2004). *Desafio das estratégias de vigilância*. Revista Sociedade Brasileira de Medicina Tropical. 37(5) 413-415- set/out.
20. MEDRONHO, R. A. (2008). *Dengue no Brasil: desafios para o seu controle*. Caderno de Saúde Pública 24 (5) Rio de Janeiro - Maio .

21. OLIVEIRA, R. M. (1998). *A dengue no Rio de Janeiro: repensando a participação popular em saúde*. Acesso em: 15/10/2010. Disponível em: [http://www.dengue.lcc.ufmg.br/dengue\\_cd/files/organizacao/textos/denguenoRjparticipacaopopular.pdf](http://www.dengue.lcc.ufmg.br/dengue_cd/files/organizacao/textos/denguenoRjparticipacaopopular.pdf)
22. OOI, E. & GUBLER, D. J. (2009). *Dengue in Southeast Asia: epidemiological characteristics and strategic challenges in disease prevention*. Cad. Saúde Pública vol.25 supl.1 Rio de Janeiro. Acesso em: 10/11/2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2009001300011&script=sci\\_abstract](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2009001300011&script=sci_abstract)
23. PENNA, M. L. F. (2003). *Um desafio para a saúde pública Brasileira: o controle do dengue*. Cad. Saúde Pública. vol. 19, n.1, pp. 305-309. Acesso em: 26/04/2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n1/14932.pdf>
24. PEREIRA, M. G. (2005). *Epidemiologia; Teoria e prática*. 8º.ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan. 596p.
25. RANGEL, M. L. (2008). *Dengue: Educação, comunicação e mobilização na perspectiva do controle – propostas inovadoras*. Acesso em: 28/11/2011 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832008000200018&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832008000200018&script=sci_abstract&tlng=pt)
26. RIBEIRO, P. C. & SOUZA D. C. & ARAÚJO, T. M. E. *Perfil clínico Epidemiológico dos casos suspeitos de dengue em Teresina PI*. Acesso em: 17/01/2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003471672008000200013&script=sci\\_abstract&tlng=e](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003471672008000200013&script=sci_abstract&tlng=e)
27. RIBEIRO, F. A. (2006). *Associações entre incidências de Dengue e variáveis climáticas*. Disponível em: Acesso em: 14/10/10. Disponível em: [http://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S003489102006000500017&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S003489102006000500017&script=sci_arttext&tlng=pt).
28. SAMPAIO, C. & SANTOS J. Q. (2007). *Comportamento popular quanto à proliferação do aedes aegypti em Montes Claros, MG. Uma abordagem etnográfica*. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.12, n.23, p.135-152. Acesso em 28/01/11. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/503>
29. TAUIL, P. L. (2002). *Aspectos críticos do controle do dengue no Brasil*. Acesso em 28/01/11. Disponível em: [http://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0102-311X2002000300035&script=sci\\_abstract](http://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0102-311X2002000300035&script=sci_abstract)
30. TEIXEIRA, M. G. & BARRETO, M. L. & GUERRA, Z. (1999). *Epidemiologia e medidas de prevenção do Dengue*. Acesso em: 20/01/2009. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/iesus/v8n4/v8n4a02.pdf>

## O PROFISSIONAL ENFERMEIRO FRENTE AOS DIREITOS DO PACIENTE

Crislaine Nascimento De Assis; Jaciara Lopes Guimarães Dos Santos; Juliane Zanovelli Domingues; Luiz Fernando Dall' Piaggi; Magda De Jesus Guedes Copetti; Marcele Otoni Nascimento Erobson Cássio Barbosa Souza<sup>3</sup>

Marislei Espínola Brasileiro<sup>4</sup>

### RESUMO

Este estudo tem por objetivo identificar os conhecimentos de enfermeiros que atuam em emergência, acerca dos direitos dos pacientes. Por meio de uma pesquisa quantitativa feita entre cinquenta enfermeiros em setor de Emergência e Urgência em Brasília (DF) no Serviço de Saúde da Presidência da República, Hospital Santa Luzia e na UNIMED, Palmas (TO) Hospital Geral de Palmas e no SAMU e em Patos de Minas (MG) no Hospital Regional Antônio Dias e no SAMU.

**Palavras-chave:** comunicação, direito dos pacientes, privacidade, enfermagem

### ABSTRACT

This study it has for objective to identify the knowledge of nurses who act in emergency, concerning the rights of the patients. By means of a made quantitative research it enters fifty nurses in sector of Emergency and Urgency in Brasilia (DF) in the Service of Health of the Presidency of the Republic, Hospital Luzia Saint and in the UNIMED, Palms (You) General Hospital of Palms and in the SAMU and Patos de Minas(MG) will be in the Regional Hospital Antonio Days and the SAMU.

**Word-key:** communication, right of the patients, privacy, nursing

### INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar a respeito do profissional de enfermagem frente aos direitos do paciente no setor de emergência surgiu ao se observar no cotidiano situações de falta de humanização, pois em geral, quando o cidadão procura o sistema de saúde, deixa de ser visto como ser humano e perde sua identidade. Para o paciente, é imprescindível que se adapte as regras hospitalares, além do mais, recebem as orientações como ordens e sente que precisa obedecer para o bem próprio, agindo passiva e pacientemente por desconhecerem seus direitos (PUPULIN, 2002)

A enfermagem não pode negar que muitos procedimentos com clientes, são feitos sem autorização prévia. O cliente em quase nada interfere, pois absorve esta invasão como indispensável para sua recuperação.

Percebe-se que na atualidade os clientes atendidos nas unidades de emergência não possuem o conhecimento real e amplo dos seus direitos, também falta ao enfermeiro, esclarecimento a respeito desses

<sup>3</sup> Enfermeiros especializando em Enfermagem em Urgência e Emergência CEEN /Universidade Católica 2008

<sup>4</sup> Mestre em Enfermagem, docente CEEN – e-mail: [marislei@cultura.com.br](mailto:marislei@cultura.com.br).

direitos, já outros possuem este conhecimento, mas não os fazem valer, seja pela falta de uma política adequada da instituição em que atua ou por falta de capacidade profissional. Segundo Miranda (2003, p.19):

A discussão dos direitos do cliente é fundamental na atualidade, pois não se resume à elaboração de uma linguagem abstrata de direitos dificilmente exercidos, mas discute a prática cotidiana e a forma como nascem novos direitos, em uma relação entre cidadão.

A condição de enfermidade e o internamento que envolve inúmeros procedimentos, comprometem a independência do paciente e o controle sobre si mesmo, implicando em sentimentos como incapacidade, insegurança e impotência. Por isso, a natureza do relacionamento entre a equipe de saúde e os pacientes requer pessoas que assumam a responsabilidade pelo cuidado das funções pessoais íntimas deles, sendo que muitas destas atividades de cuidado são freqüentemente executadas em áreas compartilhadas com outros pacientes na enfermaria, pois quando a interação é personalizada, os pacientes percebem que os membros da equipe são mais do que indivíduos responsáveis pelo cuidado. E sugerem que o diálogo, a troca de informações sobre temas em comum (esportes, trabalhos manuais, hobby, entre outros) pode ser a base para uma interação eficiente entre enfermeiro e paciente, a fim de estabelecer uma relação de confiança. E, por ser o enfermeiro o profissional de saúde que permanece mais tempo com o paciente, atitudes como estar disponível, demonstrar sentimentos verdadeiros, encorajar um certo nível de intimidade, promovendo uma comunicação e compreensão clara sobre os cuidados. Ressalta que a intimidade capacita o enfermeiro a compreender a personalidade do paciente e capacitando-o a conversar sobre o que mais o incomoda. Mesmo quando a comunicação não é verbalizada, permite o desenvolvimento de um relacionamento terapêutico, fundamentado na confiança e respeito mútuo.

É impossível imaginar o desenvolvimento das atividades de enfermagem sem uma comunicação eficiente, seja esta verbal ou não-verbal. A prestação da assistência de enfermagem vem exigindo, cada vez mais, que o enfermeiro desenvolva e aprimore esta habilidade com o intuito de promover uma relação de confiança, almejando facilitar a interação terapêutica. A equipe de enfermagem tem que estar ciente que a percepção do paciente sobre suas atitudes e comportamentos devem confirmar o discurso teórico, ou seja, o paciente percebe quando as manifestações não-verbais não são consonantes com as verbais. Ele observa as condutas e as reações do enfermeiro e quando estas não versam com o discurso, as palavras perdem o sentido. Isto gera insegurança, colocando em risco o processo de interação.

O processo de cuidar envolve preocupação, dedicação, envolvimento, respeito, solidariedade e responsabilidade de quem cuida para com quem é cuidado. A demonstração de tais sentimentos por parte da equipe de enfermagem transmite segurança, favorece o relacionamento interpessoal. Quando a assistência é individualizada, os pacientes tendem a participar e colaborar com o processo de manutenção e recuperação da sua saúde.

O ser humano está em constante interação e relacionamento com o mundo que o cerca, família, comunidade, trabalho, tradições, cultura, espiritualidade, ou seja, o contexto social onde vive. É por meio destas relações que o homem desenvolve sua consciência ética, definida por Gelain (1992) como sendo "a voz interna, o julgamento interior dos atos humanos". Portanto, o indivíduo traz consigo uma carga de valores morais e éticos que são apreendidos no decorrer de sua existência. Dentre estes valores, queremos destacar o direito e o dever ao resguardo da identidade e privacidade do indivíduo/cidadão, enquanto cliente e sujeito do processo de trabalho da enfermagem.

A privacidade tem sido considerada um importante componente de desenvolvimento e manutenção que permite ao indivíduo um sentimento de controle pessoal e expressão de autonomia, favorecendo a reflexão e auto-

avaliação, além da liberação social e do contexto situacional para compartilhar informações pessoais. Portanto, a perda da privacidade pode ter sérias conseqüências para o indivíduo.

Quando internados em instituições de cuidado à saúde, os pacientes reconhecem a dificuldade em manter a sua privacidade e individualidade e encara a hospitalização como fator de despersonalização. Embora ações para proteger a sua intimidade sejam implementadas e vistas como importantes, alguns membros da equipe de saúde podem considerar inviável a sua preservação durante o exercício do seu papel e responsabilidades para a execução do trabalho.

A condição de enfermidade e o internamento, que envolvem inúmeros procedimentos, comprometem a independência do paciente e o controle sobre si mesmo, implicando em sentimentos como incapacidade, insegurança e impotência. Além disso, o paciente precisa dividir seu espaço pessoal como o quarto, a cama e os objetos que o circundam, assim como os pertences pessoais. Ele compartilha seu espaço na enfermaria tanto com outros pacientes, quanto com visitantes e com a equipe de saúde que os assiste.

Ao observar as reações dos pacientes quando sentem sua privacidade ameaçada, ou mesmo invadida, percebem-se sentimentos como constrangimento, vergonha, embaraço, revolta.

Por outro lado, demonstram satisfação e agradecimento por meio de expressões corporais ou verbais ao sentirem-se mais seguros quando a porta do banheiro é fechada, quando se colocam biombos durante a higiene corporal no leito, para a execução de procedimentos, ou mesmo quando seu estado clínico não é compartilhado com os demais pacientes da enfermaria.

Isto acontece quando o respeito e a confiança são recíprocos nas relações entre a enfermagem e o paciente, condição necessária para o cuidado, e uma obrigação moral para quem, de algum modo, é responsável pelo bem-estar do outro.

## **MATERIAL E MÉTODO**

Trata-se de um estudo tipo quantitativo por se adequar melhor ao objetivo da pesquisa. Segundo, Beck et al (2001, p. 68):

A amostra, para ser representativa, quando a pesquisa é quantitativa, deve seguir parâmetros estatísticos para sua formação, de acordo com os objetivos e as hipóteses.

### **População e Amostra**

Foram entrevistados por meio de um questionário fechado, cinquenta enfermeiros que atuam em setor de Emergência e Urgência em Brasília (DF) no Hospital Santa Luzia e na UNIMED, Palmas (TO) Hospital Geral de Palmas e no SAMU e em Patos de Minas (MG) no Hospital Regional Antônio Dias e no SAMU, que concordaram em participar do estudo. Um formulário de consentimento livre e informativo foi fornecido aos entrevistados, contendo informações sobre o estudo e as condições de participação (Anexo I).

Após a autorização do comitê de ética da Secretaria de Estado de Goiás, o projeto foi apresentado ao diretor da instituição (anexo II) para localização dos nomes dos enfermeiros, os quais foram convidados a ser incluídos espontaneamente no estudo, definindo a data e horários previamente pelo participante.

### **Cenário**



Com objetivo de obter informações que indique as opiniões de enfermeiros sobre os direitos dos pacientes, foram entrevistados homens e mulheres obedecendo aos seguintes critérios: primeiro, que fossem enfermeiros que atuantes na sala de emergência e, o segundo, que concordassem em participar do estudo.

Um formulário de consentimento livre e informado foi fornecido aos entrevistados contendo informação sobre o estudo e as condições de participação (Anexo I).

### Instrumento para coleta de informações

As informações foram coletadas em discurso oral face a face, mediante questionário do tipo fechado.

Antes do questionário foi solicitado consentimento do entrevistado, solicitando a assinatura do termo de consentimento que contém os objetivos e o aspecto voluntário da participação com preservação do anonimato e ainda sobre o direito de se retirar do estudo sem sofrer qualquer prejuízo ou pressão. Isto para se cumprir à Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, que regula pesquisa feita com seres humanos e também para se mostrar um profundo respeito pelas pessoas.

As informações foram colhidas por meio de um questionário enumerado de 01 (um) a 44 (quarenta e quatro), contendo todos os direitos dos pacientes e tendo como resposta as opções sim ou não.

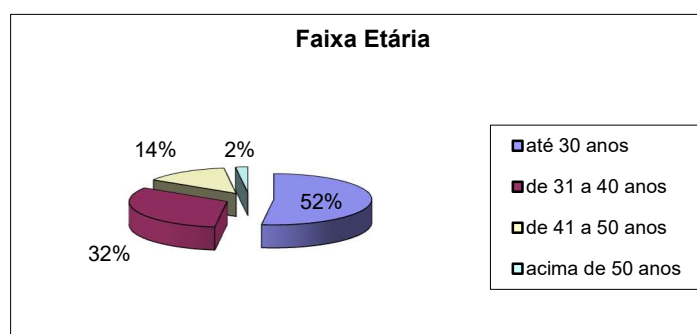
### RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho busca por meio da metodologia científica, a indicação de tendências e a comprovação ou não de determinadas situações que irão subsidiar e embasar as conclusões, discussões e sugestões sobre o tema dessa monografia.

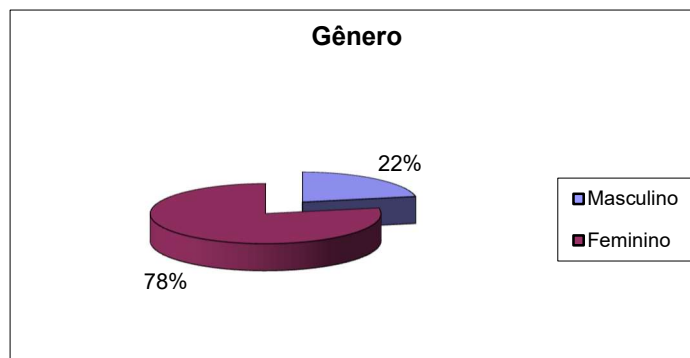
Cabe salientar que os resultados obtidos dos questionários revelam uma tendência, a indicação de "um norte" que subsidiará futuras discussões, podendo ou não concordar com as conclusões finais do trabalho.

Após a aplicação do questionário, as respostas foram transcritas para tabelas para que fossem transformadas em gráficos por meio de análise estatística simples, a qual foi submetida a confirmação ou não dos autores.

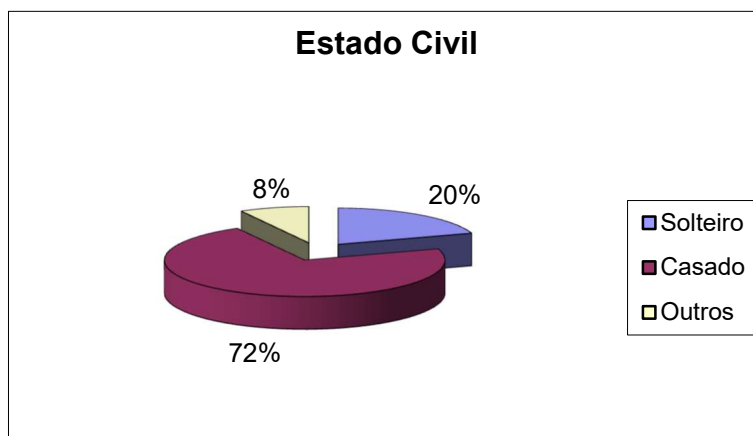
**Figura 1: Questão 2 - Faixa Etária**



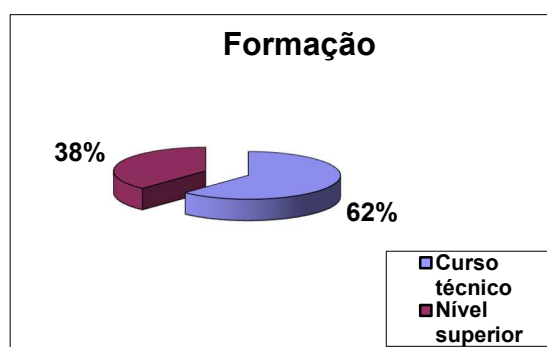
Esta questão demonstra que a maioria dos entrevistados mantém a faixa etária de até 30 anos de idade, e com sua minoria acima dos 50 anos de idade.

**Figura 2: Questão 3 – Gênero**

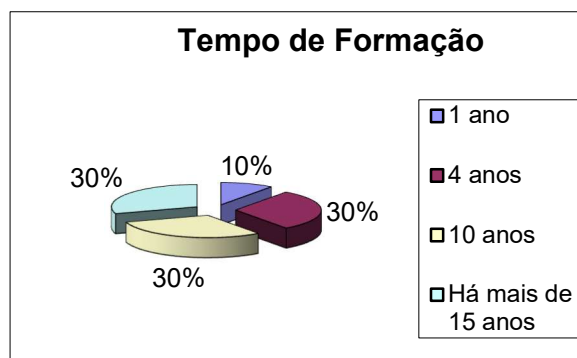
A questão demonstra que há uma grande prevalência do sexo feminino chegando a 78% dos entrevistados.

**Figura3: Questão 4: Estado Civil.**

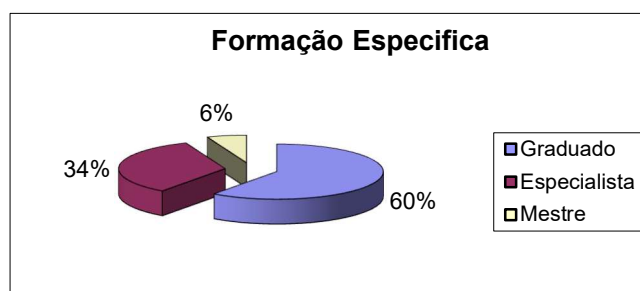
A finalidade desta questão é demonstrar que a grande maioria 72% dos entrevistados são casados.

**Figura4: Questão 5. Formação**

Da amostra pesquisada 62% tem formação técnica, enquanto 38% está colocado dentro dos que tem nível superior. Portanto uma questão desequilibrada quanto ao nível de formação profissional.

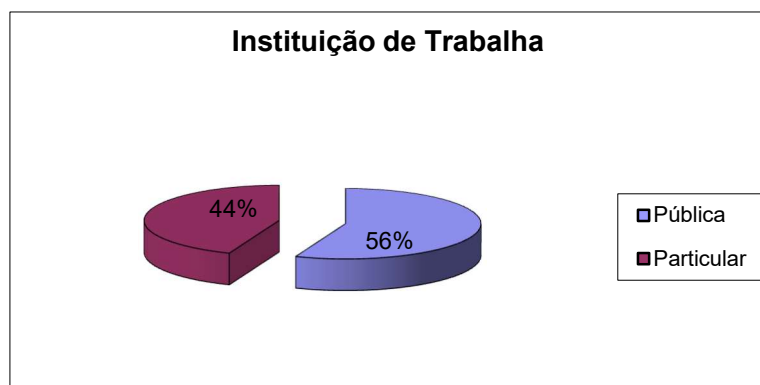
**Figura5: Questão 6. Tempo de Formação**

A amostra pesquisada (50%) têm tempo de formação entre 4 a dez anos, enquanto 45% está na profissão há mais de 15 anos. Portanto uma questão bem equilibrada.

**Figura 6: Questão 7: Pós-graduação**

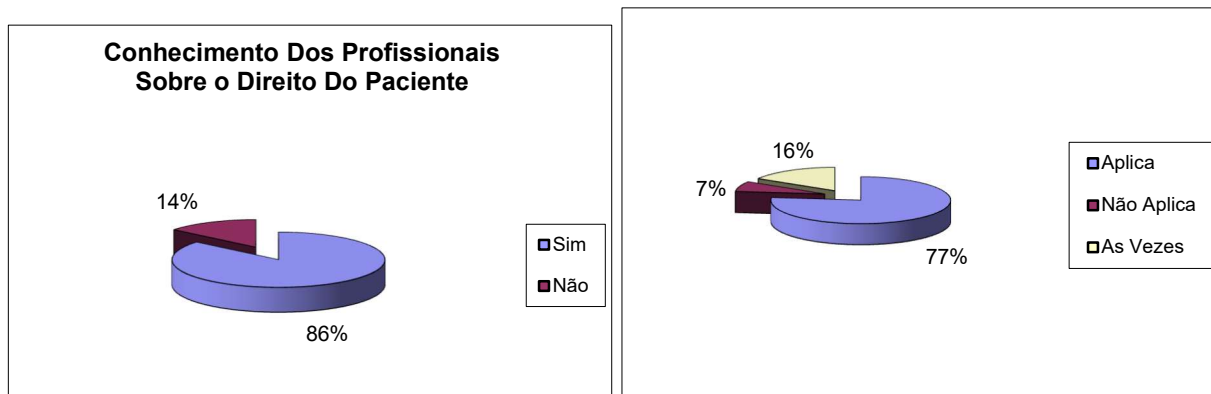
Nesta amostra podemos analisar que a grande maioria 60% não possuem curso de mestrado e nem de doutorado.

**Figura7: Questão 8: Instituição em que trabalha**



A amostra pesquisada vem nos mostrar uma diferença considerável dos profissionais que atuam nas instituições públicas e a particulares.

**Figura 8: Questão 9: Você conhece os direitos dos pacientes?**

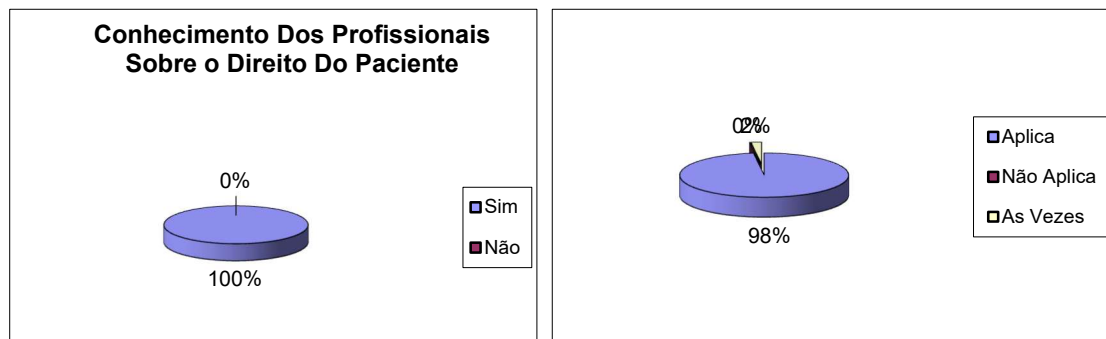


Esta questão demonstra que 86% dos entrevistados conhecem realmente os direito do paciente, por outro lado podemos observar que 14% dos mesmo admitem não conhecem os direitos dos pacientes. Dentro dos conhecedores cerca de 77% aplicam, 16% aplicam às vezes e 7% não aplicam os direitos do paciente.

**Figura9: Questão 10: Atendimento adequado e humano:**

Observa-se que 100% concordam que o paciente tenha direito a um atendimento adequado e humano e que todos aplicam na prática.

De acordo com portaria do Ministério da Saúde nº1286 de 26/10/93- art.8º e nº 74 de 04/05/94, o paciente tem direito a atendimento humano, atencioso e respeitoso, por parte de todos os profissionais de saúde. Tem direito a um local digno e adequado para seu atendimento.

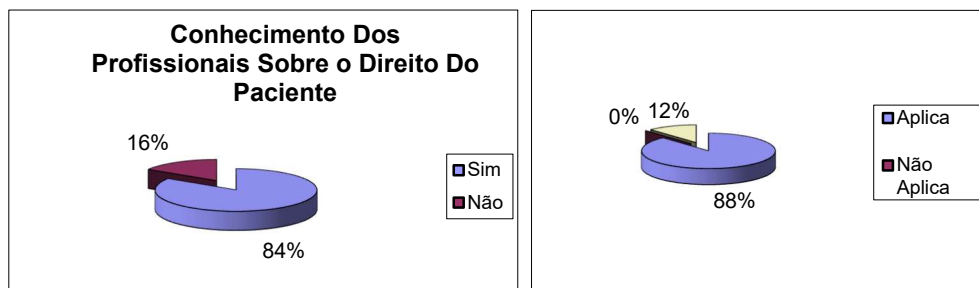
**Figura10: Questão 11: Identificação pelo nome:**

Ao serem questionados se identificam ao paciente pelo nome 100% afirmam que sim, no entanto os que praticam são 98%.

De acordo com portaria do Ministério da Saúde nº1286 de 26/10/93- art.8º e nº74 de 04/05/94, o paciente tem direito a ser identificado pelo nome e sobrenome. Não deve ser chamado pelo nome da doença ou agravo à saúde, ou ainda de forma genérica ou quaisquer outras formas impróprias, desrespeitosas ou preconceituosas.

Em concordância com Sawada (1995) ao ressaltar que a privacidade é uma necessidade e um direito do ser humano, sendo indispensável para a manutenção da sua individualidade, é importante lembrar que o paciente possui: o direito a atendimento humano, atencioso e respeitoso, por parte de todos os profissionais de saúde e o direito a manter a sua privacidade para satisfazer suas necessidades fisiológicas, inclusive alimentação e higiênicas, quer quando atendido no leito, no ambiente onde está internado ou aguardando atendimento.

**Figura 11: Questão 12 - A assistência de qualidade, prevendo o bem estar e conforto do paciente:**



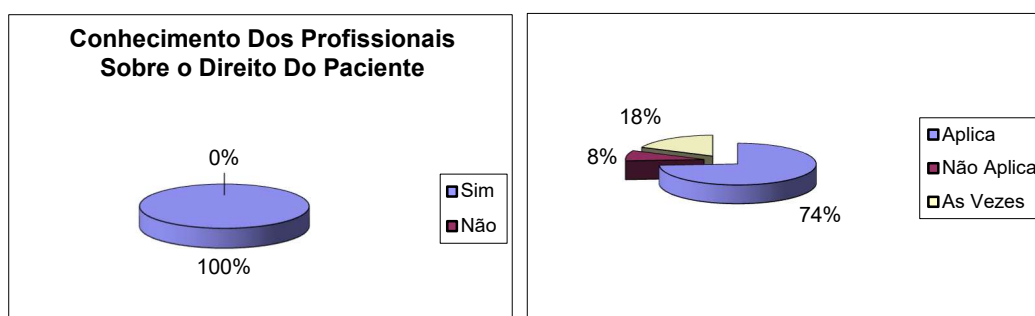
Observa-se que 88% dos entrevistados prestam uma assistência de qualidade, mas apenas 84% afirmam conhecer este direito.

Conforme Portaria do Ministério da Saúde nº1286 de 26/10/93- art.8º e nº74 de 04/05/94, o paciente tem direito a receber do funcionário adequado, presente no local, auxílio imediato e oportuno para a melhoria de seu conforto e bem-estar.

Os direitos dos seres humanos nascem com os homens e, naturalmente, quando se fala de direitos da pessoa humana, pensa-se em sua integridade, dignidade, liberdade e saúde.

A implementação de um cuidado humanizado, no entanto, mais do que o cumprimento de uma prescrição moral, pautada na obediência ao que deve ser, associada ao risco da punição frente a transgressões, necessita fundamentar-se na ética. (GARRAFA, 1995)

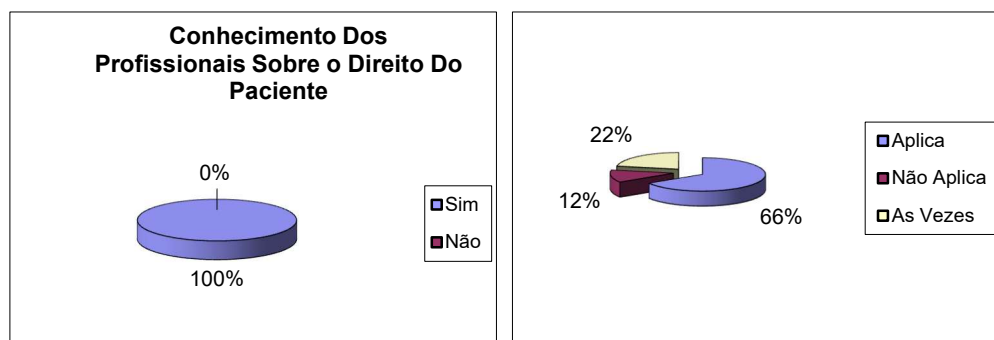
**Figura 12: Questão 13 - Profissional de saúde, com identificação adequada:**



Observa-se que 74% dos entrevistados se identificam devidamente para o paciente, 18% diz que só às vezes e 8% não aplica no dia-a-dia.

Conforme Portaria do Ministério da Saúde nº1286 de 26/10/93- art.8º e nº74 de 04/05/94, o paciente tem direito a identificar o profissional por crachá preenchido com o nome completo, função e cargo.

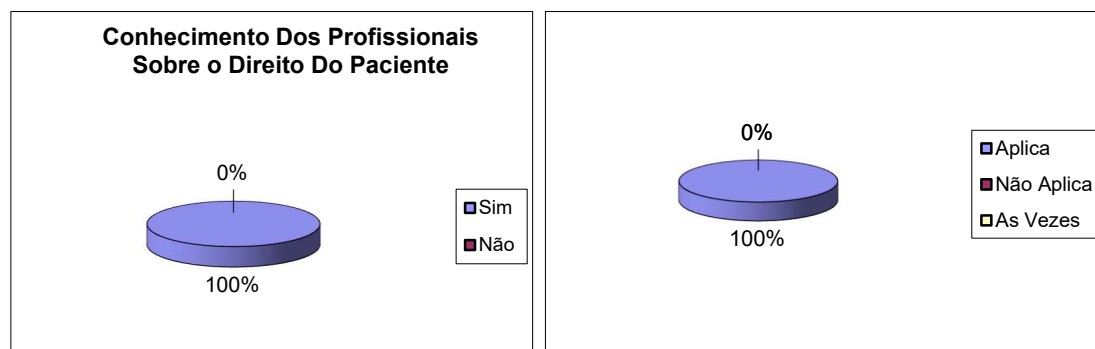
**Questão 14:** O tempo de atendimento de consultas:



Observa-se que 66% dos entrevistados procuram atender o mais rapidamente possível o paciente, enquanto 22% disse que só às vezes e 12% não aplica.

Conforme Portaria do Ministério da Saúde nº1286 de 26/10/93- art.8º e nº74 de 04/05/94, o paciente tem direito a consultas marcadas antecipadamente, de forma que o tempo de espera não ultrapasse trinta (30) minutos.

**Questão 15:** O material utilizado deve ser adequado para o procedimento a ser utilizado:



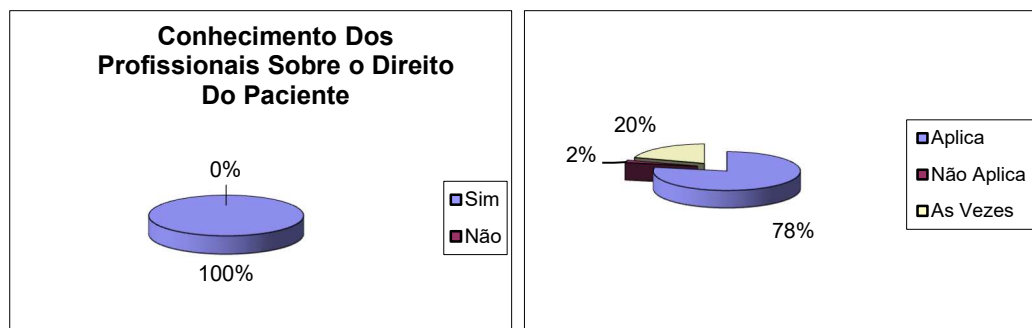
Todos os entrevistados 100% concordam que o material utilizado deve ser adequado para o procedimento a ser utilizado.

De acordo com portaria do Ministério da Saúde nº1286 de 26/10/93- art.8º e nº74 de 04/05/94, o paciente tem direito a exigir que todo o material utilizado seja rigorosamente esterilizado ou descartável, e manipulado segundo normas de higiene e prevenção.

Na prática, percebemos que, muitas vezes, informações vêm sendo sonogadas por profissionais, envolvidos em múltiplos afazeres, exercendo funções que, necessariamente, não são suas, alegando não dispor de tempo suficiente, ou, quem sabe, não priorizando esse momento de interação, de troca de experiências e de informações (SELLI, 1998).

Por outro lado, o saber do cliente sobre si, sobre sua vida, seu modo de se cuidar, seu problema vivido, freqüentemente, também, não tem encontrado espaço para ser veiculado, seja por “falta” de tempo, de interesse, de reconhecimento do seu valor e importância.

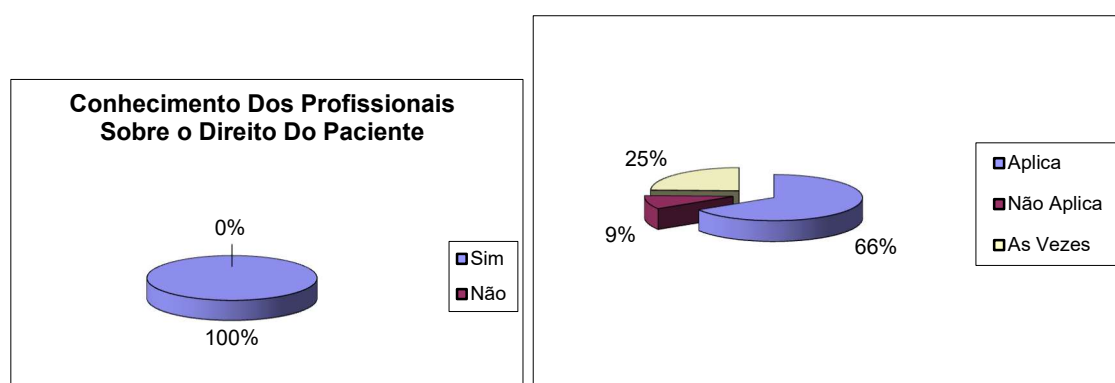
**Figura15: Questão 16** – O paciente deve ser orientado sobre qualquer procedimento a ser realizado:



De acordo com portaria do Ministério da Saúde nº1286 de 26/10/93- art.8º e nº74 de 04/05/94, o paciente tem direito a receber explicações claras sobre o exame a que vai ser submetido, e para qual finalidade irá ser coletado o material para exame de laboratório.

No entanto, a sociedade, como um todo, parece que vem se preocupando e começa a questionar-se quanto ao seu papel como clientes e consumidores dos serviços de saúde e, através de alguns movimentos, vem tentando defender seus direitos. No Brasil, dentre outros, a criação do Código de Defesa do Consumidor significou um avanço, pois estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e social. O código prevê, ainda, aspectos que devem ser observados quanto à qualidade de produtos e serviços, bem como a prevenção e reparação de danos causados ao consumidor, através da responsabilização do profissional e/ou da instituição que forneceu tal serviço (Lei 8.078).

**Figura16: Questão 17 - Uso de uma linguagem clara e objetiva conforme o nível cultural do paciente**



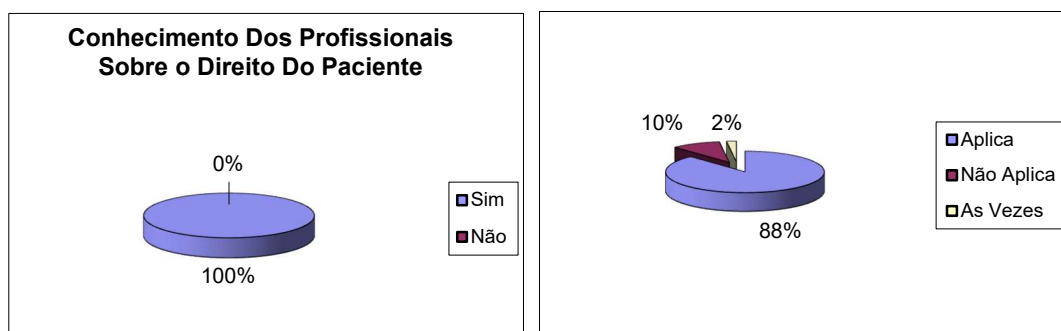
De acordo com 66% deve-se utilizar uma linguagem clara e objetiva com o paciente, 25% acha que às vezes e apenas 9% acha que não é necessário.

De acordo com portaria do Ministério da Saúde nº1286 de 26/10/93- art.8º e nº74 de 04/05/94, o paciente tem direito a informações claras, simples e compreensíveis, adaptadas à sua condição cultural, sobre as ações diagnósticas e terapêuticas, o que pode decorrer delas, a duração do tratamento, a localização, a localização de sua patologia, se existe necessidade de anestesia, qual o instrumental a ser utilizado e quais regiões do corpo serão afetadas pelos procedimentos.



O ser humano é um ser único, com capacidade de refletir, de reconhecer-se como sujeito histórico; capaz de agir e reagir conscientemente sobre a realidade, estabelecendo relações com a mesma, com outros sujeitos e com outros grupos sociais (FREIRE, 1987).

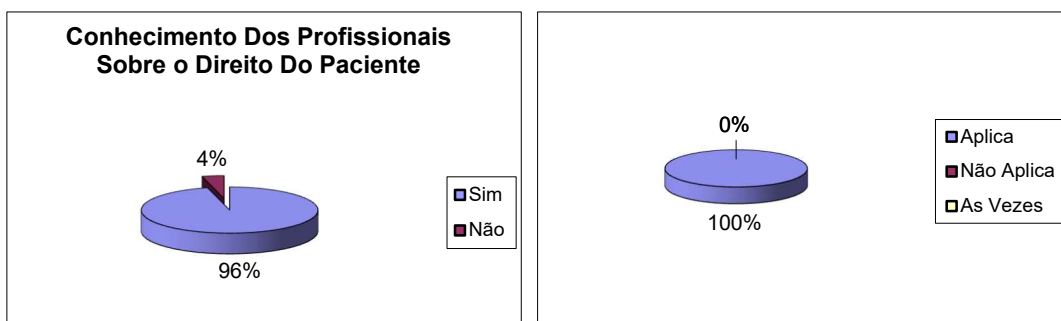
**Figura17: Questão 18:** Ser esclarecido sobre qualquer tipo de pesquisa a ser realizada com o paciente:



De acordo com portaria do Ministério da Saúde nº1286 de 26/10/93- art.8º e nº74 de 04/05/94, o paciente tem direito a ser esclarecido se o tratamento ou o diagnóstico é experimental ou faz parte de pesquisa, se os benefícios a serem obtidos são proporcionais aos riscos e se existe probabilidade de alteração das condições de dor, sofrimento e desenvolvimento da sua patologia.

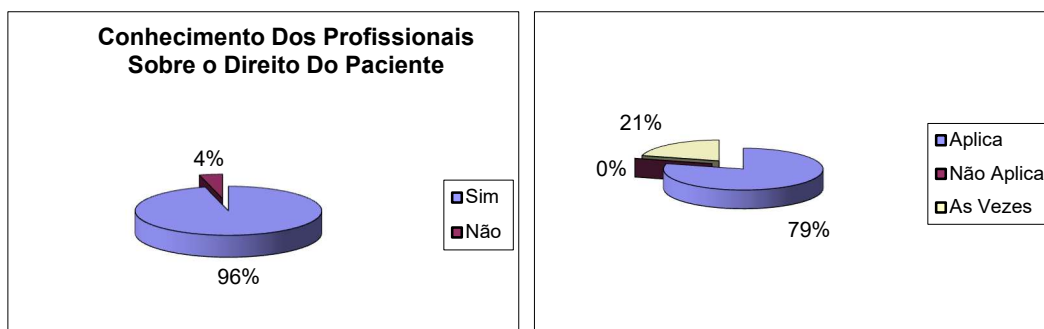
A comunicação como instrumento fundamental para a interação na área de enfermagem, vem sendo estudada por vários pesquisadores com o objetivo de melhorar a relação entre este profissional e o sujeito de seu trabalho. Alguns destes estudos referem-se à comunicação como veículo facilitador relacionado ao resguardo da privacidade dos indivíduos, uma vez que sua proteção está se tornando uma responsabilidade conjunta entre equipe de saúde e paciente, com independência e envolvimento, sendo promovida através de orientação e educação .

**Figura 18: Questão 19 – Direito de se recusar a qualquer procedimento com respeito a pesquisa:**



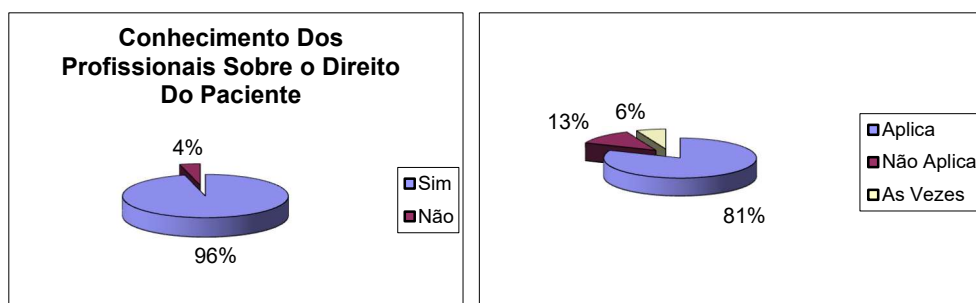
Quanto ao conhecimento do total de 96% que conhecem o direito do paciente todos afirmaram que aplicam esse conhecimento.

Conforme Portaria do Ministério da Saúde nº1286 de 26/10/93- art.8º e nº74 de 04/05/94, o paciente tem direito a consentir ou recusar a ser submetido à experimentação ou pesquisas. No caso da impossibilidade de expressar sua vontade, o consentimento deve ser dado, por escrito, por seus familiares ou responsáveis.

**Figura19: Questão 20 - Direito de recusar ou consentir os procedimentos a serem realizados:**

Do total de 96% dos profissionais que conhecem os direitos do paciente 79% dia que sabe e aplica no dia-a-dia a permissão ou recusa do paciente quanto aos procedimentos a serem utilizados, enquanto 21% aplica às vezes.

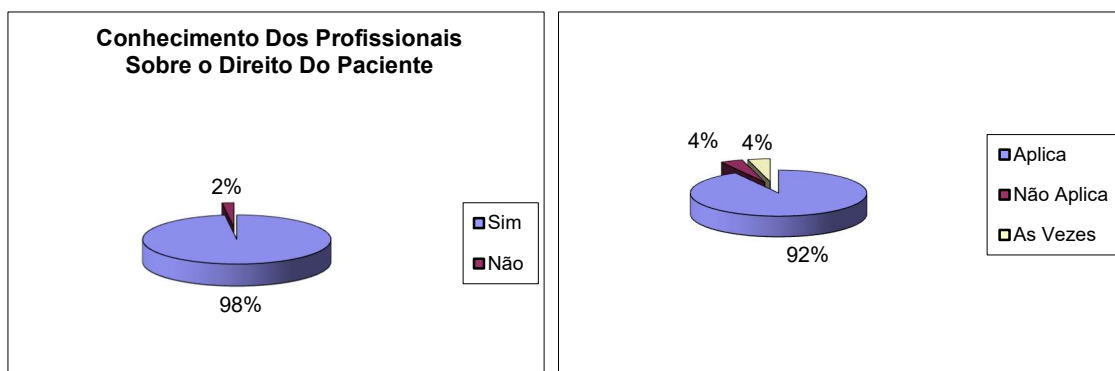
De acordo com portaria do Ministério da Saúde nº1286 de 26/10/93- art.8º e nº74 de 04/05/94, o paciente tem direito a consentir ou recusar procedimentos, diagnósticos ou terapêuticos a serem nele realizados. Deve consentir de forma livre e voluntária, esclarecida com adequada informação. Quando ocorrerem alterações significantes no estado de saúde inicial ou da causa pela qual o consentimento foi dado, este deverá ser renovado

**Figura 20: Questão 21 - Recusar ou mudar de procedimentos a serem adotados:**

Observa-se que 96% dos conhecedores dos direitos do paciente 81% aceita a opinião quanto a mudança ou recusa de procedimentos feita pelo paciente enquanto 6% diz que às vezes e 13% diz que não aplica.

De acordo com portaria do Ministério da Saúde nº1286 de 26/10/93- art.8º e nº74 de 04/05/94, o paciente tem direito a revogar o consentimento anterior a qualquer instante, por decisão livre, consciente e esclarecida, sem que lhe sejam imputadas sanções morais ou legais.

**Figura 21: Questão 22 - Prontuário dever conter todas as informações claras e objetivas:**

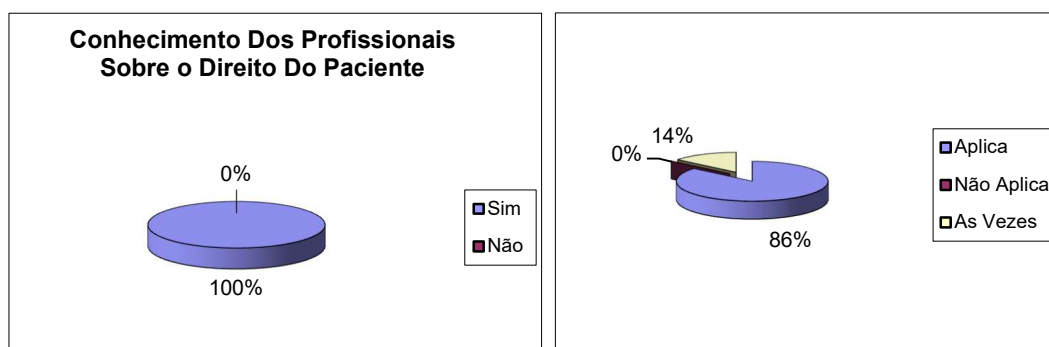


Dos 96% que conhecem os direitos do paciente 92% concordam que o prontuário deve conter todas as informações claras e objetivas, enquanto 4% disse que as vezes ou não aplica.

De acordo com portaria do Ministério da Saúde nº1286 de 26/10/93- art.8º e nº74 de 04/05/94, o paciente tem direito a ter seu prontuário médico elaborado de forma legível, e a consultá-lo a qualquer momento.

Este prontuário deve conter o conjunto de documentos padronizados do histórico do paciente, princípio e evolução da doença, raciocínio clínico, exames, conduta terapêutica e demais relatórios e anotações clínicas.

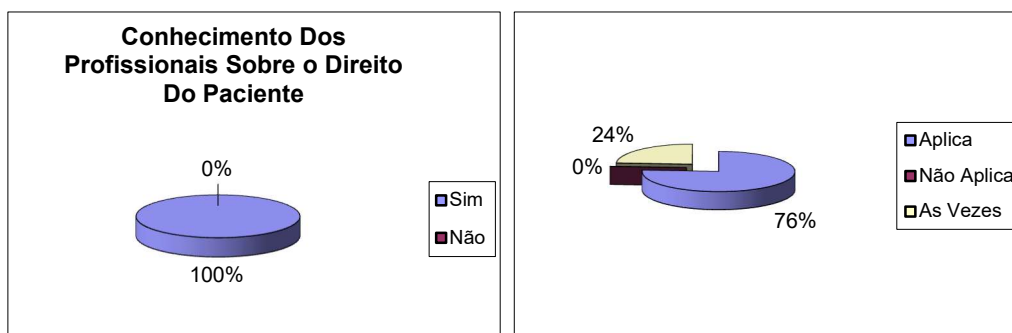
**Figura 22: Questão 23:** Informações sobre seu diagnóstico com identificação do profissional de saúde:



Observa-se que 86% dos entrevistados concordam que o diagnóstico deve ser identificado pelo profissional de saúde, 14% disse que só as vezes e nenhum dos entrevistados respondeu que não aplica.

Conforme Portaria do Ministério da Saúde nº1286 de 26/10/93- art.8º e nº74 de 04/05/94, o paciente tem direito a ter seu diagnóstico e tratamento por escrito, identificado com o nome do profissional de saúde e seu registro no respectivo Conselho Profissional, de forma clara e legível.

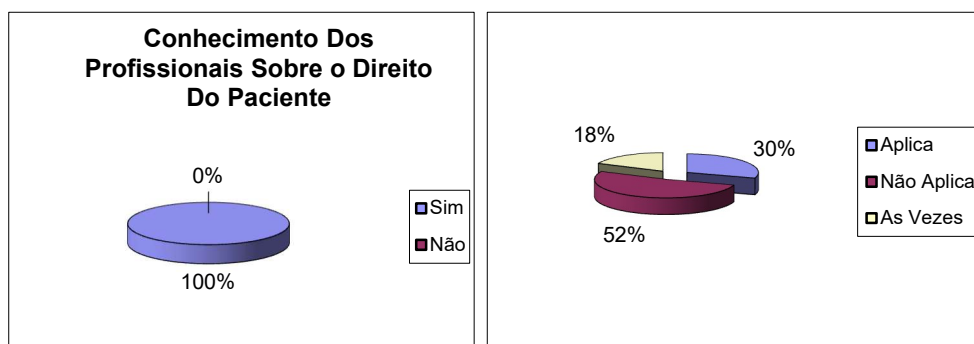
**Figura 23: Questão 24 -** Tratamento adequado para sua patologia:



De acordo com o total de 76% concordam que o paciente deve receber tratamento adequado para sua patologia enquanto 24% respondeu que às vezes aplica este direito.

Conforme Portaria do Ministério da Saúde nº1286 de 26/10/93- art.8º e nº74 de 04/05/94, o paciente tem direito a receber medicamentos básicos e também medicamentos e equipamentos de alto custo, que mantenham a vida e a saúde.

**Figura 24: Questão 25 - Medicação com todas as suas identificações de forma clara e objetiva:**



De acordo com portaria do Ministério da Saúde nº1286 de 26/10/93- art.8º e nº74 de 04/05/94, o paciente tem direito a receber os medicamentos acompanhados de bula impressa de forma compreensível e clara, e com data de fabricação e prazo de validade.

Todavia, a atitude mais comum adotada pelos enfermeiros, frente às condições inadequadas de trabalho, tem sido o não esclarecimento do cliente, a defesa da instituição, o não questionamento das irregularidades, talvez, por temor de represálias por parte da administração hospitalar. O seu aparente silêncio, a omissão das informações aos clientes representam uma conduta ética equivocada, corporativa, favorecendo não aos direitos dos clientes, mas aos interesses institucionais e profissionais (LUNARDI, 1997).

Além destas conseqüências, a demora ou a não realização de determinados procedimentos podem ocasionar outros problemas não identificados ou percebidos apenas a longo prazo, diferentemente do que pode acontecer em decorrência da falta de um medicamento (LUNARDI FILHO, 1998).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo é avaliar os conhecimentos de enfermeiros que atuam em emergência acerca dos direitos dos pacientes e este tema foi escolhido em razão de sua grande relevância social. A forma do tratamento, o desrespeito com a pessoa do paciente e seus familiares, a desobediência ao Código de Ética são situações pelas quais cidadãos passam todos os dias.

A pesquisa foi aplicada por meio de um questionário aplicado a cinquenta pessoas com idade entre 30 e 50 anos, sexo masculino e feminino, sendo a maioria casada e com formação em ensino técnico e ensino superior entre 4 e 15 anos.

Após a análise quantitativa chegou-se aos seguintes resultados: 86% conhece os direitos dos pacientes, 100% sabem que o paciente necessita de atendimento adequado e humano, 98% chamam o paciente pelo nome, 84% reconhecem que o paciente tem o direito a uma assistência de qualidade, 74% se identificam ao paciente, 66% reconhecem que o paciente tem direito a consultas marcadas; 100% sabe que o paciente tem o direito a material descartável e manipulado dentro das normas de higiene; 78% sabem que o paciente tem o direito a receber explicações sobre o exame que vai realizar, 66% usa linguagem clara e objetiva para comunicar com o paciente, 88% sabem que o paciente deve ser esclarecido sobre qualquer tipo de pesquisa a ser realizado com ele, 100% sabem que o paciente tem o direito de recusar qualquer tipo de pesquisa com ele, 79% sabe que o paciente pode recusar ou consentir os procedimentos a serem realizados; 81% sabem que o paciente pode revogar o consentimento anterior a qualquer instante, 92% reconhecem que o prontuário do paciente deve ter todas as informações de forma clara e objetiva, 86% sabe que deve informar o paciente de seu diagnóstico se identificando, 76% sabem que o paciente tem o direito de um tratamento adequado para sua patologia, 52% sabem que as informações sobre a medicação do paciente devem ser informadas de forma clara e objetiva, 34% sabe que o paciente tem o direito a informação sobre a medicação genérica de forma legível, 34% sabe que o paciente tem o direito de conhecer a origem de todo produto que lhe será administrado, 78% sabem que deve fazer anotações nos prontuários de todo procedimento com o paciente, 92% sabem que o paciente tem o direito de saber da existência de alguma alergia a determinado medicamento antecipadamente, 72% sabem que o paciente tem direito a atendimento adequado nos estabelecimentos públicos, 47% sabem que deve informar ao paciente detalhes sobre despesas hospitalares, 88% sabem que o paciente não pode ser discriminado, 93% concordam que devem guardar sigilo sobre o que lhe é confiado pelo paciente, 94% sabem do direito do paciente à sua privacidade dentro de hospitais, 72% sabem que o paciente tem o direito a ser acompanhado em qualquer procedimento, 68% concordam que o paciente e o recém nascido têm o direito a assistência integral, 80% sabe que o recém nascido tem direito ao teste do pezinho gratuitamente, 98% concordam com o direito do paciente receber indenizações por qualquer erro cometido pelos profissionais da saúde, 95% sabem que o paciente tem direito a assistência integral em qualquer época do ano, 86% sabem que o paciente tem o direito de aceitar ou recusar apoio psicológico, 98% concordam que o paciente tem direito a uma morte digna e por fim 66% dizem que os familiares do paciente devem ser informados imediatamente após a morte do paciente.

Percebemos que a informação, o nível de escolaridade e acesso a bens e serviços de saúde não são suficientes para causar mudanças necessárias de hábitos e atitudes, visando uma melhor qualidade de vida. Aponta-se a necessidade de integrar-se as várias determinantes do comportamento humano, buscando estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças.

## REFERÊNCIA

1. ANDERY, A. A. **Três modalidades de ética profissional**. IN: Queiroz, J.J. A ética no mundo de hoje. São Paulo: Paulinas, 1985.
2. BERTASO, J. M. **Devir-cidadania: as (im)possibilidades na leitura Freudiana**. Florianópolis. UFSC. Dissertação Mestrado em Ciências Humanas, Direito - Universidade Federal de Santa Catarina. 1998.
3. BISSON, Marcelo Polacow; CAVALLINI, Míriam Elias. **Farmácia hospitalar: um enfoque em sistemas de saúde**. São Paulo: Manole, 2002.
4. BORBA, Valdir Ribeiro. **Administração hospitalar: princípios básicos**. 3ed. São Paulo: CEDAS, 1991.
5. BRASIL. **Código de proteção e defesa do consumidor: Lei nº 8.078/90**. São Paulo. Saraiva. 1998.
6. BRASIL. **Código de ética dos profissionais de enfermagem**. Conselho Federal de Enfermagem. Rio de Janeiro; 1993.
7. BRASIL, **Resolução COFEN nº 160** de 12 de janeiro de 1993, Aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. República Federativa do Brasil, Brasília.
8. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico, Senado Federal. 1998.
9. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Assistência à Saúde. Departamento de Normas técnicas. Normas para estabelecimentos assistenciais de saúde. Brasília, 1995.
10. CAMILO, Maria .V.R.F.- **Trajatória do direito à saúde: uma experiência de hospital escola** - Serviço Social e Sociedade - Ano XX - Março/99 – Editora Cortez - SP.
11. CARAPINHEIRO, G. **Saberes e poderes no hospital: uma sociologia dos serviços hospitalares**. Porto/Portugal: Editora Afrontamento, 1998.
12. CECILIO, L.C.O . **Inventando mudança na saúde**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
13. \_\_\_\_ **As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção à saúde** In: Pinheiro, R. e Mattos, R.A (org) Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: IMS-UERJ-ABRASCO, 2001.
14. CHOR, Dora. **Saúde Pública e mudanças de comportamento: uma questão contemporânea**. Cadernos de Saúde Pública - Vol. 15 - Nº 2 – Abr/Jun/99 - RJ.
15. COHN, Amélia. **Política de Saúde: Estado e mercado no Brasil Global** – Ser Médico - Jan/Fev/Mar/98 - Ano 1 - Nº 2 - SP.
16. DALLARI, S. G.; FORTES, P. A. C. **Direito Sanitário: inovação teórica e novo campo de trabalho**. In: FLEURY, S. (org.). Saúde e democracia: a luta do CEBES. São Paulo: Lemos, 1997.
17. DUGAS, B.W. **Enfermagem prática**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1984.
18. FIGUEIREDO, N. M. A.; MACHADO, W. C. A. A. **A nudez do cliente: o (dês) equilíbrio no cuidado de enfermagem**. R. Enferm. UERJ, v.4, n.2, p. 143-52, dez., 1996.
19. FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.
20. \_\_\_\_ **Pedagogia do oprimido**. 21ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
21. GELAIN, I. **O significado do “Êthos” e da consciência ética do enfermeiro em suas relações de trabalho**. Acta Paul. Enf., São Paulo, v.5, n.1/4, p. 14-25, jan/dez., 1992.
22. GARRAFA, V.A. **Dimensão da ética em saúde pública**. São Paulo: FSP/USP; 1995.
23. GERMANO, R.M A. **Ética e o ensino de ética na enfermagem do Brasil**. São Paulo: Cortez, 1993.
24. GLENN, S.; JOWLNALLY, S. **Privacidade: um conceito chave em enfermagem**. Nursing, Lisboa, v.8, n.94, p. 35-8, nov., 1995.
25. HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1991.

26. LUNARDI FILHO, W. D.. **O mito da subalternidade do trabalho da enfermagem à medicina**. Florianópolis, Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 1998.
27. LUNARDI, V. L. **Do poder pastoral ao cuidado de si: a governabilidade na enfermagem**. Florianópolis: Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.
28. MELO, Marcus André B. C.; COSTA, Nilson do Rosário. **Desenvolvimento sustentável, ajuste estrutural e política social: as estratégias da OMS/OPS e do Banco Mundial para a atenção à saúde**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 11, p. 49-108, jun./dez. 1994.
29. MERHY, E.E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. São Paulo: HUCITEC, 2002.
30. MERHY.E.E., CECILIO, L.C.O. O singular processo de coordenação dos hospitais. Campinas, Mimeo (no prelo da revista Saúde em Debate), 2002.

## **O TRABALHO NO CORTE DA CANA-DE-AÇUCAR E AS CONDIÇÕES DE VIDA RELEVANTES NO PROCESSO SAÚDE/DOENÇA DOS TRABALHADORES**

Guilherme José Duarte<sup>5</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho buscou identificar a relação do processo saúde/doença da relação de trabalho dos trabalhadores no corte de cana-de-açúcar bem como a sua relação com os aspectos socioeconômico-ambientais. Para alcançar o objetivo proposto estabeleceu-se uma pesquisa de análise bibliográfica de artigos e periódicos de banco de dados de grande credibilidade. Conclui-se que os vários fatores socioeconômicos-ambientais interferem no processo Saúde/doença dos trabalhadores do corte de cana-de-açúcar e que iniciativas do poder público e de toda a sociedade poderão a curto, médio e longo prazo melhorar as condições de trabalho e saúde desses trabalhadores.

**Palavras-chaves:** Trabalho Rural, Cana-de-açúcar, Saúde/doença.

**ABSTRACT:** The present study was aimed at identifying the relationship health / disease of the employment relation of workers in the sugarcane cutting as well as their relationship with the socioeconomic and environmental aspects. In order to reach this objective, a research of literature review of articles and periodicals of accurate database was established. We conclude that the several socioeconomic and environmental facts interfere in the process disease/health of sugar cane cutting workers and that the initiatives from the government and

---

<sup>5</sup> Mestre em Ciências Ambientais Saúde pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Especialista em Enfermagem do Trabalho pelo CEEN centro de estudo de Enfermagem e Nutrição da Universidade Católica de Goiás. Professor titular no curso de enfermagem da FAQUI – Faculdade Quirinópolis -GO.

society as a whole can, in a short, medium and long term improve working conditions and consequently, the health of these workers.

**Key-words:** Rural work, sugarcane, health / disease

## 1. INTRODUÇÃO

Para contextualizar o problema em estudo cabe destacar as iniciativas do Estado Brasileiro nas últimas décadas, promotor dos incentivos para novas destilarias e usinas de álcool que foram instaladas não só no Estado de Goiás, na Região Sudoeste, mas em várias regiões do Brasil, proporcionando o crescimento do número de empregos diretos e indiretos em toda a cadeia produtiva do setor, inclusive no que se refere ao número de trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar. Paralelamente, ocorreu segundo alguns autores um aumento “forçado” da produtividade destes trabalhadores estimulado pela nova forma de organização do trabalho por meio do sistema de pagamento por quantidade produzida. Foram mudanças que modificaram o perfil das cidades das regiões onde se instalaram as usinas tanto nos aspectos econômicos, urbanos e de serviços indiretos como sociais, ambientais e saúde.

O presente estudo está voltado para a área de saúde/ambiente o qual buscou identificar por meio de análise bibliográfica a relação ao processo saúde/doença da relação de trabalho dos trabalhadores no corte da cana-de-açúcar.

No Brasil, os estudos realizados sobre o trabalho no corte da cana- de açúcar, mostram que esta atividade, anteriormente considerada como árdua e difícil, passou a ser intensificada, colocando muitas vezes em risco a vida e a saúde desses trabalhadores. Adota uma dinâmica de trabalho e remuneração que implica em um tipo de contrato pago por produção de forma que exige a ampliação da jornada diária de trabalho, fato que nem sempre ocorre em condições salubres. Isto impõe ao trabalhador uma situação que o predispõe ao adoecimento físico e sofrimento mental, pois passa a ter um ritmo que é imposto pelas novas relações de trabalho e adotado pelo próprio trabalhador como forma de obter um maior rendimento em seu ganho pelo trabalho realizado, provocando paralelamente baixa autoestima ou exaustão física.

Estes elementos, se agregados às condições da moradia, possibilidade/oportunidade de acesso aos serviços públicos urbanos e sociais, o distanciamento desses trabalhadores de suas famílias e a crescente precarização das condições de trabalho podem ter interferência direta na situação de Saúde/doença da população trabalhadora na produção da cana-de-açúcar, principalmente, daqueles segmentos que tiveram intensificada sua jornada e ritmo de trabalho como forma de compensação pelos baixos salários recebidos.

## 2. CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL

O Brasil a cada ano vem-se afirmando como grande produtor de álcool etanol. Nos últimos anos o mundo tem voltado a atenção para a produção do etanol combustível extraído da cana-de-açúcar devido à necessidade de busca de fontes alternativas de combustível diante da insegurança em relação a uma produção futura de petróleo e questões ambientais envolvendo o aquecimento global. Com isso, o país tem sua grande oportunidade em se tornar uma das maiores potências energéticas do mundo.



Por outro lado, Lopes (2008) afirma que no contexto capitalista de ocupação do espaço e de apropriação da terra como fonte de sujeição de sua renda, a qual é paga por toda a sociedade, bem como de um Estado dominado pelas elites há que se considerar que a dominação sobre os meios de produção e consequente exploração do trabalho alheio tornam-se indispensáveis para a manutenção de tal ordem e o exemplo ainda deixa explícito o desejo de uma classe minoritária dominar uma maioria e no Brasil, fica evidenciado com o surgimento da Lei de Terras de 1850.

Sob a ótica social a respeito dos praticamente um milhão de empregos formais gerados somente nos três setores – cana, açúcar e álcool – a partir do ano de 2005, e apesar das perspectivas de geração de novos postos de trabalho nas indústrias do açúcar e do álcool devido à expansão do setor, muito tem-se escrito sobre os empregos agrícolas – especificamente dos cortadores de cana-de-açúcar – principalmente, sobre as condições de trabalho, ao pagamento por produtividade, ao uso da terceirização na contratação dos cortadores e da migração de trabalhadores de outros Estados, que vem principalmente para São Paulo para trabalhar no corte da cana-de-açúcar. Além destes temas duas mudanças institucionais internas relevantes sinalizam redução da colheita manual com consequente redução e mudança de perfil do empregado agrícola, visto que ambas aceleram o processo de mecanização da colheita: a primeira é a antecipação da proibição da queima no Estado de São Paulo e a outra é o efetivo cumprimento das normas regulamentadoras do mercado de trabalho agrícola no Brasil, por exemplo, a Norma Regulamentadora 31 do Ministério do Trabalho (NR 31). Segundo estimativas da União da Agroindústria do Açúcar (UNICA), haverá redução de aproximadamente 114 mil empregados na lavoura canavieira até safra 2020/2021 (MORAES, 2007).

Sendo assim, Alessi & Navarro (1997) relatam que o trabalho no campo, sob a questão das relações capitalistas de produção passa a ser marcado pela extensão da jornada de trabalho, intensificação do seu ritmo, pagamento por produção, decréscimo real do valor dos salários e descumprimento de direitos trabalhistas. As repercussões dessas transformações nas condições de existência social dos trabalhadores rurais, particularmente nas de saúde, indicam uma situação extremamente grave. Desta forma, a expansão do capitalismo na agricultura, ao provocar migrações expressivas do campo para a cidade, determinou alterações nos padrões de morbimortalidade da população do país.

### **3. O PROCESSO DE TRABALHO NO CORTE DA CANA E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES**

A Pastoral dos Migrantes identifica inúmeros casos em que os atendimentos oficiais não foram eficazes e as mortes de trabalhadores do corte de cana estão registradas nos documentos dos órgãos religiosos, e tem chegado ao Ministério Público que tenta fazer ligação entre óbitos por diagnósticos de infarto com as condições de trabalho conforme afirma Novaes (2007).

No tocante às relações de trabalho ocorre o acirramento do processo de expulsão dos antigos colonos das fazendas, tendo como um de seus resultados a gradativa substituição das relações de trabalho como o colonato, os moradores, a meação, a parceria e a recriação, a propagação do trabalho assalariado (Alessi & NAVARRO, 1997).

Ainda conforme Alessi & Navarro (1997) esse processo não ocorreu de modo linear, mas apresentando fatores diversos derivados do tipo de cultura, sua localização espacial, volume de capital investido e das políticas governamentais de fomentos e subsídios, entre outros. O processo de trabalho manifesta-se subordinado ao capital. E os casos de culturas comerciais como, por exemplo, o café, a cana, a soja e o milho que apesar de

mantidas praticamente constantes as condições técnicas de sua produção, modificam-se os seus processos de trabalho que, sob a dependência do capital, rompem com as relações de trabalho não estritamente capitalistas.

As empresas aqui denominadas de usinas ou destilarias possuem todo um complexo processo de produção onde desde a contratação do trabalhador já é feita no sentido de facilitar e viabilizar esse processo dominador, existindo um controle sistemático em todas as etapas do processo agrícola e dos trabalhadores. As usinas estão organizadas economicamente, geralmente, na forma de empresas privadas, de sociedade anônima ou cooperativa. Algumas delas têm o controle total sobre a produção da cana, do álcool e do açúcar (ALESSI & NAVARRO, 1997).

No entanto, quanto a fiscalização do trabalho nas empresas pelo Estado, no caso em que a relação com a usina é de fornecimento da matéria-prima apenas, não se tem um maior controle sobre sua atividade produtiva e relação com os trabalhadores sendo o Ministério do Trabalho incapaz de acompanhar suas atividades, propiciando uma série de irregularidades trabalhistas (AGUILAR, 2008).

Quando se trata do processo de organização do trabalho na cana ainda predomina o corte manual em várias regiões canavieiras, permitindo ao canavieiro manter o ritmo de trabalho sob seu controle. A remuneração do corte é feita por produção, podendo o trabalhador intensificar ou não o seu trabalho. Com isso, para atender ao ritmo da produção industrial e para desmobilizar qualquer forma de pressão dos trabalhadores os usineiros fazem o possível para intensificar o trabalho desempenhado pelo canavieiro por meio do controle de sua produtividade, que pode ser conseguida mediante estratégias de organização do trabalho como o pagamento por produção a queima da cana, ampliação das tarefas exigidas aos canavieiros, o rigor no acompanhamento do desempenho dos trabalhadores, a seleção dos mais produtivos, a não contratação de mulheres, idosos ou adolescentes, dentre outras. Isso ainda ritmado pela velocidade das máquinas e toda sorte de progresso técnico que a agricultura e a cultura da cana têm alcançado como a mecanização das colheitas, a diminuição do ciclo produtivo da cana, a maior produtividade das variedades com maiores teores de sacarose, as estratégias de gerenciamento da mão-de-obra, dentre outros (AGUILAR, 2008).

Alessi & Navarro (1997) descrevem a atividade do corte de cana sendo primeiramente o corte na base da cana que consiste na retirada da cana na linha; esta etapa exige do trabalhador uma sequência de movimentos corporais dentro de um determinado ritmo. Geralmente com um dos braços o trabalhador abraça o maior número possível de colmos de cana e, em seguida, curva-se para frente e com o podão seguro por uma de suas mãos golpeia com um ou mais movimentos a base dos colmos o mais próximo possível do solo. Em seguida, faz um movimento de rotação e, ao mesmo tempo, levanta o feixe de cana já cortado e deposita-o em montes geralmente atrás de si. O espaço entre esses montes é de geralmente 2 metros, local onde fica o capataz medindo a produção e quantificando quantos metros o trabalhador cortou em sua jornada. A metragem é transformada em toneladas, sendo assim, o trabalhador recebe conforme a sua produtividade. A atividade termina com o desponde do palmito da cana que é a retirada das folhas.

Apesar dos avanços tecnológicos no processo produtivo da cana terem alterado a produtividade nos últimos 50 anos, não ocorreu nas mesmas proporções atenção para preservar a força de trabalho nesta área. Na década de 50, segundo Alves (2006), a produtividade do trabalho era de 3 toneladas de cana por dia de trabalho e na década de 80 a produtividade média passou para 6 toneladas por dia para cada trabalhador; e no final da década de 90 e início da década atual, atingiu 12 toneladas de cana por dia.

Para Novaes (2007) a força física e a destreza são critérios imprescindíveis para assegurar o aumento da produtividade no sistema de corte de cana que leva à intensificação do ritmo de trabalho principalmente porque,

na maioria das vezes, o pagamento é feito de acordo com a produção e quanto maior for esta produção, maior será o seu ganho.

Em relação às condições de moradia e acesso aos serviços de saúde Rocha (2007) relata que geralmente residem em cidades pequenas nos arredores das lavouras e que todas as moradias localizavam-se em bairros afastados do centro da cidade, representando construções simples de alvenaria, com sistema de água encanada e esgoto tratado. Algumas casas possuíam pisos laváveis, quartos com camas individuais, banheiro com vaso sanitário e chuveiro, cozinha com refrigerador, fogão e sala de estar, sendo habitadas por um total de oito a dez trabalhadores do sexo masculino e solteiros.

Ainda segundo Rocha (2007) quando os trabalhadores constituíam famílias eram obrigados a deixar essas residências, ocupando casas menores e em condições menos adequadas de sobrevivência, realidade observada em moradias localizadas em terrenos não asfaltados, nos quais diversas casas são construídas bem próximas umas das outras, sem muro separando os espaços familiares, não oferecendo qualquer privacidade aos moradores e formando aglomerados populacionais sem as mínimas condições de higiene; verificou-se também a presença de grande quantidade de lixo acumulado nessas áreas, latões de lixo destampados nas portas das inúmeras casas, inúmeros insetos e roupas sujas jogadas pelo terreno, misturadas à sujeira e à terra do chão.

Entre os trabalhadores temporários, encontram-se dois grupos de trabalhadores: 1º os volantes, bóias-frias ou proletários que são aqueles totalmente expropriados dos meios de produção, residem fora da propriedade agrícola ou em alojamentos, geralmente, nas periferias dos distritos ou cidades e se locomovem diariamente até o local de trabalho para realizar suas atividades. Os volantes são mais pobres, pois não conseguem estabilidade no emprego e por isso submetem-se a constantes migrações, têm menos poder de mobilização social reivindicatória e para participação nos sindicatos estão mais suscetíveis à empresas ou empreiteiros que burlam a legislação trabalhista. O segundo grupo, os sazonais, que são aqueles pequenos agricultores que ainda detém algum meio de produção com a posse da terra, mas precisam vender sua força de trabalho temporariamente para conseguir assegurar sua reprodução enquanto segmento social (AGUILAR, 2008).

Alessi e Navarro (1997) relatam o processo de trabalho, e os padrões de desgaste e reprodução da força de trabalho empregada no corte de cana-de-açúcar e descrevem como sendo os principais dentre a rotina de trabalho de um cortador de cana: o fornecimento e o uso de equipamento de proteção individual (EPIs), o transporte dos trabalhadores, as altas temperaturas a que são expostos e a alimentação, dentre outros. Destacam ainda que estes são, às vezes, improvisados pelo próprio trabalhador e em muitas situações são insuficientes, pois desgastam pela rotina intensa de trabalho, ficando o trabalhador responsável pela compra de novos, fato que favorece o uso inapropriado do equipamento na tentativa de preservá-lo. Ainda, outro aspecto importante do processo de trabalho é o transporte dos trabalhadores que apesar de regulamentado pela Norma Regulamentadora nº 31/(2005) do Ministério do Trabalho<sup>6</sup>, ainda apresenta graves problemas.

Enfim, diante do que foi exposto constata-se que algumas atividades, anteriormente exercidas por trabalhadores livres, que mesmo na era da informação de alta velocidade e, neste caso, o trabalho na produção

---

<sup>6</sup> O transporte de trabalhadores rurais deve ser feito em veículo de transporte coletivo de passageiros, devendo observar vários requisitos de segurança, sendo: transporte de todos os passageiros sentados, o veículo deve ser conduzido por motorista habilitado e devidamente identificado, possuir compartimento resistente e fixo para guardar ferramentas e materiais, separados dos passageiros. O transporte em veículo adaptado somente ocorrerá em situações excepcionais, mediante autorização prévia da autoridade competente em matéria de trânsito.

agrícola, continuam expostos praticamente às mesmas mazelas vividas por escravos, mas agora vivenciam em seu cotidiano situações que colocam em riscos a saúde física e mental e por vezes a própria vida.

Em seus estudos Marziale & Mendes (2007) definem a pobreza como fator predisponente ao adoecimento de trabalhadores do corte de cana apresentada em uma pesquisa exploratória, estruturada na teoria social ecológica que identifica os fatores individuais, sociais e ambientais ao adoecimento de trabalhadores que seria um dos principais setores da economia brasileira. Dentre os fatores individuais e sociais, Moraes (2007) afirma que a maior parte dos trabalhadores no corte de cana tem baixa escolaridade, impossibilitando o exercício de atividade que exija maior qualificação. E, quanto a isso, em seus estudos, Scopinho & Valarelli (1995) afirmam que o estado geral de saúde dos trabalhadores é agravado pela precariedade das condições de vida em termos de, por exemplo, grau de instrução, dentre outros.

No que se refere à qualidade de vida do trabalhador Heloani & Capitão (2003) destacam que hoje é vista, pelo menos como uma política de relações públicas, ou como uma meta quase recorrente, deve-se perguntar o que no trabalho pode ser apontado como fonte específica de nocividade para a vida mental. A trama em que essa questão está envolta é quase evidente: a luta pela sobrevivência leva a uma jornada excessiva de trabalho e as condições em que o trabalho se realiza repercutem diretamente na fisiologia do corpo. Afirmam ainda que o trabalho não pode ser uma negatividade da vida, mas, muito pelo contrário, deve ser a expressão da vida, algo que o Capitalismo em suas mais variadas versões apresentadas no decorrer da história não permitiu que ocorresse. Eis o enigma que cabe ao homem contemporâneo decifrar para não ser definitivamente devorado por ele.

Conforme Jacques (2003) nos últimos anos tem havido um interesse crescente por questões relacionadas aos vínculos entre trabalho e saúde/doença mental. Tal interesse é consequência, em parte, do número crescente de transtornos mentais e comportamento associados ao trabalho que se constata nas estatísticas oficiais e não oficiais. Abordando este mesmo aspecto Merlom (2002) relata que a percepção de que o trabalho pode ter consequências sobre a saúde mental dos indivíduos é muito antiga.

A tentativa de explicar os processo de adoecimento mental e, por consequência seu método de recuperação e tratamento, para Amaro (2008) oscilou desde a Antiguidade até o período contemporâneo sob três tendências: a tentativa de explicar as doenças da mente em termos físicos, isto é, o método orgânico; a tentativa de encontrar explicações psicológicas e sociais e a tentativa de lidar com o não conhecimento por meio de explicações sobrenaturais.

Ainda abordando a questão da saúde e condições de trabalho em seus estudos, Alessi & Navarro (1997) descrevem que os trabalhadores chegam muito cedo ao canavial e, apesar disso, enfrentam temperaturas elevadas, pois a prática de se queimar a cana antes de seu corte aquece a terra e, algumas vezes, o calor se conserva até o final da jornada que se intensifica pela ação do sol, expondo-os à insolação e desidratação. Estes autores destacam ainda que o cortador de cana subordinado a outros trabalhadores, os responsáveis em aliciar estes para o trabalho. Não muito raro estes capatazes podem usar de maus tratos e todo tipo de violência para com os trabalhadores, inclusive o fato do não registro da quantidade correta a que o trabalhador cortou e tem direito de receber, procedimento usado para roubar o trabalhador. Ainda são muito comuns os acidentes de trabalho como cortes com o podão (instrumento usado pelo trabalhador para cortar a cana), acidentes com animais peçonhentos, exposição excessiva ao sol e toda sorte de intempéries como chuva e outros.

De maneira conclusiva Alessi & Navarro (1997) ainda afirmam que é impossível negar o quanto o trabalho do cortador de cana é árduo, pois além de expor o trabalhador a toda sorte de intempéries, como a maioria dos

trabalhos rurais, ( e aqui é bom lembrar que a temperatura nos canaviais pode chegar a atingir os 40° C), há risco de acidentes com animais peçonhentos, intoxicação por agrotóxicos, entre outros, submetendo-se a ritmos acelerados na medida em que o ganho, geralmente, dá-se por tarefa realizada. Pode-se, portanto identificar estes como condicionantes importantes que afetam a saúde tanto física como mental do cortador de cana.

Neste sentido, Stefanelli (2008) afirma que saúde mental é o estado de funcionamento harmônico que as pessoas desenvolvem e mantêm para viver em sociedade em constante interação com seus semelhantes e meio ambiente, valendo-se de sua capacidade para descobrir e potencializar suas aspirações e possibilidades e, inclusive, de provocar mudanças quando estas são necessárias, face à diversidade do mundo em que vivem sendo, porém capazes de reconhecer suas limitações.

As ações de saúde mental durante muito tempo foram consideradas, segundo Andrade et al. (2009), de modo isolado e se buscava a promoção dessas ações a partir da exclusão de fatores sociais, econômicos, culturais, políticos, dentre outros. Desse modo, a compreensão no âmbito da saúde mental passa pelo crivo desses conceitos a fim de que haja uma percepção de como o desemprego, o aumento da pobreza, o abandono, a desesperança, o isolamento social, entre outras situações afetam a qualidade de vida das pessoas.

Estes aspectos foram comprovados com os avanços das ciências biológicas e comportamentais, os quais para Stefanelli (2008) esclarecem cada vez mais que não só as doenças físicas sofrem influência de uma combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais, mas também as mentais. A estes, podem-se somar também os fatores culturais e os espirituais, pois atribuir a doença mental a um só fator é favorecer a visão parcial do processo. Não havendo critérios suficientemente objetivos para se afirmar onde termina uma e começa a outra é, portanto, necessário considerá-la como um processo contínuo ou relação mútua. Quando doença física não se tem muita dificuldade em associar fatores de predisposição e sentido de prevenção, já em relação à saúde mental, mesmo nos dias atuais, as pessoas têm dificuldade em trabalhar sua prevenção em saúde mental.

Heloani & Capitão (2003) afirmam que um dos objetivos mais recentes das ações de saúde mental não se restringe apenas à cura das doenças ou a sua prevenção, mas envidar esforços para a implementação de recursos que tenham como resultados melhores condições de saúde para a população. Neste sentido, vários fatores podem ser citados como determinantes para um crescente interesse em relação à associação entre trabalho e adoecimento mental; é certo também que esta relação sempre esteve presente quando se trata das diferentes formas de relações de trabalho pelos vários momentos de desenvolvimento econômico vividos pelo mundo.

#### 4. CONCLUSÃO

Apesar das relativas melhorias nas condições de trabalho impostas pelo Ministério do Trabalho ainda pode-se afirmar que está presente a pobreza e a miséria dentre os trabalhadores do corte da cana que ainda se submetem à exploração e às condições desumanas de trabalho e saúde.

Quanto às relações sociais os trabalhadores em sua maioria estão expostos a grande violência e a desvalorização social, além da discriminação nas cidades onde as usinas estão instaladas com o sentimento de serem “eternos retirantes”.

O cortador de cana apenas executa a sua atividade repetitiva sem dominar as demais etapas do processo de produção, assim limitando de certa forma um futuro não muito diferente do presente em relação às expectativas profissionais.

Enfim, o processo de adoecimento dos trabalhadores no corte de cana-de-açúcar pode estar intensificado se comparado a outras populações. Pode-se considerar como condições propícias para o processo de adoecimento destes trabalhadores a associação de diferentes fatores e dentre eles está a organização do trabalho pelo sistema de produção que é vista como um grande vilão no corte da cana, isto porque o ritmo acelerado leva à execução do trabalho para além das forças do trabalhador, que chega à exaustão. Além disso, o isolamento e a ausência de um apoio social, o ambiente de discriminação pela população da cidade provoca e agrava o sentimento de rejeição e abandono dessa população trabalhadora.

Diante desta situação é necessário que haja um olhar vigilante e fiscalizador das autoridades responsáveis pela saúde e segurança no trabalho do corte de cana em Goiás, diante de sua rápida ampliação. É preciso desenvolvimento de políticas públicas voltadas aos trabalhadores do corte de cana, principalmente para aqueles que fazem parte de grupos mais vulneráveis ao adoecimento mental e físico como as mulheres e trabalhadores acima de cinquenta anos. É primordial ter uma maior presença e atuação do Poder Público, seja por meio de políticas específicas, seja na ação profissional da equipe multidisciplinar em saúde mental cuja intervenção é de grande importância, não somente na fase curativa da assistência, bem como em todos os níveis que caracterizem a prevenção. Como estratégia ampliar e qualificar psicólogos e médicos psiquiatras e outros profissionais, como enfermeiros, fisioterapeutas, educadores físicos, nutricionistas em ações não somente curativas, mas também de caráter preventivo.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGUILAR, Maria Virgínia de Almeida, Perfil Social dos canavieiros de cana-de-açúcar da bacia do alto Paraguai (BAP), Mato Grosso, Cuiabá, MT. **Núcleo de estudo rurais e Urbanos da Universidade Federal do Mato Grosso**, 2008.
2. ALESSI, Neiry Primo and NAVARRO, Vera Lúcia. Saúde e trabalho rural: o caso dos trabalhadores da cultura canavieira na região de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 13, suppl. 2, 1997.
2. ANDRADE et. Al. Saúde mental na atenção básica: um estudo epidemiológico baseado no enfoque de risco. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, vol. 62, n 5 Set/Out. 2009.
3. HELOANI, José Roberto; CAPITÃO, Cláudio Garcia; Saúde Mental e psicologia do trabalho. **Rev. São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Aril./ Jun. vol 17 n 2 2003.
4. JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Abordagens teórico-metodológicas em saúde/doença mental & trabalho. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte Jan./June vol.15, n.1, 2003.
5. LOPES, Dóri Éderson. Conflitos Agrários e a agroindústria canavieira em Castilho – SP, **Rev. Geografia Agrária**, São Paulo, v3, n.5, p. 93-112, fev. 2008
6. MARZIALE, Maria Helena Palucci; MENDES, Isabel Amélia Costa; Pobreza e desenvolvimento humano: estratégias globais. **Rev. Latino-americana de enfermagem**. São Paulo, set/out especial n 15 709-12 2007.
7. MERLO, Álvaro Roberto Crespo and LAPIS, Naira Lima. A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho. **Psicol. Soc.** Porto Alegre Jan./Apr. v. 19, n. 1, 2007.
8. MORAES, Márcia Azanha Ferraz Dias de. O mercado de trabalho da agroindústria canavieira: desafios e oportunidades. **Econ. Apl., Ribeirão Preto** Oct.\Dec v. 11, n. 4, 2007.

9. NOVAES, José Roberto Pereira, Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais paulista. **Ver. Estudos Avançados**. São Paulo, jan/Abril 2007.
10. ROCHA, Fernanda Ludmilla Rossi; MARZIALE, Maria Helena Palucci and ROBAZZI, Maria Lucia do Carmo Cruz. A pobreza como fator predisponente ao adoecimento de trabalhadores do corte de cana-de-açúcar. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. Ribeirão Preto Sept./Oct. v. 15, n. spe, 2007.
11. SCOPINHO, R. A. e VALARELLI, L. "Modernização e Impactos Sociais". caso da agroindústria sucroalcooleira na região de Ribeirão Preto (SP) (pp. 87-114). **Rio de Janeiro Rio de Janeiro: FASE**. 1995.
12. STEFANELLI, Maguida Costa; FUKUDA, Ilza Marlene Kuare; ARANTES, Evalda Cnaçado. Enfermagem Psiquiátrica em suas dimensões assistenciais. Pág 122 v **1Ed. Manole**; São Paulo, 2008.

## PARTO NORMAL HUMANIZADO: UMA VISÃO HISTÓRICA

Juliane Zanovelli Domingues Valadão<sup>7\*</sup>  
Carla Roberta Silva Souza; Júlia Maria Medeiros<sup>8</sup>

**RESUMO:** O parto normal é importante por ser um momento muito especial para mulher e merece uma atenção especial, com educação, cuidado, respeito, enfim, mais humanizado tratando a mulher como um ser humano e de forma holística. Antes do século XX, o parto normal era realizado em domicílio, de forma natural sem intervencionismo, pois era visto como um processo fisiológico e hoje ele é submetido a um ambiente hospitalar onde é visto como patológico necessitando de cuidados médicos, aumentando assim a realização de partos cirúrgicos e com isso houve um aumento dos índices de morbimortalidade materna e perinatal, há então, a necessidade de que o parto aconteça de forma mais natural, exigindo então um programa de humanização da assistência. O parto normal humanizado preconiza a utilização de métodos de relaxamento muscular, respiração, massagens, musicoterapia, deambulação para alívio da dor e também o direito à escolha de procedimentos antes feitos de rotina tornando esse momento mais tranquilo, no qual a mulher passa ser vista como protagonista do parto. O intuito do estudo é correlacionar o atual intervencionismo no parto normal com a visão holística do parto normal humanizado, conscientizando os mesmos de que eles podem e devem promover um cuidado de forma humanizada. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual foram utilizadas bases de dados Scielo-Brasil e Biblioteca Central da Universidade de Rio Verde-FESURV para estrutura e análise da pesquisa. O cuidado humanizado pode e deve ser implantado, porém necessita de um maior interesse dos profissionais enfermeiros e das unidades obstétricas que devem oferecer um suporte para que a assistência de enfermagem durante o parto normal aconteça de forma humanizada.

**Palavras-chave:** Parto normal, humanização, assistência de enfermagem.

**ABSTRACT:** The normal childbirth is important because it a very special moment for women and deserves a better care, with education, care, respect, more humanized finally treating the woman as a human being and holistic way. Before the twentieth century the normal childbirth was performed at home in a natural way without interventionism, it was seen as a physiological process, and today he is subjected to a hospital surroundings where it is seen as pathological and needs medical care, increasing the performance of Surgical births, and with it an increase in rates of maternal and perinatal morbidity, then there is a need for the birth happen in a more natural, then a demanding program of humanization of care. The normal humanized childbirth advocates the use of methods of muscle relaxation, breathing, massage, music, walking to relieve pain and also the right of choice of procedures made the routine before making a more relaxing time, respecting the woman and making her the protagonist giving birth. The study is to correlate the current intervention in normal birth with a holistic view of the vaginal humanized, they aware that they can and must promote a humane form of care. . This is a literature search. Where were used databases Scielo Brazil-Central Library and the University of Rio Verde FESURV-up for the search. The humanized care can and must be implemented, but needs a greater interest of professional nurses and obstetric units, which should provide a support for the nursing care during normal birth happen so humanized.

**KEYWORDS:** Labor, humanization, nursing care.

<sup>7</sup> Enfermeira Especialista/Mestranda, docente da Universidade de Rio Verde – FESURV e Faculdade de Quirinópolis (FAQUI)

<sup>8</sup> Graduandas de enfermagem da Universidade de Rio Verde – FESURV



## INTRODUÇÃO

A humanização do parto envolve um conjunto de técnicas, conhecimentos e práticas que visam um nascimento saudável para o bebê e uma vivência reprodutiva para a mulher com sucesso (BRASIL, 2001). Humanizar o parto é criar condições para que as necessidades do ser humano sejam atendidas (CASTRO, 2005).

A humanização no parto depende da adequação da estrutura da unidade para receber a parturiente e seu acompanhante, necessita de materiais e aparelhagem adequada e também que o enfermeiro tenha uma visão holística, ou seja, veja o paciente como um todo e não apenas por partes ou procedimentos para que o parto seja uma experiência positiva na vida da mulher. O enfermeiro deve ter a capacidade de intervir diante de complicações, já que é eleito para acompanhar o parto normal humanizado por ser o profissional que tem a maior permanência nas unidades obstétricas, podendo se dedicar integralmente à parturiente. Toda a interação faz do parto um milagre na vida da mulher.

O Ministério da Saúde dispõe sobre a humanização do parto normal na maioria das unidades obstétricas, porém o projeto não está sendo colocado em prática, pois não há uma assistência de enfermagem humanizada nas instituições que prestam o cuidado; há assim uma priorização da tecnização da assistência e um excesso de intervenções médicas.

Verifica-se que a institucionalização do processo de parir fez com que houvesse um aumento da mecanização do parto normal, tornando-o um processo totalmente hospitalar, com aumento de medicalização, processo invasivo em que há uma fuga do modelo holístico da assistência de enfermagem humanizada. Nota-se que grande parte das mulheres possui um conceito negativo da maternidade, muitas reclamam do local de atendimento para onde estão sendo encaminhadas, do sofrimento que sentem ao parir seus filhos e ainda da falta de companhia que muitas vezes faz com que elas se sintam em um lugar estranho, sendo assim essa experiência se torna ruim para a parturiente, o que pode fazê-la perder a vontade de ter uma nova gestação.

Para que a assistência ao parto normal aconteça com humanização é necessário uma interação humana que leve em consideração o direito de cidadania, o pensamento problematizador e a ética no cuidado; significa integrar diferentes conhecimentos e respeitar a singularidade do paciente tornando o trabalho ético e criativo (NATIONS, 2007). Ou seja, para que a proposta se realize deve haver uma adequação na unidade obstétrica e também comprometimento e interesse do profissional de estar prestando um cuidado humanizado.

Devido à grande relevância do parto normal humanizado para a saúde da mulher o estudo visa uma conscientização do profissional de enfermagem a cerca do parto normal realizado de forma humanizada, para que possa ser realizada uma assistência mais adequada à parturiente.

Acredita-se que o assunto abordado possa constituir um aporte de conhecimento que fundamente a assistência do enfermeiro, para atuar no setor obstétrico, reconhecendo sua importância na humanização.

O estudo tem como objetivo demonstrar ao acadêmico de enfermagem e ao enfermeiro que a assistência ao parto normal, nos centros obstétricos, pode ser humanizada e ainda correlaciona o atual intervencionismo no parto normal com a visão holística do parto normal humanizado realizado antigamente.

## MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que se utilizou livros, artigos e manuais sobre parto normal humanizado. Foram usados os seguintes descritores para seleção dos artigos: parto normal, humanização e assistência de enfermagem. A pesquisa bibliográfica é a explicação de um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos científicos, livros ou documentos, buscando conhecimento e análise de um determinado assunto tema ou problema (CERVO, 2002).

Primeiramente, foi realizada uma análise de títulos e conteúdos selecionando de acordo com os descritores e descartando os artigos que não estavam no contexto do tema; em seguida foi selecionado por uma leitura minuciosa o material que melhor se encaixasse na proposta pesquisada, levantando todos os aspectos importantes para a confecção da pesquisa.

Foram encontrados quatorze artigos científicos relacionados com os descritores, livros de obstetrícia e manuais sobre parto normal humanizado. A pesquisa foi realizada por revista eletrônica, na base de dados Scielo-Brasil, no período de 2001 a 2008, onde foram encontrados dois artigos na revista Brasileira de Enfermagem, três artigos na revista Latino Americana de Enfermagem, dois artigos na Revista Escola de Enfermagem da USP, cinco artigos no Caderno de Saúde Pública, um artigos na Texto e Contexto em Enfermagem, e um artigo na Revista Eletrônica de Enfermagem. Todos os artigos indexados apresentavam títulos relacionados com os descritores.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os artigos selecionados argumentam sobre parto normal antigamente e nos dias atuais, parto cesário, cuidado humanizado a visão da enfermeira, percepção das parturientes.

De acordo com Bruggemann (2005) o parto normal ocorria no domicílio da parturiente com o auxílio de parteiras ou familiares e com o passar dos tempos diante de muitas complicações ocorreu um aumento de morbimortalidade materna e neonatal, com isso o parto passou a ser realizado em meio hospitalar. Como consequência houve também um aumento de medicalização para indução do parto, ou seja, economia de tempo para os profissionais envolvidos na assistência ao parto. Com a institucionalização houve um afastamento da família e do ambiente familiar, inserindo a mulher em um local que atende apenas às necessidades da equipe e não às necessidades da parturiente, fazendo com que as mulheres fiquem em um ambiente coletivo e sem privacidade; ainda foram inseridas em um montante de rotinas e procedimentos que tornaram a mulher passiva e sem direitos de escolhas, assim deixando de ser a protagonista do seu parto.

De acordo com Dias (2004) a partir da década de 90 houve um aumento abusivo das taxas de cesarianas no Brasil, pois era uma alternativa mais segura ao parto vaginal, porém a prática se tornou intensa e um bem estar de consumo para aquelas que detêm melhor poder aquisitivo. O parto cesariano também possui muitos riscos para mulher e seu bebe, por isso diante de um aumento da morbimortalidade materna e neonatal há a necessidade de resgatar o caráter fisiológico do parto, fazer com que os partos cesáreos ocorram apenas quando não houver a possibilidade do parto normal.

Muitas vezes as mulheres preferem o parto cesáreo por medo da dor e do tratamento que ocorre nas maternidades. Detectando todo o processo realizado nas maternidades de hoje o Ministério da Saúde propõe uma assistência humanizada ao parto normal, acabando com a violência institucional e promovendo medidas de alívio de dor, conforto e bem estar para a mulher a fim de resgatar toda a fisiologia do parto.

Almeida (2005b) reforça o processo de humanização com o incentivo ao aleitamento, alojamento conjunto, presença de acompanhante, diminuição de excesso de procedimentos durante o trabalho de parto e ainda uso de técnicas para alívio da dor e ansiedade. Os profissionais devem ter respeito à dignidade e

sensibilidade ao instituir uma atitude ética no qual os seres percebam e reconheçam os direitos uns dos outros. O enfermeiro que é o profissional e está presente em todo o processo deve ser capacitado para que realize intervenções não como rotina, mas sim fazendo com que a parturiente se sinta bem e cuidando para que o parto seja um momento feliz e tranquilo na vida da mulher, ou seja, que o profissional enfermeiro atue com uma visão humana e holística.

Para Castro (2005) o profissional de enfermagem visualiza o processo de humanização do parto como estratégia política para que o parto normal aconteça de forma fisiológica, não utilizando o excesso de procedimentos e intervenções para que haja uma melhora na saúde da mulher após o mesmo.

Nations (2007) propõe que o profissional, atuante no setor obstétrico realize uma assistência de qualidade, respeite as diferenças culturais de cada cidadão e estabeleça uma relação de sensibilidade e atitudes para que o cuidado seja justo a cada parturiente.

Porém, acredita-se que além do profissional que atua na assistência do parto necessita-se também de uma adequação física da unidade obstétrica para a realização do cuidado humanizado.

Carraro (2006) discorre sobre o comportamento das parturientes diante de um tratamento humanizado realizado pela equipe de assistência de enfermagem e de acordo com sua pesquisa, as parturientes sentem-se mais seguras, tranquilas e mais relaxadas se houver uma amenização da dor e também junção com o final do trabalho de parto com o alívio e superação da dor e de possuir o filho em seus braços; todo esse processo pelo qual a mulher é envolvida, faz com que a experiência do parto tenha sido positiva e isso reflita por toda a sua vida.

Diante deste contexto, a pesquisa foi elaborada dentro dos seguintes assuntos: Gravidez e o trabalho de parto, história do parto, parto normal nos dias atuais, humanização da assistência ao parto normal e parto normal humanizado. O assunto foi discorrido de acordo com o material pesquisado agrupando-os da maneira a facilitar o entendimento acerca do tema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período gestacional, trabalho de parto e parto constituem um momento significativo na vida da mulher e de sua família. Na assistência de enfermagem prestada às parturientes houve ao longo dos tempos modificações significativas. O parto deixou de ser realizado por uma parteira em sua casa para ser realizado no ambiente hospitalar, tornando-o um procedimento médico-cirúrgico; neste as mulheres são submetidas a uma cascata de procedimentos, deixando o momento cheio de medo e dor, perdendo assim a sua autonomia diante do processo parturitivo.

Com a hospitalização há um aumento nos índices de cesarianas, morbimortalidade materna e infantil. Entretanto, existem movimentos que incentivam o parto normal realizado de forma humanizada, na qual a assistência de enfermagem é humanizada e a parturiente é tratada de forma holística, tendo respeito ao caráter fisiológico do parto. O Ministério da Saúde fomenta que o parto normal sem complicações seja realizado pelos enfermeiros obstétricos, pois eles se adequam melhor ao perfil para a assistência humanizada.

O Ministério da Saúde propõe que o parto normal seja realizado de forma humanizada para que a mulher protagonize o seu parto com respeito a sua cidadania, privacidade, escolha e autonomia. Durante todo o processo de trabalho de parto elas são apresentadas a unidade, explicados todos procedimentos realizados, oferecidas técnicas de alívio da dor, como técnicas de relaxamento, respiração, deambulação, massagens e ainda o direito à

escolha de posições durante o trabalho de parto; as parturientes ainda escolhem sobre a realização de procedimentos como a tricotomia, enema e restrição alimentar.

No entanto, para que o parto normal ocorra de forma humanizada, é necessária a adequação das unidades obstétricas e conscientização dos profissionais envolvidos, uma vez que enfermeiro deve estar apto e capacitado para a realização das técnicas e cuidados, até mesmo na forma mais educada de tratamento com as pacientes e também para instrução de sua equipe, pois a assistência humanizada ocorre quando toda a equipe trabalha em conjunto.

É de suma importância que o parto normal seja realizado de forma humanizada fazendo com que a mulher se sinta a protagonista de seu parto, respeitando todos seus direitos como cidadã de maneira ética e dedicada.

## REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, N. A. M. Utilização de técnicas de respiração e relaxamento para alívio de dor e ansiedade no processo de parturição. **Revista Latino Americana Enfermagem**, p 52-58, v.13, n.1, jan-fev, 2005a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v13n1/v13n1a09.pdf>>. Acesso em: 10 ago.2008.
2. ALMEIDA, N. A. M. *et.al.* A humanização no cuidado à parturição. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, p 355-359, v.7, n.3, 2005b. Disponível em: <[http://www.fen.ufg.br/revista/revista7\\_3/revisao\\_02.htm](http://www.fen.ufg.br/revista/revista7_3/revisao_02.htm)>. Acesso em: 10 ago.2008.
3. BARBOSA, I. A.; SILVA, M. S. P. Cuidado humanizado de enfermagem: o agir com respeito em um hospital universitário. **Revista Brasileira Enfermagem**, p 546-561, v.60, n.15, Brasília 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v60n5/v60n5a12.pdf>>. Acesso em: 15 ago.2008.
4. BRASIL. Ministério da Saúde. **Parto, Aborto e Puerpério Assistência humanizada a mulher: acompanhamento da mulher durante o trabalho de parto**, p. 64, Brasília DF, 2001.
5. BRUGGEMANN, O. M. *et.al.* Evidências sobre o suporte durante o trabalho de parto/ parto: uma revisão da literatura. **Caderno Saúde Pública**, p 1316-1327, v.21, n.5, set - out, 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v21n5/03.pdf>>. Acesso em:11 ago.2008..
6. CARRARO, T. E., *et.al.* Cuidado e conforto durante o trabalho de parto e parto: Na busca pela opinião das mulheres. **Texto Contexto Enfermagem**, Florianópolis, p. 97-104, v.15, 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15nspe/v15nspea11.pdf>>. Acesso em:15 ago.2008.
7. CASTRO, J.C. Parto humanizado na percepção das enfermeiras obstétricas envolvidas com a assistência ao parto. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, p. 960-967, v.13, n.6, Nov. 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v13n6/v13n6a07.pdf>>. Acesso em:10 ago2008.
8. CERVO, A. L., BEVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo:Prentice Hall, 2002. 223p.
9. DAVIN, R. M. B.; MENEZES, R. M. P. Assistência ao parto normal. **Revista Latino Americana enfermagem**, p 62-68, Nov-dez, 2001.
10. DIAS, M. A. B.; DESLANDES, S. F. Cesarianas: percepção de risco e sua indicação pelo obstetra em uma maternidade pública no município do Rio de Janeiro. **Caderno de Saúde Pública**, p 109-116, Rio de Janeiro,

- v.20, n.1 jan - fev, 2004. Disponível em: < <http://www.scielo.org/pdf/csp/v20n1/25.pdf>>. Acesso em:10 ago.2008.
11. GUIMARÃES, D. T. **Dicionário de termos médicos e de enfermagem**. São Paulo: Editora Rideel, 2002, 473p.
  12. MACHADO, N. X. S.; PRACA, N. S. Centro de parto normal e assistência obstétrica centrada nas necessidades da parturiente. **Revista escola enfermagem USP**, v.40, n.20, 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v40n2/16.pdf>>. Acesso em:20 ago.2008.
  13. MANUAL DO PARTO HUMANIZADO. Fortaleza, jan 2000. Disponível em: <<http://www.amigasdoparto.com.br>>. Acesso em 26 ago.2008.
  14. MCCALLUM, C.; REIS, A. P. Re- significando a dor e superando a solidão: experiências do parto entre adolescentes de classes populares atendidas em uma maternidade pública de Salvador, Bahia, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, p 1483-1491, Rio de Janeiro, v.22, n.7, julho de 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n7/12.pdf>>. Acesso em:20/08/2008.
  15. MOURA, F. M. J. P., *et.al*. A humanização e a assistência de enfermagem ao parto normal. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, p. 452-455, v.60, n.4,jul-ago. 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/reben/v60n4/a18.pdf>>. Acesso em:10 ago.2008.
  16. NATIONS, M. K. *et.al*. Cuidado “cavalo batizado” e crítica da conduta profissional pelo paciente-cidadão hospitalizado no nordeste brasileiro. **Caderno de Saúde Pública**, 2103-2112, Rio de Janeiro, v.23, n.9, set, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n9/11.pdf>>. Acesso em:20 ago.2008.
  17. REZENDE, J.; MONTENEGRO, C. A. B. **Obstetrícia Fundamental**,9.ed.Cidade:editora. Editora Guanabara Koogan, 2003, 670p.
  18. SODRÉ, T. M.; LACERDA, R. A. O processo de trabalho na assistência ao parto em Londrina-PR. **Revista Escola de Enfermagem USP**, p 82-89, v.41, n.1, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41n1/v41n1a10.pdf>>. Acesso em:20 ago.2008.
  19. TORNIQUIST, C. S. Paradoxos da humanização em uma maternidade do Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, p 419-427, Rio de Janeiro, v.19, 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/csp/v19s2/a23v19s2.pdf>>. Acesso em:20 ago.2008.

## WEBGRAFIA

1. ABC DA SAÚDE; **Câncer de mama**; disponível em <http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?611>; acesso em 29 mar.2009 às 23:02.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. Estimativa 2008. **Incidência de Câncer no Brasil**. Disponível em: < [http://www.inca.gov.br/estimativa/2008/index.asp?link=conteudo\\_view.asp&ID=5](http://www.inca.gov.br/estimativa/2008/index.asp?link=conteudo_view.asp&ID=5) >. Acesso em: 13 mar.2009. às 10:51.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Situação do Câncer no Brasil**. Disponível em: < [http://portal.Saude.gov.br/portal/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=25441](http://portal.Saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=25441) >. Acesso em: 19 out.2008. às 12:56.
4. BORGUESAN; D. H. P. et al. Auto – exame das mamas: conhecimento e prática entre profissionais da área da saúde de instituição pública. **Acta Scientiarum. Health Sciences**. Maringá; v. 25 n. 1, 2003.

5. FURTADO; A. K. F.; SILVA; D.J.da. **Conhecimento sobre o auto - exame das mamas em um grupo de mulheres.** Disponível em: < <http://www.fisio-tb.unisul.br/tccs/04a/ana/artigoanakrisfaccinfurtado.pdf> >. Acesso em: 13 out.2009.
6. PARANÁ OM LINE. Vida e Saúde/ notícias. Câncer de mama está aumentando entre as jovens. **Redação O estado do Paraná.** Publicado em: 29/08/2007.
7. SILVA; B. da. et al. Conhecimento e realização do auto - exame de mamas em pacientes atendidas em ambulatório central da Universidade de Caxias do Sul. **Arquivos Catarinenses de Medicina.** Caxias do Sul, v. 37, n. 3. 2008.

## **VISÃO DO ENFERMEIRO, DAS MAIS DIVERSAS ÁREAS DE ATUAÇÃO, EM RELAÇÃO À ENFERMAGEM PSIQUIÁTRICA**

**GUILHERME JOSÉ DUARTE** Mestre em Ciências Ambientais Saúde pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Especialista em Enfermagem do Trabalho pelo CEEN centro de estudo de Enfermagem e Nutrição da Universidade Católica de Goiás. Professor titular no curso de enfermagem da FAQUI – Faculdade Quirinópolis -GO.

**JUCIANE PEREIRA DE LIMA** Graduada em Enfermagem pela Universidade de Rio Verde – FESURV.

**NEIVA FERNANDA CHINVELSKI DUARTE** Mestre em Ciências Ambientais Saúde pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Especialista em CCIH pelo CEEN, Centro de Estudo de Enfermagem e Nutrição da Universidade Católica de Goiás. Professora titular no curso de Enfermagem da FAQUI – Faculdade Quirinópolis -GO.

**Resumo** Cada vez mais o estudo da psiquiatria se faz necessário a todos os profissionais de saúde, principalmente para a Enfermagem que lida diretamente com o paciente. Neste contexto, o presente trabalho busca conhecer qual a visão do enfermeiro, das mais diversas áreas de atuação, em relação à enfermagem psiquiátrica. Para alcançar o objetivo proposto estabeleceu-se uma pesquisa de campo quali-quantitativa que buscou analisar as informações por meio de um questionário aplicado aos enfermeiros que trabalham na rede municipal de saúde da cidade de Rio Verde. Verificou-se que, (41.2%) tem entre 1 -5 anos de formado, (94.1%) fizeram algum tipo de especialização, (58.8%) relatam nunca terem atuado com pacientes psiquiátricos, do restante (11.8%) atuaram durante 2 anos apenas. Quando questionados se já pensaram em atuar nessa área (64.7%) disseram que não, (82.4%) disseram que aceitariam trabalhar, (64.7%) afirmaram nunca terem feito algum tipo de treinamento e (70.6%) relataram que imaginam ser fácil a interação enfermeiro/paciente psiquiátrico. De acordo com este estudo verificou-se que a maioria dos enfermeiros entrevistados não pensa em atuar em enfermagem psiquiátrica, mesmo porque de todas as especializações citadas em nenhum momento é mencionada tal especialização, portanto, não sendo a área de primeira escolha dos profissionais enfermeiros.

**Palavras-chaves:** Enfermagem, Doente mental e Psiquiatria.

**Abstract:** The study of psychiatry has been more and more necessary to all health professionals, especially for nurses who deal directly with the patient. In this context, this paper was aimed at identifying what the view of nurses from different practice areas is, concerning psychiatric nursing. In order to achieve our objective a field qualitative and quantitative research was established investigating the information through a questionnaire administered to nurses working in the city health service in the city of Rio Verde. It was observed that 41.2% have graduated within 1 to 5 years 94.1% had some kind of specialization, 58.8% reported never having worked with psychiatric patients, the rest of them,

11.8%, have worked for 2 years only. When asked if they have ever thought about acting in this area, 64.7% of them said no, 82.4% said they would accept working, 64.7% reported never having done any kind of training and 70.6% reported that it is easy to imagine the interaction nurse / psychiatric patient. According to this study it was found that the majority of nurses interviewed do not think about working in psychiatric nursing, mainly because from all the specializations mentioned, at no point, has such specialization been mentioned, therefore, not being a first choice field for nurses.

**Keywords:** Nursing, Mentally-ill and Psychiatry.

## 1. Introdução

A loucura é tão antiga quanto o homem. Na antiguidade os “loucos” eram submetidos a tratamentos de forma precária. Assim, a psiquiatria surge dentro dos asilos e da necessidade de abrigar, proteger, cuidar, diagnosticar e tratar indivíduos acometidos pela loucura.

Os tratamentos oferecidos a eles eram em sua maioria a contenção física com a finalidade de restringir seus movimentos. Com o passar do tempo outras formas de tratamentos surgiram como hidroterapias, choques sépticos, eletrochoques e medicamentos psicotrópicos após a década de 60.

Desde os primórdios o louco sempre foi encarado de forma preconceituosa e um exemplo disso foi a criação dos manicômios com a intenção de tirá-los do convívio da sociedade, como forma de “saneamento social”. Essa forma de encarar o doente mental perdura até os dias de hoje e a enfermagem psiquiátrica surge com uma proposta de cuidado humanizado.

A visão do enfermeiro em relação à enfermagem psiquiátrica tem início durante a graduação. O professor utiliza-se de ferramentas para mostrar ao discente a necessidade de uma relação interpessoal entre enfermeiro-paciente, habilitando o estudante a aumentar sua bagagem de conhecimento (CAMPOY, MERIGHI, STEFENELLI, 2005).

Diante disso a visão do enfermeiro das mais diversas áreas de atuação em relação à enfermagem psiquiátrica é importante, pois interfere na decisão desses profissionais em atuar na referida área, valorização e reconhecimento entre os demais colegas enfermeiros.

O estudo da enfermagem psiquiátrica e saúde mental é de certo modo fascinante, visto que por vezes nos leva a reflexões sobre nossos próprios comportamentos, já que atua no contexto da assistência estabelecida pela humanização, relacionamento terapêutico e comunicação terapêutica



Cada vez mais o estudo da psiquiatria se faz necessário a todos os profissionais de saúde, principalmente para enfermagem que lida diretamente com o paciente. Apesar das mudanças ocorridas na política de saúde o doente mental não está somente estrito a instituições específicas para seus problemas, mas também em todos os outros serviços de saúde. O termo doença mental envolve uma série de condições que abalam a mente e provoca diversos sintomas como desconforto emocional, distúrbio da conduta e da memória.

Nesse sentido, o objetivo da enfermagem Psiquiátrica não é o diagnóstico clínico ou apenas a intervenção medicamentosa, mas o compromisso com a qualidade de vida do indivíduo em sofrimento psíquico.

Diante da problemática da atuação do enfermeiro em unidade psiquiátrica despertou-se a curiosidade pela visão dos demais profissionais atuantes em outras áreas, a respeito da enfermagem psiquiátrica e seu grau de conhecimento.

Em relação ao grau de conhecimento dos profissionais os pesquisadores presenciaram a assistência sendo cada vez mais improvisada, reflexo de uma sociedade que não está se preocupando com a necessidade de gerar novas pesquisas na área a fim de aumentar o nível de conhecimento.

O estudo das respostas apresentadas pelos enfermeiros das mais diversas áreas de atuação em relação à enfermagem psiquiátrica que trabalham na rede pública de saúde de Rio Verde possibilitará identificar seu grau de conhecimento, habilidade e visão que possuem a respeito de tal área. E caso as instituições pesquisadas venham a ter interesse poderão traçar planos e metas para melhorar o conhecimento do profissional e demonstrar a importância do cuidado ao paciente psiquiátrico.

O enfermeiro muitas vezes não tem condições de explorar diversas modalidades terapêuticas no desempenho de sua atividade profissional. A autonomia dele está diretamente relacionada ao seu grau de consciência; quanto mais consciente de sua responsabilidade e de seu papel perante o cliente melhor será a assistência prestada.

Este estudo procurou conhecer a visão do enfermeiro das mais diversas áreas de atuação em relação à Enfermagem Psiquiátrica, descrever o perfil profissional dos enfermeiros entrevistados, investigar qual o grau de conhecimento dos enfermeiros, identificar as possíveis dificuldades relatadas pelos enfermeiros das mais diversas áreas de atuação em relação ao exercício da enfermagem psiquiátrica, justificando-se pelo fato de que sua visão é baseada em conceitos prévios, distantes da realidade e baseados em informações distorcidas.

## **2. Atuação do enfermeiro e a enfermagem psiquiátrica**

A autonomia do enfermeiro está diretamente relacionada ao seu grau de consciência, pois quanto mais consciente de sua responsabilidade e de seu papel perante o cliente melhor será a assistência prestada. Segundo Oliveira (2003) quanto menos consciente de sua condição de sujeito social e de cidadão mais aderido estará ao antigo modelo-disciplinador e mais subordinado e coadjuvante será sua atuação nas intervenções desse modelo.

Apesar dos enfermeiros discursarem sobre seu conhecimento em relação à enfermagem psiquiátrica e superação de suas práticas assistenciais o que predomina é o modelo organicista. Oliveira (2003) aponta que uma das constatações sobre a atuação dos profissionais de enfermagem em saúde mental é a inserção da assistência de enfermagem no contexto atual de mudanças políticas caracterizada pela Reforma Psiquiátrica. Esta mostra que a maioria dos enfermeiros não se sente preparada para atuar em Enfermagem Psiquiátrica ou Saúde Mental e não está adequadamente informada sobre as mudanças políticas que vêm ocorrendo na área.

Contrapondo a essa afirmativa Andrade e Pedrão (2005) afirmam que o enfermeiro está cada vez mais desempenhado e consciente de sua nova responsabilidade e tem condições de descobrir diversas modalidades terapêuticas na atuação de sua atividade profissional.

Enfermeiros afirmam a dificuldade em responsabilizar-se pela assistência e continuação do tratamento devido à falta de autonomia e a submissão ao médico. Porém, permanecem nessa situação como se tivessem tendo alguma vantagem. De acordo com Oliveira (2003) se não participam das decisões do tratamento e algumas vezes nem daquelas relacionadas às próprias ações de enfermagem também não se responsabilizam pelo tratamento.

O interesse pela satisfação no trabalho do enfermeiro varia de acordo com a função que desempenha e conseqüentemente, terá uma maior qualidade na assistência prestada ao cliente (CURA, RODRIGUES, 1999).

É contraditória a relação terapêutica no que diz respeito à teoria e prática. No papel e na relevância de seu conhecimento é simples esse relacionamento, mas na realidade vivida por tais profissionais não é bem assim que acontece. Dentre as situações podemos considerar como de maior relevância a delimitação das atribuições do enfermeiro pelo conselho diretor em que não se espera dele este papel. Tal situação reflete a vantagem econômica visando somente ao lucro para a instituição (FILIZOLA, 1997).

A relação enfermeiro/paciente como é muito preconizada durante a graduação ainda deixa a desejar pelo fato de falta de tempo dos profissionais em sentar e escutar o paciente (SOUZA, 2003).

No que diz respeito à enfermagem psiquiátrica, é notória a diferença existente entre psiquiatria e outra especialidade. A psiquiatria exige muito mais do profissional atuante em relação ao contato enfermeiro-cliente. De acordo com Araújo et al., (2004) a enfermagem psiquiátrica diferencia-se de outros ramos da profissão no que se refere

ao principal objeto, no caso, o esforço visando à resistência ao usuário que requer do enfermeiro um desenvolvimento mais completo, uma compreensão especial e um maior interesse no relacionamento enfermeiro-cliente.

A ênfase do trabalho do enfermeiro vem sendo caracterizada por um cuidado indireto e faz com que a essência de seu papel, a qual ficou conceituada como relação terapêutica, seja delegada e dividida com os integrantes de sua equipe. Para Filizola (1997) relação terapêutica não é somente aquela planejada, a realizada em local específico, mas toda relação que o profissional estabelece no cuidado do paciente.

A característica dos pacientes implica proporcionalmente a satisfação do profissional. Um paciente psiquiátrico necessita de maior cuidado e atenção da enfermagem caracterizando uma diferença de níveis de satisfação no trabalho entre enfermeiros de diferentes especialidades. “Não parece ousado, portanto, supor que a satisfação no trabalho possa apresentar diferenças de acordo com a especialidade a que o enfermeiro se dedica (CURA, RODRIGUES, 1999).

Existem, atualmente, vários estudos referentes à prática psiquiátrica e também uma deficiência na formação da enfermagem psiquiátrica. Conseqüentemente não é bem definida sua função como profissional, o que na maioria das vezes os leva rumo ao desempenho de atividades administrativas. Estudos apontam que os enfermeiros são os profissionais que menos atuam corpo a corpo com a clientela.

As atividades burocrático-administrativas e a percepção do trabalho distanciam os enfermeiros da ligação com o paciente, uma vez que a organização e a eficiência tornam-se mais importantes que o cuidado (BERTONCELLO, FRANCO, 2001).

Assim sendo são óbvias as conseqüências desse processo. Em uma sociedade excelentemente tecnológica e competitiva onde são valorizados apenas aqueles com capacidade de produção, os deficientes mentais acabam sendo cada vez menos privilegiados, assim, os profissionais que se dedicam a eles também são desvalorizados. De acordo com Assumpção e Sprovieri (2000) temos então um panorama desolador. O profissional acaba por escolher trabalhar com doente mental pela situação. Na maior parte o mercado de trabalho pobre e competitivo faz com que os mesmos aceitem esse trabalho por precisão e por este ser menos competitivo, calmo e, conseqüentemente “fácil”.

### 3. Procedimentos metodológicos

O estudo foi descritivo com uma abordagem quali-quantitativa. Obteve-se uma amostra representativa por meio de cálculo estatístico baseado no número de enfermeiros que trabalham na rede municipal de saúde de Rio Verde, especificamente nas seguintes instituições: Hospital Municipal, PSF, Postos de saúde e SAMU e que concordaram em

participar da pesquisa e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido. O estudo foi realizado por meio de questionários aplicados a enfermeiros da Rede Municipal de Saúde de Rio Verde, especificamente nas seguintes instituições: Hospital Municipal, PSFs , Postos de saúde e SAMU.

Em relação ao Hospital Municipal e SAMU todos foram abordados de forma individual no setor em que trabalham e convidados para uma sala reservada onde o entrevistador entregou o questionário e o termo de consentimento livre e esclarecido, sendo que ficaram livres para responder de acordo com sua disponibilidade de tempo, de forma que não atrapalhou o andamento de sua função. Já aos profissionais dos Postos de Saúde e PSFs os questionários foram aplicados em conjunto em reuniões marcadas conforme cronograma da Secretaria Municipal de Saúde garantindo a eles total privacidade para que os mesmos pudessem responder com calma, respeitando assim o espaço e a individualidade de cada um, bem como o sigilo das informações, uma vez que o participante não será identificado no questionário. E ainda o acesso às informações obtidas foram apenas pelos pesquisadores para tabulação e análise dos resultados obtidos a fim de comparar-los ao referencial teórico.

#### **4. Resultados e discussões**

Em relação à área que os enfermeiros atuam foi predominante o Programa Saúde da Família (PSF) 8 (47.1%) dos enfermeiros entrevistados. De acordo com Almeida (1993) o objetivo da especialização seria de um lado a instrução científica e humanista para servir de base a qualquer ramo e doutra parte teria por fim a formação profissional; e uma superestrutura destinada à pesquisa, cuja meta seria o desenvolvimento da ciência e da cultura em geral.

Os resultados apresentados evidenciam que a maioria dos enfermeiros (8) fizeram especialização na área de saúde pública e logo em seguida na área hospitalar (3), sendo muitas vezes explicado que a especialização é necessária para a produção de conhecimento e pesquisa. Assim sendo, tem sido muito importante a articulação da pós-graduação para uma constante transformação na prática da enfermagem.

Analisando o tempo de formado dos entrevistados 7(41.2%) dos enfermeiros entrevistados tem entre 1 e 5 de anos formados, 5 (29.4%) mais de 4 anos, 4 (23.5%) entre 5 e 10 anos e apenas uma pessoa está formada há menos de 1 ano. Resultados semelhantes a estes foram encontrados por Sadigursky, Hust e Tavares (1998) que constataram em um estudo feito com 25 (vinte e cinco) enfermeiros, dos quais 09 (36%) tinham até 5 (cinco) anos de formados, a maioria, isto é, 14 (56%) tinham até 05 (cinco) anos de serviço na área psiquiátrica e 19 (76%) eram enfermeiros ligados diretamente à assistência psiquiátrica. Para Campos e Teixeira (2001) tal fato pode explicar-se pela alta rotatividade de funcionários nesta área, em que o trabalho é considerado estressante.

Em relação à experiência vivida pelos entrevistados durante o estágio de psiquiatria na graduação 6 (35.3%) afirmaram que foi uma experiência boa ou 2 (11.8%) regular ou ruim e apenas um entrevistado disse ter sido péssima. De acordo com Campoy, Meringi e Stefanelli (2005) o professor deve procurar sempre oferecer um ensino de qualidade que possa contribuir com a formação geral dos discentes, preparando-os como enfermeiros, utilizando, para isso, os conhecimentos básicos da área de enfermagem psiquiátrica.

Os resultados demonstram que a relação interpessoal enfermeiro-paciente começa desde a formação acadêmica do discente, possibilitando assim um contato maior e uma assistência bem mais planejada e executada pelo profissional. O estágio deve ampliar sua base de conhecimento pessoal e profissional estabelecendo assim parte do cotidiano para a utilização desse conhecimento na enfermagem.

Observa-se que os enfermeiros que nunca atuaram com pacientes psiquiátricos são maioria, num total de 10 (58.8%) contra 7 (41.2%) que atuaram com esses tipo de paciente.

Tal achado é semelhante aos de Campos e Teixeira (2001) que ao realizar uma pesquisa com membros da equipe de enfermagem de um Pronto Socorro Geral verificou que quase todos os participantes da pesquisa nunca haviam trabalhado na assistência aos doentes mentais e não possuíam outro emprego. Diz ainda que desta maneira sentiu-se que a influência do pensamento de segregação do doente mental, ainda presente na sociedade, tem influência marcante ainda nos dias de hoje. Verifica-se, então, na comparação das duas pesquisas, a falta de experiência destes profissionais em lidar com pacientes psiquiátricos, uma vez que estes resultados demonstraram uma falta de prática destes profissionais.

Dos que relataram já ter atuado com paciente psiquiátrico, 5.9% dos entrevistados trabalhou 3 anos, 1 (5.9%) 2 anos e meio, 2 (11.8%) dos entrevistados trabalharam 2 anos, 5.9% trabalhou 1 ano, 1 (5.9%) 30 dias, porém sua experiência se restringe ao estágio.

De acordo com Del Cura e Rodrigues (1999) a satisfação no trabalho pode apresentar diferenças de acordo com a especialidade a que o enfermeiro se dedica. Já para Costa, Lima e Almeida (2003) nesse tempo de trabalho, junto com o portador de transtorno mental no dia-a-dia ano após anos, decorridos esses períodos, esse profissional está sujeito a uma carga de agentes stressores e teria uma significativa probabilidade de desencadear o stress relacionado a fatores psicossociais presentes no ambiente de trabalho do hospital psiquiátrico com o portador de transtorno mental. Pode-se afirmar então que de acordo com os autores citados acima o pouco tempo de atuação do profissional com o paciente psiquiátrico pode ocorrer devido ao ambiente e situação estressante a que ele é submetido fazendo com que deixe a enfermagem psiquiátrica para atuar em outras áreas.

Quando questionados se já pensaram em atuar em enfermagem psiquiátrica, a maioria, 11(64.7%) nunca pensaram em atuar em psiquiatria seguido daqueles que sim, já pensaram em atuar na referida área, 6 (35.3%). Para Campos e Teixeira (2001) deve-se repensar a formação profissional no que tange ao ensino de disciplinas de Enfermagem Psiquiátrica, ausentes na maioria dos cursos de auxiliares e com cargas horárias, na maioria das vezes reduzidas no curso técnico e de graduação. Percebe-se também que a forma como são ministradas essas disciplinas tem fundamental importância na formação e na visão destes profissionais em relação à referida área de atuação.

Pode-se observar então que é a partir de sua graduação que o enfermeiro tem o primeiro contato com o paciente psiquiátrico e é a partir daí que começa a elaborar uma tese a respeito dessa especialização ou área de atuação. Por isso a importância dessa matéria ser bem ministrada.

Quando perguntados se aceitariam trabalhar em unidade psiquiátrica 14 (82%) dos entrevistados aceitariam trabalhar com pacientes psiquiátricos, 2 (12%) aceitariam por muito dinheiro e apenas 1 (6%) não aceitaria.

Em relação à participação em algum treinamento para atender doentes mentais foi predominante o não, correspondendo a 11 (65%) dos entrevistados e somente 6 (35%) disseram ter feito algum tipo de treinamento. De acordo com Machado e Colvero (2003) em uma revisão realizada em Unidades de Internação Psiquiátrica em Hospital Geral de São João obteve-se uma amostra exatamente igual à da pesquisa proposta e ressalta -se a inexistência ou “aptidão específica para o cuidado psiquiátrico” entre os profissionais que compõem a equipe de enfermagem.

Tal despreparo ou falta de conhecimento para atender o doente mental vem acompanhado de ansiedade pelos profissionais, pois independentemente de treinamento ou não a enfermagem tem o dever de prestar a assistência a todos os pacientes, sejam eles psiquiátricos ou não.

Quanto à interação com o paciente psiquiátrico a maioria dos entrevistados 12 (71%) pensa que seria fácil, seguida daqueles que imaginam ser difícil, ou seja, 5 (29%). Vários são os motivos que levaram os enfermeiros, a responderem que a interação enfermagem/paciente psiquiátrico seria difícil, como é confirmado nas falas de alguns, dentre elas:

1ª Fala: ASL( 30 anos)“Comunicação entre as partes. Avaliação do nível de comprometimento mental.”

2ª Fala: GJP (25 anos) “A dificuldade de comunicação e as condições precárias em que os pacientes vivem.”

3ª Fala: MFCD( 29 anos)“Quando será o próximo surto/ identificar sinais e sintomas.”

Já quando interrogados sobre a visão em relação à enfermagem psiquiátrica as opiniões são variadas, porém a maioria é unânime quando responde da falta de preparo para lidar com o doente mental, como se pode constatar nas falas seguintes:

1ª Fala: “Minha visão é que a enfermagem nesta área tem que fazer uma especialização, onde vamos melhorar os conhecimentos de como lidar com os clientes, tendo maior habilidade no que diz o cuidado com seu cliente.”

2ª Fala: “Penso que deveria ser uma área mais humanizada. Não temos e nem oferecemos condições físicas, estruturais e psicológicas para cuidar de tais clientes”.

3ª Fala: “Um ramo da enfermagem como os demais, porém exige maior treinamento e preparo”.

“(…) considero que somente c/ uma especialização me consideraria apta p/ atuar, pois é uma área que exige bastante qualificação e conhecimento p/ atuação”.

Entre várias opiniões citadas pelos entrevistados, encontram-se também aquelas que demonstram que há uma necessidade de quebrar o tabu da discriminação contra o paciente psiquiátrico para começar a lhes oferecer um atendimento de qualidade.

## 5. Considerações finais

A realização deste estudo permitiu obter informações sobre a visão do enfermeiro que trabalha na rede municipal de saúde das mais diversas áreas de atuação, em relação à enfermagem psiquiátrica durante o período da pesquisa. Os resultados obtidos demonstram que a maioria dos profissionais entrevistados nunca trabalhou com pacientes psiquiátricos antes ou ainda existem aqueles que afirmam terem tido um contato, porém restrito ao estágio durante a graduação.

Deve-se pensar também na formação profissional no que se refere à disciplina de saúde mental, que muitas vezes tem carga horária diminuída e como são ministradas essas aulas, pois é a partir desse momento que o futuro profissional terá o primeiro contato com o paciente psiquiátrico e formará uma concepção acerca de tal área de atuação.

No presente estudo chamou a atenção o desconhecimento ou despreparo dos enfermeiros em atuar com pacientes psiquiátricos. É possível que esse desconhecimento esteja contribuindo para a falta de especialização na área referida, uma vez que foi constatado que dos 17 enfermeiros entrevistados nenhum mencionou ter feito especialização nessa área. Esse despreparo é reflexo de falta de treinamento para atender doentes mentais. Os entrevistados afirmam não terem tido treinamento para atuar com doentes mentais, uma vez que essa situação causa ansiedade e até desconforto em alguns enfermeiros. Independente de treinamento ou não eles terão o dever de prestar assistência aos pacientes clínicos ou psiquiátricos que se encontram na instituição onde trabalham.

Os dados nos mostram que os enfermeiros, trabalhando ou não com pacientes psiquiátricos, imaginam que teriam algumas dificuldades em lidar com esse tipo de paciente. A maioria demonstra que a maior barreira encontrada é a dificuldade de comunicação entre as duas partes. Outra parcela relata ser a falta de treinamento e até conhecimento científico, o que nos faz repensar na questão da qualidade da formação profissional e de treinamentos oferecidos principalmente por parte do poder público.

Diante dos dados percebemos que a visão do enfermeiro em relação à enfermagem psiquiátrica é unânime quando dizem que são necessários lugares específicos para o tratamento do doente mental e pessoas qualificadas para cuidar de tal paciente. Infelizmente ainda está presente na sociedade a idéia de segregação do doente mental e como visto nos estudos isso influencia os profissionais de enfermagem. Eles, preocupados em reproduzir os conhecimentos já existentes esquecem ou não encontram tempo em ampliar sua cota de conhecimento. Por isso, é necessário que esses



profissionais revejam sua formação e ampliem seus conhecimentos para além daqueles adquiridos durante a graduação.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, R. L. P.; PEDRAO, L. J. Some considerations about nurses' use of nontraditional therapies in psychiatric nursing care. **Rev. Latino-am. Enfermagem**, sep./oct. 2005, vol.13, n.5, p.737-742.

ARAÚJO, C.P.C; *et al.* Relação enfermeiro/paciente psiquiátrico: um estudo exploratório. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. 2004.

ASSUMPÇÃO JUNIOR, F. B.; SPROVIERI, M. H. **Introdução ao estudo da deficiência mental**. São Paulo: Memmon, 2000. 164p.

BERTONCELLO N. M. F.; FRANCO F. C. P. Estudo bibliográfico de publicações sobre a atividade administrativa da enfermagem em saúde mental. **Rev. Latino-am Enfermagem** 2001 setembro-outubro; 9(5): 83-90.

CAMPOS, C.J.G.; TEIXEIRA, M.B. **O atendimento do doente mental em pronto-socorro geral: sentimentos e ações dos membros da equipe de enfermagem**. **Rev. Esc. Enf. USP**, v.35, n.2, p.141-9, jun.2001.

CAMPOS, C.M.; BARROS, S. Reflexões sobre o processo de cuidar da enfermagem em saúde mental. **Rev. Esc. Enf. USP**, v.34, n.3, p.271-6, set2000.

CAMPOY, M. A.; MERIGHI, M. A. B; STEFANELLI, M.C. O ensino de enfermagem em saúde mental e psiquiátrica: visão do professor e do aluno na perspectiva da fenomenologia social. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. 2005, vol.13, n.2, p.165-172.

CURA, M.L.A.D.; RODRIGUES, A.R.F. Satisfação profissional do enfermeiro. **Rev.latino-americana de enfermagem**, Ribeirão Preto, v.7, n.4, p.21-28, outubro 1999.

ESPERIDIÃO,E. Assistência em saúde mental. A inserção da família na assistência psiquiátrica. **Revista eletrônica de enfermagem**, Goiânia, vol.3, n.1, jan-jun.2001.

FILIZOLA, C. L. A. O papel do enfermeiro psiquiatra-oprimido e opressor. **Rev. Esc. USP**, v.31, n.2, p.173-90, ago.1997.

LASCIO, G. R. SOUSA, R. A.; Projeto barreiras arquitetônicas: a arquitetura voltada para os deficientes. 2006. 15f. **Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Paraíba**, João Pessoa, 2006.

MACHADO, A.L.; COLVERO, L.A. Unidades de internação psiquiátrica em hospital geral: espaços de cuidados e a atuação da equipe de enfermagem. **Rev.latino-am.enf** 2003, setembro-outubro; 11(5):672-7.

OLIVEIRA, A. L. S.; PIT, A.C. Inclusão do deficiente físico no mercado de trabalho na cidade de Rio Verde no ano de 2008. **Monografia (Bacharel em Enfermagem) Fesurv – Universidade de Rio Verde**, 2008.

OLIVEIRA, A.G.B.; ALESSI N.P. O trabalho de enfermagem em saúde mental: contradições e potencialidades atuais. **Rev. Latino-am.enfermagem** 2003 maio-junho; 11(3):333-40.

RODRIGUES, R. M. e SCHNEIDER, J. F. A enfermagem na assistência ao indivíduo em sofrimento psíquico. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. 1999, vol.7, n.3, pp.33-40.

SADIGURSKY, Dora *et al.* Pesquisa em enfermagem psiquiátrica: concepções e expectativas de enfermeiros que atuam em instituições psiquiátricas. **Rev.latino-am.enfermagem**, Ribeirão Preto, v.6, n.5, p.89-98, dezembro 1998.

SILVA, L. B. de C. Doença mental, psicose: representações e práticas da equipe multiprofissional de um hospital-dia. São Paulo. **Casa do psicólogo**, 2001.

SOUZA, M. C. B. M. Ações de enfermagem no cenário do cotidiano de uma instituição psiquiátrica. **Rev. Latino-am Enfermagem** 2003 setembro-outubro; 11(5): 678-84.

VIEIRA A. B. N. *et al.* Saberes e práticas: guia para ensino e aprendizado de enfermagem/ organização Genilda Ferreira Murta. **Rev. São Caetano do Sul**, SP: Difusão Editora, 2009 (série curso de enfermagem).

VILLELA, S. C, SCATENA, M. C. M. A. A enfermagem e o cuidar na área de saúde mental. **Rev. Bras. Enfermagem**. 2004, vol.57, n.6, pp.738-741.

KOIZUMI, M. S. et al. Seleção de candidatos aos cursos de especialização. **Rev. Esc. Enfermagem USP**, v.19, n.2, p.111-9, 1985.

PAFARO, R. C. , MARTINO, M. M. F. Estudo do estresse do enfermeiro com dupla jornada de trabalho em um hospital de oncologia pediátrica de campinas. **Rev. Esc. Enfermagem da USP**, v.38, n.2, São Paulo, junho de 2004.

COSTA, J. R. A., LIMA, J. V., ALMEIDA, P. C. Stress no trabalho do enfermeiro. **Rev. Esc. Enfermagem USP**, 2003; 37 (3): 63-71.

ALMEIDA, M. C. P. A pós graduação em enfermagem no Brasil- situação atual. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v.1, n.1, Ribeirão Preto ene.1993.

## A VISÃO DAS GESTANTES ATENDIDAS NA UNIDADE PÚBLICA DE SAÚDE A RESPEITO DO PRÉ-NATAL<sup>9</sup>.

PARENTE, Doriluce Martins Oliveira; OLIVEIRA Marta Luzia Alves Lima de; GIMENEZ, Rita de Cássia Alves; ASSIS, Crislaine Nascimento de; DOMINGUES, Juliane Zanovelli.<sup>10</sup> BRASILEIRO, Marislei Espíndula<sup>11</sup>.

**RESUMO:** Este estudo tem por objetivo avaliar o grau de satisfação das gestantes atendidas na rede pública de saúde em relação ao pré-natal, identificando e analisando o perfil das mesmas. A pesquisa foi realizada no CAIS de Rio Verde – Goiás (Centro de Atendimento Integral à Saúde), tendo com público alvo 21 gestantes que realizaram o pré-natal na unidade de saúde. O método de estudo teve um enfoque descritivo, com uma abordagem quanti-qualitativa. Os resultados revelaram a falta de uma abordagem sistematizada, que abranja uma gama de profissionais de saúde qualificados em obstetrícia, para que se possa auxiliar o processo de intervenções clínicas durante o pré-natal e facilitem os esclarecimentos preventivos nesta época.

**Palavras-chave:** pré-natal, saúde pública, médicos, enfermeiros.

**ABSTRACT:** This study has for objective to evaluate the degree of the pregnant women satisfaction assisted in the public net of health in relation to the prenatal, identifying and analyzing the profile of the same ones. The research was accomplished at the CAIS of Rio Verde – Goiás (Center of Integral Attendance to the Health), tends with white public 21 pregnant that accomplished the prenatal in the unit of health. The study method had a descriptive focus, with a quanti-qualitative approach. The results revealed the lack of a systematized approach, that embraces a range of professionals of health qualified in obstetrics, so that it can help the process of clinical interventions during the prenatal and facilitate the preventive explanations in this time.

**Key words:** prenatal, public health, doctors, nurses.

### 1. INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisas a respeito da visão das gestantes atendidas na unidade pública de saúde a respeito do pré-natal surgiu ao se observar no cotidiano de trabalho os déficit do conhecimento dessas mulheres

<sup>9</sup> Artigo apresentado ao Centro de Estudos de Enfermagem e Nutrição 2008.

<sup>10</sup> Enfermeiras especializando em Enfermagem em Obstetrícia do CEEN /Universidade Católica 2008

<sup>11</sup> Mestre em Enfermagem, docente CEEN – e-mail: [marislei@cultura.com.br](mailto:marislei@cultura.com.br).

quanto ao pré-natal, parto e puerpério. Apesar dos diversos estudos publicados recentemente não se encontra na literatura estudos que abordam a visão das gestantes atendidas nas unidades públicas de saúde a respeito do pré-natal.

No Brasil em nível de definição de política de saúde, somente a partir de 1975 começou-se a preconizar profissionais especializados na área da obstetrícia, na 5ª Conferência Nacional de Saúde, que estabeleceu como uma de suas metas: “atingir a cobertura de 50% da assistência técnica ao parto”<sup>(1)</sup>.

O período gestacional revela-se uma oportunidade única para a prevenção de problemas e para a educação em saúde. As gestantes são receptivas às mudanças e ávidas de conhecimento que assegurem o bem estar do seu bebê. Sendo o pré-natal o período em que os pais estão mais abertos para acatar informações<sup>(2)</sup>.

Nesse aspecto a assistência ao pré-natal de qualidade é essencial para a redução da mortalidade materna. Essa atenção permite ainda trabalhar com as gestantes a educação em saúde, na tentativa de sensibilizá-las e motivá-las para melhor cuidarem da sua saúde e de seus filhos.

Uma das ferramentas do pré-natal além do acompanhamento clínico, é a educação que se opera em momentos pedagógicos, com interação da gestante com outra gestante, e destas com os profissionais. Este processo de construção coletiva do conhecimento da gestante a cerca de temas, problemas e necessidades, não somente enquanto gestante, como também quando puérpera, é imprescindível para não simplesmente esclarecer dúvidas, como também para anular os medos que rondam o imaginário popular e da própria mulher, quanto a situações que possam acontecer durante a gestação, o parto e o puerpério<sup>(3)</sup>.

A gravidez é um processo fisiológico em que a mulher reage de forma orgânica, psíquica e socialmente diferente, portanto ao referir-se à saúde da gestante deve-se considerá-la integralmente, contemplando o bem estar físico, psíquico e social, dentro das condições especiais da gravidez<sup>(4)</sup>.

Todas essas transformações podem gerar medos, dúvidas, fantasias, angústias ou simplesmente, a curiosidade de saber o que acontece com seu próprio corpo<sup>(5)</sup>. Muitas mulheres são perturbadas desde o início por sentimento de ódio e de luto ao engravidarem, devido a fatores que vão desde as dificuldades econômicas, dupla jornada de trabalho e às dificuldades pessoais. Porém, ao fim do primeiro trimestre, a maioria das mulheres que rejeitaram a gestação inicialmente passam a aceitar o feto como parte integrante de si mesma<sup>(6)</sup>.

No decorrer da gestação ocorre muitas alterações fisiológicas e devido a essas modificações surgem alguns distúrbios e desconfortos, sendo que a maioria deles não precisa de tratamento médico. Entretanto, as gestantes necessitam de orientações, pois, grande parte delas não consegue identificar com segurança quando uma reação específica é prejudicial à sua gestação<sup>(7)</sup>.

Além, das alterações com o corpo, também ocorrem numerosas alterações emocionais e psicológicas no período da gestação. O modo como a futura mãe responderá a essas alterações vai depender de vários fatores, como o planejamento anterior da gravidez, a relação que possui com seus familiares, o número de filhos que já tem, e seu modo de se habituar a novos eventos<sup>(8)</sup>.

O parto é um evento importantíssimo para vida da criança e da mamãe. Para parir além do aspecto físico, a mulher deve estar preparada psicologicamente. Ela precisa estar consciente da importância e da raridade que é este momento, requer uma tomada de consciência e um preparo mental<sup>(9)</sup>.

O trabalho de parto envolve várias fases, onde é importante que a gestante esteja informada sobre os primeiros sinais do início do trabalho de parto, entendendo que haverá tempo suficiente para chegar ao hospital evitando ansiedades, assim como também deve saber sobre possíveis situações de emergência e dispor de ajuda e de meios para se locomover ao hospital<sup>(10)</sup>.

Entende-se que “grande parte dos problemas relacionados com as mortes maternas ocorre durante o parto, especialmente os decorrentes de hemorragias, toxemias e infecções”, pois o momento do parto é uma

situação difícil para a maioria das gestantes, especialmente primíparas, onde sentem as contrações, com ou sem dor, encontrando-se um ambiente estranho e junto a várias pessoas que não conhecem o que pode estimular reações do tipo choro, grito ou sorriso. Por isso é tão necessária a presença de um acompanhante de sua confiança no momento do parto, como marido, a mãe ou uma irmã, que lhe proporcionara força e conforto, ajudando-a a melhor suportar essa situação especial<sup>(11)</sup>.

Dentro de um entendimento que respeita a cidadania e estimula o atendimento humanizado, a mulher não somente tem o pleno direito de saber o que esta sendo realizado, como também de recusar condutas que lhe sejam agressivas, causem constrangimento ou dor sem nenhuma explicação por parte dos profissionais de saúde. Essas ações, durante o trabalho de parto, inclui a medida de sua pressão e pulso, a ausculta do coração da criança (pelo menos de hora em hora), o acompanhamento das contrações e exame de toque para verificação da progressão da dilatação do colo<sup>(11)</sup>.

Apesar dos estudos levantados, os índices de gestantes que têm conhecimento no pré-natal a respeito da evolução da gestação, do parto, dos cuidados pós-parto, com o recém nascido e puerpério ainda são baixos. Para que as ações Ministeriais de acompanhamento e educação no pré-natal sejam eficientes, juntas às gestantes é necessário que se tenha conhecimento do perfil das mesmas.

Diante disso surgem questionamentos sobre: Qual a visão das gestantes atendidas em comunidades distintas de saúde a respeito do conhecimento no pré-natal?

Este estudo poderá contribuir com novas reflexões em torno da visão das gestantes atendidas nas unidades públicas de saúde a respeito do pré-natal. Poderá também identificar o motivo que levaram estas mulheres a realizarem o Pré-Natal e qual a visão destas quanto ao serviço público oferecido e assim poderá promover ações para trabalhar em prol de uma boa qualidade no atendimento.

Sabe-se que a assistência no pré-natal tem importância fundamental no que diz respeito a redução da mortalidade materno-infantil e que seu acompanhamento realizado de forma precoce e adequada, possibilita uma experiência positiva para a gestante na promoção de uma gravidez saudável e tranqüila. Nesse sentido, este trabalho é relevante, pois, torna possível saber qual a visão das gestantes atendidas na unidade pública de saúde a respeito do pré-natal e estimula os profissionais de saúde envolvidos com este tipo de assistência a repensar sua prática profissional com vista à melhoria da qualidade no atendimento.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Avaliar, o grau de satisfação em relação ao pré-natal das gestantes atendidas na rede pública de saúde.

### **2.2 Objetivos específicos**

- Identificar o perfil sócio-econômico e cultural das gestantes que freqüentam o pré-natal na rede publica de saúde;
- Avaliar o conhecimento das gestantes em relação ao pré-natal;
- Analisar os níveis de insatisfação das gestantes no pré-natal, em relação a atuação da equipe na promoção e prevenção.

### 3. METODOLOGIA

O estudo teve um enfoque descritivo, com uma abordagem quanti-qualitativa. O estudo descritivo é uma abordagem que registra, analisa e interpreta a natureza atual da realidade. O enfoque deste método é sobre as condições dominantes da realidade, ou como uma pessoa, grupo ou coisa, se conduz ou funciona no presente, empregando para este fim a comparação e o contraste<sup>(12)</sup>.

A pesquisa quantitativa, significa quantificar opiniões, dados, nas formas de coleta de informações, assim como também, com o emprego de recursos e técnicas estatísticas desde as mais simples às mais complexas<sup>(13)</sup>.

A investigação qualitativa requer como atitudes fundamentais a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores envolvidos, considerando o sujeito da pesquisa com suas crenças, atitudes e valores<sup>(14)</sup>.

A pesquisa foi realizada no CAIS de Rio Verde – Goiás (Centro de Atendimento Integral à Saúde), foram analisadas 21 gestantes que realizaram o pré-natal nesta unidade de saúde.

Foi encaminhado a gerente responsável pelas Unidades de Saúde uma cópia do projeto e um documento solicitando a autorização para as entrevistas, bem como, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo I), que contém as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

A pesquisa não trouxe nenhum risco à saúde ou à integridade física de seus participantes, sendo benéfica, pois, através da mesma pôde-se saber qual a visão das gestantes a respeito do pré-natal na Unidade Pública de Saúde.

Com o objetivo de avaliar o grau de satisfação em relação ao pré-natal das gestantes na rede pública foram observadas as gestantes no último trimestre de gravidez, as quais também estavam realizando o pré-natal na rede pública de saúde e que estivessem cadastradas no SIAB (Sistema de Informação da Atenção Básica); nas seguintes unidades básicas de saúde Programa Saúde da Família no Distrito do Amanhecer – Araguari – MG, no período de julho a agosto de 2007.

Considerando-se critérios de inclusão: ser gestante, ser acompanhada pelas equipes de saúde, citadas anteriormente, ser cadastrada, concordar com a pesquisa, assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ser encontrada no domicílio.

Critérios de exclusão: não ser gestante, não ser acompanhada pelas equipes das unidades citadas, não ser cadastrada, não concordar com a pesquisa, não assinar o TCLE e não ser encontrada no domicílio após três tentativas.

Um formulário de consentimento livre e esclarecido contando com as informações sobre o estudo e as condições de participação foi apresentado ao participante, para ser assinado. (anexo II)

Para a realização da pesquisa foi feita uma busca aos nomes das gestantes no último trimestre de gravidez que concordassem em participar do estudo e assinassem o termo de consentimento conforme Resolução 196/96. Os sujeitos envolvidos tiveram a garantia de que seus nomes não seriam divulgados e que eles não seriam expostos à quaisquer constrangimento ou riscos.

As informações foram obtidas por meio de um instrumento de coleta de dados semi-estruturado, no qual foram contempladas as seguintes variáveis: condições sócio-econômica e culturais; conhecimento sobre o pré-natal e conhecimento sobre a atuação da equipe na prevenção e promoção no pré-natal.

As entrevistas com os sujeitos do estudo foram realizadas mediante explicação dos propósitos da pesquisa e assinatura do TCLE (Anexo I), após aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), conforme rege a Resolução do Conselho Nacional de Saúde Nº 196/96, que trata sobre as normas regulamentadoras das pesquisas com seres humanos.



## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos através do instrumento de coleta de dados receberam tratamento estatístico e foram agrupados segundo as diferentes categorias de respostas encontradas nas falas dos entrevistados. Os resultados serão apresentados de maneira descritiva, bem como através de tabelas.

TABELA 1 – Aspectos sócio-econômicos e culturais das gestantes:

IDADE			IDADE GESTACIONAL			IDADE PRIMEIRA GRAVIDEZ			ESCOLARIDADE			PROFISSÃO		
Quant.	(%)		Quant.	(%)		Quant.	(%)		Quant.	(%)		Quant.	(%)	
14	1	4,76	26s 6d	1	4,76	14	1	4,76	1° Grau	3	14,29	Ajud. Produção	2	9,52
15	1	4,76	28s	1	4,76	15	1	4,76	1° G. Inc.	9	42,86	Auxiliar Geral	1	4,76
18	1	4,76	29s	1	4,76	16	3	14,29	2° Grau	6	28,57	Cozinheira	1	4,76
19	3	14,29	29s 6d	1	4,76	17	2	9,52	2° G.Inc.	2	9,52	Do lar	13	61,90
20	1	4,76	30s	3	14,29	18	3	14,29	Sup.Inc.	1	4,76	Doméstica	1	4,76
21	1	4,76	30s 2d	1	4,76	19	4	19,05				Estudante	2	9,52
22	3	14,29	32s 5d	1	4,76	20	3	14,29				Fotógrafa	1	4,76
24	2	9,52	34s	1	4,76	21	1	4,76						
25	2	9,52	36s	1	4,76	22	1	4,76						
26	1	4,76	37s	2	9,52	24	1	4,76						
28	1	4,76	37s 4d	1	4,76	26	1	4,76						
30	2	9,52	39s	2	9,52									
31	1	4,76	39s 1d	1	4,76									
33	1	4,76	40s	1	4,76									
			40s 3d	1	4,76									
			40s 4d	2	9,52									
<b>T</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>	<b>T</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>	<b>T</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>	<b>T</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>	<b>T</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>

A tabela 1, mostra os aspectos sócio-econômicos e culturais das gestantes, em relação a idade verificou-se que a gestante mais nova tem 14 anos de idade um percentual de 4,76%, a quantidade maior de gestantes estão entre 19 (14,29%) e 22 (14,29%) anos. A gestante com menor idade gestacional era de 26 semanas e seis dias com percentual de 4,76%, a gestante com maior idade gestacional tinha 40 semanas e quatro dias com percentual de 9,52%. A idade da primeira gravidez foi dos 14 aos 26 anos, sendo que aos 14 anos com percentual de 4,76% foi a minoria e com 19 anos, a maioria com percentual de 19,05%. Quanto a escolaridade das gestantes, a maioria tem o apenas o primeiro grau incompleto com 42,86% e apenas uma das entrevistadas tem o ensino superior incompleto (4,76%). Em relação a profissão a maioria das gestantes trabalham em casa, são do lar (61,90). Quanto ao estado civil 38,10% são solteiras, 33,33% são casadas, 28,57% são amasiadas. Em relação a renda familiar, observou-se que a maioria com 14,29% recebem um salário mínimo.

**TABELA 2 - Com qual (ais) profissional você realizou o pré-natal ?**

<b>PROFISSIONAL</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>(%)</b>
Médico	20	95,23
Enfermeiro	0	0
Os dois	1	4,77
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>

A tabela 2, mostra com qual profissional a gestão realizou seu pré-natal, onde responderam 95,23%, ser realizado por médicos e apenas 4,77% realizou com enfermeiro e médico. O processo na gravidez deve ser acompanhado por uma equipe de profissionais, que não somente investigarão como também realizarão intervenções<sup>(15)</sup>.

**TABELA 3 - O que você acha da assistência oferecida pela unidade de saúde?**

<b>QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>(%)</b>
Ótima	3	14,29
Boa	11	52,38
Regular	6	28,57
Ruim	1	4,76
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>

A tabela 3, relata o grau de satisfação de assistência oferecida pela unidade de saúde, onde 52,38% das gestantes disseram ser boa e apenas 4,76% das gestantes disseram ser ruim. Sendo o pré-natal o período em que os pais estão mais abertos para acatar informações<sup>(2)</sup>.

**TABELA 4 - Quantas consultas realizou?**

CONSULTAS REALIZADAS	QUANTIDADE	(%)
Duas a três	2	9,52
Quatro a cinco	7	33,33
Seis ou mais	12	57,14
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>

A tabela 4 mostra a quantidade de consultas que as gestantes realizaram durante a gravidez, onde 57,14% responderam que foi de seis a mais consultas, apenas 9,52% disseram duas a três vezes. As alterações fisiológicas têm início desde a primeira semana de gravidez estendendo-se até seu término<sup>(16)</sup>.

**TABELA 5 - Participa dos grupos de gestantes.**

PARTICIPA DOS GRUPOS DE GESTANTES	QUANTIDADE	(%)
SIM	4	19,05
NÃO	17	80,95
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>

A tabela 5 mostra a participação das gestantes em grupos de gestantes, onde 80,95% delas relataram não participar dos grupos, apenas 19,05% disseram participar dos grupos de gestantes. Com a interação da gestante com outra gestante e com os profissionais, há uma construção coletiva de conhecimentos, problemas e necessidades<sup>(17)</sup>.

**TABELA 6 - Que sugestões daria para melhorar a assistência do pré-natal na unidade de saúde?**

SUGESTÕES	QUANTIDADE	(%)
Até que é bom pela prioridade	1	4,76
Horário do médico chegar	1	4,76
Educação das funcionárias enfermeiras	1	4,76
Participação dos pais nas consultas	3	14,29
Pouca quantidade de guias	1	4,76
Organização do agendamento	1	4,76
Não respeita fila gestante	1	4,76
Curso gestante	1	4,76
Espera, pontualidade	1	4,76
Mais vagas para exame	1	4,76
Sem resposta	1	4,76
Sem sugestão	8	38,10
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>100%</b>

A tabela 6, mostra as sugestões que as gestantes daria para melhorar a assistência do pré-natal na unidade de saúde, a maioria com 38,10% não deram sugestão, 14,19% sugeriram a participação dos pais nas consultas pré-natal.

**TABELA 7 - Orientações recebidas no pré-natal:**

PROCEDIMENTOS CLÍNICOS	SIM	%	NÃO	%	TOTAL (%)
Aleitamento materno	8	38,10	13	61,90	100
Vacinação	17	80,95	4	19,05	100
Sinais do trabalho de parto	7	33,33	14	66,67	100
Cuidados com as mamas	10	47,62	11	52,38	100
Alimentação/ atividade física	13	61,90	8	38,10	100
Planejamento familiar	6	28,57	15	71,43	100

REVISTA FAQUI	ANO 1	Nº. 1	Vol. 1	jan/dez 2011
Puérperio	3	14,29	18	85,71 100

A tabela 7, mostra as orientações recebidas: Aleitamento materno 38,10% responderam que receberam orientações, já 61,90% responderam não ter recebido nenhuma orientação sobre o assunto, vacinação 80,95% responderam que receberam orientações, mas já 19,05% disseram não ter recebido nenhuma informação, sinais do trabalho de parto 33,33% disseram ter recebido informações sobre os sinais de parto, enquanto que 66,67% das gestantes não receberam nenhuma informação sobre o assunto, cuidados com as mamas 47,62% disseram que tiveram informações sobre os cuidados com as mamas, já 52,38% das gestantes não tiveram informações, alimentação/ atividade física 61,90% tiveram informações sobre o assunto, mas já 38,10% não tiveram informações sobre o assunto, quanto ao Planejamento familiar 28,57% tiveram informações sobre o assunto, enquanto que 71,43% não tiveram informações sobre o assunto, puérperio 14,29% tiveram informações, mas já 85,71% não tiveram informações. As gestantes necessitam de orientações, pois grande parte delas não conseguem identificar com segurança uma reação específica, sendo prejudicial à sua gestação <sup>(18)</sup>.

TABELA 8 - Foi realizado os procedimentos clínicos obrigatórios? Tipo:

PROCEDIMENTOS CLÍNICOS	SIM	%	NÃO	%	TOTAL (%)
Verificação da PA	21	100	0	0	100
Aferição do Peso	21	100	0	0	100
Medida da altura uterina	17	80,95	4	19,05	100
Ausculda do BCF	20	95,24	1	4,76	100
Avaliação do estado nutricional	17	80,95	4	19,05	100
Cálculo da idade gestacional	19	90,48	2	9,52	100
Data provável do parto	20	95,24	1	4,76	100

Na tabela 8, perguntou-se quais foram os procedimentos clínicos obrigatórios realizados e qual tipo, onde elas realizaram: Verificação da PA e Aferição do Peso todas as gestantes fizeram o procedimento totalizando 100%, em relação ao procedimento de Medida da altura uterina 80,95% das gestantes fizeram, já 19,05% não fizeram este exame, quanto a Ausculda do BCF 95,24% fizeram este procedimento apenas 4,76% não fizeram, em relação ao exame de Avaliação do estado nutricional 80,95% fizeram o exame e 19,05% não fizeram o

exame, em relação ao exame de Cálculo da idade gestacional 90,48% das gestantes fizeram o exame e 9,52% das gestantes não fizeram o exame, já o exame Data provável do parto 95,24% das gestantes fizeram o exame, apenas 4,76% das mesmas não fizeram o exame.

Os profissionais devem atuar conjuntamente fazendo o acompanhamento clínico da gestante, realizando também esse processo pedagógico de aprender a ser não durante o pré-natal, ajudando-a a superar medos e a sofrimentos durante o processo de parto<sup>(19)</sup>.

**TABELA 9 - Exames laboratoriais básicos segundo o Ministério da Saúde solicitados? Quais?**

EXAMES	SOLICITADOS		REALIZADOS		RECEBIDOS	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
VDRL	20	95,24	20	95,24	19	90,48
Tipagem sanguínea						
Fator Rh	20	95,24	20	95,24	19	90,48
Glicemia de jejum	19	90,48	18	85,71	16	76,19
Toxoplasmose	20	95,24	20	95,24	19	90,48
Rubéola	21	100	21	100	20	95,24
Teste anti-HIV	20	95,24	20	95,24	18	85,71
Dosagem hb/ht	17	80,95	17	80,95	16	76,19
Sumário de urina	20	95,24	20	95,24	18	85,71
Ultrassom	21	100	21	100	20	95,24

A tabela 9 mostra os tipos de exames laboratoriais básicos segundo o Ministério da Saúde solicitados e quais as gestantes foram solicitados, realizados e recebidos pelas gestantes, onde o exame VDRL e 95,24% foi solicitado pelo médico e 95,24% foi realizado pela gestante, mas 90,48% das gestantes receberam o exame. No exame Tipagem sanguínea Fator Rh 95,24% foi solicitado pelo médico e 95,24% foi realizado pela gestante, mas 90,48% das gestantes receberam o exame. No exame de Glicemia de jejum 90,48% foi solicitado pelo médico e 85,71% foi realizado pela gestante e apenas 76,19% das gestantes receberam o exame. No exame de toxoplasmose 95,24% foi solicitado pelo médico e 95,24% foi realizado pela gestante, mas 90,48% das gestantes receberam o exame. No exame de Rubéola 100% foi solicitado pelo médico e 100% foi realizado pela gestante, mas 95,24% das gestantes receberam o exame. No exame Teste anti-HIV 95,24% foi solicitado pelo médico e 95,24% foi realizado pela gestante, mas apenas 76,19% das gestantes receberam o exame. No exame Dosagem hb/ht 80,95% foi solicitado pelo médico e 80,95% foi realizado pela gestante, mas 76,19% das gestantes receberam o exame. No exame Sumário de urina 95,24% foi solicitado pelo médico e 95,24% foi realizado pela gestante, mas 85,71% das gestantes receberam o

exame. Já no exame de Ultrassom 100% foi solicitado pelo médico e 100% foi realizado pela gestante, mas 95,24% das gestantes receberam o exame.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi avaliar, o grau de satisfação em relação ao pré-natal das gestantes atendidas na rede pública de saúde. A pesquisa foi realizada no CAIS de Rio Verde – Goiás (Centro de Atendimento Integral à Saúde), foram analisadas 21 gestantes que realizaram o pré-natal nesta unidade de saúde. O estudo teve um enfoque descritivo, com uma abordagem quanti-qualitativa.

Após a análise, percebeu-se que os objetivos foram atingidos, encontrando-se os seguintes resultados: Em relação ao aspectos sócio-econômicos e culturais das gestantes, verificou-se que a gestante mais nova tem 14 anos de idade um percentual de 4,76%, a quantidade maior de gestantes estão entre 19 (14,29%) e 22 (14,29%) anos. A gestante com menor idade gestacional era de 26 semanas e seis dias com percentual de 4,76%, a gestante com maior idade gestacional tinha 40 semanas e quatro dias com percentual de 9,52%. A idade da primeira gravidez foi dos 14 aos 26 anos, sendo que aos 14 anos com percentual de 4,76% foi a minoria e com 19 anos, a maioria com percentual de 19,05%. Quanto a escolaridade das gestantes, a maioria tem o apenas o primeiro grau incompleto com 42,86% e apenas uma das entrevistadas tem o ensino superior incompleto (4,76%). Em relação a profissão a maioria das gestantes trabalham em casa são do lar (61,90). Quanto ao estado civil 38,10% são solteiras, 33,33% são casadas, 28,57% são amasiadas. Em relação a renda familiar, observou-se que a maioria com 14,29% recebem um salário mínimo.

Observou-se que as gestantes realizaram o pré-natal com médico, apenas 4,77% realizou com médico e enfermeiro. Quanto ao grau de satisfação de assistência oferecida pela unidade de saúde, onde 52,38% das gestantes disseram ser boa e apenas 4,76% das gestantes disseram ser ruim. As consultas realizadas durante a gravidez 57,14% das gestantes responderam que foi de seis a mais consultas, apenas 9,52% disseram duas a três vezes. A participação das gestantes em grupos de gestantes, onde 80,95% delas relataram não participar dos grupos, apenas 19,05% disseram participar dos grupos de gestantes. As sugestões que as gestantes daria para melhorar a assistência do pré-natal na unidade de saúde, a maioria com 38,10% não deram sugestão, 14,19% sugeriram a participação dos pais nas consultas pré-natal.

Quanto as orientações recebidas no pré-natal, observou-se que a maioria das gestantes não receberam as informações conforme descrito na pesquisa em relação a realização dos procedimentos clínicos obrigatório. Observou-se que os exames de Verificação da PA e Aferição do Peso todas as gestantes realizaram os exame e os receberam. A maioria dos outros exames foram realizados e a minoria dos procedimentos clínicos foram realizados na prática.

Percebeu-se a necessidade de um maior aproveitamento da equipe multidisciplinar no atendimento a estas gestantes no pré-natal, pois de acordo com os resultados o acompanhamento é feito basicamente com o médico. Sendo que poderia ser feito com mais rigor se houvesse a presença constante do profissional de enfermagem com conhecimento aprofundado em obstetricia. Estimulando a interação dos pacientes com a equipe de saúde, pois a pesquisa aponta a necessidade por parte das gestantes em terem um acompanhamento mais individualizado e com total participação dos pais (mãe e pai) na hora de receberem as instruções sobre o pré-natal.

## 6 NOTAS CITADAS

<sup>1</sup> Tanaka ACA, Siqueira AAF, Bafile PN. Situação de saúde materna e perinatal no estado de São Paulo, Brasil. Revista de Saúde Pública. [online]. 1989. 23(1). [capturado 25 fev. 2008]; p. 67-75. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-9101989000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-9101989000100009&script=sci_arttext)

<sup>2</sup> Konishi F, Konishi, R. Odontologia intra-uterina: um novo modelo de construção de saúde bucal. In: Cardoso A.J.R., org. Odontopediatria: Prevenção. São Paulo: Artes Médicas; 2002. p.155-165.

<sup>3</sup> Luz AMH. Assistência humanizada à mulher no parto: uma proposta de resgate de sua singularidade. Revista Brasileira de Enfermagem 2002 março-abril.

<sup>4</sup> Diniz SG, Duarte AC. Parto normal ou cesárea? o que toda mulher deve saber (e todo homem também). São Paulo: UNESP; 2004.

<sup>5</sup> Carvalho GM. Enfermagem em Obstetrícia. São Paulo: EPU; 2005.

<sup>6</sup> Knuppel RA. Alto risco em obstetrícia: um enfoque multidisciplinar: 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 1995.

<sup>7</sup> Burroughs A. Uma Introdução à Enfermagem Materna. 6 ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 1995.

<sup>8</sup> Ziegel EE, Cranley MS. Enfermagem Obstétrica. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 1985.

<sup>9</sup> Brasil. Ministério da Saúde. Coordenação de Saúde Materno Infantil. Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM. Assistência Pré-natal. Manual Técnico. 3 ed. Brasília; 2000.

<sup>10</sup> Rocha PN. Mudanças: seu corpo se prepara. Disponível em <<http://www.corpohumano.hpg.ig.com.br/variados/dias31.html>> Acesso em 20/10/2005.



<sup>11</sup> Costa AM. Cartilha Saúde Materna: componente essencial dos direitos reprodutivos. [online]. São Paulo; 1998. [Capturado 10 out. 2005]. Disponível em: <http://www.redesaude.org.br/html/ct-sm-cap3.html>

<sup>12</sup> Salomon DV. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico. 2 ed. Belo Horizonte: Interlivros; 1991.

<sup>13</sup> Nettina SM. Prática de Enfermagem. 7 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2003.

<sup>14</sup> Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 4 ed. São Paulo: Hucitec – Abrasco; 1996.

<sup>15</sup> Jakobi HR. O parto normal e humanizado. [online]. Porto Velho, Brasil; [capturado 25 fev. 2008]. Disponível em: <http://www.jakobi.com.br/partohumanizado.htm>

<sup>16</sup> Silva KS. Mortalidade materna: Avaliação da situação no Rio de Janeiro, no período de 1977 a 1987. Cadernos de Saúde Pública. [online]. 1992. 8(4). [capturado 25 fev. 2008]; p. 442-453. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1992000400009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1992000400009)

<sup>17</sup> Oliveira SL de. Tratado de Metodologia Científica: Projeto de Pesquisa, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. 2 ed. São Paulo: Pioneira; 2002.

<sup>18</sup> Figueroa R, Pré-natal. Disponível em <http://www.infonet.com.br/meubebe/gravidez.htm> Acesso em 20/10/2005.

<sup>19</sup> Silva KS. Mortalidade materna: Avaliação da situação no Rio de Janeiro, no período de 1977 a 1987. Cadernos de Saúde Pública. [online]. 1992. 8(4). [capturado 25 fev. 2008]; p. 442-453. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X1992000400009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1992000400009)

**CIÊNCIAS  
SOCIAIS  
APLICADAS**

**DIREITO**

**AUTOCOMPOSIÇÃO NA SOLUÇÃO DE CONFLITOS – A MEDIAÇÃO  
ENQUANTO MÉTODO AUXILIAR DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO NESTE  
INÍCIO DO SÉCULO XXI.**

Diony Tarso Ferreira<sup>12</sup>

**Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre as modificações históricas identificadas na sociedade ocidental e sua relação no tratamento dos conflitos. Para tanto procura-se dialogar com setores distintos do Direito Processual Civil, entre eles a História. Assim a pesquisa bibliográfica originou o conhecimento sobre a evolução do Estado e por conseqüência as modificações no tratamento dos conflitos, bem com o reconhecimento dos métodos alternativos para o tratamento dos conflitos e sua aplicação no Brasil. Por fim identificou-se que o projeto de Lei 4827/1998 pode contribuir para o desafogamento do Estado desde que haja uma mudança do comportamento social. Neste sentido reconhece-se a necessidade da passagem da heterocomposição para a autocomposição.

**Palavras chave:** Estado; conflito; jurisdição; autocomposição; Brasil.

**ABSTRACT**

---

<sup>12</sup> **DIONY TARSO FERREIRA** - Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás; Graduado em Direito pela Universidade de Rio Verde; Pós – Graduação em História Social e urbana: casos de família, sociedade e poder pela Universidade Estadual de Goiás, campus Quirinópolis; Pós – Graduação em Processo Civil pela Universidade Anhanguera - UNIDERP; Professor do Ensino Médio e Professor Universitário da Faculdade Quirinópolis.

The present work has for objective to discourse on the historical modifications that identified in the society occidental person in relation to the treatment of the conflicts. For in such a way it is looked to dialogue with distinct sectors of the Civil procedural law, between them History. Thus the bibliographical research originated the knowledge on the Evolution of the State and for consequence the modifications in the treatment of the conflicts, the recognition of the alternative methods for the treatment of the conflicts and its application in Brazil. Finally it was identified that the project of Law 4827/1998 can contribute for the desafogamento of the State since that has a change of the social behavior. In this direction it is recognized necessity of the ticket of the heterocomposição for the autocomposição.

Keywords: State; conflict; jurisdiction; selfcomposition; Brazil

## **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem por fim verificar as transformações ocorridas na estrutura política ocidental as quais permitiram a formação do Estado Moderno e o aprimoramento da aplicação das normas a ponto de substituir a jurisdição privativa pela jurisdição do ente estatal.

Em um primeiro momento será perfilado em linhas históricas a evolução do Estado e o surgimento da jurisdição estatal.

Em seguida será identificado as formas de solução de litígios que não a jurisdição estatal.

Por fim tem como pretensão deste trabalho identificar a mediação como proposta alternativa à solução de conflitos no Brasil.

## **1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O HISTÓRICO DO DIREITO PROCESSUAL NO OCIDENTE: DOS GREGOS AO PERÍODO MODERNO**

O conflito de interesses, alicerçado por pesquisas historiográficas, é inerente ao convívio humano. É corrente a idéia de que foi a partir do processo que torna o homem sedentário, o que posteriormente origina o espaço urbano e por consequência o convívio humano no interior das cidades é que se chegou à conclusão de que não deveriam os particulares promover a restauração da ordem a partir dos próprios meios que dispunham. Por conta deste reconhecimento entendeu-se que os conflitos deveriam ser submetidos a um ente social, que munido de instrumentos legalmente aceitos no grupo, os particulares se subordinariam então à uma autoridade pública a qual tinha a função de julgar quem poderia estar com a razão.

Depreende-se então que muito antes do surgimento do Estado, os conflitos interpessoais resolviam-se por intermédio da autotutela, pratica que vigia o aforismo da "lei do mais forte". Segundo a antropologia, nas sociedades ditas primitivas, que são aquelas em que não há propriedade dos bens de produção nem classes sociais, e em que todos contribuem com uma parcela de sua força de trabalho para a produção da riqueza da qual participam, na medida da contribuição de cada um, a conduta dos indivíduos é disciplinada pelas regras sociais produzidas a partir do entendimento e interesses do grupo social<sup>13</sup>.

É recorrente a máxima doutrinária de que onde está o homem, está o direito, de tal sorte que é incontestável a necessidade do direito para o convívio social em harmonia. Nessa perspectiva, a doutrina tem manifestado que o direito tem como explicação e objetivo o equilíbrio, a harmonia social.

Doutrinariamente reconhece-se que foi no Mundo Clássico que o Direito ganha um aspecto interessante. E é na Grécia Antiga que o Direito passa gradativamente a desvincular-se de preconceitos religiosos ou superstições<sup>14</sup>. Afirma ainda o renomado doutrinador, no que tange à composição dos litígios feito pela autoridade competente, é que o processo grego observava a oralidade cabendo as partes comprovar o direito que lhes assistia, e só excepcionalmente se permitia a iniciativa do juiz em questões probatórias, o qual detinha a livre apreciação das provas.

<sup>13</sup> ROCHA, José de Albuquerque. **Teoria Geral do Processo**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

<sup>14</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil. Teoria geral do processo civil e processo de conhecimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

Influenciado pelo processo grego o processo romano se dividiu em fases. Citado por Theodoro Junior<sup>15</sup> Sérgio Bermudes os define como o Primitivo, Formulário e a *Cognitio Extraordinária*. O primeiro procedimento era excessivamente solene obedecendo a uma ritualística que consistia no uso de palavras e gestos indispensáveis, bastando a ocorrência de um equívoco para que a parte perdesse a demanda. Já o formulário embora permanecesse semelhante ao anterior por conservar a *legis actiones*, o magistrado examinava a pretensão do autor e ouvia o réu só então poderia conceder a ação entregando ao autor uma fórmula escrita, encaminhando-o ao árbitro para julgamento. Durante este percurso havia a intervenção dos advogados e os princípios do livre convencimento do juiz e do contraditório das partes eram observados. Embora a sentença fosse proferida pelos árbitros privados era o Estado Romano quem as impunha. Durante o Império Romano com suas fronteiras já asseguradas é que a função jurisdicional passou a ser privativa de funcionários do Estado, o que por sua vez propiciou o desaparecimento dos árbitros privados. Nesta fase do *cognitio extraordinária* o procedimento adquiriu a forma escrita, compreendendo o pedido do autor, a defesa do réu, a instrução da causa, a prolação da sentença e sua execução. Nesta ocasião o Estado utilizava-se da coação para executar suas sentenças.

Mas é por conta de uma série de fatores que o Estado Romano perde sua imponência e o Direito Clássico se miscigena, a partir da dominação político militar germânica, com a imposição de seus costumes e de seu direito. No primeiro momento desta fase não existia uniformidade, dada à quantidade de grupos que ocuparam a Europa, cada qual adotando seus princípios e critérios de julgamento. Em uma etapa posterior houve uma exacerbação do fanatismo religioso levando os juízes a adotar práticas exóticas na administração da Justiça. O referido procedimento era extremamente rígido e os meios de prova eram restritos às hipóteses legais, restando nenhuma liberdade ao juiz. Este apenas reconhecia a existência do Direito. Paralelamente ao processo civil bárbaro houve um crescimento significativo de uma instituição que originária do Império Romano passou a intervir nas mentalidades e por conta também no Direito local. Segundo Theodoro Junior<sup>16</sup> da fusão de normas e institutos do direito romano e do direito canônico apareceu o direito comum e o processo comum, que vigorou desde o século XI até o século XVI, o que permitiu que muitos elementos se impregnassem no direito ocidental.

<sup>15</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil. Teoria geral do processo civil e processo de conhecimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

<sup>16</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil. Teoria geral do processo civil e processo de conhecimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2008

Porém a realidade descrita anteriormente é vista com ressalvas, pois muitos entendem que no campo do direito reinava a anarquia. Assim a relativa anarquia vivida e experimentada pelos povos ocidentais do passado se curvou à elaboração do contrato social. A teoria do contrato social a partir Hobbes, destaca que os homens lograram no passado um acordo unânime para desarmarem-se mutuamente. Com isso desaparece o estado anárquico e impões os primeiros limites à liberdade de ação. Decorre desta nova condição a ideia de coerção legítima, são os germens do Estado Moderno. Com este horizonte que perfila a sociedade moderna se reconhece que, os homens, em geral lutam entre si, gerando naturalmente um questionamento de como chegar à harmonia social<sup>17</sup>.

O Estado Moderno Ocidental tem suas origens no processo de unificação política da Europa, fato que ocorre a partir da Baixa Idade Média, ganhando celeridade a partir da união do monarca com os comerciantes burgueses. Fazendo uma citação de citação em seu livro Führer<sup>18</sup> afirma que do ponto de vista jurídico, o Estado deve sua existência ao fato de possuir uma Constituição, a qual pouco importa o modo como o poder se formou, como as pessoas que o exercem foram designadas. Desde o momento em que a coletividade estatal se organiza e possui órgãos que querem e age por ela, o Estado existe. E continua descrevendo que nem influem sobre a sua existência às transformações posteriores da Constituição e forma de Governo, estas surgem e permanece através das mudanças.

Neste sentido pode-se compreender que nesta acepção o Estado origina-se a partir de transformações significativas que motivadas pelos princípios de um movimento moderno europeu, o Iluminismo ganha contornos interessastes, ou seja, além dos elementos essenciais, as finalidades por qual ele fora criado merece destaque, pois no plano externo, defende a independência e o território nacional, e, no âmbito interno, mantém a ordem pública, diz o direito e distribui a justiça<sup>19</sup>.

### 1.1 O Estado Democrático de Direito e Jurisdição

<sup>17</sup> CALMON FILHO, Petrônio. **O conflito e os meios de sua solução**. Material da 1ª aula da disciplina Fundamentos do Direito Processual Civil, ministrada no curso de especialização televirtual em Direito Processual Civil – UNIDERP/IBDP/REDE LFG.

<sup>18</sup> FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual do direito público e privado. 14. ed. Ver. E atual. De acordo com o Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

<sup>19</sup> FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. **Manual do direito público e privado**. 14. ed. rev. e atual. De acordo com o Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

Durante a Idade Moderna ocorreram movimentos de ordem social e política que promoveram mudanças significativas no âmbito Estatal gerando assim o chamado Estado de Direito. Estado de Direito é possibilidade de organização estatal que sucedeu o chamado absolutismo em razão das Revoluções Burguesas dos séculos XVII e XVIII, sobretudo a Francesa, com as quais se afirmou o constitucionalismo pondo fim ao poder divino do soberano. Modelo cujo o embrião é a Magna Carta, já consignava no século XIII os elementos essenciais do moderno constitucionalismo, ou seja, a limitação do poder do Estado e a declaração de que era necessário a instituição dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana<sup>20</sup>. Neste sentido alinha-se o conceito de Estado a um modo de organização que se contrapõe ao modelo Absolutista, uma vez que não mais se pode admitir a confusão entre o poder e aquele que o exerce, originando assim a idéia da Supremacia da Constituição.

Sobre a teoria do Estado de Direito Acquaviva<sup>21</sup>, ao efetuar sua abordagem histórica identifica que esta concepção tradicional provém de Emmanuel Kant (1724-1778). Para este pensador é de suma importância as concepções individualista, racionalista e voluntarista do direito, as quais atenderiam os interesses de uma nascente burguesia. Neste sentido tem-se a expressão “Estado de Direito liberal burguês”, o qual designa a concepção de estado intransigente vinculado às garantias individuais, proteção absoluta da propriedade privada, implantação do sufrágio censitário, e outras medidas de caráter individualista.

Como já descrito nos parágrafos anteriores o século XVII e XVIII em especial são considerados períodos que constituem mudanças significativas na organização política ocidental. Sob a ótica de Moraes<sup>22</sup> a origem de uma organização nos moldes contemporâneos repousa sobre o constitucionalismo. Este está ligado a independência das Treze Colônias Inglesas na América e sua primeira Constituição e da França em 1791, a partir da Revolução Francesa, as quais apresentam traços marcantes. O primeiro a organização do Estado e a segunda a limitação do poder estatal, por meio da previsão de direitos e garantias fundamentais. Nesta perspectiva de estruturação histórica do direito, que segundo Greco

<sup>20</sup> SIQUEIRA, Alessandro Marques de. **Estado Democrático de Direito. Separação de poderes e súmula vinculante.** Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 2009, 31 dez. 2008. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/12155>>. Acesso em: 23 fev. 2011.

<sup>21</sup> ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário jurídico brasileiro Acquaviva.** 12. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2004.

<sup>22</sup> MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 15. ed. São Paulo: Atlas, 2004.



Filho<sup>23</sup>, a vontade arbitrária se interpõe a atuação da jurisdição, o poder legítimo de dizer o direito, onde esta atuaria por meio de um instrumento que é o processo, subordinando as partes na relação processual ao crivo do Estado juiz.

No Brasil é com o advento da Constituição de 1988 que haverá uma adequação do Estado a qual objetiva sua melhor organização, bem como a limitação do poder estatal, que institui a previsão de direitos e garantias fundamentais. Tais garantias na visão de Acquaviva<sup>24</sup> entronizam um Estado Democrático de Direito, cujas premissas serão encontradas em vários dispositivos, as quais preconizam a prevalência dos direitos humanos, bem como consagração da inafastabilidade do poder judiciário na solução ou pacificação das lides.

Assim preferiu por conta da historicidade anteriormente apresentada que, através da tripartição de poderes retomada pelo discurso iluminista burguês a função legislativa estabelecesse a ordem jurídica instituindo então as normas que deveriam incidir sobre situações ou relações que ocorreriam no eixo social. Com isso fixou-se direitos e por um segundo turno promoveu o estado de mero limitador do direito à substituição da justiça privada pelo Estado de Direito na qual o órgão judicante desempenharia as funções de disciplinar e aplicar a ordem jurídica emanada dos representantes populares ou daqueles que de fato possuem a soberania.

Segundo Lent, citado por Theorodo Junior<sup>25</sup> para o desempenho desta função, estabeleceu-se a jurisdição, com o poder que toca ao Estado, entre as atividades soberanas, a de formular e fazer atuar praticamente a regra jurídica concreta que, por força do direito vigente, disciplina determinada situação jurídica. Caminhando neste raciocínio Silva<sup>26</sup> destaca que, foi somente com o fortalecimento e organização do Estado, a falida justiça privada foi substituída pela Justiça Pública ou Oficial. Desta forma, o Estado moderno chamou para si o encargo e o monopólio de definir o direito, bem como o de realizar esse mesmo direito, sujeitando os cidadãos ao cumprimento dessas decisões, surgindo daí a *tutela jurisdicional*, como a terceira forma de composição de litígios. É a jurisdição.

<sup>23</sup> GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro, volume 1:** (teoria geral do processo e auxiliares da justiça). 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

<sup>24</sup> ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário jurídico brasileiro Acquaviva.** 12.ed. ampl. re. e atual. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2004.

<sup>25</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil. Teoria geral do processo civil e processo de conhecimento.** Rio de Janeiro: Forense, 2008.

<sup>26</sup> SILVA, André Rodrigues Pereira da. **A natureza da jurisdição perante a arbitragem e outros meios alternativos de solução de controvérsias.** Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 947, 5 fev. 2006. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/7923>. Acesso em: 20 fev. 2011.

Para Acquaviva<sup>27</sup> a palavra jurisdição, do latim *jurisdictio* é a prerrogativa de dizer o direito, decidir. Neste sentido o referido vocábulo significa a prerrogativa exclusiva do poder judiciário em aplicar a lei, mediante a tutela jurisdicional. Para Lucon<sup>28</sup> a jurisdição é poder, função e atividade. Como poder, é manifestação do poder estatal, que por sua vez é a capacidade que os órgãos jurisdicionais têm de decidir e impor imperativamente as decisões. Silva<sup>29</sup> ao citar Antônio Carlos de Araújo Cintra, Ada Pellegrini Grinover e Cândido Rangel Dinamarco, discorre que estes renomados juristas observam que muitos critérios foram propostos pela doutrina tradicional, que se apóiam tão somente em premissas de caráter jurídico. Mas hoje, as perspectivas buscam levar em conta aspectos sócio-políticos, surgindo daí os escopos sociais (a pacificação social) e políticos (a realização da justiça) da jurisdição. Diante disso, conceituam jurisdição como sendo uma das funções do Estado, mediante a qual este se substitui aos titulares dos interesses em conflito para, imparcialmente, buscar a pacificação do conflito que os envolve, com justiça. E essa pacificação é feita através da atuação da vontade do direito objetivo apresentado no caso em concreto.

Greco Filho reforça o conceito de jurisdição e suas respectivas dimensões ao afirmar que esta é em primeiro lugar, um poder, porque atua cogentemente como manifestação do potestade do Estado e o faz definitivamente em face das partes em conflito. E também, continua o nobre doutrinador reforçando que, a jurisdição é também uma função, porque cumpre a finalidade de fazer valer a ordem jurídica posta em dúvida em virtude de uma pretensão resistida. Sendo assim adquire a idéia de atividade, a qual consiste em uma série de atos e manifestações externas de declaração do direito e de concretização de obrigações consagradas. Assim Santos<sup>30</sup> reforça a idéia que a função estatal de dizer o direito possui legitimidade única ao afirmar que esta será sempre o poder-dever de solucionar litígios e dar realização ao que já está acertado como direito. Tal condição segundo este doutrinador é figurada no artigo 126 de nosso código de Processo Civil, na qual o legislador infere que a jurisdição é indeclinável, ou seja, o juiz em nenhuma hipótese, dentro dos limites

<sup>27</sup> ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário jurídico brasileiro Acquaviva**. 12.ed. ampl. re. e atual. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2004.

<sup>28</sup> LUCON, Paulo Henrique dos Santos. **Teoria Geral do Processo e novas tendências do Direito Processual**. Material da 2ª aula da disciplina Fundamentos do Direito Processual Civil, ministrada no curso de especializaçãotelevirtual em Direito Processual Civil –UNIDERP/IBDP/REDE LFG.

<sup>29</sup> SILVA, André Rodrigues Pereira da. **A natureza da jurisdição perante a arbitragem e outros meios alternativos de solução de controvérsias**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 947, 5 fev. 2006. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/7923>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

<sup>30</sup> SANTOS, Ernane Fidelis dos. **Manual de direito processual civil**, volume 1: processo de conhecimento. 12. ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007.

de sua competência que a lei lhe traça, pode transferir função para outros, nem negar o exercício da jurisdição quando devidamente provocado.

## 2 - MÉTODOS PARA SOLUÇÃO DAS LIDES NO BRASIL

Demonstrou-se a linhas pretéritas a importância da formação de uma justiça estatal na qual o Estado detém o poder legítimo para aplicar a justiça e garantir a pacificação social. Neste sentido é o Estado o ente político apto a pacificar a sociedade na qual é inerente o conflito sendo tal função indelegável.

Sendo o conflito uma característica do eixo social, necessário se faz identificar sua origem. No dizer de Calmom<sup>31</sup>, não havendo harmonia mediante o cumprimento espontâneo da norma, surge o conflito, e sendo almejada a sua solução, a jurisdição estatal apresenta-se como o meio ordinário a esse fim destinado. Por outro giro, embora a atividade estatal aplicadora da justiça seja indelegável, esse não é o único meio idôneo para solução dos conflitos. Antes, durante e até mesmo após a atuação do Estado com vistas a resolver o conflito, não é raro que as pessoas envolvidas busquem uma solução amigável colocando à margem a jurisdição civil.

Pelo que fora exposto identifica-se uma divergência doutrinária no que pesa a possibilidade ou impossibilidade da delegação da jurisdição estatal. Sendo a jurisdição atividade estatal provocada da qual a parte em conflito tem a disponibilidade em recorrer ao ente jurisdicionado para que o mesmo intervenha, e que lhe seja de forma favorável, é natural que surja questionamentos, dentre muitos os fatores que possibilitaram o processo jurisdicional, o qual representava insuperável conquista da civilização, o interesse pelas vias alternativas ao processo. Para Grinover, Watanebe e Lagrasta Neto<sup>32</sup> a reviravolta no sistema processual mediante a técnica da autocomposição se deve a crise da justiça. Esta é representada principalmente por sua inacessibilidade, morosidade e custo o que por sua vez põe as vias conciliativas numa condição de destaque.

<sup>31</sup> CALMON FILHO, Petrônio. **O conflito e os meios de sua solução**. Material da 1ª aula da disciplina Fundamentos do Direito Processual Civil, ministrada no curso de especialização televirtual em Direito Processual Civil – UNIDERP/IBDP/REDE LFG

<sup>32</sup> GRINOVER, Ada Pelegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano. **Mediação e gerenciamento do processo: revolução na prestação jurisdicional**: guia prático para a instalação do setor de conciliação e mediação. E. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

Diante desta crise da Justiça o Estado Brasileiro “tem procurado eliminar os empecilhos de acesso ao Judiciário com medidas que embora eficazes por algum tempo, não tem almejado afastá-los de uma vez por todas”<sup>33</sup>.

Diante destas transformações nosso ordenamento jurídico concebeu formas particulares para a solução de litígios, uma é a autocomposição da lide. Esta é de solução por decisão de pessoas não investidas da função jurisdicional<sup>34</sup>, o que pode então sugerir a própria delegação da competência jurisdicional.

Embora trata-se de matéria divergente, a divisão ou classificação das formas de solução de litígios, via de regra estes mecanismos são conhecidos pela expressões: autonomia e heteronomia. Entende-se por autonomia, a forma de tratamento dos conflitos exercitada pelas próprias partes, que individualmente ou conjuntamente solucionam a lide, e classificam-se em autotutela e autocomposição. A autotutela é o modo de tratamento dos conflitos em que a decisão é imposta pela vontade de um dos sujeitos envolvidos no conflito, repousando esta em um poder de coação de uma das partes. A autocomposição é o modo de tratamento de conflitos em que a decisão resulta das partes, e é obtida por meios persuasivos e consensuais, elemento divisor entre esta e a autotutela.<sup>35</sup>

Outra técnica de solução de conflitos é a arbitragem, presente no ordenamento pátrio através da Lei n.º 9.307/96. Trata-se de um instrumento de solução de contendas onde as próprias partes, de comum acordo, estabelecem/elegem um terceiro que decidirá sobre a questão, exercendo em similitude a atividade jurisdicional. Todavia, a arbitragem não atinge a todos e quaisquer conflitos, possui limitações e depende, pois, de autorização legal. Também não exclui a atividade jurisdicional<sup>36</sup>.

Em relação à autocomposição esta pode ser unilateral ou bilateral, conforme provenha de uma das partes ou de ambas. São exemplos de autocomposição unilateral a renúncia ao direito, o reconhecimento jurídico do pedido. E são exemplos de autocomposição

---

<sup>33</sup> AMARAL, Marcia Terezinha Gomes. **O direito de acesso à justiça e a mediação**. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2009.

<sup>34</sup> THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil. Teoria geral do processo civil e processo de conhecimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

<sup>35</sup> ROCHA, José de Albuquerque. **Teoria Geral do Processo**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009

<sup>36</sup> AGUIAR, Adriana. Conciliação consegue solução rápida e assistida pela Justiça. In: [http://www.conjur.com.br/2005-out-15/conflito\\_solucao\\_rapida\\_assistida\\_justica?pagina=3](http://www.conjur.com.br/2005-out-15/conflito_solucao_rapida_assistida_justica?pagina=3) Acesso em: 28/02/2011

bilateral a conciliação e a mediação, que também são conhecidos por mecanismos alternativos de tratamento de conflitos<sup>37</sup>.

Pode-se definir mediação como uma técnica de composição dos conflitos caracterizada pela participação de um terceiro, suprapartes, o mediador, cuja função é ouvir as partes e formular propostas<sup>38</sup>.

A mediação, como forma autocompositiva, é meio extrajudicial de resolução de conflitos, podendo ocorrer antes ou depois de instalada a controvérsia, ou seja, de caráter preventivo ou resolutivo respectivamente.

Como características marcantes pode-se citar a rapidez e eficácia de resultados; a redução do desgaste emocional e do custo financeiro; garantia de privacidade e sigilo; redução da duração e reincidência de litígios; facilitação da comunicação etc.

Atualmente a doutrina discorre que a retomada de mecanismos alternativos no tratamento de conflitos proporciona a redução do trabalho do judiciário a possibilidade em suprir sua incapacidade de dirimir a litigiosidade surgida com as novas formas de vida social bem como a proposta de implementar novas políticas que contemplem a nova ordem econômica ocidental<sup>39</sup>.

Porquanto a adoção da mediação como método alternativo para a prevenção e solução de conflitos servirá como mais uma porta de acesso à justiça disponível para toda a sociedade. Além disso, esse instrumento terá grande importância para aliviar a demanda enfrentada atualmente pelo judiciário do Brasil<sup>40</sup>.

### 3 - MEDIAÇÃO COMO PROPOSTA PARA SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO BRASIL

Importante reconhecer a evolução das instituições do Estado Democrático de Direito o qual é o legitimado para dizer o direito em uma sociedade que é minada historicamente pelo conflito. Embora seja o Estado o legitimado a dizer o direito, legisladores

<sup>37</sup> ROCHA, José de Albuquerque. **Teoria Geral do Processo**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009

<sup>38</sup> RAMOS, Augusto Cesar. Mediação e arbitragem na Justiça do Trabalho. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 54, fev. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2620>>. Acesso em: 30 nov.. 2010.

<sup>39</sup> ROCHA, José de Albuquerque. **Teoria Geral do Processo**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009

<sup>40</sup> COBRA, Zulaiê. Projeto de lei 4827-b/1998 (número no Senado: PLC 94/2002). Medição. Disponível em: [http://www.direitoprocessual.org.br/dados/File/enciclopedia/propostaslegislativas/processo\\_civil/Projetos/\(doc%2003%20PL%204827%20de%201998.doc](http://www.direitoprocessual.org.br/dados/File/enciclopedia/propostaslegislativas/processo_civil/Projetos/(doc%2003%20PL%204827%20de%201998.doc).

promoveram também mecanismos alternativos para solucionar litígios na expectativa de promoção da paz social de forma rápida e por conseqüência sem desgastes. Neste aspecto os conflitos intersubjetivos podem adquirir as mais variadas feições, dependendo do seu objeto, da capacidade de entendimento entre as partes etc. Não é difícil constatar que um conflito que envolva entes familiares possua características diferentes de um conflito entre empresas e que ambos requerem tratamentos diversos. Diante dessa realidade, deve-se reconhecer que para cada tipo de conflito existem métodos que trazem a sua solução. Existem conflitos que demandam conhecimentos extremamente técnicos. Há conflitos em que não se vislumbra a menor possibilidade de acordo e que necessitam da força coercitiva do Estado para a sua resolução. Por sua vez, existem conflitos decorrentes de relações que as partes querem preservar e conflitos decorrentes de relações continuadas, como as relações familiares, que se perpetuam no tempo. Outros, mais simples, extinguem-se com um acordo celebrado entre as partes, sem se perpetuarem no tempo.

Sobre o contexto que motivou a criação projeto de Lei 4827-b/1998 que pretende institucionalizar e disciplinar a mediação como método de prevenção e solução consensual de conflitos pode-se reconhecer uma busca pela intervenção judicial na solução de conflitos, que empiricamente pode ser descrita pelo aumento populacional no Brasil, bem como programas de distribuição e aferição de renda, e incrementos feitos pela União, Estado e Distrito Federal e Municípios que promoveram setores da economia. Não obstante reconhecer que a justiça possibilitou o acesso da população ao judiciário com a criação dos Juizados Especiais fatos que somados resultaram em uma corrida ao judiciário brasileiro.

Perceptível aos fatos descritos o legislador pátrio procura alternativas para desafogar o judiciário contribuindo assim para o restabelecimento da ordem social. Neste ínterim é que se constrói a redação o projeto de Lei 4827/1998 (anexo 1). Texto simples e conciso pretende de fato estabelecer atividade técnica que, exercida por terceira pessoa, que escolhida ou aceita pelas partes interessadas, as escute, oriente com o propósito de lhes permitir que, de modo consensual previnam ou solucionem conflitos. Tal método é lícito em matéria civil ou penal, as quais admitam a conciliação, reconciliação, transação ou acordo de outra ordem<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> COBRA, Zulaiê. Projeto de lei 4827-b/1998 (número no Senado: PLC 94/2002). Medição. Disponível em: [http://www.direitoprocessual.org.br/dados/File/enciclopedia/propostaslegislativas/processo\\_civil/Projetos/\(doc%2003%20PL%204827%20de%201998.doc](http://www.direitoprocessual.org.br/dados/File/enciclopedia/propostaslegislativas/processo_civil/Projetos/(doc%2003%20PL%204827%20de%201998.doc). Material da 1ª aula da disciplina Fundamentos do Direito Processual Civil, ministrada no curso de especialização televirtual de Direito Processual Civil – UNIDER/IBDP/REDE LFG.

Considerando o conflito em sua visão positivista, ou seja, o espaço das diferenças, pode-se conceituar a mediação como o método consensual de solução de conflitos, que visa a facilitação do diálogo entre as partes, para que melhor administrem seus problemas e consigam, *por si só*, alcançar uma solução<sup>42</sup>. Dentre os elementos essenciais pode-se reconhecer que a mediação é mais adequada para aqueles conflitos oriundos de relações continuadas ou cuja continuação seja importante, como as relações familiares, empresariais, trabalhistas ou de vizinhança, porque permitirá o restabelecimento ou seu aprimoramento. Este é o método mais indicado para esses casos porque possibilita a compreensão do conflito pelas partes, para que possam melhor administrá-lo e evitar novos desentendimentos no futuro. Na mediação, os conflitos só podem envolver direitos patrimoniais disponíveis ou relativamente indisponíveis. Isso porque apenas esses direitos podem ser objeto de acordo extra-judicial. Feito um acordo, este pode ou não ser homologado pelo Judiciário, a critério das partes.

Mas a própria tramitação no congresso em face à sua votação sugere que a proposta inicial deste mecanismo alternativo pára a solução de conflitos possui um entrave o político uma vez que sua tramitação no Congresso Nacional desde 1999 resultou em propostas diversas da originária o que leva a imaginar a dificuldade de efetivar este mecanismo para a solução de conflitos no Brasil, uma vez que além da burocracia legislativa não se pode ignorar a existência de uma cultura de heterocomposição em nosso país e, num momento histórico como o que vivemos – onde o acesso à Justiça e a celeridade processual são assuntos prioritários da pauta legislativa – não podemos correr o risco de, através de um instituto que o tempo revele ineficaz ou prejudicial, comprometer toda uma onda renovatória<sup>43</sup>.

## CONCLUSÃO

Constatou-se que foi no processo de fixação do ser humano e na formação das sociedades antigas que o conflito se tornou mais evidente e que a aplicação do Direito com

<sup>42</sup> SOUSA, Lília Almeida. **A utilização da mediação de conflitos no processo judicial**. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 568, 26 jan. 2005. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/6199>>. Acesso em: 01 mar. 2011

<sup>43</sup> COBRA, Zulaiê. Projeto de lei 4827-b/1998 (número no Senado: PLC 94/2002). Medição. Disponível em: [http://www.direitoprocessual.org.br/dados/File/enciclopedia/propostaslegislativas/processo\\_civil/Projetos/\(doc%2003%20PL%204827%20de%201998.doc](http://www.direitoprocessual.org.br/dados/File/enciclopedia/propostaslegislativas/processo_civil/Projetos/(doc%2003%20PL%204827%20de%201998.doc). Material da 1ª aula da disciplina Fundamentos do Direito Processual Civil, ministrada no curso de especialização televirtual de Direito Processual Civil – UNIDER/IBDP/REDE LFG.

fins a prática da justiça gradativamente transferiu-se das mãos privadas para a função jurisdicional.

Identificou-se que o a Cultura Clássica muito contribuiu para a adoção de novas práticas processuais com fins ao distanciamento de valores e princípios religiosos, porém durante a Idade Média para alguns é comum reconhecer que houve um retrocesso nas práticas processuais conduzindo a sociedade a um estado de anarquia o que motivou entes sociais à produção de novos conhecimentos que no âmbito do direito originou uma nova concepção de Estado e de aplicação do direito, originando assim a jurisdição estatal.

Neste sentido a função de dizer o direito não apenas trouxe uma nova expectativa para os entes sociais que atendendo o seu “chamado” em especial no Brasil abarrotou os espaços internos dos órgãos competentes a ponto de originarem idéias que em princípio foram chamadas de meios alternativos para solução das lides.

E foi com a proposta de contribuir para com a pacificação social e diminuição do tempo na resposta jurisdicional que foi criado o projeto de Lei 4827/1998, que pretende introduzir a mediação, ou seja aclimatação de interesses antes da promoção de ações judiciais, as quais não sendo promovidas em razão da solução encontrada pelas partes interessadas por meio de um negociador que munido de conhecimento técnico e empírico poderia trazer significativos resultados para a sociedade bem como o judiciário permitindo assim uma instauração da paz social mais célere. Percebeu-se, porém que para que de fato este resultado seja alcançado é necessário que dois desafios sejam superados. O primeiro é a morosidade para a aprovação de um projeto de lei no Brasil, no qual muito dos dispositivos contidos são usados para fins políticos. O segundo e talvez mais desafiador é a mudança no comportamento da sociedade a qual possa também considerar a autocomposição em especial a mediação como forma de pacificação social, condição que no imaginário do denso comum será alcançada apenas com a heterocomposição, condição imposta pelo Estado a partir de um terceiro desinteressado o qual é legítimo para promover o direito.



## REFERÊNCIAS

1. ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário jurídico brasileiro Acquaviva**. 12.ed. ampl. re. e atual. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira, 2004.
2. AGUIAR, Adriana. **Conciliação consegue solução rápida e assistida pela Justiça**. In: [http://www.conjur.com.br/2005-out-15/conflito\\_solucao\\_rapida\\_assistida\\_justica?pagina=3](http://www.conjur.com.br/2005-out-15/conflito_solucao_rapida_assistida_justica?pagina=3) Acesso em: 28/02/2011
3. AMARAL, Márcia Terezinha Gomes. **O direito de acesso à justiça e a mediação**. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2009
4. CALMON FILHO, Petrônio. **O conflito e os meios de sua solução**. Material da 1ª aula da disciplina Fundamentos do Direito Processual Civil, ministrada no curso de especialização televirtual em Direito Processual Civil – UNIDERP/IBDP/REDE LFG.
5. COBRA, Zulaiê. Projeto de lei 4827-b/1998 (número no Senado: PLC 94/2002). **Medição**. Disponível em: [http://www.direitoprocessual.org.br/dados/File/enciclopedia/propostaslegislativas/processo\\_civil/Projetos/\(doc%2003%20PL%204827%20de%201998.doc](http://www.direitoprocessual.org.br/dados/File/enciclopedia/propostaslegislativas/processo_civil/Projetos/(doc%2003%20PL%204827%20de%201998.doc). Material da 1ª aula da disciplina Fundamentos do Direito Processual Civil, ministrada no curso de especialização televirtual de Direito Processual Civil – UNIDERP/IBDP/REDE LFG.
6. FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. **Manual do direito público e privado**. 14. ed. ver. e atual. de acordo com o Código Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
7. GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro, volume 1**: (teoria geral do processo e auxiliares da justiça). 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
8. GRINOVER, Ada Pelegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano. **Mediação e gerenciamento do processo: revolução na prestação jurisdicional**: guia prático para a instalação do setor de conciliação e mediação. E. reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.
9. AMARAL, Marcia Terezinha Gomes. **O direito de acesso à justiça e a mediação**. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2009.

10. MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
11. SANTOS, Ernane Fidelis dos. **Manual de direito processual civil**, volume 1: processo de conhecimento. 12. ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007.
12. SILVA, André Rodrigues Pereira da. **A natureza da jurisdição perante a arbitragem e outros meios alternativos de solução de controvérsias**. Jus Navigandi, Teresina, ano 11, n. 947, 5 fev. 2006. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/7923>. Acesso em: 20 fev. 2011.
13. SIQUEIRA, Alessandro Marques de. **Estado Democrático de Direito. Separação de poderes e súmula vinculante**. Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 2009, 31 dez. 2008. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/12155>. Acesso em: 23 fev. 2011.
14. SOUSA, Lília Almeida. **A utilização da mediação de conflitos no processo judicial**. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 568, 26 jan. 2005. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/6199>. Acesso em: 01 mar. 2011
15. RAMOS, Augusto Cesar. Mediação e arbitragem na Justiça do Trabalho . **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 54, fev. 2002. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2620>. Acesso em: 30 nov. 2010.
16. ROCHA, José de Albuquerque. **Teoria Geral do Processo**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
17. THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil. Teoria geral do processo civil e processo de conhecimento**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

## A CRISE NO POSITIVISMO JURÍDICO: O QUE ESPERAR DO DIREITO?

Gilson Xavier de Azevedo<sup>44</sup>

**RESUMO:** A proposta central deste artigo é considerar temas como: “Política e Direito: a crise da concepção de cidadania” (Manduca) onde direito e cidadania têm que se alinhar se não é impossível falar de uma associação entre direitos políticos e direitos sociais, porém a cidadania de fato é ainda pouco efetiva e ela representa muito mais um instrumental ideológico legitimador dos benefícios das corporações partidárias do que um conjunto de princípios norteadores da ação política. O Ex ministro da Educação Tarso Genro que analisa em um de seus ensaios a “Nova Crise do Direito e do Estado” foca a influencia positivista econômica sobre os ditames do direito hoje levando em consideração os valores básicos da civilização burguesa “clássica” que segundo ele encontram-se pressionados pela rápida mutação dos elementos sociais que os geraram. Refletir-se-á a visão de Bernardo Vidal sobre “O direito alternativo é dogmático?”, de Eduardo Kroeff (Crise do Direito e ensino jurídico).

**Palavras Chave:** Direito; Neoliberalismo; Positivismo Jurídico; Crise Jurídica.

**ABSTRACT:** Thus our proposal is to consider subjects as: "Politics and Right: the crisis of the conception of citizenship "(Manduca) where right and cidadanis has that if to line up if it is not impossible to say of an association between rights social politicians and rights, however, the fact citizenship is still little accomplishes and it represents much more an ideological instrument legislator of the benefits of the partisan corporations of that a set of principles norteadores of the action politics. The Former minister of the Tarso Education Son-in-law whom he analyzes in one of its assays the "New Crisis of the Right and the State" foca influences today it positivist economic on the ditames of the right taking in consideration the basic values of "classic" the bourgeois civilization that according to it they meet pressured by the fast mutation of the social elements that had generated them. We will still reflect the vision of Bernardo Vidal on "the alternative right is dogmátic", of Eduardo Kroeff (Crisis of the Right and legal education).

**Keywords Key:** Right; Neoliberalism; Legal Positivism; Legal crisis.

### 1. A CRISE DA CONCEPÇÃO DE CIDADANIA

O Brasil é um país de cidadãos livres. Frases como essas marcam temporadas de caça aos eleitores; mas existe algo de errado no ar, pois ao propor uma reflexão sobre

---

<sup>44</sup> Mestre em Ciências da Religião pelo Cethel-SP e pesquisador das áreas de Filosofia do Direito (ética), Filosofia no Ensino Médio, Saúde Profissional e Indisciplina em sala de aula. Pedagogo Licenciado em Filosofia pela Faemero e Bacharel em Teologia Social pelo Mackenzie-SP. Especialista em Administração Escolar e Coordenação Pedagógica pela Veiga de Almeida-RJ, Professor Titular de Filosofia do Direito pela FAQUI; Professor Titular de Políticas Públicas pela UEG;; gilsoneduc@yahoo.com.br.

alguns pontos do grande escopo da crise jurídica no Brasil é preciso pensar que o aspecto corrupção, mesmo ocupando o primeiro lugar nessa discussão, não se faz presente apenas na política. Vive-se um processo de desfinanceirização da população que pode ser considerado desarticulador da própria condição de segurança do cidadão; de acordo com a reportagem abaixo, um país de arrocho fiscal intenso, desde a época em que supostamente se criava e ampliava a cidadania.

Entre 178 países, é no Brasil onde as empresas mais perdem tempo calculando e pagando impostos, afirma o Banco Mundial. Uma empresa gasta 2600 horas por ano no Brasil para conseguir cumprir as obrigações tributárias; é 20% a mais do que na penúltima colocada, a Ucrânia, com 2085 horas. O resultado é incomparável ao tempo gasto em outros emergentes, como China (872 horas), Rússia (448) e Índia (271) (JORNAL DA GLOBO, 24 Nov. 07).

Nesse sentido, a cidadania funcionaria como "um instrumental ideológico largamente utilizada para convencer a população a legitimar o sistema tal qual ele se apresenta" (Manduca, p. 2) <sup>45</sup>. Dessa maneira cidadania estaria ?? "[...] intimamente ligada ao Estado, ao regime político e ao sistema político que o organiza" (Ib, p. 3). Para que o Estado se estruture politicamente precisa de cidadãos votantes e pagadores de impostos.

Na antiguidade clássica, apenas os homens adultos e livres eram passíveis de cidadania – mulheres, crianças e escravos eram subsidiários do status gozado pelo chefe da família - sendo que, apenas aqueles privilegiados com bens suficientes para não precisarem exercer qualquer função produtiva poderiam exercer a política, ou seja, de exercer a arte de administrar os assuntos da polis. Afinal, fazer política exigia tempo e virtude que, aparentemente, eram atributos dos homens maduros e ricos (MANDUCA).

Com o advento do liberalismo político, o homem ligado ao Estado e vivenciando uma liberdade vigiada (Hobbes), tende agora ao crescimento exacerbado do comércio. Ao se sentir livre o cidadão tem maiores condições de pagar impostos, financiar bens e serviços, e empregar toda a sua força produtora no crescimento indireto do Estado. Depois de quase duzentos anos finalmente a burguesia industrial chega aos nossos dias com o total apoio do Estado mínimo. Juntos, democracia, igualitarismo e individualismo geraram uma sociedade perfeita do ponto de vista do consumo. Tudo hoje é consumível, da agulha à sentença jurídica.

[...] partindo-se da teoria do Estado, o Estado moderno caracteriza-se por três características exclusivas: só ele pode exercer a coação legítima, só ele

---

<sup>45</sup> Paulo César Manduca é Doutor em Sociologia, professor Universidade Paulista (UNIP) e pesquisador do NEE-Unicamp.

poder administrar a justiça e só ele poder cobrar impostos. No modelo liberal clássico, o Estado resume-se a idéia de Estado mínimo [...] (Ib, p. 6).

É bem possível que o povo brasileiro não se lembre mais da época (anos 80) em que as pessoas diziam que não votavam no PT, pois se comia criancinhas ou por que eles mudariam a bandeira para a cor vermelha.

E pouco tempo depois, o PT se tornou o partido mais bem votado em todo o território nacional. Nessa época eu cursava a 5ª série e questioneei à minha professora de língua portuguesa qual seria o problema de se mudar uma bandeira, já que na mesma, o globo que representa o Brasil sugere que o país é do mundo ou do estado, ou que viveria certas revoluções econômicas, mas que esfericamente voltaria ao mesmo ponto; mas isso é apenas uma divagação.

O fascismo no Brasil existiu e continua a existir em partidos políticos como o elitista PFL que muda de sigla de acordo com a situação, mas que os membros são os descendentes da UDN, também elitista e que à frente da ARENA, partido de sustentação do militarismo, sobrepôs o estado sobre o querer do cidadão caçando, matando, e fazendo desaparecer.

Em seu artigo Manduca expressa o que Lula conseguiu sintetizar em uma frase: “o mundo mudou, eu também mudei”; o PT chegou ao poder, deu continuidade à política fascista contra a qual lutara e agora quer transformar a democracia em ditadura venezuelana. Nesse contexto, qualquer atuação do estado se torna suspeita do ponto de vista ideológico, uma vez que os crimes econômicos descobertos pela Polícia Federal, raras vezes têm acabado em punição exemplar.

Nova ação da PF investiga autoridades do Judiciário. Uma semana depois da Operação Furacão, a Polícia Federal voltou, hoje, a apreender documentos, carros e motos em residências e gabinetes de juízes, desembargadores e advogados. Desta vez, a Operação foi em São Paulo. Eles também são acusados de negociar sentenças judiciais em troca de propina mensal. [...] A operação foi batizada de Temis, a deusa grega da Justiça, por causa da suspeita de envolvimento de autoridades do Judiciário no caso. Segundo a polícia, três desembargadores e dois juízes faziam parte de um esquema de venda de sentenças para beneficiar casas de jogos [...] (JN, 20 Abr. 07).

Notícias assim exigem questionamentos do tipo: onde está o direito e por que o direito tem que ser ético?

## 2. CRISE DO DIREITO E DO ESTADO

O artigo analisado de Tarso Genro <sup>46</sup> traz uma constante política que não coaduna em nada com o que o governo do qual ele faz parte como ministro vem fazendo. O aumento do tempo necessário para aposentadoria, o “galopante” aumento do cimento e outros materiais de construção, alimentos e outros bem de serviço.

Vive-se talvez a ocultação da culpa como nunca antes; o cidadão e o direito parecem ter sido de fato vendados, pois tudo aparenta ser muito natural do ponto de vista político. Mensalão, escândalos no supremo, o irmão de Lula, a cúpula do PT, mas o povo não está preparado para entender isso, já que o processo de:

[...] formação da consciência média nos países civilizados, capaz de assegurar um consenso social mínimo, está muito mais subordinada à ‘mass-media’ e à distribuição do acesso à informação, do que propriamente ao Estado como monopolizador da violência e gerador da moeda (GENRO, 2007,?).

Segundo Genro vive-se uma crise do estado de bem estar, mas o que ele não cita é que esta fora provocada pelos amplos totalitarismos que a “demoniocracia” trouxe em forma de crise. O resultado disso é a composição de pelo menos três tipos de homem:

[...] o homem concreto criado por milhares de gerações que se sucederam na opressão e na desigualdade [e] homem imediato e moderno, extraído de uma concepção metafísica da classe operária. A outra crise - por basear-se numa visão cética e realista do ser humano, cujo analista mais qualificado é Norberto Bobbio - é mais lenta, mas nem por isso menos conflitiva ou profunda (GENRO, 2007,?).

Deve-se, portanto, questionar para quem é o direito; se não for para todos, não é justo; se for para todos é alienado; assim, dentro do positivismo jurídico e da crise do Estado de direito, o direito está para quem tem deveres e é capaz de cumpri-los devidamente.

Somente quem constrói o Estado pode se ver como portador de direitos conforme a citação a seguir: “A tentativa de incluir direitos sociais fundamentais na Constituição está fadada ao fracasso, por formulações do tipo ‘todos têm direito ao trabalho’” (KASPEN, p. 10).

O fato de não mais existirem lutas de classe denuncia uma sociedade em sua maioria equalizada e livre de interferências significativas. Se o Estado está em crise,

---

<sup>46</sup> Tarso Genro é o atual ministro da justiça.

também o direito está, uma vez que o direito só se realiza na manutenção e harmonia política da sociedade, “A classe operária e os trabalhadores tradicionais, em geral, não vivem numa situação melhor do que antes, mas não mais constituem a base de uma mudança social, revolucionária ou reformista da sociedade” (GENRO, 2007,?).

Pode-se comparar o direito atual à criação de Bonsai, árvores cultivadas em pequenos vasos, cujo não crescimento das raízes se lhes impede de crescer também. O direito não está simplesmente vinculado ao Estado, ele está atrelado, diluído e reificado no Estado Hegeliano.

Direito que estaria em conformidade com a sociedade atual qualificada de complexa e de pós-moderna. Tal evolução não deixa de influenciar de maneira profunda o caráter geral da regulação atual da sociedade e dos papéis específicos desempenhados nesta, na época moderna, pelo Estado e o Direito (HORT, p. 2).

Uma vez que a missão do direito se torna um simples trabalho a ser desenvolvido "o direito tende a orientar as condutas humanas para a promoção do desenvolvimento econômico e social" (HORT, p. 4) e cabe então à sociedade se conformar com esta situação e esconder-se dentro do possível na perspectiva de uma nova orientação social de camuflagens do próprio ato de ser conforme indica Hort (p. 3):

[...] a mundialização da economia, a internacionalização do Estado e o direito internacional [traz] por conseqüência uma perda da soberania e da autonomia dos Estados Nacionais na formulação de políticas internas.

Da mesma maneira que só existe negociação se houver honestidade, a apresentação feita por Andre-Noël a seguir expressa um direito novamente ideal que não encontra espaço para crescer.

O desenvolvimento de um direito reflexivo, ou seja, um direito procedente de negociações, de mesas redondas, etc., constitui uma tentativa para encontrar uma nova forma de regulação social, outorgando ao Estado e ao direito um papel de guia (e não de direção) da sociedade (HORT, p. 6).

### **3. DIREITO ALTERNATIVO JÁ !?**

Bernardo Vidal (SANTOS, 2003)<sup>47</sup> projeta no direito contemporâneo uma idéia que segundo a perspectiva desse artigo já não mais corresponde ao real, "pois em nossa sociedade contemporânea, o direito corporifica a idéia de ordem, estabelecendo as normas que em seu escopo visam permitir uma melhor e mais harmônica interação entre os indivíduos".

Nessa discussão, percebe-se que o homem vê o direito hoje como vantagem; um sistema falido assim como política, escola, igreja e do qual se tira proveito. "É insuficiente a abrangência das normas jurídicas positivas" (SANTOS, 2003 p.2). A própria condição jurídica estabelecida situacionou uma sociedade vigiada que busca no direito o direito de ser evasiva conforme a citação a seguir:

Assim, época em que o positivismo que centra nossas discussões jurídicas é contestado em face de alguns descaminhos que gerou, surge uma tendência de rever o ordenamento jurídico estatal através do alternativo-social, para que se minimize a crise marcada pelo excessivo dogmatismo (SANTOS, 2003,p.2).

O dogmatismo jurídico parece ter excedido todos os limites possíveis dentro do contexto atual; uma instituição em crise de sentido, tarda em se voltar para o homem simples que busca no direito soluções exequíveis às suas questões. De acordo com matéria vinculada pelo JH:

Após adiar julgamento, juiz oferece par de sapatos em audiência no PR. O juiz de Cascavel (521 km de Curitiba) que cancelou uma audiência no mês passado porque o trabalhador rural que move a ação usava chinelos ofereceu nesta terça-feira a ele, durante nova audiência, um par usado de sapatos. [...] O juiz Bento Luiz de Azambuja Moreira, da 3ª Vara Trabalhista de Cascavel, cancelou a audiência anterior sob a justificativa de que o par de chinelos de Joanir Pereira, 40, era 'calçado incompatível com um tribunal'. Pereira não aceitou hoje o presente e o considerou como um ato de discriminação por parte do juiz. 'Chega de ser humilhado', disse, ao deixar a sala de audiências (03 Jul. 07).

Casos como esse revelam o emperramento jurídico e a falta de desejo em se resolver o que está em pauta. O próprio Santos (2003) afirma que: "Juizes gaúchos colocam direito acima da lei". Ele faz uma prospectiva entre direito como *poiesis* ou com autonomia independente do Estado e *alopoiesis* ou direito alternativo centrado em um outro tipo de "esferas de juridicidade". Citando Adeodato (1997) e Cernicchiaro (2003) Santos (2003) propõe sua visão de direito Alternativo: "Uma terceira perspectiva é aquela que enfatiza, na expressão 'direito alternativo', um uso diferenciado do direito estatal, o que se tem denominado uso alternativo do direito"; "O Direito Alternativo, portanto, é a preocupação com o Direito. Infelizmente, entre

<sup>47</sup> Bernardo Vidal Domingues dos Santos, acadêmico na Faculdade de Direito do Recife.



nós, impõe-se usar o pleonasmo direito justo! Como se o direito pudesse afastar-se da justiça". Em outras palavras, se o direito deseja uma continuidade como órgão de respeito, precisa voltar a ser justo.

Filmes como "O Juri" (2003) e "Crime de mestre" (2007) tentam mostrar tais questões do ponto de vista da crise jurídica que cega ainda mais o direito à sua função ordenadora e, por conseguinte, protetora:

[...] o ideal é a que a aplicação do direito nunca tivesse sido desvinculada à seu fim de pacificação social e entrega justa dos direitos, já que, por um instante, foi dito serem a justiça e o respeito ao direito práticas alternativas à nossa prática jurisdicional. Antes de se proteger deve o direito proteger. (SANTOS, 2003,p.).

De certo modo, o grito "viva a sociedade alternativa" chegou ao direito e tem levantado muitas discussões, uma vez que o cidadão necessita de um direito prático e adequado à sua realidade; as togas só interessam aos magistrados, o povo não quer nada disso. Para Santos (2003 p.):

A alternativa ao direito não é, ao contrário do que muitos pensam e propalam, um anti-direito, a negação da ordem jurídica, ou outro direito como já foi dito. Ela parte da norma para recriá-la, revitalizando-a, dando-lhe calor, substância, substrato, vida.

#### 4. O Novo Ensino Jurídico

É relativamente simples atribuímos a atual crise jurídica a um ensino jurídico de má qualidade, mas na perspectiva analítica de Carrion<sup>48</sup>, seria só isso mesmo? Veja esse fato:

Ranking da OAB. É de concursos como este que saem os advogados recém-formados aceitos pela OAB. E o índice de reprovação nestes exames está preocupando tanto a Ordem quanto o Ministério da Educação. [...] O exame de admissão na OAB - prestado por alunos recém-formados em todo o país - teve um alto índice de reprovação: 70% dos estudantes de Direito não passaram. Os estados do Paraná e Pará tiveram as maiores taxas de reprovação. O índice em São Paulo também foi alto na prova teórica [...] (2005 p.).

Um índice como esse não pode só revelar problemas no ensino, mas problemas no liberalismo jurídico. As pessoas que procuram bacharelados, não o

---

<sup>48</sup> Eduardo Kroeff Machado Carrion é professor titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFRGS, diretor da Faculdade de Direito da UFRGS, mestre em Direito Constitucional e Ciência Política pela Université Paris I.

fazem por amor ao direito ( entenda-se amor como ética, desejo social de justiça, hombridade). Conforme indica Eduardo Kroeff:

Costuma-se falar em uma crise direito que se traduziria igualmente em uma crise do ensino jurídico. Sem falar, globalmente, na própria crise do modo jurídico de regulação social, trata-se das novas problemáticas e demandas que surgem para a reflexão jurídica neste final de século, assim como também das novas modalidades de solução dos conflitos jurídicos (CARRION, 2000 p.).

Existem de fato uma crise no ensino jurídico, mas ai está o risco de relacionarmos-la a uma responsabilidade educacional. O pragmatismo utilitarista deste século vedou os olhos da população carente à capacidade de estabelecer relações entre o estudado e o real; por conseguinte, fala-se de um ensino jurídico essencialmente prático e experiencial, aquele que vem sendo construído. A síndrome do cursinho vestibular chegou à universidade e contaminou os cursos de direito: "A presumida crise do ensino jurídico explicaria em grande parte o surgimento de cursos complementares para bacharéis em direito, alguns melhores, outros piores, com o objetivo de prepararem para concursos públicos e para o exercício da profissão" (CARRION, 2000).

O presidente nacional da OAB, Roberto Busato, dá a entender que a crise está situada apenas nas instituições e não nos candidatos: "Isso é um reflexo do mau ensino de Direito e a tendência é piorar. Não conseguimos impedir a abertura de novos cursos e não conseguimos que haja uma efetiva fiscalização por parte do Ministério da Educação e Cultura" (JN, 20 Mai. 05). Ao que ele completa:

Temos que acabar com esse mecanismo de criação de faculdades que são na verdade arapucas, mas que acabam oferecendo aos jovens uma sensação de uma formação que na verdade eles acabam não adquirindo, acredita Adilson de Oliveira, diretor de faculdade. O aluno também tem a sua participação de culpa. Não é só exclusivamente a faculdade, o aluno também. Ele tem que se dedicar', afirma a aluna Henriqueta Acioly (JN, 20 Mai. 05).

A mercantilização do direito embora negada pelos impafiosos juristas gera uma sociedade laicizada, solta, cujo "emprego jurídico" permite ao candidato uma possibilidade de "se dar bem na vida" aumentando ainda mais o número de cursos para clientelizar a demanda que "[...] em 2005 [foram] 90 mil. [...] daqui a dois anos serão 120 mil formandos. É o mesmo número de advogados, por exemplo, que trabalham na Inglaterra" (JN, 20 Mai. 05). O problema é tão intenso e digno que questionamentos que ocasiona situações como esta:

Polícia Federal prende quadrilha acusada de fraudar exame da OAB, em Goiás. [...] A Polícia Federal prendeu uma quadrilha acusada de fraudar o

exame da Ordem dos Advogados, em Goiás. Entre os 11 presos, estão o presidente e o vice da comissão responsável pelo exame da OAB. Segundo a Polícia Federal, a quadrilha cobrava R\$ 10 mil e chegou a aprovar 36 candidatos.

Esse novo Rheimt jurídico propiciou uma famigerada busca por prestígio e imunidade administrativa. A disparidade entre bacharéis e os que conseguem “entrar pela porta estreita” da OAB, mostra um problema até vocacional nessa ordem:

Baixa aprovação no exame da OAB. A Ordem dos Advogados do Brasil anunciou hoje o resultado do exame que habilita o advogado a exercer a profissão. Menos de 10% conseguiram o registro. [...] Muita gente tem o sonho de ser advogado. Ser chamado de doutor. E nessa onda o número de faculdades de Direito no Brasil explodiu [Otaviano Santos Carvalho, entrevistado]. Só em São Paulo são 213, quase o dobro do que existe nos Estados Unidos. E quantidade neste caso não é sinônimo de qualidade. Nos últimos exames, a média de aprovação foi de apenas 13%. Para melhorar este índice, a prova mudou e o candidato ganhou mais tempo para resolvê-la. Não adiantou. O resultado, divulgado hoje, mostra que menos de 10% foram aprovados desta vez. Apenas 2.053 dos mais de 22 mil candidatos (JN, 05 Jul. 06).

Existe nessa como em toda crise a solução dela própria. Para Carrion (2000) os centros de estudo do direito são os locais privilegiados de se pensar a crise; aí, disciplinas como a Filosofia e a Sociologia, são de grande valia para se entender o atual momento e propor mudança, sendo que uma delas é não tratar os alunos do direito como clientes e sim como objetos e sujeitos da própria formação:

A crise do direito, que se traduz em um fenômeno multifacetado, talvez possa ser melhor percebida através da crise do ensino do direito. Assim, as discussões sobre a reforma dos estudos jurídicos serviriam de revelador da crise do direito. Afinal, a crise do direito não é antes de tudo uma crise do conhecimento jurídico? Nesta perspectiva, o ensino do direito não pode constituir-se em lugar privilegiado de resposta à crise do direito?.

Não se deve, contudo redimir as Faculdades não só do interior, com relação à má qualidade de ensino, pois o diferencial das capitais nem sempre está nos cursos e sim nos preparatórios para o exame de ordem. Isso justifica por ambos os lados a afirmação de Luiz Flávio D'urso em entrevista ao Jornal Nacional: "[...] Há casos onde o indivíduo não sabe escrever. Não sabe apontar o plural, não sabe apontar o verbo. Esse tipo de faculdade que não tem sede, não tem professor, não tem biblioteca, não tem condições para preparar o futuro advogado, essas precisam ser fechadas e nós cobra-se do MEC essa resposta" (JN, 05 Jul. 06).

O direito precisa então abrir mão de alguns pedestais e perceber o tipo de indivíduo que procura os cursos de bacharelados cujos propósitos revelam muitas

vezes defender literalmente bandidos (por vezes da própria família), facilitar o tráfico de drogas dentre outros. Por fim:

[...] descompasso do direito com relação à realidade, problema estrutural; crise do direito estatal e fenômeno do pluralismo jurídico: "a existência, no seio de uma sociedade determinada, de mecanismos jurídicos diferentes aplicando-se a situações idênticas" (CARRION, 2000 p.).

## 5. Crise ou falência jurídica?

A leitura do texto de Vinícius Rodrigues <sup>49</sup> projeta a uma reflexão que embora não atinja intelectualmente os magistrados faz esta academia, onde se realizam reflexões, se inteirar das reais causas da crise jurídica na atualidade: Para que serve o Direito? Assim como em aula, as respostas são inúmeras, mas nem sempre sinceras, já que o positivismo utilitarista desse tempo exige de todos inconscientemente uma busca do direito pelo que ele pode 'render'.

"Somos inatingíveis agora" foi o que eu ouvi certa vez na colação de grau de uma turma de bacharéis em Direito, afirmação peculiar frente ao comentário de Rodrigues (2006 p.):

Deve-se considerar que a aplicação do direito positivo legalista não acompanhou as reformatações do mundo contemporâneo. Que ao intérprete não cabe mais a investidura do manto da neutralidade. Que o Juiz ao julgar o caso concreto não pode atuar somente com os métodos hermenêuticos tradicionais. Enfim, deve buscar novas formas de atuação frente ao direito posto.

A crise jurídica é ontológica, de sentido, utilidade. O utilitarismo gerado pelo direito comercial e Estado mínimo, acabaram por voltar-se contra o próprio direito das gentes: "A crise do direito não é uma crise setorial e isolada. [...] Em todo o caso, ao se aludir a uma crise no direito, tem-se presente que o que está em crise é o paradigma da Dogmática Jurídica estatal" (RODRIGUES. 2006 p.).

Tal crise não afeta diretamente os tribunais, mas gera a síndrome da impaciência coletiva, uma vez que a sociedade vê um direito que não funciona nem soluciona os problemas existentes. Aí o direito não entra, mas é aí o lugar dele infelizmente. "[...] a classe burguesa, detentora dos meios de produção, vai se apossando do poder e utilizando o instrumental jurídico para nele se manter hegemonicamente, sem incômodos [...]" (RODRIGUES. 2006 p.). Não se vive

---

<sup>49</sup> Funcionário do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, Mestrando pela Faculdade de Direito do Norte Pioneiro de Jacarezinho - Fundinopi, Pós-graduando em Direito Processual Civil pelas Faculdades Integradas de Ourinhos. Professor colaborador em Prática de Processo Penal da Fundinopi.

simplesmente uma falência de valores humanos, vive-se o fracasso societário do direito moderno. A sistemática jurídica ainda não despertou para o fato de que:

O sistema jurídico [como está hoje] não vive autonomamente com relação aos demais sistemas (social, cultural, político, econômico, científico, ético.), [...] o sistema jurídico recebe diretamente o impacto das modificações sofridas nas últimas décadas, que acabaram por produzir profunda desestruturação nos modos tradicionais e modernos de concepção de mundo (BITTAR, 2005, p. 27).

Sem identidade qualquer decisão pode ser justa; qualquer advogado é honesto, nenhum cidadão é beneficiado, todos vivem uma espécie de limbo dogmático que nem se sabe explicar muito bem o que é, nem tão pouco entender-lhe o sentido. Em aula, chama-se a isso de Caos, ou seja, um estranho equilíbrio mutante que pode ruir a cada instante; e o faz; na palavras de Vinícius: “[...] o direito pode tanto servir de instrumento em favor do opressor, que deseja e trabalha para a manutenção do “*status quo*” quanto poderá servir de instrumento de emancipação do ser humano, de acordo com o viés interpretativo que a ele se dê” (Rodrigues. 2006).

"[...] competição, materialidade, ordem, segurança, progresso, liberdade e o pragmatismo utilitário" (RODRIGUES, 2006 p.) são esses os fatores que se interrelacionam com o direito, mas não nesse tempo. Apenas o financeiro está à altura de um diálogo produtor com o direito; por um lado, felizmente a pena de morte ainda não chegou ao Brasil; estariam os brasileiros sendo postos à margem da história e não há que possa e se proponha lutar “[...] contra o conteúdo de algumas leis, contra a falta de aplicação de outras e contra a interpretação reacionária efetuada pela grande maioria dos juristas brasileiros, em especial pelos juízes de Direito, desembargadores e ministros, aos textos legais” (ANDRADE, 2001 p.). Em outras palavras:

[...] na pós-modernidade, o sistema jurídico carece de sentido, até mesmo de rumo e, sobretudo de eficácia (social e técnica), tendo em vista ter-se estruturado sobre paradigmas modernos inteiramente caducos para assumirem a responsabilidade pela litigiosidade contemporânea. Assim, a própria noção de justiça vê-se profundamente contaminada por esta falseada e equívoca percepção da realidade (BITTAR, 2005, p.87).

## 6 O que esperar do Direito?

Dr Luiz Fux<sup>50</sup> irá agora auxiliar esta reflexão com relação a abordagens significativas da projeção do direito na atual sociedade brasileira. Nessa reflexão é necessário responder a uma questão igualmente relevante: por que o direito entrou

<sup>50</sup> Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

em crise frente à sua práxis social? A resposta, que não é simples mostra um mar de excluídos de tudo o que se possa pensar e, por conseguinte, presos às malhas finas do ICMS, CPMF, Juros bancários ou da construção, ou do preço do cimento e por último do feijão. A crise hoje:

[...] tem dupla *ratio essendi*: a 'dissintonia entre a lei e os anseios sociais' e a 'ineficiência da realização da justiça'. A lei, como regra de conduta, no seu amplo espectro de regulação das atividades humanas, tem-se revelado afastada das expectativas da comunidade (FUX, 1998, p. 2).

Quando se fala de direito alternativo o medo é imediato, assim como a discordância, então a máscara de ferro da norma recai mais uma vez no povo que já possui tão poucos direitos na prática. "Em direito, nada pode ser genérico, nada pode ser global; consoante proclamavam os antigos: *ubi societas ibi ius*" (Fux, 1998, p. 4). Enganam-se os que segundo comentário de Fux (1998, p. 5) logo abaixo, pensam que tornar o direito mais acessível o estão globalizando, pois a globalização está acontecendo em relação à nova burguesia:

Desta sorte, a transição para uma nova juridicidade deve considerar a globalização do direito com reservas, porquanto se deslegitima quando alcança meios sociais nos quais gravitam valores ético-políticos diversos daqueles onde a norma global vai incidir.

Para Saleilles (ano, p.): "o direito é feito para traduzir em disposições positivas e imperativas toda a evolução social "As mudanças econômicas e sociais constituem o fundo e a razão de toda a evolução jurídica" (apud FUX, 1998, p. 5). Mas para o direito brasileiro, quanto mais incompreensível for o direito, maior será sua popa de "todo essencial".

Segundo Wolkmer (apud Fux, 1998, p. 5) "à nossa tradição ético-cultural introjetada e sedimentada no inconsciente da coletividade e das instituições brasileiras repugna uma cultura jurídica informal com a total e absoluta ausência do Estado". Se nem o direito, nem o Estado olham juridicamente para o cidadão, o resultado só pode ser o crime, assassinatos, domínio do tráfico, estupros, assaltos à luz do dia, sequestros e outros:

A crise judicial é enfermidade mais grave do que a da lei, porquanto multifária nos seus sintomas. [...] no âmago do cidadão comum, o desejo de "vingança privada", forma primária de solução dos conflitos e cuja eliminação marcou o epílogo de uma luta secular na história da organização civilizada da sociedade [...] (FUX, 1998, p. 7).

Cansado o povo só pode buscar recursos na resolução a seu modo dos problemas e obstáculos que se lhe impõe e "mais uma vez a voz do povo proclama a

ineficiência judicial, através de um de seus ditos, a saber: 'o vencedor por vezes ganha, mas não leva' [...] "ninguém deve sofrer o mais tênue prejuízo pelo fato de ter recorrido à Justiça" (Fux, 1998, p. 9). Só existe justiça se esta estiver em consonância com as necessidades do povo, do contrário se vê surgir a injúria, o perjúrio e o dolo como irá afirmar Luiz Fux (1998, p.11):

[..] a justiça é igual para todos, mas um pouco mais igual para os ricos e um pouco menos igual para os pobres [...] A quem interessa a lentidão do processo? Ao autor que tem razão ou ao réu que através da utilização de supostas garantias posterga [...].

Direito rápido deve ser sinônimo de direito justo, pois do contrário o cidadão morrerá diante do portão de espera pela justiça que nunca veio: “[...] uma justiça rápida [...] já que no momento em que o juiz obtém a certeza [...] deve cessar a sua atividade especulativa e surgir uma decisão” (FUX, 1998, p. 12). Para tanto, se faz urgente que os cursos de bacharelado em direito sejam revistos sim, mas não para satisfazer a empáfia suprema e sim para se tornar acessível a que lhe é de direito, pois:

[...] o estudo do Direito sem a necessária visão interdisciplinar, afasta o jurista do mundo, criando um universo apartado da realidade onde sobressaem a limitação, a perplexidade e a notável perda de prestígio, frustrando os anseios e as esperanças que se depositam historicamente nos corações e nas mentes dos 'bacharéis' [...] A ênfase à visão interdisciplinar do direito, recolocando-se no altar mor a que fazem jus a filosofia, a sociologia, a hermenêutica e a história das instituições, atenderá à sagrada missão do sacerdócio do magistério (FUX, 1998, p. 19).

Se o direito não servir para tornar a vida segura, os direitos respeitados e o trabalho realmente digno, para que serve? Para quem serve? Como vai dizer Fernando Pessoa "Não se pode servir à sua época e à todas as épocas ao mesmo tempo; Nem escrever para homens e Deuses o mesmo poema" (apud Fux, 1998, p. 21). Assim, Fux orienta no sentido de que se olhe para o direito com anseio e não com espera; somente quem está no direito pode fazer-lhe algo realmente transformador:

O texto legal oferece dupla vantagem: é útil para o povo e protege o juiz. Constitui para este um vínculo, um grilhão, limite ao seu império. Outrora o julgador deliberava de acordo com a sua consciência; a desconfiança popular cobriu-o com a lei; serve esta de couraça para ele contra a maledicência, mas também o amarra e imobiliza de modo que lhe não permite o anseio da onipotência (1998, p. 15).

## 7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADEODATO, João Maurício. Modernidade e Direito. **Revista da Esmape**. Recife. 2, nº 06, 1997, p. 258.
2. ANDRADE, Lédio Rosa de. **O que é direito alternativo**. 2ª ed., Florianópolis: Habitus, 2001.
3. BITTAR, Eduardo D.B. **O direito na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

### Webgrafia

1. CARRION, Eduardo Kroeff Machado. **Crise do Direito e ensino jurídico**. (2000). Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=43>>. Acesso em: 26 Set. 07.
2. CERNICCHIARO, Luiz Vicente. **Direito Alternativo**. Disponível em <http://campus.fortunecity.com/>. Acesso em 01 de jan. 2003.
3. FUX, Luiz. **O que se espera do direito no terceiro milênio, frente às crises das leis, da justiça e do ensino jurídico**. (Aula 1998). Disponível em: <[bdjur.stj.gov.br/dspace/bitstream/2011/8659/3/O\\_que\\_se\\_Espera\\_do\\_Direito\\_no\\_Terceiro.pdf](bdjur.stj.gov.br/dspace/bitstream/2011/8659/3/O_que_se_Espera_do_Direito_no_Terceiro.pdf)>. Acesso em: 26 set. 07.
4. GENRO, Tarso. **Nova Crise do Direito e do Estado**. Disponível em: <[http://www.origem.ppg.br/clientes/tarso/index.php?p=p\\_29&sName=Nova%20Crise%20do%20Direito%20e%20do%20Estado](http://www.origem.ppg.br/clientes/tarso/index.php?p=p_29&sName=Nova%20Crise%20do%20Direito%20e%20do%20Estado)>. Acesso em: 26 set. 07.
5. JORNAL NACIONAL. Disponível em: <<http://jornalnacional.globo.com>>. Acesso em: 24 nov. 2005.
6. JORNAL DA GLOBO. Disponível em: <<http://jornaldaglobo.globo.com>>. Acesso em: 24 nov. 2005.
7. KASPEN, Ulrich. **Democracia e Estado de Direito**. Konrad, Adenauer Stiftung, Centro de Estudos, Coleção Papers, n. 06, São Paulo.
8. MANDUCA, Paulo César. **Política e Direito: a crise da concepção de cidadania**. Disponível em: <[www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Paulo%20Cesar%20Manduca.pdf](http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/Anais/Paulo%20Cesar%20Manduca.pdf)>. Acesso em: 26 Set. 07.
9. RODRIGUES, Vinícius Gonçalves. **A crise do positivismo jurídico e a necessidade de mudança de paradigma**. (2006). Disponível em: <<http://www.uj.com.br/publicacoes/doutrinas/default.asp?action=doutrina&iddoutrina=2805>>. Acesso em: 26 set. 07.
10. ROTH, Andre-Noël. **O Direito em crise: Fim do Estado Moderno?** Disponível em: <[www.fema.com.br/~direito/debora/sociologia/direitoemcrise.pdf](http://www.fema.com.br/~direito/debora/sociologia/direitoemcrise.pdf)>. Acesso em: 26 set. 07.
11. SANTOS, Bernardo Vidal D. dos. **O direito alternativo é dogmático?** (2003). Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3751>>. Acesso em: 26 Set. 07.

### Material em DVD

1. Crime de Mestre (Fracture). Gregory Hoblit. Gênero: Suspense. EUA: New Line Cinema / Castle Rock Entertainment (112 min.). 1 DVD.
2. Júri (Runaway Juri). Gary Fleder. Gênero: Suspense. EUA: 20th Century Fox Film Corporation / UIP, 2003 (127 min.). 1 DVD.



## A INTERPRETAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO EM FACE DAS NORMAS JURÍDICAS E A CIÊNCIA DO DIREITO

Rildo Mourão Ferreira<sup>51</sup>

**RESUMO:** A interpretação do Direito Tributário é inesgotável. Em Direito Tributário, um dos aspectos mais significativos é o da interpretação das normas jurídicas e a ciência do direito. As normas gerais de matéria tributária são regras que tem por fim caracterizar a definição dos tributos e as características que foram definidas na Constituição Federal. O país possui uma Constituição muito moderna e, dentre os assuntos tributários, destacamos os princípios constitucionais e sobreleve notar o da igualdade e legalidade. Interpretar o direito e a legislação é um passo longo que se desenvolverá ao longo do nosso estudo, abrangendo as linguagens do jurista e do legislador. No plano de aplicação da legislação tributária, versa-se sobre os princípios gerais implícitos na Constituição, norma fundamental que serve de alicerce para o direito. Enfim, através de um único exemplo estará demonstrada a importância da teoria e prática, que representam tais princípios, e que, um representa maior peso do que outros, sendo os outros demais relativos, tendo em vista que o Direito não é uma ciência exata, mas correlativo ao social com sentido de justiça. E se diz que o princípio da igualdade é o mais expressivo, por ser reconhecido como o ideal de prática de justiça.

Dentro do Direito Tributário verifica-se pelo conceito, denominação e as fontes, aspectos significativos dentro da integração das leis, com grande influência econômica.

**Palavras-chave:** Direito Tributário - Normas Jurídicas - Ciência do Direito

**ABSTRACT:** The interpretation of the Tax Law is inexhaustible. In Tax Law, one of the most significant is the interpretation of legal norms and the science of law. The general rules of tax matters are rules that aims to characterize the setting of taxes and the characteristics that were defined by the Constitution. The country has a very modern constitution and, among the tax issues, we highlight the constitutional principles and noted the primacy of equality and legality. Interpret the law and legislation is a step that will develop over the course of our study, covering the languages of the jurist and the legislator. In the application of tax legislation, versa is on the general principles implicit in the Constitution, fundamental norm that serves as the foundation for the law. Finally, through a single example will be shown the importance of theory and practice, representing such principles, and that represents a greater weight than others, the others being too concerning, given that the law is not an exact science, but correlative with the social sense of justice. And it says that the principle of equality is the most significant, be recognized as the ideal practice of justice. Inside the Tax Law there is the concept, name and sources, significant aspects of integration within the law, with great economic influence.

**Keywords:** Tax Law - Legal Standards - Science of Law

<sup>51</sup> Professor especialista em Direito Do Trabalho pela UMC, Mestre em Direito Empresarial pela UNIFRAN-SP e Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP

## **DIREITO POSITIVO E CIÊNCIA DO DIREITO**

O direito positivo é o complexo de normas jurídicas válidas num dado país. À Ciência do Direito cabe descrever enredo normativo, ordenando-o, declarando sua hierarquia, exibindo formas lógicas que governam o entrelaçamento das várias unidades do sistema e oferecendo seus conteúdos de significação.

O direito positivo está vertido numa linguagem, que é seu modo de expressão. E essa camada de linguagem, como construção do homem, se volta a disciplina do comportamento humano, no quadro de suas relações de intersubjetividade. As regras de direito existem para organizar a conduta de pessoas, umas com relação às outras. O direito positivo aparece como um plexo de proposições que se destinam a regular a conduta das pessoas, nas relações de inter-humanidade.

O objeto da Ciência do Direito há de ser precisamente o estudo desse feixe de proposições, vale dizer o contexto normativo que tem por escopo ordenar o procedimento dos seres humanos, na vida comunitária. O cientista do direito vai debruçar-se sobre o universo das normas jurídicas, observando-as, investigando-as, interpretando-as e descrevendo-as segundo determinada metodologia. Como Ciência que é, o produto de seu trabalho terá carácter descritivo, utilizando uma linguagem apta para transmitir conhecimentos.

O direito positivo que, por sua vez, também se apresenta como um estrato de linguagem, porém de cunho prescritivo. O direito é uma linguagem prescritiva (prescreve comportamentos), enquanto a Ciência do Direito é um discurso descritivo (descreve normas jurídicas).

O direito positivo corresponde a uma lógica específica deôntica (lógica do dever-ser, lógica das normas); à Ciência do Direito, a lógica apofântica (lógica das ciências, lógica clássica).

O direito positivo forma uma linguagem de índole prescritiva, ao tempo em que a Ciência do Direito, que o relata, compõe-se de uma camada de linguagem fundamentalmente descritiva.

## **LINGUAGEM DO LEGISLADOR E LINGUAGEM DO JURISTA**

A linguagem do legislador é uma linguagem técnica, o que significa dizer que se assenta no discurso natural, mas aproveitam em quantidade consideráveis palavras e expressões de cunho determinado, pertinentes ao domínio das comunicações científicas. Os membros das Casas Legislativas, em países que se inclinam por um sistema democrático de governo, representam os vários segmentos da sociedade. Alguns são médicos, outros bancários, industriais, agricultores, engenheiros, advogados, dentistas, comerciantes,

operários, o que confere um forte caráter de heterogeneidade, peculiar aos regimes que se queiram representativos.

Dentro de uma acepção ampla do vocábulo “legislador” havemos de inserir as manifestações singulares e plurais emanadas do Poder Judiciário, ao exarar suas sentenças e acórdãos, veículos introdutórios de normas individuais e concretas no sistema do direito positivo. O termo abriga também, na sua amplitude semântica, os atos administrativos expedidos pelos funcionários do Poder Executivo e até atos praticados por particulares, ao realizarem as figuras tipificadas na ordenação jurídica. Pois bem, a crítica acima adscrita não se aplica, obviamente, às regras produzidas por órgãos cujos titulares sejam portadores de formação técnica especializada, como é o caso, por excelência, dos membros do Poder Judiciário. Se atinarmos, porém, à organização hierárquica das regras dentro do sistema, e á importância de que se revestem as normas gerais e abstratas, como fundamento de validade sintática e semântica das individuais e concretas, poderemos certamente concluir que a mencionada heterogeneidade dos nossos parlamentares influi, sobremaneira, na desarrumação compositiva dos textos do direito posto.

Mas, enquanto é lícito afirmar-se que o legislador se exprime numa linguagem livre, natural, pontilhada, aqui e ali, de símbolos científicos. O mesmo já se passa com o discurso do cientista do Direito. Sua linguagem, sobre ser técnica, é científica, na medida em que as proposições descritivas que emite vêm carregadas da harmonia dos sistemas presididos pela lógica clássica, com as unidades do conjunto arrumadas e escalonadas segundo critérios que observam, estritamente, os princípios da identidade, da não-contradição e do meio excluído, que são três imposições formais do pensamento, no que concerne às proposições apofânticas.

## **DIREITO POSITIVO E NORMA JURÍDICA**

A norma jurídica é a significação que colhemos da leitura dos textos do direito positivo. Trata-se de algo que se produz em nossa mente, como resultado da percepção do mundo exterior, captado pelos sentidos.

A norma jurídica é exatamente o juízo ( ou pensamento ) que a leitura do texto provoca em nosso espírito. Basta isso, para nos advertir que um único texto pode originar significações diferentes.

Se pensarmos que a norma em juízo hipotético-condicional (se ocorrer o fato X, então deve ser a prestação Y), formado por várias noções, é fácil concluir que nem sempre um

só texto (de lei, p. ex.) será suficiente para transmitir a integridade existencial de uma norma jurídica. Às vezes, os dispositivos de um diploma definem uma, algumas, mas nem todas as noções necessárias para a integração do juízo e, ao tentar enunciá-lo verbalmente, expressando a correspondente proposição, encontramos-lo incompleto, havendo a premência de consultar outros textos do direito em vigor.

O jurista deve examinar os grandes princípios que emergem da totalidade do sistema, para, com eles, buscar a interpretação normativa. A significação advirá desse empenho em que os termos do juízo são compreendidos na conformidade dos princípios gerais que iluminam a ordem jurídica. Assim, insistir na diferença entre o texto do direito positivo e norma jurídica, sobre ser importante, é extremamente útil para o adequado entendimento do trabalho hermenêutico desenvolvido pelo cientista do Direito.

Podemos verificar que na luz das reflexões verificamos a existência de enunciados expressos e implícitos. O preceito constitucional que garante o direito de propriedade, por exemplo, está implicitamente contido na redação do art. 5º, XXII, da Carta Magna. Entretanto, a oração que proclama a isonomia das pessoas políticas de direito constitucional interno apresenta-se como enunciado implícito, extraído, por inferência, de duas formulações expressas, que assegura o princípio federativo (autonomia dos Estados sob a égide do art. 1º CF) e a consagra a autonomia dos Municípios (arts. 18,19 e 20 da CF).

Em relação às normas jurídicas, porquanto estarão elas sempre, e invariavelmente, na implicitude dos textos positivados.

Se pudermos reunir todos os textos do direito positivo em vigor no Brasil, desde a Constituição Federal até os mais singelos atos infralegais, teremos diante de nós um conjunto integrado por elementos que se inter-relacionam, formando um sistema. As unidades desse sistema são as normas jurídicas que despegam dos textos e se interligam mediante vínculos horizontais (relações de coordenação) e liames verticais (relações de subordinação-hierarquia).

O discurso prescritivo desenvolve cientista outra camada lingüística, feita de proposições descritivas, associadas organicamente debaixo de um princípio unitário. É o sistema da Ciência do Direito. Há sistema na realidade do direito positivo e há sistema nos enunciados cognoscitivos que sobre ele emite a Ciência Jurídica.

O exame concreto dos vários sistemas do direito positivo chama a atenção para a existência de lacunas e contradições entre as unidades do conjunto. Em face de dois preceitos contraditórios ainda que o aplicador escolha uma das alternativas, com base na primazia hierárquica (norma constitucional e infraconstitucional) ou na preferência cronológica (a lei

posterior revoga a anterior), remanesce a contradição, que somente cessará de haver, quando uma das duas regras tiver sua validade cortada por outra norma editada por fonte legítima do ordenamento.

O sistema da Ciência do Direito é isento de contradições. Por seu turno, o sistema do direito positivo abriga antinomias entre unidades normativas, as quais somente desaparecem com a expedição de outras regras.

### **CONJUNTO DAS NORMAS VÁLIDAS COMO OBJETO DA CIÊNCIA DO DIREITO**

Toda ciência pressupõe um corte metodológico. Ao analisarmos o homem do ângulo histórico, por exemplo, colocamos entre parêntesis as conotações propriamente técnico-jurídicas, econômicas, sociológicas, éticas, antropológicas etc., para concentrar o estudo prioritário na evolução dos fatos que se sucedem no tempo, e que apresentam a criatura humana com entidade central.

O conhecimento jurídico não refoge a esse imperativo epistemológico. Ao observarmos o fenômeno existencial de um determinado sistema de direito positivo, somos imediatamente compelidos a abandonar outros prismas, para que torne possível uma elaboração coerente e cheia de sentido. Um dado sistema jurídico-normativo pode suscitar várias posições cognoscitivas, abrindo campo à sociologia jurídica, à Ética jurídica, à História do Direito, à Política jurídica e, à Ciência do Direito ou Dogmática jurídica. Esta última investiga a natureza do ser jurídico, firmando-se como uma atividade intelectual que postula conhecer de que maneira se articulam e de que modo funcionam as prescrições normativas.

Quanto à dogmática, ou Ciência do Direito *stricto sensu*, que se ocupa em descrever o direito positivo tal como ele se apresenta, é necessário observá-lo na sua feição estática e no seu aspecto dinâmico, que se perfaz com o processo de positivação, em que a norma editada hoje será o fundamento de validade de outras regras, até o ponto terminal da cadeia de elaboração, que se consubstancia no último ato de aplicação, norma individual de máxima concretude. Para a Ciência do Direito, em seu sentido estrito, é imprescindível mais um corte metodológico, em que se despreza o direito passado, que deixou de ser válido, e o direito futuro, que ainda não sabemos qual será.

### **DIREITO TRIBUTÁRIO POSITIVO E CIÊNCIA DO DIREITO TRIBUTÁRIO**

A ordenação jurídica é una e indecomponível. Seus elementos as unidades normativas se acham irremediavelmente entrelaçados pelos vínculos de hierarquia e pelas relações de coordenação. De tal modo que tentar conhecer regras jurídicas isoladas, como se prescindissem da totalidade do conjunto, seria ignorá-lo, enquanto sistema de proposições prescritivas. Uma coisa é certa, qualquer definição que se pretenda há de se respeitar o princípio da unidade sistemática e, sobretudo, partir dele, isto é, dar como pressuposto que um número imenso de preceitos jurídicos, dos mais variados níveis e dos múltiplos setores.

Tomemos o exemplo da regra matriz de incidência do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, de competência dos Municípios. A hipótese normativa, em palavras genéricas, é ser proprietário, ter o domínio útil ou a posse de bem imóvel, no perímetro urbano do Município, num dia determinado do exercício. O assunto é eminentemente tributário. Ser proprietário, posse e imóvel, são todos temas de Direito Civil. E o Município que é pessoa de Direito Constitucional, o Direito Tributário é espaço do Direito Administrativo. O Direito é uno, tecido por normas que falam do comportamento social, nos mais diferentes setores de atividade e distribuídas em vários escalões hierárquicos.

O direito tributário positivo é o ramo didaticamente autônomo do direito, integrado pelo conjunto das proposições jurídico-normativas que correspondam, direta ou indiretamente, à instituição, arrecadação e fiscalização de tributos. Compete a Ciência do Direito Tributário descrever esse objeto, expedindo proposições declarativas que nos permitam conhecer as articulações lógicas e o conteúdo orgânico desse núcleo normativo, dentro de uma concepção unitária do sistema jurídico vigente.

É o ramo didaticamente autônomo do direito. Com isso se predica banir a pretensa autonomia científica que chegam a lhe conferir autores da melhor suposição. O direito tributário está visceralmente ligado a todo o universo das regras jurídicas em vigor, não podendo dispensar, nas suas construções, qualquer delas, por mais distante que possa parecer. É preciso frisar, porém, que há um predomínio manifesto de preceitos de direito constitucional de direito administrativo na feição estrutural do direito brasileiro.

Integrado pelo conjunto das proposições jurídico-normativas. Emprega-se a locução proposições jurídica normativa genericamente para dizer duas coisas: primeira, que nada mais contribui para a formação desse campo, senão prescrições ditadas pela ordem jurídica em vigor. Segunda, que a geografia das normas tributárias deve ser encontrada entre unidades situadas nos diversos patamares de ordenamento posto, tais como Constituição Federal, leis complementares, leis delegadas, leis ordinárias, medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções e assim também em atos normativos de estatura infralegal.

Foram criadas para corresponder direta ou indiretamente, à instituição, arrecadação e fiscalização de tributos. Não se pode estabelecer fronteiras que isolem o campo das normas jurídico-tributárias, pois não existe aquela que, imediata ou mediata, deixe de interessar ao estudo do Direito Tributário. Sejam as normas conhecidas como de natureza comercial, civil, processual, constitucional, trabalhistas e outras. O tratamento científico desse ramo do direito não abrange só as proposições normativas que se referem diretamente à instituição, arrecadação, fiscalização de tributos, mas, igualmente, aquelas, que de forma indireta possam vir a interessar a essa matéria.

### **FONTES E DENOMINAÇÕES DO DIREITO TRIBUTÁRIO**

Para desenvolver tais atividades, o Estado necessita de dinheiro e o obtém através da atividade financeira, que é composta pela Receita, através de impostos.

As fontes do Direito Tributário são as fontes materiais, fontes formais principais e fontes formais secundárias. As fontes materiais são receitas como rendas, patrimônios, os serviços de exportação e consumo. As fontes formais principais é a própria lei tributária, oriunda de processo legislativo, como emendas, leis, medidas provisórias, resoluções etc. As fontes formais secundárias são os decretos regulamentados como as leis, e decretos.

Há mais de um nome para a disciplina jurídica, que vão ocupar os nossos cuidados. Se a designação adotada, nos dias atuais é Direito Tributário, há quem prefira Direito Fiscal ou Direito Financeiro.

Direito Fiscal utilizada pelos doutrinadores portugueses e franceses, foi acolhida nos primeiros trabalhos. Substituíram-na posteriormente para as denominações Direito Financeiro e Direito Tributário, prevalecendo a última em quase todas as obras.

Direito Fiscal quer enfatizar a disciplina do fisco.

Direito Financeiro quer descrever a regulamentação jurídica de toda a atividade financeira do Estado.

A grandiosidade do número de tributos são uma das fontes de renda do nosso país, que colabora diretamente para o desenvolvimento e crescimento da nação.

As importantes correntes que enfocam o Direito tributário, pelo uso de raciocínio e linguagem de outras ciências, que enriquecem a compreensão da problemática gerada pela necessidade do erário, sob o prisma de sua normatividade.

O Direito tributário é um ramo do Direito Público, mas não pode e nem deve ser diferente da elegante definição que é uma arte ciência do bom e justo.

O Código tributário permitiu que os princípios da estrita legalidade, tipicidade fechada e reserva absoluta da Lei formal, fossem consagrados pela doutrina e jurisprudência, transformando-se absolutamente esculpido o princípio da não imposição.

A busca pelos esclarecimentos nas modificações imprescindíveis do Código tributário brasileiro, traz proposições de racionalidade e experiência de respeitar as normas jurídicas tributárias, com acentuadas características de direito obrigacional.

Direito Tributário é a relação entre o tesouro e o contribuinte, resultante da imposição, arrecadação e fiscalização dos tributos.

O Direito Tributário é o ramo do direito que se ocupa das relações entre o fisco e as pessoas sujeitas a imposições tributárias de qualquer espécie, limitando o poder de tributar e protegendo o cidadão contra abusos desse poder.

O Sistema tributário do nosso país estabeleceu regras e práticas nas relações da vida econômica e social. Adquiriu dentro desta premissa, o poder de se orientar em sua política tributária, sem abrir mão da harmonia prevista nos ordenamentos constitucionais.

## BIBLIOGRAFIA

1. CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 13ª ed. ver. E atual. São Paulo: Saraiva, 2000.
2. BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de direito financeiro e de direito tributário*. 7ª ed. atual. São Paulo : Saraiva, 1995.
3. MARTINS, Ives Grandra, *Sistema tributário na Constituição de 1988*. São Paulo : Saraiva, 1989.
4. CASSONE, Vittorio. *Sistema tributário nacional na nova Constituição*. São Paulo : Atlas, 1989.
5. NOGUEIRA, Ruy Barbosa. *Curso de direito Tributário*. 14ª ed. atual. São Paulo : Saraiva, 1995.
6. PINTO, Antonio Luiz de Toledo. WINDT, Márcia Cristina Vaz dos Santos. SIQUEIRA, Luiz Eduardo Alves de. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.



## RELAÇÃO ENTRE AUSÊNCIA DE PATERNIDADE E CRIMINALIDADE INFANTO JUVENIL

Diony Tarso Ferreira<sup>52</sup>

### INTRODUÇÃO

As sociedades primitivas tinham como preocupação apenas as suas satisfações básicas, alimentação e proteção contra as intempéries físicas, de forma que os meios para se alcançar estes fins eram rudimentares, o que então promovia a vida na base coletiva. O problema central do homem primitivo era prover a sua própria subsistência. Uma vez unidos, homem e mulher, para facilitarem a sua sobrevivência, dividiam tarefas que consistiam no preparo da terra, semeadura, colheita, caça, zelo e proteção da prole. Porquanto já no mundo primitivo, “o indivíduo solteiro era uma calamidade” (VENOSA, 2007, p. 23). Percebe-se, então, que em função das necessidades básicas, homens se uniam às mulheres, e que nos povos primitivos, a fase de vida de solteiro poderia ser uma raridade.

Para Venosa (2007), embora a estrutura histórica da família nas civilizações mais antigas, como a egípcia, a assíria e a hebraica, sejam importantes, é na família romana que a instituição do casamento teve maior importância. Para este autor, antes do legado jurídico para o mundo ocidental, os romanos, nos lineares históricos da instituição familiar, embrionariamente, a união entre homem e mulher não era feita pelo vínculo de sangue ou um contrato, mas pela identidade de culto. A família, nesta época, era um grupo numeroso, formada por um ramo principal e um ramo secundário, sendo este segundo, formado por serviçais e clientes que conservavam sua unidade baseada na religião comum. Essa união religiosa se mantinha ao largo de muitas gerações. Nem a morte separava definitivamente seus membros, pois cultuavam os mortos em sepulcros próximos aos lares. Era o pai que exercia a chefia da família, era também uma espécie de juiz, sacerdote, legislador e proprietário. Dele era o *jus puniendi* com relação aos integrantes da família.

A mulher romana apenas participava do culto do marido, porque a descendência era fixada pela linhagem masculina. Durante a infância e a puberdade, era subordinada ao pai, após o casamento, ficava a mulher subordinada ao marido. Neste cenário, o matrimônio

---

<sup>52</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás; Graduado em Direito pela Universidade de Rio Verde; Pós – Graduação em História Social e urbana: casos de família, sociedade e poder pela Universidade Estadual de Goiás, campus Quirinópolis; Pós – Graduação em Processo Civil pela Universidade Anhanguera - UNIDERP; Professor do Ensino Médio e Professor Universitário

solene era um laço sagrado por excelência, nascia o casamento religioso. “Nessa modalidade de casamento, o *confarretio* era uma cerimônia religiosa e levava essa denominação porque uma torta de cevada era dividida entre os esposos como símbolo da vida em comum que se iniciava” (VENOSA, 2007, p. 23).

Uma outra forma de casamento era conhecida entre os romanos. Detentores de normatizações civis como forma de contabilizar e assistir a sociedade, a cultura romana instituiu a *coemptio*. “Essa forma de união do casal era uma modalidade de *mancipatio*, negócio jurídico formal utilizado para vasto número de negócios, a começar pela compra e venda. Consistia na venda de uma mulher por quem exercia o pátrio poder” (VENOSA, 2007, p. 23). Não se pode também desconsiderar a união fora destes vínculos. Para Venosa (2007) existia uma outra possibilidade de união entre o homem e a mulher: o *usus*. Esta forma de união decorria da submissão da mulher para com o homem, a partir da convivência de ambos durante um ano, de forma ininterrupta. Estes tipos de matrimônios faziam com que a mulher perdesse toda a relação de parentesco com a família anterior, ou seja, a família paterna, submetendo-se à família do marido, inclusive ao culto. Segundo Monteiro (1997), todas essas formas investiam o marido *in manus*; a mulher e seu patrimônio passavam para a *manus maritali*. Às referidas formas contrapunha-se ainda, o casamento celebrado *sine manus*, em que a mulher continuava a pertencer ao lar paterno.

A civilização romana expandiu-se além da península Itálica. Conflitos pela posse e uso da terra motivaram esta expansão, porém, a magnitude desta civilização não foi capaz de se manter nos limites até aqui estabelecidos, uma vez que uma nova religião foi capaz de abalar a figura divina do imperador. Esta religião monoteísta irá promover uma profunda alteração nas relações matrimoniais, o que, posteriormente, promoverá sua difusão pelas culturas que buscarão em Roma a sua base cultural.

## O CASAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO

O universalismo da cultura romana atingiu espaços físicos nunca antes imaginados pelos imperadores expansionistas, mas foi pelas mãos da Igreja Católica Romana que o casamento religioso, com base civil, chegou ao Brasil, trazidos pelos portugueses durante o período das Grandes Navegações. Uma importante conquista para a instituição do matrimônio partiu dos interesses da Igreja Católica em normatizar o casamento livre, modelo este que apenas requeria capacidade dos contratantes. O casamento civil surgiu, dentre outros fatores, da preocupação da Igreja Católica com os casamentos clandestinos e da

necessidade de parametrização e normatização da matéria, uma vez que, com o nascimento do anglicanismo, católicos passaram a não reconhecer os casamentos celebrados por protestantes e vice-versa.

Investindo nesta idéia, Monteiro (1997) afirma que os casamentos, até meados de 1500, eram basicamente civis e reservados ao seio familiar. E é, com a ruptura eclesiástica do século XVI, que o direito matrimonial ingressa na competência da Igreja, e por sua vez, passaria a legislar e julgar soberana sobre esta matéria. Relata ainda este autor que, esta nova situação tornou-se pertinente a partir do momento em que a Igreja começou a reivindicar seus direitos sobre a instituição matrimonial. Para o catolicismo no século XVI, o casamento é uma herança dos sete sacramentos da lei evangélica e, por sua vez, pertence apenas à Igreja Católica.

Preocupada com as transformações sociais, devido aos casamentos clandestinos, a Igreja Católica viu-se obrigada a convocar um concílio para definir sua doutrina a respeito de vários assuntos, inclusive o casamento.

Em 1.545, inicia-se o Concílio de Trento:

Estabelecendo então os seguintes princípios: expedição do proclamas, publicado por três vezes no domicílio dos contratantes; celebração pelo pároco, ou outro sacerdote, na presença de duas testemunhas pelo menos; expresso consentimento dos nubentes e coroamento da cerimônia com a bênção nupcial (MONTEIRO, 1997, p. 15)

O Concílio resultou na afirmação do casamento como um contrato indissolúvel e no reconhecimento do princípio monogâmico na determinação do livre consentimento dos nubentes para contrair o matrimônio, na obrigatória presença do ministro eclesiástico e testemunhas, com a bênção. Suscitando-se a dúvida acerca da validade do casamento, ter-se-ia de recorrer à jurisdição eclesiástica, sob pena da anátema. Segundo Monteiro (1997), este princípio considera o casamento em relação à sua constituição e formação, uma instituição acima do Estado.

A Igreja caminha soberana, disciplinando o casamento até o século XVIII, mas é com a Revolução Francesa que a instituição do casamento sofre uma profunda alteração. E, é com base na sagração dos direitos civis e na anulação da soberania eclesiástica que os

revolucionários franceses dão início ao período do casamento civil obrigatório. Para Brandão (2002), a Constituição de 03/09/1791, no art. 7º, título 2, considera o casamento somente como um contrato civil. Tal princípio foi também consagrado em outras localidades que, ao lutarem contra o Antigo Regime, ou seja, o sistema de privilégios da nobreza e estrutura clerical, abandonaram a hierarquia feudal e procuraram promover a isonomia jurídica.

No Brasil colonial, por longo tempo, prevaleceu o casamento religioso, consagrado pelo Ordenamento Luso. Venosa (2005, p.88) relata que, as leis portuguesas, mesmo após a independência, mantiveram-se em vigor por força da lei de 20.10.1823. Para o autor, a referida lei mandou observar as “Ordenações Filipinas no país, bem como as leis, regimentos, decretos e resoluções vigentes em Portugal até a data da saída de D. João VI, isto é 25-4-1821. A legislação da pátria-mãe teve vigência no Brasil até a promulgação do Código Civil, em 1º-1-1917”.

Contudo, o Brasil precisava crescer e expandir. Para isso, o país viu-se obrigado a recorrer à imigração. Tal atitude trouxe um choque cultural muito grande entre os que aqui aportaram e os brasileiros, visto que as uniões advindas destes relacionamentos não encontravam guarida nas leis eclesiásticas e, por isso, eram marginalizadas.

Com o objetivo de disciplinar estas relações matrimoniais, o Estado Monárquico Brasileiro procura encontrar sua identidade jurídica, já no século XIX. Assim, nascia a lei n. 1.144, de 11.09.1861, cujo projeto era do Ministro da Justiça, Diogo de Vasconcelos. Na ótica de Monteiro (1997), esta lei regulamenta o casamento dos acatólicos, a celebrar segundo o rito religioso dos próprios nubentes. Neste sentido, pode-se reconhecer nesta postulação, o primeiro passo para a emancipação do casamento eclesiástico no Brasil. Esta lei conferiu efeitos civis aos casamentos religiosos realizados pelos não católicos desde que estivessem devidamente registrados. Para tanto, criou-se um registro estatal para atender à situação dos não católicos. O Decreto 3.069, de 17-04-1863, regulamentando a lei de 1861, estabeleceu as normas básicas referentes ao registro dos nascimentos, casamentos e óbitos dos acatólicos. Observa Brandão (2002) que, nessa época, o Brasil contava com três formas de casamento. A saber: o católico, observando todas as prescrições do Concílio de Trento e da Constituição do Arcebispado da Bahia; o misto, mesclando disposições católicas e de outros credos e, por fim, o não católico, conforme a Lei n. 1.144 de 11.09.1861, conferindo aos juízes competência para decidir todas as questões relativas à matéria.

Posteriormente, fizeram-se várias tentativas no sentido de secularizar o matrimônio, mas somente com a “proclamação da república, à mercê da separação do poder temporal e espiritual, é que definitivamente veio ele, o matrimônio, a perder o seu caráter confessional” (MONTEIRO, 1997, p. 16). Assim, um dos desdobramentos da Proclamação da República foi a publicação, em 24.01.1890, do decreto 181, de autoria de Ruy Barbosa, que reconhecia como válido, no Brasil, somente o casamento civil.

Hoje, sabe-se da mutabilidade por qual passa nossa sociedade. Buscando assegurar toda a trajetória da instituição do casamento, Rodrigues, citado por Venosa (2007), a este respeito declara que hoje, o casamento é o contrato de direito de família que tem por fim promover a união do homem e da mulher, de conformidade com a lei, a fim de regular suas relações sexuais, cuidarem da prole e se prestarem mútua assistência. Evidentemente, a conceituação de casamento não pode ser imutável.

Contudo, sabe-se que uma das formas clássicas para se constituir família é o casamento. Lógico, não é, atualmente, a única forma de vida familiar. No entanto, dentre os institutos do direito de família, o casamento é o primeiro na ordem cronológica, pela sua importância, pela sua abrangência e pelos seus efeitos. Nos termos do art.1.565 do Código Civil de 2002, "pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família" (BRASIL, 2002, p. 277). Assegura nosso ordenamento que o planejamento familiar é de livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e financeiros para o exercício desse direito, vedado qualquer tipo de coerção por parte de instituições privadas ou públicas. E, em seu art. 1566, o referido Código estipula os deveres dos cônjuges. Dentre eles, encontra-se o dever de “sustento, guarda e educação dos filhos”.

A natureza jurídica do casamento é um dos temas que tradicionalmente, geram muitas opiniões. A este respeito, Venosa (2007) afirma que no Direito Canônico, o casamento é um sacramento e também um contrato natural decorrente da natureza humana. Os direitos e deveres que dele derivam estão fixados na natureza e não podem ser alterados nem pelas partes nem pela autoridade, sendo imutável, indissolúvel e perpétuo. Já no Direito Civil, para este autor, o casamento tem seu caráter contratualista que hoje, em nosso Código Civil, está sustentado na parte de Direito de Família, que assim dispõe: o casamento estabelece comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres entre os cônjuges.

A união do homem e mulher preexiste à noção jurídica, como já foi dito. O casamento amolda-se à noção de negócio jurídico bilateral. Embora possua características de acordo com a vontade das partes, para Venosa (2007, p. 26), o que confere a um ato a natureza contratual não é a determinação de seu conteúdo pelas partes, mas sua formação por manifestação de vontade livre e espontânea. Em síntese, pode-se afirmar que hoje “o casamento é um negócio jurídico; o casamento-estado é uma instituição”.

### SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO NO DIREITO BRASILEIRO

Para os operadores do direito, os institutos do casamento e do divórcio estão intimamente ligados. Tal fato se confunde com a própria história humana. Citando sua historicidade, Venosa (2007) comenta que nas sociedades primitivas e nas civilizações antigas, era comum a situação de inferioridade da mulher. Por essa razão, a forma mais usual de separação do casal era o repúdio da mulher pelo homem que, geralmente, resultava no desfazimento da sociedade conjugal, alicerçada pela vontade do marido, que decidia onde e quando por fim à relação conjugal. O casamento, continua o autor, no mundo antigo, tinha um conteúdo primordialmente econômico, porque a união de sexos era necessidade imperiosa para possibilitar a subsistência. Regras morais e religiosas, surgidas em posterior período, criaram as noções de indissolubilidade do vínculo.

O divórcio, para os povos da antiguidade, dentre eles o babilônico, o egípcio e o hebreu, era possível. Para os romanos, o “casamento dissolvia-se pela morte de um dos cônjuges, pela perda da capacidade e pela perda da *affectio maritalis*” (VENOSA, 2007 p. 147), ou seja, a afeição conjugal. Desse modo, a perda da afeição matrimonial mais do que um conceito de separação, era uma consequência do casamento romano, ou seja, desaparecia a *affectio*, desaparecia o casamento. Porém, um fato irá marcar profundamente esta cultura. Para Venosa (2007), embora na prática, o divórcio fosse raro, na época clássica, quando do contato com os gregos, houve profunda modificação da organização e estabilidade familiar romana, o que teria, então, contribuído para facilitar o divórcio.

É com a introdução do cristianismo na cultura romana que o casamento terá uma nova dimensão, principalmente, no aspecto de sua dissolução. É com base nas Escrituras Sagradas que Monteiro (1997) comenta que São Paulo e São Jerônimo condenaram as segundas núpcias. É no século XII, do Período Medieval que, a doutrina da indissolubilidade do vínculo matrimonial toma forma definitiva. Julga-se este fato, devido aos novos contornos da população europeia, a partir do contato com o oriente, proporcionado pelo movimento religioso de caráter militar, conhecido por Cruzadas.

Um dos reflexos na vida particular da população da Europa, a partir de então, foi o renascimento urbano e comercial. Assim surge a necessidade de uma nova configuração matrimonial, que se fazia necessário, implementada pela Igreja, uma vez que a concentração urbana poderia trazer complicações para à administração das almas. Cahali, citado por Venosa (2007, p. 148) aduz que o impedimento religioso, no que diz respeito a uma nova relação matrimonial é uma regra puramente interna, pertinente ao universo eclesiástico terreno. Para este autor, “a indissolubilidade do vínculo é um dogma. Ou se aceita, ou se rejeita. Não cabe discuti-la. A exatidão do princípio transcende à realidade fenomênica, não sendo possível demonstrá-la no plano da razão pura”.

Não há dúvidas acerca da finalidade da constituição de sociedade conjugal pelo casamento. No entanto, diante da previsão legal da separação e do divórcio, o compromisso assumido pelo homem e pela mulher de viverem juntos deixou de possuir um caráter de perpetuidade. Cabe ressaltar que com a separação judicial, só se extingue a sociedade conjugal, posto que o vínculo matrimonial continua intacto, o que impede os cônjuges de contraírem novas núpcias, a não ser por morte de um deles, anulação e o divórcio que rompem o vínculo. A conquista legislativa do direito de romper o vínculo matrimonial foi obtida no Brasil depois de muita luta e uma das barreiras para a legalização do divórcio no Brasil deve-se ao fato da forte atuação da Igreja Católica.

Hoje, a doutrina civil é pacífica em afirmar que a separação ou o divórcio deve traduzir essencialmente um remédio ou solução para o casal e a família, e não propriamente, uma sanção para o conflito conjugal, buscando, assim, evitar maiores danos não só quanto à pessoa dos cônjuges, mas, principalmente, no interesse dos filhos menores.

Dentre as espécies de divórcio pode-se citar o divórcio remédio e o divórcio sanção, os quais em linhas gerais podem ser conceituados. Para Venosa (2007), o divórcio sanção funda-se na idéia de que um cônjuge (ou ambos) tenha praticado um ou mais atos tidos como ilícitos

para o instituto do casamento. Nas legislações mais modernas, prevalece a idéia de divórcio remédio, sendo que este seria a separação sem que se decline ou se indique as causas do rompimento dos vínculos matrimoniais.

À luz do ordenamento brasileiro, a sociedade conjugal termina pela morte de um dos cônjuges, pela anulação do casamento, pela separação judicial ou pelo divórcio. Para a realização da separação judicial por mútuo consentimento, necessário se faz que os cônjuges estejam casados há mais de um ano. A Constituição Pátria já previa e a Nova Lei civil ratificou que após um ano de transitada, em julgado a separação judicial ou concedida a medida cautelar de separação de corpos, poder-se-á requerer a conversão em divórcio, o qual também poderá ser solicitado por qualquer dos cônjuges, após dois anos de comprovada separação de fato.

Pode-se, de forma preliminar, considerar que o mútuo consentimento para o divórcio ou para a separação de fato dá margem à resolução daquelas situações nas quais o cônjuge tem plena consciência do caminho a seguir, e das possíveis conseqüências do ato para eles e para os filhos. A este respeito Mendonça (2005, p. 60), cita uma pesquisa do IBGE, em que se relata que “houve mais de 126 mil separações oficiais em 2002, três vezes mais que a média da década de 70, período em que a lei do divórcio foi integrada ao ordenamento brasileiro”. A autora ainda apresenta que nas regiões onde a concentração demográfica é mais intensa, predomina a separação; “a cada ano, 200 mil crianças vêem seus pais se separar nas regiões metropolitanas do Brasil”.

#### **A PATERNIDADE COMO FUNDAMENTO PARA UMA VIDA SADIA DOS FILHOS**

Seria a dissolução da sociedade conjugal a responsável pela crise de valores morais a ponto de contribuir para a delinqüência juvenil? A resposta a esta questão requer a identificação das situações em que o fruto das relações conjugais, ou seja, os filhos são influenciados pelas situações de conflito que, de forma significativa, estão associados ao processo de separação conjugal ou ausência da função paterna na vida dos filhos.



A violência está presente em nossa sociedade, neste fim de século, nas ruas, dentro de casa, nas escolas, empresas, instituições, nos meios de comunicação. Tipos de crimes, dentre eles conhecidos por hediondos, aqueles que causam comoção social, chamam a atenção da população e da mídia. Chauí, citada por Ranna (2002), considera que existe a violência quando um indivíduo ou instituição, por meio de meios físicos ou psíquicos, impede a manifestação de outro indivíduo em sua singularidade. Para a autora, a violência estaria no campo da subjetividade, das relações autoritárias e psicossociais, no que concernem aspectos políticos, econômicos e ideológicos. A partir desta noção do conceito de violência, necessário se faz inserir a figura da criança e do adolescente em nossa sociedade, maculada pela violência, e, dentro desta violência, a participação do jovem nos índices de criminalidade regional ou mesmo federal.

A este respeito, algo chama a atenção nos significativos índices de criminalidade e punição registrada no Brasil. Neste universo, de acordo com o Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, divulgado pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, São Paulo é o Estado com maior número de jovens internos no País. Segundo esta pesquisa, “eram 6.059 em 2006, contra 4.880 em 2002” (GALLO, 2007, p. 18). Verifica-se a partir destes dados, um crescimento de quase 25% em apenas quatro anos. Uma parcela destes indivíduos cometeu crimes bárbaros. Pinho (2007, p. 29), chama atenção para a criminalidade, envolvendo jovens no Estado de São Paulo no ano de 2003, e cita o caso da “jovem Liana Friedenbach, quando acampava com seu namorado, foi violentada e morta por uma gangue, da qual fazia parte um adolescente conhecido como Champinha. Na época, autor e vítima contavam somente com 16 anos de idade”.

Procurando identificar as razões para a criminalidade infanto juvenil, Amendola (2005, p. 16) vai além, para ele “grande parte desses assassinatos tem como estopim brigas por barulho, bebedeiras, consumo de drogas, futebol, pequenas dívidas, ciúme, conflitos no trânsito etc”.

Dentre estas múltiplas hipóteses, uma bastante peculiar chama a atenção de estudiosos. Um hábito identificado na sociedade ocidental por Áries (1981) chamado rito de passagem, que consistia na forma encontrada pela sociedade medieval em transferir o conhecimento por meio da aprendizagem. No prefácio de sua obra, este historiador comenta que nessas sociedades, cada idade teria sua função, e a educação era então transmitida pela iniciação no interior de sua classe, em função de sua idade, o que por sua vez, permitia a

inserção da criança e do jovem de forma gradativa no mundo adulto. Levisnky (1998) alerta a este respeito e acredita que, o ato de vandalismo, baderna e a violência, o uso de drogas, os rachas de automóveis, que se materializa nas ações dos adolescentes, hoje, fazem parte dos rituais de passagem da pós-modernidade.

Rouanet, citado por Levisnky (1998), apresenta a idéia de pós-modernidade, definindo, portanto, como sociedade pós-moderna a apropriação subjetiva dos acontecimentos políticos e econômicos, pelos quais passou a coletividade. Tais fatos contribuem para o desenvolvimento da individualidade, do racionalismo e da universidade, o que por sua vez, fazem parte da conquista técnico-científica. Por resultado, tem-se a quebra das barreiras místicas e religiosas do universo moderno, que outrora foi construído pelo catolicismo. Não se pode negar que o ser humano atingiu níveis técnicos impensáveis. Visualizando o caráter cartesiano deste processo, tem-se como resposta, uma espécie de impropriedade, ao menos no que diz respeito ao rito de passagem contemporâneo. Hoje, existem casos em que a família se une para validar a violência de seus membros. Um destes casos chamou a atenção na cidade de São Paulo. Minze, citado por Amendola (2005, p. 33) discorre que “depois que o sobrinho cometeu seu primeiro assassinato, o tio organizou um churrasco para comemorar a entrada do menino no mundo adulto. Foi como um rito de passagem, como se ele tivesse acabado de perder a virgindade”. Não é apenas no Estado de São Paulo que estas alterações acontecem. Sobre vulgaridade da violência, destaca este pesquisador que, em 2002, na porta da sala de aula de um colégio de Brasília, um pai segurou um garoto para que seu filho pudesse esfaqueá-lo.

Procurando clarificar sobre as possíveis razões que motivam o jovem a delinquir, Figueiredo (1998) assevera que a delinqüência juvenil nada mais é do que resultado da impropriedade social em face das etapas de vida e das transformações pelas quais passam o jovem. Para o autor, impropriedade significa uma dissociação entre o discurso e as práticas humanas. Procurando dimensionar seu conceito, relata que a impropriedade social está nas:

Articulações perversas entre práticas e discursos em que a manipulação das falas impera livre de qualquer constrangimento ético colocando-se acima de qualquer quadro de referência, seja no relacional, seja no individualista e moderno. Contudo, mesmo quando não dominam os laços perversos, a impropriedade implica em alta dose de violência (FIGUEIREDO, 2002, p. 60).

Percebe-se que em nossa sociedade, há uma importância significativa das leis, mas a forma própria de cada um em se apropriar de tais mecanismos de nosso ordenamento provoca uma espécie de deturpação legal. Assim, “tal é a regularidade com que as transgressões ocorrem em todas as circunstâncias e momentos que é possível já não falarmos em transgressão às leis, mas numa certa *lei da transgressão*” (FIGUEIREDO, 1998, p. 61). No que diz respeito à delinqüência juvenil, esta nada mais é do que um termômetro da própria sociedade. O autor assevera ainda que diante da própria deturpação social por qual passa a sociedade, onde valores coletivos são dispensados para que o individualismo prevaleça, parte significativa de suas mazelas provocadas por este fato são depositadas de forma negativa no universo simbólico da criança e do adolescente. Não poderia ser diferente, uma vez que se pode “imaginar o quanto é difícil para um adulto marcado pelas impropriedades responder de forma contínua, estável e segura aos desafios que o adolescente lhe endereça” (FIGUEIREDO, 1998, p. 63).

Pesquisas recentes procuram apresentar hipóteses sobre a delinqüência juvenil. Dentre as possibilidades apresentam-se as alterações na família e a desigualdade social. Córdia, citado por Amendola (2007, p. 20), “culpa a omissão dos governos pelo aumento do número de jovens no crime, já que não há espaços públicos para acolher os jovens na ausência dos pais”. Além destes fatores já elencados, a violência juvenil, mais do que nunca é objeto de estudo da psicologia. Para este ramo do conhecimento humano a “falta da lei paterna no lar é um fator crucial que impulsiona o adolescente a cometer uma infração” (GODENBERG, 1998, p. 113).

Analisando as vítimas de homicídio no Brasil, Amendola (2005, p. 48) constrói o raciocínio de que, geralmente, estas vítimas são do sexo masculino, tem baixa renda, baixa escolaridade, moram nas periferias e em condições precárias, tem envolvimento com álcool e drogas e não tem suas necessidades básicas atendidas pelo Estado. O que nos chama a atenção neste raciocínio é que:

Quase sempre quem atira também e muito jovem, faz parte de uma unidade familiar precária e coordenada pela mãe [já que o pai abandonou o lar ou não é conhecido], não teve acesso a educação e mora em um lugar onde não existem privacidade ou áreas de lazer. É membro de uma família numerosa, e pai ou mãe precoce, passa por uma séria crise de valores e não tem projeto de vida.

Goldenberg (1998) é parceiro desta justificativa. Para chegar a este raciocínio, este estudioso efetuou pesquisa em diversos processos judiciais, sendo que nestes processos, um problema era identificado: para estes jovens faltava algo. A partir destas fontes, as análises seguintes permitiram ao pesquisador estabelecer a seguinte conclusão: estes jovens estabeleceram uma relação dual e imaginária, em que um terceiro não havia entrado na constelação familiar. Este terceiro seria o pai.

Uma criança sem uma estrutura familiar sagrada pelas instituições sociais, procura se ajustar da sua maneira à ausência paterna ou à falta de alguém que possa cumprir com o papel de pai. Discorre Goldenberg (1998, p. 115) que, uma vez a figura do pai ausente do universo do filho, algo normal seria outras pessoas assumissem a função educadora de pai, como a figura do professor, por exemplo, que, no momento crítico familiar, poderia suprir a falta do elemento paterno. Alerta ainda que em um ambiente de desenvolvimento, em que ocorrem muitas perturbações e falhas ambientais, o juiz poderá exercer a função paterna no inconsciente da criança e do adolescente. Reforça ainda que o “papel principal do pai não é o da relação vivida nem o da procriação, mas o da palavra que significa a lei”.

A questão da educação como inserção e construção da maturidade da criança e do adolescente não é uma preocupação de agora. No passado, embora a educação européia fosse rígida, tinha um objetivo bem nítido: efetuar a passagem da criança para a realidade do mundo adulto. Um fragmento de texto citado por Áries (1981) pode nos conduzir a esta realidade. A forma dos ingleses em promover a educação da criança, era constituída:

Após conservá-las em casa até a idade de sete anos ou nove (em outros autores antigos, sete anos era a idade em que os meninos deixavam as mulheres ingressar na escola do mundo dos adultos), eles as colocam, tanto os meninos como as meninas, nas casas de outras pessoas, para aí fazerem o serviço pesado, e as crianças aí permanecem por um período de sete a nove anos. Elas são chamadas de aprendizes.

De forma contundente, os europeus, aqui representados pelos ingleses, promoviam a educação a partir do experimento. Para Áries (1981, p. 156), neste experimento, além do serviço doméstico, a aprendizagem da vida era constantemente confundida. Era uma forma comum no processo de educação. Assim, a criança aprendia pela prática, e essa prática não parava nos limites de uma profissão, uma vez que não havia limites entre a prática

profissional e a vida particular. “Era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho de outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência da prática e o calor humano que pudesse possuir”.

Nota-se que a presença de uma pessoa na direção do menor é de fundamental importância para a composição do universo da criança e do adulto. Estaria a sociedade contemporânea esquecida da importância da família na formação e educação na vida do jovem a ponto de ignorá-la? Seria a criminalidade infanto-juvenil uma consequência deste fato? Ou seria a criminalidade infanto-juvenil uma consequência da ausência de paternidade somada a questões econômicas e políticas?

Alguns doutrinadores entendem que a criminalidade infanto juvenil é uma somatória de todos estes fatos. Além de conhecerem esta realidade, não descartam como solução para esta patologia social a redução da maioridade penal. No combate à violência, para esta corrente:

Há necessidade de adoção de medidas mais rigorosas, que precisam ser aprovadas independentemente de uma nova comoção nacional, provocada por um crime bárbaro ou uma nova onda de ataques de organizações criminosas. Os legisladores, representantes da vontade nacional, precisam se debruçar sobre estes projetos de lei (PINHO, 2007, p. 29).

Observa-se, pois, por parte dos defensores deste posicionamento uma visão reducionista da questão e possivelmente a tentativa de instalar mais uma política criminal simbólica. A solução para o problema da criminalidade da criança e do adolescente, acredita-se, não estar na produção em massa de leis penais mais rígidas, mas na maior atenção do Estado com a instituição da família e com a garantia de acesso a uma educação pública ampla e de qualidade, que assegure a igualdade de oportunidades a todos, de modo a efetivar o princípio constitucional da isonomia o que por consequência produziria um resgate das instituições na formação da sociedade. A este respeito, Di Giorgi (1998) identifica que a diminuição da criminalidade só será possível quando os economistas e planejadores derem importância ao desenvolvimento humano. E é fundamental lembrarem-se da necessidade de um projeto que estabeleça um vínculo inquebrável entre a educação e humanização, sem o qual a educação brasileira continuará a reproduzir a nossa perversa estrutura social e,

certamente, não contribuirá nem para a construção da cidadania nem para o desenvolvimento econômico.

Além desta proposta outro argumento contribui para minimizar os crimes envolvendo a criança e o jovem infrator. Chegou-se a conclusão da vital importância das ações governamentais, porém ações no sentido de estruturar a união familiar são necessárias. Para Goldenberg (1998), além destes projetos é necessário resgatar a figura paterna no imaginário simbólico da criança e do adolescente, o que uma vez feito, tenderia a uma diminuição da criminalidade. Para o autor, a figura paterna seria uma espécie de instituição poderosa e de certa maneira onipotente, da qual as crianças precisam, pois é imprescindível que elas percebam que existem pessoas mais fortes do que elas, capazes de limitar os seus impulsos. Quando esta relação não acontece, tanto a criança quanto o adolescente transgride contra a sociedade a fim de estabelecer o controle proveniente do exterior por meio de medidas de execução.

No campo da psicologia, a criança usa de todos os meios possíveis para se impor, quando não se pode contar com a confiança dos pais. Se o lar consegue suportar as agressões da criança, ela se acalma e vai brincar. Os estágios iniciais das crianças são repletos de conflitos. Quando não há uma observação familiar para esta situação, pode então a criança desenvolver seus impulsos destrutivos. Amendola (2005, p. 70) trabalha este tema afirmando que, nossa sociedade é refém da cultura da realização. Comenta ele que:

Alguns pais não suportam ser incomodados pelas necessidades dos filhos. O vazio afetivo, imaginam na sanidade de seu egoísmo, pode ser preenchido com carros, boas mesadas e um celular para casos de emergência. Erro fatal. A demissão do exercício da paternidade sempre acaba mal. A omissão da família esta reduzindo no assustador aumento da delinquência infanto-juvenil e no comprometimento, talvez irreversível, de parcelas significativas da nova geração.

Uma vez findo a relação matrimonial, ou mesmo detectado os problemas da ausência da paternidade, ou seja, falta da assistência educacional e afetiva disponibilizados aos filhos, necessário se faz encontrar possíveis atitudes que contribuíram para diminuir a criminalidade infanto-juvenil. Um dos exemplos para combater o avanço da criminalidade juvenil associado à falta do pai em casa é apresentado pela ONG Brasil sem Grades. Trata-se

de uma campanha nacional para despertar a paternidade responsável na população. Esta seria uma “forma de atuar diretamente nas causas do problema, ao invés de combater conseqüências mais tarde, quando os adolescentes tiverem idade para representar algum risco para a sociedade” (GALLO, 2007, p. 27). Para Sifuentes (2007), não bastaria apenas o estímulo à paternidade. Para ela, é preciso que os governos proporcionem escola de qualidade e investimentos na economia para gerar empregos, tanto para jovens como adultos. Além destas ações, necessário se faz purgar a ausência da banalização do crime feito pela mídia e, por fim, disponibilizar investimentos em presídios e casas de apoio ao jovem delinqüente e no aparato repressor. E finaliza discorrendo que, é necessário uma punição mais enérgica aos delinqüentes que por ventura aliciam jovens tanto do sexo feminino quanto masculino. Tais ações governamentais, uma vez praticadas, poderiam contribuir significativamente para solucionar o problema. Outro estudioso da criminalidade infanto-juvenil é Harada (2007 p.38). Para ele, “o Estado deve prestigiar a família, que é base para a educação dos filhos, e preocupar-se mais em assegurar empregos a todos os que queiram trabalhar e menos distribuição de benesses”. Válido também, neste momento, é explorar qual a sanção cabível ao casal ou genitor que mantém a guarda do filho, e que por meio da ação ou omissão, dolosa ou culposa compromete os direitos básicos da criança e do adolescente.

Assevera o legislador do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) que, estes elementos sociais gozam de todos os direitos fundamentais à pessoa humana e que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Neste sentido, qualifica o jurista que é de responsabilidade, no primeiro plano, a ação familiar para que de fato a criança ou adolescente tenha uma integração gradativa e eficaz no universo adulto. É pertinente reforçar que o poder familiar consiste no conjunto de direitos e deveres de proteção, assistência atribuída aos pais no interesse da criança e do adolescente e bens materiais que porventura tenham. Para Lima (2002), o poder familiar tem por função primordial a de educar a prole. Para este autor quando os pais descuidarem, por culpa ou dolo, de suas responsabilidades na criação, educação e assistência dos filhos, na guarda e conservação de seus bens, enseja a aplicação de sanção de natureza administrativa, que uma vez identificada por pessoa interessada ou pelo Conselho Tutelar, órgão instituído pela Lei Federal nº 8069, de 13 de Julho de 1990, estes devem informar ao Ministério Público. para que seja dado então início aos procedimentos cabíveis, ou seja, a representação contra os pais ou responsáveis no juízo competente.

Necessário se faz citar ainda que Lei Federal que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil 1990), a partir do título V, também instituiu o Conselho Tutelar. Para Molaib (2006), o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, que por sua vez é o representante da comunidade na administração de um município e tem por função especial assegurar o cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, e o fazendo torna-se, importante ferramenta de mudança social.

Com responsabilidade de pôr em funcionamento o órgão institucional capaz de assistir a criança e o jovem, O CONANDA (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - 2001) no uso de suas atribuições legais, em sua 83a Assembléia Ordinária, de 08 e 09 de Agosto de 2001, em cumprimento ao que estabelecem o art. 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e os arts. 131 a 138 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) edificou os parâmetros para a criação e o funcionamento dos Conselhos Tutelares em todo o território nacional. No que diz respeito às atribuições administrativas do Conselho aplicáveis a pais ou responsáveis, que por ação ou omissão venham prejudicar os direitos fundamentais da criança e adolescente, destaca-se: o encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; a inclusão de programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; o encaminhamento psicológico ou psiquiátrico; o encaminhamento a cursos ou programas de orientação; a obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua freqüência e aproveitamento escolar; a obrigação de encaminhar a criança e o adolescente a tratamento especializado; a advertência; perda da guarda; destituição da tutela e por último a suspensão ou destituição do poder familiar. Neste contexto Molaib (2006) alerta que, o Conselho Tutelar deverá orientar para que os pais ou responsáveis tomem atitudes a fim de promover a eliminação da situação de risco para a criança ou adolescente, partindo do princípio de que a família é a unidade fundamental da sociedade. Insta-se destacar que, mediante a ausência da ação efetiva de pais ou responsáveis, pode o Conselho Tutelar, comunicar o Ministério Público para que seja dado então início aos procedimentos cabíveis, ou seja, a representação contra os pais ou responsáveis no juízo competente o que por sua vez reconhecido a culpa ou dolo, aplicar-se-á a sanção pecuniária, é o que reza o art. 249 do referido diploma legal citado.

Segundo Lima (2002), a simples apenação administrativa destina-se a casos de menor gravidade, onde a experiência do passado e a perspectiva do futuro militam em favor da conservação e proteção dos fundamentais interesses da criança. Acredita-se, neste momento, que as sanções pecuniárias sejam suficientes para que pais ou responsáveis



retornem ao efetivo exercício do poder familiar e, por conseqüência, a restituição da paternidade. Sugere o Ministério Público do Estado de Goiás (Brasil, 2008) que, as sanções administrativas derivadas de infração às normas de proteção da criança e ao adolescente, devem ser vistas com maior cautela no que diz respeito à sua eficácia, uma vez que nem sempre são cumpridas pelos pais ou responsáveis, o que por sua vez trás prejuízos para o desenvolvimento moral da criança e do adolescente. Chega-se a este raciocínio, a partir de informações contidas no Portal eletrônico desta Instituição, que cita julgado do relator José Ataídes Siqueira Trindade da Oitava Câmara Cível, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, negando provimento da apelação de sentença, que imputava aos pais cumprimento de determinação judicial que consistia em comprovar a realização de terapia familiar juntamente com as filhas adolescentes mantendo ainda a sentença de procedência da representação que lhes aplicou multa estipulada no art. 249 do ECA. O raciocínio anterior é reforçado pela negação de outra apelação. O apelo desprovido, na visão da Des<sup>a</sup> Maria Berenice Dias, é pertinente uma vez que a infração administrativa, baseado no art. 249 do ECA foi admitido pelo representado uma vez que houve um descumprimento da determinação do Conselho Tutelar, que consistia na inclusão de programa de tratamento do alcoolismo, neste sentido importa a aplicação de pena pecuniária. Segundo a desembargadora não se pode olvidar [esquecer] que as medidas de proteção previstas pelo ECA a serem aplicadas aos pais visam precipuamente [essencialmente] à preservação dos interesses dos menores que são, direta ou reflexamente, atingidos pela má-condução paterna (Brasil, 2008).

No tocante à solução da criminalidade infanto-juvenil, percebe-se que os desafios hoje são grandes. Se o homem é capaz de construir aparelhos que conseguem transmitir a fala e a imagem para longas distâncias, não será difícil investir em conhecimento pedagógico. A este respeito Piaget, citado por Molaib (2006), relata que o afeto dos pais para com os filhos é de suma importância na construção da personalidade e intelectualidade da criança e, por conseqüência, ter-se-á um adolescente sadio. Partindo deste pressuposto, necessário se faz construir uma teia de relações no campo da política, educação e da justiça para assim provocar uma alteração profunda na sociedade contemporânea. Em primeiro plano, no eixo familiar, em um segundo plano em um eixo social o que via de regra, trará de forma gradativa a diminuição do crime infanto-juvenil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se identificar que a família no que refere à sua composição histórica, modificou-se drasticamente. Das relações matrimoniais coletivas, quer no seu caráter endógeno ou exógeno chegou-se a uma composição cada vez menor, sendo a escolha do parceiro determinada pelas condições físicas e espaciais no passado. Verificou-se também que, é no curso da História que o homem marcha para as relações individuais de caráter exclusivo, embora no oriente algumas civilizações ainda hoje mantenham a poligamia. O sistema coletivo das relações e o sistema de parentesco extinguiram-se no ocidente. O que foi demonstrado a partir das fontes pesquisadas é que, esta evolução está associada a questões de causa e efeito. Dentre os acontecimentos registrados pela História, pode ser destacada a ascensão da Igreja e a sua contribuição para um novo modelo de família. A organização monogâmica desempenhou um papel de impulso social em benefício dos filhos, ensejando o exercício paterno, uma vez que era necessário para o pai conhecer o resultado do seu relacionamento.

Verificou-se que a família monogâmica foi construída sob a égide do poder paterno, e, portanto, converteu-se em um fator de produção econômico, uma vez que esteve restrita aos lares e às pequenas oficinas. Essa situação vai se reverter somente com um novo advento. A mudança no processo produtivo. E é com a industrialização que a família perde sua característica de unidade de produção. Uma vez o papel econômico se extinguindo, a família procura consolidar sua espiritualidade. A participação da Igreja neste contexto teria por objetivo fortalecer as relações ou converter os valores primitivos da intolerância em afetividade.

No Brasil, observou-se que o modelo de casamento monogâmico foi trazido pelos europeus quando do início da colonização. Isto não significou no primeiro momento uma alteração significativa nos padrões estabelecidos na Europa, pelo menos no que diz respeito à ordem patriarcal. Porém à medida que europeus, nativos, africanos e por último, imigrantes asiáticos intensificam seus relacionamentos, trouxe por conseqüência casos de transgressão e violação à ordem monogâmica cristã. Neste sentido, tanto o Estado quanto a Igreja promovem normatizações. Esta última fortalecendo por meio de pregações a sacralidade do matrimônio como fundamento para uma vida a dois, admitida por Cristo. O Estado, por sua vez, implantando a partir do século XIX sua própria regra, que à medida do possível legaliza as relações afetivas no centro e interior do Brasil.

Como se verificou a idéia de família hoje é um tanto quanto extensa. O legislador pátrio na Constituição de 1988, conferiu ao modelo um novo conceito, sem perder o legado conquistado, uma vez que homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos de família. Isso não significa que, em nosso ordenamento, novos horizontes não se apresentem. Exemplo disso é a união estável e as famílias monoparentais. Este fato estaria então condicionado à própria característica de mutabilidade de nossa sociedade.

Verificou-se a idéia de que o crime, de fato, acompanha a sociedade. A agressividade humana é remota. Para alguns estudiosos, a agressividade é companheira da própria inteligência. Inteligência que permitia construir armas para combater o agressor ou mesmo para proteger o território que estava sendo tomado. No primeiro momento prevalecia a lei do mais forte. Concluiu-se que a agressividade é inerente ao indivíduo. Porém o uso contínuo da violência motivou o homem a estudá-la, a conhecê-la, chegando ao conceito de que se pratica a violência como forma de garantir a sobrevivência ou para se adquirir o amadurecimento no eixo social. No afã de solucionar os efeitos deste processo, os Iluministas consagraram os ordenamentos legais. As regras costumeiras em grande parte se modelaram ou foram expropriadas pelo Direito Positivo. A exclusão de quem comete atos que vão contra a ordem passam a ser punidos com maior severidade. Hoje o que chama a atenção é o número cada vez maior de pessoas imaturas praticando também atos de maior ou menor potencial ofensivo. A este respeito estudos se dividem. Uns, concluem que a solução da violência juvenil, a partir da aplicação de normas mais severas ao jovem infrator. Não é o que pensam outros expoentes, em especial os da psicologia.

Estudiosos do crime cada vez mais estão convictos que é necessário a aplicação e disposição de leis para garantirem a ordem social. Porém outros elementos devem ser considerados para que de fato isso seja possível e não paliativo. Identificou-se que o principal elemento que deve ser resgatado em nossa sociedade é a afetividade materna e paterna para com seus filhos. Estaria então a família incorrendo contra a lei, uma vez que a própria norma otimiza informações colocando em pé de igualdade Estado e família como instituições responsáveis pela construção de uma sociedade mais justa e fraterna?

Nesta pesquisa chegou-se a breve conclusão de que a sociedade brasileira está carente de pai e de mãe. Este fato contribui, sobremaneira para fortalecer e não para solucionar o conflito entre a reativização de processos primitivos e a aquisição de formas mais evoluídas de organização da personalidade juvenil. Identificou-se que a ausência do pai, da mãe e ou familiares, dispostos a promover de forma consciente a inserção do menor no

eixo social contribuem para a delinquência juvenil, uma vez que fica comprometido o seu amadurecimento, o levando então para o mundo do crime.

No campo fértil da psicologia identificaram-se algumas propostas. Dentre as que mais são pertinentes a este trabalho pode-se reconhecer a necessidade do resgate de valores éticos nas famílias, bem como investimentos do setor público na sociedade. Investimentos que se traduzam em centros de educação e lazer, empregos, ou seja, cidadania de fato, não apenas de direito. Chegou-se também ao raciocínio de que os institutos punitivos disponibilizados aos pais que não promovem a paternidade responsável têm eficácia limitada, uma vez que nem sempre as sanções pecuniárias motivam os pais ou responsáveis a novamente se comprometerem com o desenvolvimento físico e intelectual dos filhos.

Por fim, o campo da pesquisa ainda continua em aberto. Estudos sobre o tema devem ser aprofundados e ampliados de forma interdisciplinar. Feito isto, novos resultados, com certeza, devem vir à tona e, por sua vez, devem contribuir para que projetos sejam elaborados e aplicados. E ao serem, estes devem contribuir para a solução da criminalidade infanto-juvenil, que aumenta a cada dia.

## REFERÊNCIAS

1. ABREU, Waldyr de. **A corrupção penal infanto-juvenil**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
2. ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica: In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
3. AMENDOLA, Gilberto. **Assassinatos sem a menor importância**: a banalização da violência no Brasil. São Paulo: Terceiro Nome; Mostarda, 2005.
4. ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios**. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. 2. ed. Brasília: UNB, 1993.
5. ÁRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LCD, 1981.
6. BECCARIA, Cesare Bonesana, Marchesi di. **Dos delitos e das penas**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
7. BRANDÃO, Débora Vanessa Caús. Do casamento religioso com efeitos civis e o novo Código Civil. **Jus Navigandi**, Teresina, a. 6, n. 54, fev. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2662>>. Acesso em 15/10/2008.

8. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Vade Mecum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 23-156.
9. BRASIL, Lei nº 8069, de 13 de Julho de 1990. Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de Julho de 1990, Secção, 1, p.1.
10. BRASIL, Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. **Código Civil**. Vade Mecum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 169-345.
11. BRASIL. Ministério Público do Estado de Goiás. Notícias. Disponível em: <<http://www.mp.go.gov.br/portalweb/conteudo.jsp?page=8&conteudo=noticia/011310fa4bd362fa2844905aedc08ca7.html>>. Acesso em 27/11/2008
12. BRASIL, OAB Conselho Federal. Resolução nº 75 De 22 de Outubro de 2001. Dispõe sobre os parâmetros para a criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares e dá outras providências. **Comissões**. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/comissoes/cndh/res75.pdf>>. Acesso em 27/11/2008.
13. CASTRO, Celso A. Pinheiro de. **Sociologia do Direito**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
14. CAVALCANTE FILHO, José Jorge. **Quirinópolis: o teatro do crime e o cenário da violência**. 2000. 158f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000.
15. DI GIORGI, Flávio Vespasiano; DI GIORGI, Cristiano A. Garpoggini. A violência na educação: educação violenta. In: LEVISKY, David Léo. (Coord.). **Adolescência pelos caminhos da violência**. 2. ed. São Paulo: Casa do psicólogo. 1998.
16. ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 2. ed. 1884.
17. FARIA, Sheila de Castro. História da Família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. et. al (Orgs.). **Domínios da História: ensaios da teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
18. FERNANDES, Newton. et al. **Sociologia Geral – Jurídica e Criminal**. São Paulo: Rumo, 1995. 488p.
19. FIDELES, Érika Rejane Rodrigues de Souza. A origem da violência. In: **Tiroteios da Mente: ensaios criminológicos**. n.1. fev. 2007. Goiânia: UFG, Faculdade de Direito. 2007. p.32-35.

20. FIGUEIREDO, Luís Cláudio M. Adolescência e violência: considerações sobre o caso brasileiro. In: LEVISKY, David Léo. (Coord.). **Adolescência pelos caminhos da violência**. 2. ed. São Paulo: Casa do psicólogo. 1998.
21. FREITAS, Bruno Henrique de. A dissolução do casamento na Lei nº 6.515/77, na Carta de 1988 e no novo Código Civil: evolução histórica, formas e efeitos. **Jus Navigandi**, Teresina, a.10, n. 931, 20 jan. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7853>>. Acesso em 13/10/2008
22. GALLO, Rodrigo. Crime do Abanono. **Sociologia Ciência e Vida**. São Paulo; a. 1, n. 10, 18-27, out. 2007.
23. GOLDENBERG, Gita, Wladimirsky. O pai simbólico está ausente na criança e no adolescente infratores. In: LEVISKY, David Léo. (Coord.). **Adolescência pelos caminhos da violência**. 2. ed. São Paulo: Casa do psicólogo. 1998.
24. HARADA, Hiyoshi. Menores infratores: redução da maioridade penal. **Revista Jurídica Consulex**. Brasília: a. 11, n.245, p. 38, mar. ano 2007.
25. LEVISKY, David Léo. Adolescência e violência: a psicanálise na prática social. In: LEVISKY, David Léo. (Coord.). **Adolescência pelos caminhos da violência**. 2. ed. São Paulo: Casa do psicólogo. 1998.
26. LIMA, Carlos Eduardo Araújo. Comentários jurídicos e sociais. In: CURY, Munir. SILVA, Antônio Fernando do Amaral e. MENDEZ, Emílio Garcia. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 5. ed. São Paulo: Malheiros Editores LTDA. 2002.
27. MENDONÇA, Martha. Quando a separação não é um trauma. **Época**. São Paulo. a. 2005. n.349. p. 60-66. jan. 2005.
28. MOLLAIB, Maria de Fátima Nunes. Crianças e adolescentes em situação de risco e suas relações com a instituição Conselho Tutelar . **Jus Navigandi**, Teresina, a. 10, n. 1015, 12 abr. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8231>>. Acesso em: 27 nov. 2008.
29. MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**. Direito de Família. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
30. OLIVEIRA, Pécio Santos de. **Introdução à Sociologia**. 20. ed. São Paulo: Ática, 2001.
31. PALMA, Rodrigo de Freitas. **O Direito antes de Roma**. Goiânia: Kelps, 2001.
32. PINHO, Rodrigo César Rebello. Nova Legislatura. Novas Leis. **Revista Jurídica Consulex**. Brasília: a. 11, n.245, p. 28-29, mar. ano 2007.

33. RANNA, Wagner. Violência no Corpo – Violência na mente. In: LEVISKY, David Léo. (Coord.). **Adolescência pelos caminhos da violência**. 2. ed. São Paulo: Casa do psicólogo. 1998.
34. SIFUENTES, Mônica. Maioridade penal. **Revista Jurídica Consulex**. Brasília: a. 11, n.245, p. 34-35. mar. 2007.
35. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: **Direito de Família**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2007.
36. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: **Parte Geral**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

## O INADIMPLEMENTO SALARIAL E A RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO

KAIO DE BESSA SANTOS<sup>53</sup>

**RESUMO:** O presente artigo tem o condão de apresentar e questionar os motivos da inadimplência salariais dos empregadores, assim como explicar de forma sucinta as medidas que podem ser tomadas por parte do trabalhador, mencionando preceitos constitucionais e embasamentos jurídicos.

**Palavras-Chave:** Rescisão indireta e o inadimplemento salarial.

**ABSTRACT:** This article has the ability to present and question reasons for delinquency salarias employers, as well as to explain succinctly what measures might be taken by the employee, citing constitutional and legal grounding.

**Keywords:** Termination and indirect wage default.

### 1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que vez ou outra nos deparamos com situações de inadimplemento, referentes aos contratos de trabalho. Atualmente alguns especialistas apontam uma crescente industrialização, e por consequência uma evolução tecnológica e robótica que influenciou na substituição da mão de obra humana por aparatos tecnológicos, a partir de meados do século XIX. Contudo, mesmo com a substituição parcial da mão de obra humana o mercado continua aquecido ofertando um grande número de vagas a profissionais qualificados, em suma existe emprego e as contratações estão a pleno vapor. Em contrapartida existem algumas empresas que pelos altos encargos trabalhistas, previdenciários ou por falta de infraestrutura e principalmente pela instabilidade do mercado, em determinados setores, não conseguem cumprir suas responsabilidades contratuais.

Neste contexto, com a inadimplência verifica-se a infringência de princípios constitucionais e de direitos sociais inerentes as prerrogativas resguardadas pela legislação obreira. Mas, como tudo no direito, não devemos analisar a situação de forma isolada, é

---

<sup>53</sup> Advogado. Bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC/GO



importante fazermos ressalvas, pois a Constituição Federal também resguarda os direitos econômicos e outros inerentes ao caso em apreço. Portanto, nestas breves palavras temos o intuito de abordar o tema suscitando seus vários aspectos.

## **2. CONSIDERAÇÕES INICIAS SOBRE O “SALÁRIO”**

As principais expectativas e anseios do trabalhador terminam quando, de modo correto e integral e por força de ajuste, as verbas retributivas da sua força laboral são pagas. Diz-se expectativas porque o empregado, crendo em promessas de contraprestação futura, antecipa seu trabalho na esperança de conquistar ao final do ato de fidúcia do operário, que oferece seu empenho e ânimo em troca de retorno pecuniário.

Na etimologia a palavra salário é inspirado em um bem escasso no império romano, o sal, e que exatamente por isso, era outorgado como retribuição pelo trabalho prestado pelos soldados da época. Com o passar dos anos ele perdeu sua preciosidade e o valor de troca, mas o nome nele inspirado continuou sendo o principal referencial retributivo do trabalho, mesmo não sendo o essencial em sentido jurídico.

Aplicação igualmente genérica é dada as palavras “estipêndio” e “ordenado”, outros vocábulos que foram moldados para representar o mesmo objeto.

Para fins elucidativos têm-se os soldos pagos a militares, os vencimentos atribuídos para servidores públicos e os subsídios outorgados para os agentes públicos. Os profissionais liberais são destinatários de honorários e os demais trabalhadores autônomos de montante intitulado remuneração.

## **3. DISPOSITIVOS LEGAIS**

A Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT em seu artigo 483 enumera os casos de rescisão pelo empregado, ou seja, a famosa *rescisão indireta*, este instituto é de grande relevância para trabalhador vez que através dele o mesmo pode desligar-se do vínculo empregatício resguardando direitos inerentes a despedida *sem justa causa*, fato importante,

assim o mesmo conseguirá ter acesso ao seguro desemprego, FGTS e multa de 40%, Férias, 13º salário, aviso prévio indenizado, e demais direitos inerentes ao instituto.

Adentrando ao tema específico, é necessário transcrever os seguintes artigos, CLT<sup>54</sup>

Art. 483 – O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

d) não cumprir o empregador as obrigações do contrato(...);

g) o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários(..);

§ 3º – Nas hipóteses das letras d e g, poderá o empregado pleitear a rescisão de seu contrato de trabalho e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo.

Vejamos, dos incisos aduz-se que o empregado pode considerar rescindido o contrato e pleitear a indenização devida nos casos transcritos, quais sejam: a) pelo descumprimento das obrigações contratuais b) pela diminuição de suas atribuições, que de forma indireta refletem na redução salarial, hipótese esta, que não é especificamente o objeto do estudo, contudo mostra-se uma forma de redução de remuneração que possibilita a rescisão indireta.

Contudo, quando fala-se em descumprimento das obrigações contratuais o legislador elasteceu o rol de possibilidades da rescisão, a fim de resguardar o trabalhador que na maioria dos casos é hipossuficiente, entretantes, atualmente utiliza-se tal artigo para caracterização do inadimplemento salarial, acoplado ao disposto no parágrafo 3º, que abre a possibilidade da continuação do vínculo empregatício, ou não, até o julgamento do processo. Isso ocorre por que o empregado tem duas maneiras de fazer o pedido da rescisão, uma seria

---

<sup>54</sup> Consolidação das Leis Trabalhista, artigo 483, alíneas e parágrafo.

comunicar a seu desligamento, e assim o faze-lo, depois de um prazo razoável, aconselha-se que o empregado notifique o empregador da necessidade do recebimento, e da sua predisposição em deixar o seu emprego pela necessidade imperiosa que o salário representa. Ou ausentar-se do emprego e depois ajuizar o pedido, prática temerosa, afinal no artigo da CLT 474 conceitua que a suspensão do serviço de mais de 30 dias importa em rescisão injusta do contrato de trabalho, perdendo assim os direitos relacionados à despedida sem justa causa (seguro desemprego, FGTS, Férias, 13º salário, aviso prévio indenizado, e termo de rescisão).

Frisa-se, que parte da doutrina acredita que para amoldar-se no caso de rescisão indireta pelo art.483 alínea “d”, deve-se esperar 3 (três) meses de atraso, não compartilhamos dessa ideia uma vez que tal parâmetro não pertence aos conceitos trabalhistas onde a contraprestação pelo trabalho é direito indisponível para manutenção do trabalhador e sua família.

O professor André Luiz Paes de Almeida<sup>55</sup>

“ A maior obrigação do empregador durante o contrato de trabalho é o pagamento de salários. O empregado, em regra, não trabalha exclusivamente porque gosta, mas, sobretudo, porque o seu emprego é a natural forma de subsistência de sua família.”

Existe ainda, a possibilidade do empregado ser indenizado, podendo requer a aplicação da penalidade prevista no artigo 477, § 8º <sup>56</sup>

**Art. 477** – É assegurado a todo empregado, não existindo prazo estipulado para a terminação do respectivo contrato, e quando não haja ele dado motivo para cessação das relações de trabalho, o direito de haver do empregador uma indenização, paga na base da maior remuneração que tenha percebido na mesma empresa.

**§ 6º** – O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado nos seguintes prazos:

- a) até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou
- b) até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

\*\* § 6º acrescentado pela Lei nº 7.855, de 24 de outubro de 1989.

<sup>55</sup> em sua obra Direito do trabalho, 2. Ed Ridieel, p.154.

<sup>56</sup> Consolidação das leis Trabalhista, LTR, 37ª edição, 2010.

§ 7º – O ato da assistência na rescisão contratual (§§ 1º e 2º) será sem ônus para o trabalhador e empregador.

\*\* § 7 acrescentado pela Lei nº 7.855, de 24 de outubro de 1989.

§ 8º – A inobservância do disposto no § 6º deste artigo sujeitará o infrator à multa de 160 BTN, por trabalhador, bem assim ao pagamento da multa a favor do empregado, em valor equivalente ao seu salário, devidamente corrigido pelo índice de variação do BTN, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa à mora (grifou-se).

E a prevista no artigo 467<sup>57</sup>

Art. 467 – Em caso de rescisão de contrato de trabalho, havendo controvérsia sobre o montante das verbas rescisórias, o empregador é obrigado a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento à Justiça do Trabalho, a parte incontroversa dessas verbas, sob pena de pagá-las acrescidas de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e as suas autarquias e fundações públicas.

É importante observar que orientação jurisprudência de nº 238 do TST mudou o entendimento sobre o parágrafo único do artigo 467, vejamos:

**MULTA. ART. 477 DA CLT. PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO. APLICÁVEL. Inserida em 20.06.01 (inserido dispositivo, DJ 20.04.2005 )**Submete-se à multa do artigo 477 da CLT a pessoa jurídica de direito público que não observa o prazo para pagamento das verbas rescisórias, pois nivela-se a qualquer particular, em direitos e obrigações, despojando-se do "jus imperii" ao celebrar um contrato de emprego.

Ressalta-se que a aplicação dessas multas são facultativas, no sentido que cabe a parte requerer, e não necessariamente as mesmas serão acatadas pelo juiz, vez que cada caso enquadra-se em uma situação, o que fazemos, nesta oportunidade, é exibir um rol de possibilidades em torno do tema.

<sup>57</sup> Consolidação das leis Trabalhista, LTR, 37ª edição, 2010.

#### 4. DA MORA CONTUMAZ

Nota-se que em linhas pretéritas foi suscitado a questão da espera de 03 (três) meses para o pedido de rescisão indireta, posicionamento refutado neste estudo, entretanto tal entendimento esta intimamente ligado ao que está disposto no Decreto Lei nº 368 de 19 de dezembro de 1968;

Art. 1º - A empresa em débito salarial com seus empregados não poderá:

I - pagar honorário, gratificação, *pro labore* ou qualquer outro tipo de retribuição ou retirada a seus diretores, sócios, gerentes ou titulares da firma individual;

II - distribuir quaisquer lucros, bonificações, dividendos ou interesses a seus sócios, titulares, acionistas, ou membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos;

III - ser dissolvida.

Parágrafo único. Considera-se em débito salarial a empresa que não paga, no prazo e nas condições da lei ou do contrato, o salário devido a seus empregados.

Art. 2º - A empresa em mora contumaz relativamente a salários não poderá, além do disposto no Art. 1, ser favorecida com qualquer benefício de natureza fiscal, tributária, ou financeira, por parte de órgãos da União, dos Estados ou dos Municípios, ou de que estes participem.

§ 1º - Considera-se mora contumaz o atraso ou sonegação de salários devidos aos empregados, por período igual ou superior a 3 (três) meses, sem motivo grave e relevante, excluídas as causas pertinentes ao risco do empreendimento.

Pontue-se que é incoerente querer que um trabalhador que tem um lar para sustentar espere 03 meses para ajuizar a ação cabível. Isso é uma infringência direta aos direitos sociais, assim como aos direitos fundamentais de uma vida digna, isso sem mencionar a transgressão ao princípio regente do direito trabalhista que é a proteção ao trabalhador. Nesse sentido está a súmula 13 do TST:

súmula 13/tst. rescisão indireta. salário. mora salarial. pagamento em audiência. clt, art. 483. «o só pagamento dos salários atrasados em audiência não elide a mora capaz de determinar a rescisão do contrato de trabalho.

## 5. DO DANO MORAL

É importante fazer uma rápida consideração sobre o dano moral, em relação à mora salarial existem julgados divergentes neste ponto vez que em algumas jurisprudências verificamos a caracterização do dano em outras o mesmo não é reconhecido, seria importante e essencial para segurança jurídica que o TST (Tribunal Superior do Trabalho) edite-se uma orientação jurisprudencial ou até mesmo uma súmula para pacificar a questão, seguem alguns julgados que demonstram tal variação;

CONTRATO DE TRABALHO. **MORA SALARIAL. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA.** É pacífica a posição do TST acerca da **não configuração** de dano moral em decorrência de mora salarial. Com efeito, a mora salarial do tomador de serviços tem condão de lesionar direitos da personalidade do trabalhador quando se comprova a efetiva submissão deste a situações vexatórias ou de inequívoco constrangimento, o que, na espécie, não restou comprovado. Tampouco se admite a comprovação de tal dano, no caso, por mera presunção. Conhecido e, no particular, provido.

DANOS MORAIS - INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - ATRASO NO PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

1. Os atrasos reiterados e prolongados no pagamento dos salários, no caso concreto, **causaram prejuízos pessoais suficientes à caracterização dano moral.**

2. **A Constituição de 1988 bem evidencia a essencialidade do salário ao prever a proteção na forma da lei, constituindo crime a retenção dolosa (art. 7º, X).**

Na segunda jurisprudência observa-se uma figura penal, qual seja, a constituição do crime de retenção dolosa baseada em preceitos constitucionais.

## 6. DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

A importância da contrapartida pelo trabalho realizado é irrefutável. Porém o governo deve fornecer subsídios para que a atividade comercial se desenvolva, quando falamos em subsídios significa proporcionar mecanismos capazes de oferecer a todos os tipos de empregadores possibilidade de desenvolver sua atividade com lucro, comenta-se que a carga referente às contribuições sociais (p.ex. INSS, CONFINS, PIS..) são muito pesadas,

inibindo assim a contratação regular de trabalhadores. Vislumbra-se também novas iniciativas por parte do governo federal na intenção de beneficiar empresários, por exemplo com o incentivo a contratação de funcionários com deficiência física/mental. A legislação trabalhista ainda dispõe sobre o contrato de experiência, que é um contrato por tempo determinado, assim como as contratações sazonais, de final de ano, de colheita e portuárias.

Incentivando a economia tem-se a diferenciação dada às microempresas e as empresas de pequeno porte que pagam os tributos de forma simplificada, ou seja, um único código de arrecadação abarca todos os tributos de cunho trabalhista, previdenciário e impostos em geral, aduz-se que micro empresa é aquela em que receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e a de pequeno porte a que receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), Lei Complementar nº 123 de 14/12/06.

## 6. CONCLUSÃO

Diante do exposto neste estudo, conclui-se que o trabalhador tem o direito de receber pelo seu ofício, sendo pressuposto para efetivação de outros direitos inerentes a pessoa, contudo, antes de adotar um comportamento mais agressivo deve ele verificar a situação do empregador, até por que este pode vir a negociar com os sindicatos representante de categorias para que haja uma flexibilização neste pagamento. Porém se isso não ocorrer e for verificada má fé do empregador deve-se ajuizar a demanda cabível pleiteando a rescisão indireta e todos os seus reflexos, sem necessariamente ter de esperar o lapso temporal de 3 meses.

Ainda, vislumbra-se a possibilidade do árbitro de indenização moral ao trabalhador pelos danos psicológicos sofridos em decorrência do inadimplemento, afinal é fácil verificar o abalo que sofre um pai de família ao saber que não poderá suprir as necessidades básicas de seu lar, destaca-se que mesmo que o trabalhador não seja arrimo de família o direito ao salário em um teto mínimo, que não pode ser usado como indexador (súmula vinculante 04, STF), pelo dispêndio de esforço físico ou mental é essencial para dignidade humana. Como diria outrora o trabalho enriquece o homem, e a sua contraprestação denota sua importância.

Finalizando, frisa-se, que o inadimplemento salarial com a consequente rescisão do contrato de trabalho gera efeitos na orbita jurídica e social, como demonstrado no trabalho em cotejo, assim o melhor é evitar tal situação. O empregador deve se planejar e ter consciência de suas obrigações contratuais e o trabalhador deve cumprir suas atribuições com presteza e zelo, e o estado (União, Estados, Municípios, Distrito Federal) devem fazer sua parte com políticas de incentivo, assim como o legislador na criação de leis mais eficazes e com o melhoramento da estrutura judiciária brasileiro como um todo.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

1. **LEITE**, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho, Editora LTR, 7ª edição, 2009.
2. **MARTINEZ**, Luciano. Curso de Direito do Trabalho, Editora Saraiva, 2010.
3. **ZANÓBIA**, Ademir. Manual Prático de Rotinas Trabalhistas e Previdenciárias, Editora Anhanguera, 2009.



**CIÊNCIAS  
SOCIAIS  
APLICADAS  
ADMINISTRAÇÃO**

## A QUALIDADE E A PRODUTIVIDADE: LÓGICA DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Greyce Lara Pereira<sup>58</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é demonstrar como se dão as políticas de promoção da qualidade de vida do trabalhador, voltadas para o aumento da produtividade nas empresas, além de gerar um impulso de satisfação no indivíduo para com o vínculo na empresa.

**Palavras-Chave:** Qualidade de vida; Produtividade; Percepção para o trabalhador.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to demonstrate as if they give the politics of promotion of the worker's quality of life, come back toward the increase of the productivity in the companies, beyond generating an impulse of satisfaction in the individual stops with the bond in the company.

**Key words:** Quality of life; Productivity; Perception to the worker.

### INTRODUÇÃO

A história do trabalho tem início a partir do momento em que o homem precisou buscar meios para satisfazer suas necessidades, sendo que essa procura se reproduz historicamente em toda a ação humana. Sendo assim, para o materialismo histórico a atividade humana desenvolvida no processo de produção de bens materiais é chamada correntemente de trabalho. Por meio de instrumentos determinados e despendendo de certa quantidade de energia humana para a produção de certa quantidade de produto tem-se a produção com base no trabalho. Assim, os homens produzem os meios materiais aos quais se vincula para sua reprodução em sociedade.

A necessidade do trabalho e o reconhecimento das limitações humanas individuais compeliram os homens a cooperarem uns com os outros, a organizarem-se. Por isso, desde os primórdios de sua existência eles têm procurado formas de vida em sociedade para que possam alcançar objetivos, o que tem implicado na construção de grupos organizados para a produção de mercadorias e a reprodução humana por meio do trabalho.

---

<sup>58</sup> Cientista Econômica graduada pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Jornalista graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), MBA Especialização em Administração Pública e Gestão de Cidades pela UNIDERP – LFG, Docente no curso de Administração de Empresas da Faculdade Quirinópolis - FAQUI. [greycelarapereira@yahoo.com.br](mailto:greycelarapereira@yahoo.com.br)

Durante muitos séculos, até o início da Revolução Industrial, as relações de trabalho foram muito estáveis, as mudanças eram lentas e a estrutura social pouco flexível. Tais fatores levaram as pessoas a manterem o mesmo padrão de vida durante gerações. Para se conhecer o padrão de existência de uma pessoa ou de uma família, bastava conhecer o que ela fazia para garantir sua reprodução social (DRAKE & SMITH, 1977).

Com o desenvolvimento industrial, em especial a partir do século XX, as relações de trabalho sofreram drásticas alterações. Se, em um primeiro momento, o progresso tecnológico trouxe inúmeras vantagens para a sociedade, pois “[...] pela primeira vez na história humana tornava-se teoricamente possível suprir as necessidades básicas de toda a população [...]” (DRAKE & SMITH, 1977, p. 75), criaram-se novas regras de trabalho no contexto social.

Começava, então, a desaparecer o artesão, surgindo, em seu lugar, o proletário. Assim, o processo de produção, que era realizado em todas as suas fases por um único trabalhador, passou por um processo de racionalização, no qual foi multifacetado e distribuído separadamente a diversos “especialistas”. Com isso, o trabalhador, que já havia perdido o poder econômico, também foi alijado do conhecimento e o capitalista-empregador “[...] não adquiria o trabalhador e sim o seu trabalho, portanto a saúde ou as condições de vida do trabalhador eram assunto pessoal deste” (DRAKE & SMITH, 1977, p. 76).

Iniciou-se, a partir de então, uma fase do capitalismo industrial caracterizada pelo crescimento da produção, pelo urbanismo desordenado provocado pelo êxodo rural e pela grande movimentação sindical marcada pela reivindicação de melhores condições de trabalho, tais como redução da jornada de trabalho, melhores condições de higiene e segurança, representação política e redução dos índices de produtividade exigidos do trabalhador.

Desde o final do século XIX, em especial nos Estados Unidos e na Inglaterra, começaram a surgir as primeiras leis protetoras do trabalhador, mas como afirmam Drake & Smith (1977) essas eram extremamente tímidas e lentas, já que algumas alterações na legislação chegaram a demorar de trinta a quarenta anos para serem aprovadas, sendo que muitas delas vieram a ser aprovadas somente no início do século XX.

Sob influência do Taylorismo<sup>59</sup>, no início dos anos 20, surgiam as primeiras preocupações científicas sobre a influência das condições físicas do local de trabalho na produtividade industrial. Como consequência das pesquisas realizadas com tal objetivo detectaram-se novas variáveis, de ordem psicossocial, que estavam presentes na relação de trabalho e eram, até então, desprezadas em sua importância.

Questões relacionadas à motivação no trabalho começaram a ser cada vez mais investigadas e teorias a respeito da motivação surgiram, principalmente nas décadas de 50 e 60, para tentar entender o comportamento humano, em especial no trabalho.

Desse modo, as empresas, grandes interessadas nessas questões, passaram a destinar verbas para o estudo da variável motivação no trabalho ou qualidade de vida no trabalho, ligada ao meio ambiente em que se ocorre a produção. Com isso, apareceram as primeiras preocupações com o que, pouco mais tarde, veio a ser denominado Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

A base teórica seria motivacional, ou seja, ligadas basicamente com o ambiente de trabalho, com a preocupação de aumento da produtividade e menor tempo médio necessário para a reprodução social do trabalhador.

Entretanto, tal afirmação é questionada por Grisci (1999, p. 94), pois “[...] embora as empresas desejem funcionários bastante motivados, até que ponto há, de fato, como contrapartida, uma preocupação das mesmas em respeitar e tentar garantir níveis adequados de satisfação no trabalho para seus colaboradores?”.

O questionamento de Grisci (1999) tem sentido principalmente se lembrarmos que as organizações são organismos vivos compostos por pessoas e, portanto, com necessidades ou carências que precisam ser atendidas.

O mecanismo satisfação-necessidade é um processo dinâmico, suscetível a mudanças rápidas e constantes, razão pela qual o seu estudo jamais se torna anacrônico.

Apenas para exemplificar, o momento presentes nas relações de trabalho pode ser tipificada como tendente mais à insatisfação no trabalho do que à satisfação, o que tem

---

<sup>59</sup> *Taylorismo* é uma concepção de produção, baseada em um método científico de organização do trabalho, desenvolvida pelo engenheiro americano Frederick W. Taylor (1856-1915). Em 1911, Taylor publicou “Os princípios da administração”, obra na qual expôs seu método. A partir dessa concepção, o Taylorismo, o trabalho industrial foi fragmentado, pois cada trabalhador passou a exercer uma atividade específica no sistema industrial. A organização foi hierarquizada e sistematizada, e o tempo de produção passou a ser cronometrado. CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 4. ed. São Paulo: Makron, 1993.

levado o trabalhador a questionar a necessidade de seu envolvimento com os interesses das organizações, seus objetivos e suas próprias missões.

Por essa razão, faz sentido se questionar qual a importância do tema qualidade de vida no ambiente de trabalho no cenário atual em termos da análise de economia do trabalho?

## OS NOVOS PARADIGMAS DO TRABALHO

Vivemos, nas últimas décadas, um momento de transição marcado por mudanças significativas nos paradigmas que regem as relações do homem com o trabalho. Do modelo linear mais previsível, ainda reflexo da administração científica, está se passando para um modelo que poderíamos denominar rizomático e bifurcado (GRISCI, 1999), no qual o conceito de rizoma, extraído da biologia, deve ser entendido como algo poli-dimensional, atravessado por inúmeras conexões de surpreendente velocidade. Nesse modelo, vamos encontrar um sujeito a indicar a perda do fio da meada, ilustrando uma trama complexa a denunciar a passagem de regimes temporais de estabilidade e das certezas, para regimes temporais da instabilidade e das incertezas (GRISCI, 1999).

O crescente abandono do modelo *fordista*<sup>60</sup> de trabalho, construído sobre a perenidade dos processos organizacionais e a velocidade com que os novos padrões foram se instalando (a chamada reestruturação produtiva) passaram a exigir um novo perfil do trabalhador, o qual deveria ser compreendido como um trabalhador protótipo da flexibilidade, como contrário aquele exemplo de trabalho massificado que o *fordismo* trouxe para a produção de mercadorias.

Segundo afirma Ianni (1996, p. 11) “[...] o fordismo, como padrão de organização do trabalho e produção, passa a combinar-se com – ou ser substituído pela – flexibilização dos processos de trabalho e produção [...]”, uma vez que a flexibilização sim atenderia às novas exigências do mercado capitalista mundial.

---

<sup>60</sup> O norte-americano Henry Ford foi o primeiro a pôr em prática, na sua empresa “Ford Motor Company”, o taylorismo. Posteriormente, Ford inovou com o processo do fordismo, que, absorveu aspectos do taylorismo. CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 4. ed. São Paulo: Makron, 1993.

Assim, de acordo com essa análise de Ianni (1996) a flexibilização acaba por tornar-se um aspecto característico das novas formas de organização do trabalho, a qual, por princípio, consistiria em uma estratégia gerencial que substitui uma solução uniforme, por uma série de soluções alternativas, tendo em vista elevar o grau de adaptação aos novos parâmetros técnicos e econômicos.

Vale ressaltar que a flexibilização não deve ser confundida com a desregulamentação ou precarização do trabalho, apesar, de muitas vezes, ter assumido esse caráter, numa tentativa de se utilizar deste conceito para superar certas situações de rigidez, por exemplo, quanto à jornada de trabalho, e o aumento salarial.

Com base nas influências exercidas pelas condições de globalização das atividades produtivas e da flexibilidade do trabalho, em que se dá o processo de reestruturação produtiva<sup>61</sup> passou-se a exigir um trabalhador com faceta de multifuncional e pró-ativo no discurso de se não necessitar mais de apenas um executor de tarefas.

Na perspectiva apresentada, as pessoas e, por consequência, os grupos profissionais passarão a assumir o papel de processadores de informação e interação grupal, na tentativa perspicaz do capitalismo de ocorrer um maior intercâmbio de ideias, estratégias, recursos e informações, dando assim destaque para o trabalho abstrato em detrimento do trabalho concreto, como discutiu Ricardo Antunes sobre a suposta crise na sociedade do trabalho.

Apoiada sobre a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, produtos e padrões de consumo, a flexibilidade do trabalhador, condição fundamental para a sua sobrevivência, acaba por exigir dele um contínuo qualificar/requalificar profissional. Assim, o indivíduo acaba vivendo para o trabalho.

Dessa forma, o risco da marginalização do trabalhador torna-se real e a morte profissional passa a ser endêmica. O trabalhador vive sobre a tutela do medo de estar desempregado e, por isso, abre mão dos direitos em primórdio dos benefícios, dando ao capitalista cada vez mais controle sobre seus atos dentro e fora da instituição do trabalho.

Há que se considerar, também, que no atual mundo do trabalho a questão da qualidade está sempre “[...] atrelada às necessidades momentâneas do mercado e não à

---

<sup>61</sup> Debater a questão de reestruturação produtiva como lógica engendrada pelo capital, no maniqueísmo de satisfazer suas necessidades de gerar cada vez mais lucro, ou seja, mais-valia ao capitalista em detrimento da classe trabalhadora.

apropriação de algum ofício e, mais ainda, não traz qualquer garantia de emprego para o trabalhador que tenta acompanhar tais evoluções” (GRISCI, 1999, p. 35).

Em outras palavras, o trabalhador fica sem referência sobre o que é preciso fazer para garantir o seu lugar e a lógica do poder leva às diferenças a serem justificadas como simples resultado das condições de vida de cada um. Daí se perceber o desfalecimento da instituição sindical no seio do trabalho, uma vez que cada vez mais o trabalhador está perdendo seu sentimento de pertencimento de classe.

Os movimentos pela melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores não foram considerados nas organizações capitalistas, pois o que se encontra nestas é a qualidade de vida no trabalho, ou seja, uma necessidade de atender à satisfação momentânea do trabalhador no trabalho a fim de que este corresponda à organização com maior rendimento. A qualidade de vida no trabalho reflete apenas uma melhoria das condições de trabalho não resolvendo ainda e nem se preocupando em questionar problemas da dignidade do trabalhador e a necessidade do tempo de lazer, termos que devem vislumbrar o desafio pela humanização do trabalho.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Neste trabalho foi utilizado o método analítico-descritivo construído tendo como base uma pesquisa bibliográfica por meio de leituras dirigidas em artigos acadêmicos e livros. O objetivo é considerar alguns aspectos da atual sociedade do trabalho em consonância com a existência ou não da *Qualidade de Vida no Trabalho* (QVT). Afinal, como bem se constata não existe a perspectiva de *Qualidade de Vida do Trabalho*, na qual poderia se pensar na universalização de direitos trabalhistas, menor alienação do trabalhador e do estranhamento com o trabalho.

O objeto de estudo deste artigo é a organização do trabalho de forma geral, em um universo que se presencia exclusões e uma instituição falida: o sindicato. Amparado pelo arcabouço teórico em relação à ideia de não se existir *Qualidade de Vida do Trabalho* e sim programas que buscam uma melhoria da produtividade de cada trabalhador. Vale lembrar

que tal tratamento se alça bem pela corrente marginalista<sup>62</sup> em que se vê o trabalhador a partir de uma visão individualizada.

## DISCUSSÃO

A hipótese fundamental do artigo é que as políticas da qualidade de vida no trabalho são voltadas para o aumento da produtividade nas empresas, além de gerar um impulso de satisfação no indivíduo para com o vínculo na empresa. As hipóteses secundárias que alicerçam este trabalho são:

- a) Os programas de qualidade de vida no trabalho voltados para o trabalhador nas empresas acarretam consequências no universo da consciência do ser social que trabalha, pois este se sente atrelado aos benefícios na esperança de garantir o trabalho, uma vez que se vive para trabalhar.
- b) Os programas de qualidade de vida transformam a relação do trabalhador para com o outro e a própria empresa gerando um ambiente de competitividade e a necessidade de ser sempre um projeto de ideias, ou seja, trabalhar cada vez mais com o intelecto e se distanciar da produção de valor de uso.
- c) Cada vez mais as empresas investem em programas de qualidade de vida no ambiente de trabalho em uma tentativa de sanar a satisfação e motivação apregoada por administradores, como forma única de se ter um aumento real da produtividade de cada trabalhador e com isso gerar mais-valia ao capitalista que está investindo na produção de determinada mercadoria.

As hipóteses acima levantadas compõem o corpo do artigo na trajetória de construção de não se haver qualidade de vida do trabalho e sim programas para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho com perspectiva de se alçar a produtividade. Observa-se assim uma visão individualista na concepção das atividades produtivas quando se pensa em programas de qualidade de vida no trabalho, uma vez que gera uma visão comportamental sobre cada indivíduo posteriormente alegada para o grupo colocando em

---

<sup>62</sup> O marginalismo como corrente econômica surgiu e desenvolveu-se fundamentalmente no último terço do século XIX a partir das pesquisas de diversos autores que, em maior ou menor grau, acabaram por revolucionar toda a análise econômica, rompendo com conceitos tidos como inatacáveis anteriormente. O contexto em termos de pensamento econômico na altura do início da corrente marginalista é marcado por uma divisão fundamental entre adeptos da visão clássica da economia (com base nos estudos de Adam Smith, David Ricardo, etc.) e adeptos do socialismo (cujo expoente máximo é Karl Marx). No entanto, tanto clássicos como socialistas partilhavam alguns conceitos em comum, nomeadamente a abordagem de carácter objetivo, com base em leis imutáveis, e a consideração do trabalho para a elaboração dos bens e serviços como medida do seu valor. Conceituação disponível em: < [http://www.infopedia.pt/\\$marginalismo](http://www.infopedia.pt/$marginalismo)>. Pesquisado em 22 de março de 2011.



questão apenas a questão de aumento ou queda de produtividade de cada grupo de trabalho nas empresas, destacando que atualmente o trabalho abstrato obtém um ganho de espaço na discussão sobre a sociedade do trabalho.

## **MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO PARA DESENVOLVER UM TRABALHO**

A motivação humana foi um dos temas mais pesquisados por psicólogos e cientistas sociais de modo geral; em especial, a motivação no trabalho, cujo interesse, estimulado em boa parte por empresas preocupadas com a produtividade do trabalhador com questões como absentismo e rotatividade, vem sendo mantido desde o primeiro modelo de organização do trabalho, proposto por Taylor no início do século passado.

A questão da motivação no trabalho tornou-se mais significativa a partir do desenvolvimento e da implantação da Organização Científica do Trabalho (OCT), no início do século XX, e teve em Taylor, nos Estados Unidos, e Fayol, na França, seus maiores expoentes. Seu modelo de concepção positivista, percebendo o homem de maneira segmentada e parcial, criou a figura do *Homo Economicus*, em cujo conceito o trabalho não é caracterizado como fonte de satisfação, mas como instrumento para a satisfação das necessidades de ordem econômica. Segundo Grisci (1999) o trabalho, por si só, não tem poder motivador; daí a necessidade de recompensar e/ou ameaçar o trabalhador para que ele possa ser realizado. Sendo assim, o homem como um ser social se sente como tal a partir do trabalho, no entanto, nem sempre o realiza de forma motivadora.

A visão mecanicista-cartesiana do ser humano é colocada em questão com base nos trabalhos de Elton Mayo, no final da década de 20. Fortemente influenciado por Mary Parker Follet, Mayo identificava novos fatores na relação do homem com o trabalho e constata que o trabalho também pode ser fonte de satisfação de um complexo conjunto de necessidades humanas, tais como o reconhecimento, autonomia e amizade. Desde então, diferentes teorias sobre motivação têm sido desenvolvidas para explicar esse fenômeno, em especial a partir da década de 50 (GRISCI, 1999). Portanto, a idéia de utilizar a *Qualidade de Vida no Trabalho* (QVT) como um peso a mais na motivação do trabalhador não é nova. O problema central é não pensar isso no âmbito da coletividade e apenas do indivíduo, contribuindo sobremaneira para visões particularizadas das relações de trabalho.

É possível perceber que a satisfação no trabalho está ligada à realização de objetivos individuais com as metas propostas pela empresa, um processo nem sempre consciente e voluntário. Nesse conceito está embutida a idéia de que tanto nossas cognições quanto nossas emoções e comportamentos contêm uma valoração positiva ou negativa acerca de um objeto, fato ou indivíduo.

Quando se observa os modelos que tentam mensurar a *Qualidade de Vida no Trabalho* (QVT) o enfoque dado é em condições de trabalho, saúde, reconhecimento, compensação, participação nas decisões, comunicação, imagem da empresa, relação chefe-funcionário, organização do trabalho e estabilidade. No entanto, nenhum destes modelos se preocupa com a questão da qualidade do trabalho, ou seja, de forma coletiva como se dá a questão da jornada de trabalho e a alienação do trabalhador quanto ao resultado de seu trabalho, o produto.

É interessante notar que há uma ausência em se diagnosticar a humanização do trabalho, compreendendo fatores motivadores como aqueles intrínsecos ao trabalho e carregados de subjetividade, tais como identidade da tarefa, autonomia, variedade de habilidades a serem desenvolvidas, definição de objetivos e *feedback* da produção. Segundo Grisci (1999, p. 17) “[...] para efeito de investigação, é particularmente difícil estabelecer uma metodologia que permita a mensuração de quanto mais ou menos intenso é, dentro da empresa, o grau de motivação”. Percebe-se que a questão de *Qualidade de Vida do Trabalho* (QVT) ainda não é retratada dentro das empresas, uma vez que não existe interesse de despertar no indivíduo a necessidade de se conhecer os seus reais direitos e nem a forma como poderia viver do trabalho e não para o trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale retomar algumas questões para demonstrar como se fundamenta a crítica da existência apenas de uma Qualidade de Vida no Trabalho e não para o trabalho. A primeira delas diz respeito à satisfação no trabalho, na prática, que continua a ser enfocada com simplicidade, apesar de se perceber que as pessoas encontram-se desmotivadas em seu trabalho e apenas o fazem porque precisam deste para sobreviver e garantir um rendimento no final de mês. Muito são os modismos que procuram resolver essa questão, muitas são as

siglas que os novos programas motivacionais impõem aos gestores de pessoas. Percebe-se, todavia, que as necessidades humanas somente são atingidas em sua superficialidade, em aspectos condicionáveis e vinculadas às questões de produtividade. Pouco se caminhou no sentido de incluir o trabalho no universo de pensamento do homem como sua extensão social de organização.

Nesse sucinto artigo percebem-se que o tema motivação/satisfação no trabalho ainda é o enfoque e não como se dá a organização do trabalho para que beneficie e não espolie ainda mais o indivíduo. Ou seja, o tema está longe de ser considerado anacrônico. Têm-se realidades sociais quanto à conjuntura do trabalho muito díspares que não podem sofrer com generalizações de modelos impostos. Precisa-se de pesquisas e visões críticas capazes de perceber que a nova estrutura social do trabalho vem se modificando e necessita de novas formas para ser compreendida a ponto de tornar possível o sentimento de pertencimento de classe e consciência do sujeito trabalhador.

Este artigo é apenas uma reflexão teórica e prática sobre o assunto e sugere que novas pesquisas sejam realizadas para o aprofundamento do assunto no intuito de contribuir efetivamente para uma nova forma de se visionar o universo do trabalho, em termos racionais e práticos, sendo assim uma visualizar emancipatória do homem dentro de um projeto social da vida em sociedade, mesmo na denominada condição pós-moderna como colocada por David Harvey.

## REFERÊNCIAS

1. CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.
2. DRAKE, R. & SMITH, P. J. **Comportamento humano na história**. São Paulo: McGraw Hill, 1977.
3. GRISCI, C. L. I. **Trabalho, tempo e subjetividade**. In: Revista Ciência e Profissão, ano 19, nº 1. Brasília, Conselho Federal de Psicologia.
4. IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: BCD União Editoras, 1996.



## O PAPEL DO GERENTE DE PROJETOS NAS ORGANIZAÇÕES

Thiago Luciano Dias de Moura<sup>63</sup>  
Sergio Martins de Oliveira<sup>64</sup>

**RESUMO:** A velocidade e competitividade no ambiente ao qual as organizações estão inseridas forçam-nas a investirem constantemente em novos projetos, indo da simples criação de um evento até grandes e complexos trabalhos de construção civil e desenvolvimento de produtos. Vários são os fatores que influenciam o sucesso de um projeto e, infelizmente muitas causas que há séculos eram motivo de fracasso ainda hoje continuam afetando equipes e organizações, que talvez por desconhecimento ou por pressões externas, negligenciam a correta estruturação de um projeto, criando escopos incompletos, cronogramas irrealistas, riscos que não são previstos, recursos humanos inaptos ao desenvolvimento dos trabalhos e comunicação deficiente. A importância de um profissional capacitado frente a um projeto pode determinar se sucesso ou seu cancelamento.

**Palavras-Chave:** gerente de projetos, organizações, boas práticas.

**ABSTRACT:** The speed and competitive environment in which organizations are embedded forcing them constantly invest in new projects, ranging from development. There are several factors that influence the success of a project, and, unfortunately many causes which for centuries were a source of failure still continue to affect teams and organizations, perhaps through ignorance or by outside pressures, neglect proper structuring of a project, creating incomplete scopes, unrealistic timelines, risks that are not predict, human resources development unfit to work and poor communication. The importance, of a trained professional before a project can determine your success or cancellation.

**Key Words:** good practice, organizations, project manager.

### 1. INTRODUÇÃO

Por mais que pareça que o gerenciamento de projetos seja um tema recente, visto que o termo gerente de projeto foi usado pela primeira vez, com o significado que conhecemos atualmente por Gaddis (1959), análises históricas mostram que esse conceito pode ser mais antigo do que parece.

---

<sup>63</sup> Graduando do 7º período do curso de Administração de Empresas da Faculdade Quirinópolis – FAQUI. e-mail: thiagoldm2@yahoo.com.br

<sup>64</sup> Engenheiro Agrônomo, Mestre em Produção Vegetal. Professor da Faculdade Quirinópolis – FAQUI. e-mail: sergiomartins\_63@yahoo.com.br

Ele remete-nos à Idade Antiga como parte das grandes construções, hoje tombadas como patrimônio histórico da humanidade, tais como as pirâmides do Egito, a muralha da China, o Coliseu em Roma e o Parthenon na Grécia.

Essas civilizações, embora desprovidas das modernas e boas práticas com as quais contamos hoje, de uma forma ou de outra utilizaram técnicas por nós hoje aceitas.

A primeira utilização do conceito de gerenciamento de projetos de maneira isolada ocorreu no lançamento do satélite Sputnik, pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no ápice da Guerra Fria. Ao fim da década de 50, ainda sob influência da Guerra Fria, o governo dos Estados Unidos da América (EUA) lideraram muitos projetos militares de grande porte, os quais demandavam a formulação de uma nova organização e ferramentas de planejamento e controle específicas.

Após o uso militar, as técnicas de gerenciamento de projetos, aos poucos foram sendo incorporadas pelas empresas, sendo também, essa adoção influenciada por outros fatores. De acordo com Valle et all (2010, p. 19) estes são:

- A reengenharia: método que busca eficiência e eliminação de atividades que não possuem valor agregado, tornando o organograma mais enxuto;
- A globalização: caracterizada pela crescente interdependência econômica dos países, profusão de empresas multinacionais e aumento de integração e interação entre pessoas e equipes de diversas localidades do mundo;
- A automação de processos: encurtou-se os ciclos de negócios, fazendo com que a fonte fundamental de progresso econômico passasse a se basear na inteligência e capacidade de inovação;
- A popularização dos computadores: permitiu que ferramentas de gerenciamento de projetos como o Critical Path Method – Método do Caminho Crítico (CPM) estivessem disponíveis para a maioria dos gerentes de projeto.
- A Internet: sua capacidade de comunicação e troca de documentos instantaneamente, integra um grande número de pessoas geograficamente dispersas, potencializando a administração por projetos.

## 1.2. CONCEITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE PROJETOS

A velocidade e competitividade atuais dos negócios forçam as organizações privadas a terem que se estruturar na gestão de projetos, equivalentes em complexidade aos grandes projetos militares governamentais.

Como exemplo Valle et all (2010, p. 25) cita “o desenvolvimento de um novo produto na Apple pode demandar o registro de mais de 2 mil novas patentes, e os esforços de

lançamento movimentam equipes em todo o mundo, algo que seria impensável sem uma robusta estrutura de gerenciamento de projetos”.

Todos os projetos, por mais diferentes que seja, tanto em objetivo quanto em tamanho, compartilham algumas similaridades, que segundo Valle et all (2010, p. 26) são:

- Aprendizado por meio de erros: constata-se que antigos problemas, mesmo aqueles advindos de centenas de anos ainda perduram nos projetos atuais. Por exemplo, mesmo em indústrias que já utilizam o gerenciamento de projetos há muito tempo, como no caso da Tecnologia da Informação (TI), atrasos e estouro de orçamentos continuam sendo a regra, e não a exceção. A tarefa central do gerenciamento de projetos sempre foi a combinação do trabalho de diferentes pessoas para a execução de tarefas que seriam úteis para os clientes ou as organizações.
- Singularidade dos projetos: todo projeto necessariamente gera produtos, serviços ou resultados exclusivos e singulares, como por exemplo, apartamentos, veículos, eventos, etc. Embora sejam similaridades, as várias personalizações e adequações singulariza cada projeto.
- Progressividade dos projetos: uma importante característica dos projetos é o desenvolvimento progressivo que possibilita seu desenvolvimento em etapas incrementais. Exemplo de uma elaboração progressiva é a criação de um portal de e-commerce. O desenvolvimento inicia-se com a definição das principais características do portal, servindo de base para a escolha da plataforma, tecnologia e premissas de acesso e também o público-alvo a ser alcançado. Ao fim o portal é lançado por meio de grande campanha publicitária.

Uma inquietante questão surge com o estudo histórico de projetos: se é incumbência das pessoas desempenhar de forma inteligente determinadas tarefas, uma vez que estão sendo pagas, por qual motivo as organizações não valorizam as pessoas que aprendem com erros passados, sejam eles seus ou de outras pessoas ou organizações?

Da mesma forma como os projetos se concluem ou são cancelados diariamente, muito pouco se faz no sentido de aprender com os erros que surgiram. Seja pelo medo da verdade ser encontrada, ou por sofrer a responsabilização pelo erro cometido. Seja como for, o importante é tirar o maior proveito possível das falhas de outras pessoas e utilizá-las na busca pela excelência.

### **1.3. POR QUE GERENCIAR PROJETOS?**

Como afirma Valle et all (2010, p. 55) “o gerenciamento de projetos pode ser uma profissão, um trabalho ou uma atividade, dependendo do perfil da organização”.

Partindo da premissa de que algumas atividades podem ser executadas mesmo na ausência de um gerente de projetos, verifica-se que em grande parte dos

casos a falta deste profissional pode acarretar problemas recorrentes aos projetos. A presença formal de um especialista cuja função seja direcionar o esforço global dos diversos profissionais envolvidos, os interesses e discrepâncias pessoais podem influenciar negativamente nos objetivos do projeto.

Características de um projeto bem-sucedido de acordo com Valle et all (2010, p. 57):

- Produzir todas as entregas planejadas;
- Ser completado dentro do cronograma aprovado;
- Ser executado dentro do orçamento aprovado;
- Ser entregue de acordo com todas as especificações funcionais, de performance e de qualidade;
- Alcançar todas as metas, objetivos e propósitos;
- Atingir todas as expectativas dos stakeholders<sup>65</sup>.

Erros comuns no gerenciamento de projetos segundo Valle et all (2010, p. 57):

- Não entendimento do alinhamento do projeto com a organização;
- Falta de gerenciamento das expectativas dos stakeholders em relação aos fatores de sucesso do projeto;
- Falta de um cronograma realista, onde fatores como quantidade de trabalho, dependências obrigatórias, estimativas de custos e nivelamento de recursos tenham sido previstos;
- Falta de aceitação formal do cronograma do projeto;
- Falta de recursos humanos capacitados e disponíveis para trabalhar no projeto;
- Falta de identificação preliminar de riscos para o projeto, entre outros.

## 2. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Segundo Bernstein (1997), a palavra risco deriva do italiano antigo *risicare*, que quer dizer ousar, e no sentido de incerteza, é derivada do latim *risicu* e *riscu*. Desse modo, risco deve ser entendido como um conjunto de incertezas ao ousarmos fazer algo.

Num contexto mais moderno, por volta de 1660 até os dias atuais, vários estudiosos começaram a ver nos números e nas equações matemáticas formas de “prever” o desconhecido, dentre ele talvez o mais famoso tenha sido Gauss. Os vários nomes envolvidos

---

<sup>65</sup> Stakeholders: pessoas e organizações, como clientes, patrocinadores, organizações executoras e o público, que estejam ativamente envolvidas no projeto ou cujos interesses possam ser afetados de forma positiva ou negativa pela execução ou término do projeto (PMI, 2004).



em estudos pioneiros para a época deram início ao que hoje se conhece como estudo de mercado.

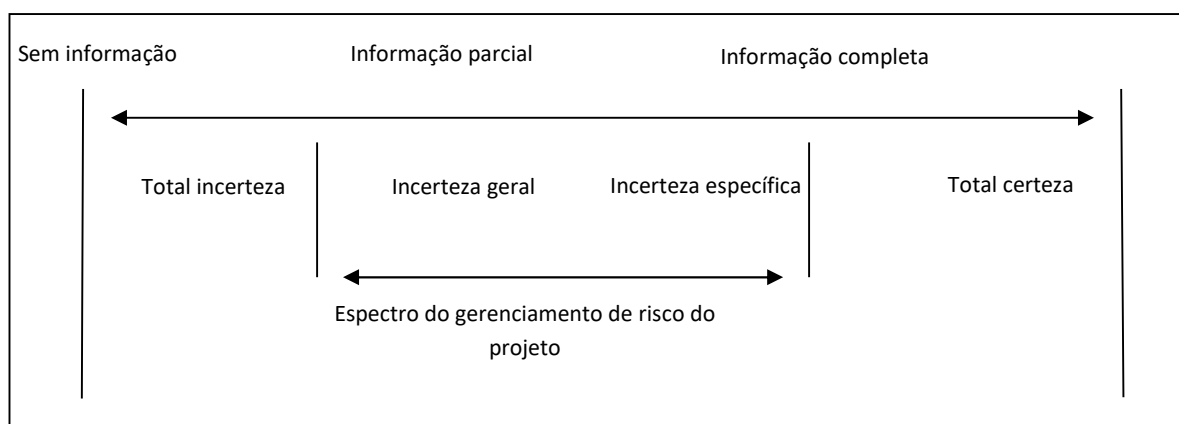
Agora suponha-se que uma moeda seja jogada ao alto. A chance dela cair com uma das faces voltadas para cima são as mesmas (50%). Sendo assim em qual você apostaria? Cara ou coroa? Desse resultado incerto surge a necessidade da tomada de decisão em um ambiente de incerteza. Segundo Salles Jr. et all (2010, p. 24) “a administração de riscos está mais desenvolvida em áreas como finanças, bancos e companhias seguradoras, mas riscos existem em toda parte”.

Cabe-se aqui uma interessante reflexão feita por Albert Einstein (1940):

Eu não me preocupo com as coisas que sei que não sei. Eu só me preocupo com as coisas que não sei que sei. Porque as coisas que sei que não sei é fácil – é só procurar, que vou saber. Porém, as coisas que não sei que sei, não tenho nem por onde começar!

Dessa maneira o espectro do gerenciamento de riscos não faz cobertura à certeza total, muito menos à incerteza total, abrange sim espectro previsível de incerteza, que dessa forma contempla o maior espectro do que pode ocorrer a um projeto.

Espectro do gerenciamento de riscos:



Fonte: Gerenciamento de Riscos em Projetos. Salles Jr. et all (2010, p. 27).  
Adaptado por Moura, Thiago Luciano Dias de.

Para Salles Jr. et all (2010, p. 27) “Gerenciar riscos envolve a tomada de decisões em ambiente incerto, complexo e dinâmico”.

O que pode dar errado em um projeto? Qualquer coisa pode dar errado em um projeto! Diz a famosa lei de Murphy, tudo aquilo que pode dar errado certamente dará errado.

O mundo vive em incertezas, tanto em relação ao mercado, à economia, instabilidades sociais que podem acarretar revoltas, etc. da mesma forma as incertezas e surpresas marcam os projetos. No geral projetos não dispõem da totalidade das informações

pertinentes ao planejamento do trabalho, pois lida com o futuro, e naturalmente o futuro é incerto.

## 2.1. DEFINIÇÕES

De acordo com o Guia PMBOK®<sup>66</sup> (2008) uma definição aplicável, pela ótica do gerenciamento de riscos em projetos feita pelo PMI<sup>67</sup> é a seguinte: “Risco é um evento ou condição incerta que, se ocorrer, provocará um efeito positivo ou negativo nos objetivos do projeto”.

Já em relação ao processo de gerenciamento de riscos, a definição do PMI é a seguinte:

Gerenciamento de riscos é o processo de identificação, análise, desenvolvimento de respostas e monitoramento dos riscos em projetos, com o objetivo de diminuir a probabilidade e o impacto de eventos negativos e de aumentar a probabilidade e o impacto de eventos positivos.

Desta forma o entendimento de que risco é uma incerteza entende-se que as consequências de tal evento não sejam necessariamente ruins, ela também pode ter impacto positivo.

## 3. GERENCIAMENTO DE PESSOAS

Este é o momento de acompanhar e gerenciar o desempenho dos membros da equipe, colocando em prática tudo o que foi definido no plano de gerenciamento de pessoas, bem como as competências, papéis e responsabilidades de um gerente de projetos.

### 3.1 O gerente de projeto (GP)

Algumas comparações do GP com outras profissões não são raras e visam ora sublimar algumas qualidades, ora evidenciar dificuldades provenientes da profissão.

Raj et al (2006) faz a comparação do GP a um maestro e a um piloto de avião. Em relação ao maestro são comparados os seguintes pontos: estratégia – composição; projeto – peça musical; gerente superior – compositor; gerente de projeto – maestro; gerente funcional – líder de cada seção instrumental; área funcional – instrumento; membro da equipe de projeto – membro da orquestra.

---

<sup>66</sup> Project Management Body of Knowledge – apresentado em português como Um guia do conjunto de conhecimentos em gerenciamento de projetos.

<sup>67</sup> Project Management Institute.

Relacionando-se ao piloto de avião as semelhanças sugeridas são: administração de expectativas; como informar o cliente; abordagem do risco (cintos afivelados, não fumar nos toaletes); responsabilidade inerente à posição (advertir os passageiros sobre as condições de voo, assegurando que as instruções de segurança sejam compreendidas), nível de competência (treinamento, experiência).

Assim um piloto ao dizer que jamais havia pilotado antes, mas que a tripulação não se preocupasse, pois já havia obtido todo o conhecimento teórico do manual de treinamento, você permaneceria a bordo? E da mesma forma se um maestro comunicasse antes de iniciar um concerto, que esquecera em casa as pautas, mas que não havia problemas pois os músicos conheciam as partes que lhes cabiam, você acha que essa peça seria bem-sucedida? Certamente você não embarcaria nesse voo e nem perderia tempo assistindo a essa peça, pois além de conhecimento na área de atuação, o que se espera de um profissional é que seja competente naquilo que se propõe a fazer.

Para Raj et all (2006, p. 37) as competências de um GP podem ser distribuídas nas seguintes áreas:

- Conhecimento: o GP deve possuir conhecimento dos aspectos técnicos da área de negócio na qual o projeto vai ser conduzido para poder entender o produto ou serviço que será entregue;
- Habilidades: elas são definidas de acordo com a organização, tamanho do projeto, complexidade das tarefas e contexto organizacional. Um GP pode não possuir todas as habilidades necessárias para conduzir um projeto, nesse caso, dependerá de outras pessoas para a execução de tarefas específicas.
- Atitudes: incluem motivação, energia, intuição e dedicação. Um GP deve demonstrar atitude correta perante todas as partes interessadas no projeto.

O Australian Institute of Project Management (CAGLE, 2005) citado por Raj et all (2006, p. 38) apresenta um resumo das principais características de acordo com as três áreas de competência anteriormente citadas: habilidades de liderança, habilidades na antecipação de problemas, flexibilidade operacional, habilidades em fazer com que as atividades se realizem, habilidades em negociar e persuadir, compreensão do ambiente dentro do qual o projeto é conduzido, habilidades em revisar, monitorar e controlar, habilidades de gestão em ambientes com mudanças constantes.

### **3.2. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

De acordo com Raj et all (2006, p. 39) “Os GP’s carregam um fardo pesado de responsabilidades, e para dar conta de todas elas, requer-se uma combinação de habilidades

administrativas, gerenciais, analíticas e interpessoais”. Analogamente é como um guarda-roupas, todas estarão lá você terá apenas que se vestir de acordo com cada situação.

<b>Papéis</b>	<b>Responsabilidades</b>
Interpessoais (líder, pessoa de referência, contato entre pessoas.	Gerenciar o projeto
	Criar planos de projetos
Comunicação (coletar, selecionar, monitorar e disseminar informações, porta-voz do projeto.	Criar vários planos de gerência do projeto;
	Medir o desempenho do projeto;
	Adotar medidas corretivas;
Decisão (alocar recursos, explorar novas oportunidades, gerir conflitos, negociar, analisar situações, estabelecer prioridades, tomar decisões coerentes e oportunas para encorajar a criatividade e o progresso da equipe.	Controlar os resultados do projeto;
	Gerenciar a equipe do projeto;
	Prover relatórios de status do projeto

Fonte: Maximiano (1988); Dismore e Silveira Neto (2004)

### 3.3. Gerenciamento de desempenho

O gerenciamento de desempenho faz a mensuração dos objetivos individuais de cada profissional envolvido no projeto, avaliando o quanto foi avançado em um determinado período.

Se o profissional obtiver acesso à sua avaliação de suas competências, e compará-las àquelas exigidas para a função que irá desempenhar, poderá utilizar de tal informação para discutir metas concomitantes às suas competências, ou mesmo discutir um plano que seja sustentável a seus desafios.

De acordo com Raj et all (2006, p. 64) “O plano de gerenciamento de pessoas identifica estratégias e planos de treinamento para o desenvolvimento da equipe do projeto”. Logo, com o decorrer do projeto, premiações, feedback, treinamentos complementares e medidas disciplinares, são itens que passam a ser acrescidos ao plano como produto das avaliações ininterruptas da performance da equipe.

## 4. GERENCIAMENTO DE AQUISIÇÕES

De acordo com o PMI (2008), o gerenciamento de aquisições do projeto inclui os processos para comprar ou adquirir os produtos, serviços ou resultados necessários de fora da equipe do projeto para realizar o trabalho.

Nesse momento dever-se-á ressaltar dois pontos acima citados: a possibilidade de contratação de resultados e a contratação de fora da equipe.

No primeiro caso, as vezes pode-se deparar com a seguinte frase: “O cliente não sabe o que quer”. Bom, certamente ele sabe que tem um problema ou uma necessidade, o que não sabe é como resolver. Essa frase pode advir do caso de que, em vez do cliente ir em busca de um resultado para o problema, ele vai ao mercado em busca de um produto, imaginando que assim obterá o resultado para seu problema. Vejamos o seguinte exemplo:

Um empresário tenta melhorar seu local de trabalho e decide instalar um climatizador. Para tal tarefa contrata a instalação de um equipamento com base em suas próprias especificações. A empresa contratada instala exatamente o que foi especificado e recebe o pagamento. Algum tempo depois o empresário verifica que o ambiente não consegue atingir a temperatura ideal. De quem é a culpa pelo resultado insatisfatório?

Agora o segundo ponto abordado por Xavier et all (2010, p. 18) “O gerenciamento de aquisições possui uma interdependência com todas as outras áreas de conhecimento do gerenciamento de projetos”. observemos agora um exemplo oferecido pelo autor e aqui adaptado: em um projeto de construção de uma termelétrica, na Estrutura Analítica do

Projeto (EAP) (escopo) estará representada a necessidade de aquisição das turbinas. Esse processo de aquisição deve ser realizado em um prazo que atenda ao cronograma (tempo) da obra e dentro do orçamento (custo) estabelecido. Será necessária a definição de critérios de seleção adequadas para diminuir a probabilidade e/ou impacto (risco) de o fornecedor não cumprir as exigências do contrato. As turbinas devem atender a critérios rígidos de especificações (qualidade), devendo o fornecedor informar periodicamente o andamento da fabricação (comunicação).

Para Huston (1996), o objetivo do gerenciamento de aquisições é obter os materiais, equipamentos e serviços externos ao projeto, de acordo com parâmetros técnicos, de desempenho, de qualidade, de prazos e de custos definidos quando da autorização do gerenciamento.

#### **4.1 RISCOS NO GERENCIAMENTO DE AQUISIÇÕES**

O Guia PMBOK® (PMI, 2008) define o gerenciamento de riscos como um processo sistemático de identificar, analisar e responder aos riscos do projeto. Xavier et all (2010, p. 146) afirma que:

Entre os prejuízos que devem ser percebidos pelo gerente do projeto no momento do planejamento das aquisições, em relação aos riscos do projeto, destacam-se o atraso que pode ocasionar na entrega do empreendimento, a substituição de um fornecedor por outro, o desembolso financeiro para o restabelecimento da situação afetada e as implicações tributárias decorrentes.

Mesmo que o contrato busque cobrir todos os pontos definindo a maneira como as partes se abduzirão de responder aos riscos decorrentes, principalmente no que diz respeito ao cliente, seria interessante admitir uma margem para negociação durante o provimento do produto/serviço acordado. E muitas vezes é mais vantajoso negociar com o fornecedor do que simplesmente aplicar as penas decorridas de quebras contratuais, pois estas podem ser nocivas ao projeto, gerando atrasos no cronograma e/ou aumento dos custos e consequentemente estouro do orçamento.

## 5. GERENCIAMENTO DA COMUNICAÇÃO

Conforme afirma Chaves et all (2010, p. 13) “A comunicação é, por excelência, um elemento de apoio fundamental para o acompanhamento de todas as outras áreas de gerenciamento, que dependem da obtenção e envio de informações aos interessados e participantes do projeto”.

Projetos são desempenhados por pessoas que se valem da comunicação para compreender como as tarefas devem ser desempenhadas, cumprindo os objetivos propostos por esses projetos. Dessa forma faz uso de instrumentos de troca e partilha que visam gerar a compreensão recíproca, fundamental ao gerenciamento de projetos.

### 5.1. Canais de comunicação

A comunicação é feita por canais e cada canal apresenta vantagens e desvantagens. Será descrito abaixo, fundamentando-se em Xavier et all (2010, p. 21) os seguintes canais: oral, escrito, eletrônico e digital.

A comunicação oral é realizada face a face, durante uma entrevista, em um telefonema ou em uma conferência. Nesse canal a interação entre as partes é grande, o feedback é imediato e são grandes as possibilidades de se expor, debater e convencer. Os inconvenientes ficam por conta da falta de registro do que foi dito, as emoções podem aflorar e frases podem ser ditas sem reflexão.

A comunicação escrita é aquela onde aparece qualquer texto impresso, tais como: documentos, livros, cartazes, folhetos. Foi escrita e revisada antes de ser publicada e pode ser armazenada para posterior consulta. Porém não há controle de quem a recebeu, como leu e interpretou, não permite feedback imediato e nem consulta em caso de dúvida de interpretação.

Já a comunicação por meios eletrônicos e digitais permite o envio/recebimento de grande volume de informações de forma rápida e precisa. E-mail, Internet e a telefonia móvel são exemplos desse canal que se vale dos computadores e das telecomunicações para se concretizar. Permite desde o envio de uma simples mensagem de texto, transferência de grande volume de dados ou uma videoconferência com imagens e debates ao vivo. No entanto demanda uma considerável infraestrutura tecnológica e suporte especializado.

## 5.2. Gerenciar as partes interessadas

O gerenciamento de um projeto relaciona-se a atingir determinadas expectativas, e para tanto deve-se entender a importância de se conseguir reconhecer, gerar e manter as expectativas das partes interessadas, convergente aos objetivos previamente determinados ao projeto. Trata-se de um ponto fundamental para a convergência do trabalho e comportamento de todos, para um único propósito.

Para Chaves et all (2010, p. 105) “Um dos problemas comuns é que, na medida em passa o tempo e outros eventos vão ocorrendo, as conversas, esquecimentos, novas ideias e tudo o mais que ocorre ao longo da execução do projeto mudam as expectativas de maneira imprevisível”.

Ao ocorrer este fato, as expectativas dos intervenientes<sup>68</sup> fogem aos requisitos documentados, e sem um gerenciamento efetivo por parte da equipe através de uma comunicação clara, o grau desses desvios será ascendente e o alinhamento do projeto será gravemente prejudicado.

Nas palavras de Chaves et all (2010, p. 107) “A natureza abomina o vácuo, e igualmente o fazem as partes interessadas. Se não lhes damos informações aprazadas e significantes, elas irão fazer suposições”. Como nem sempre todos vivem a lida diária do projeto, não conseguem distinguir os sinais de alerta de eventuais problemas e nem as perguntas pertinentes à assimilação da verdadeira situação, cabendo desta forma aos gerentes alimentá-las com dados corretos e ajudar na interpretação para que entendam efetivamente seu impacto.

## 6. GERENCIAMENTO DO ESCOPO

De acordo com Sotille et all (2007, p. 15) “A globalização, as tecnologias emergentes, a reestruturação das organizações e a busca pela eficiência na gestão empresarial, tornam o gerenciamento de projetos assunto fundamental para a continuidade e sobrevivência das organizações”.

Com data de fundação em 1969, o PMI é a principal referência mundial ao gerenciamento de projetos. Sua atribuição é criar os padrões, avançar a ciência e promover a

---

<sup>68</sup> Partes interessadas.



responsabilidade profissional no gerenciamento de projetos. Segundo estimativas do próprio PMI US\$ 10 trilhões são gastos anualmente em projetos em todo o mundo e cerca de 16,5 milhões de profissionais estão envolvidos diretamente com o gerenciamento de projetos em nível mundial.

De acordo com estudos do Standish Group (2004), apenas 29% dos projetos mundiais são bem-sucedidos em cumprir o orçamento, cronograma e qualidade planejados. Ainda tomando base nos 29%, a taxa de sucesso para os projetos que empregam as modernas práticas de gerenciamento é de 75%.

### **6.1 FUNDAMENTOS E PROCESSOS DO GERENCIAMENTO DO ESCOPO**

Gerenciar o escopo do projeto é o princípio garantidor de que o projeto inclui todo o trabalho necessário, e tão somente ele, para a conclusão com sucesso. O escopo é a base para o desenvolvimento do projeto, devendo ser conduzido de modo conciso, uma vez que quase sempre possui alto volume de capital envolvido.

Sendo assim os projetos necessitam estar alinhados ao planejamento estratégico da organização e o escopo deve se inventariar à necessidade negociativa ou outros estímulos que originaram o projeto, não cumprindo esses requisitos o projeto pode falhar.

Para Sotille et all (2007, p. 22) “Um dos aspectos de maior relevância num projeto é o tempo dedicado ao planejamento do mesmo e, em particular, à caracterização do escopo”.

Nesse momento atividades possivelmente irrelevantes são desprezadas, é onde busca-se garantir a integração de todos os envolvidos e que todos estejam cientes do que é preciso para que o projeto obtenha êxito, e que tempo nem dinheiro sejam desperdiçados.

Grande parte das falhas nos projetos, como anteriormente citado, deve-se a problemas decorrentes da falta de planejamento e controle do escopo. Um escopo mal planejado e detalhado gera retardamentos no cronograma, perdas de orçamento, falta de recursos humanos, mudanças de requisitos, qualidade duvidosa, produtos incondizentes com as expectativas do cliente e até mesmo aborto do projeto. Quanto maior for a complexidade de um projeto, maior também será o nível de risco ou incerteza na definição do escopo do trabalho.

### **7. GERENCIAMENTO DO TEMPO**

Muito se tem investido em processos, ferramentas e treinamentos, focando um aumento da maturidade do gerenciamento de projetos. Para Barcaui et all (2010, p.15) “ainda

é possível observar uma série de problemas ligados a essa prática. Muitos deles estão relacionados a uma das variáveis mais imponderáveis e implacáveis de todas: o tempo”.

Como dito anteriormente, os projetos atrasam, sendo essa afirmação, infelizmente uma verdade concisa. Todo atraso gera um custo e neste caso fica de certa forma difícil mensurar esse custo, mas a insatisfação das partes interessadas é explícita e os transtornos também.

No ambiente altamente competitivo no qual se vive o preço de não se cumprir um cronograma, (deixando de lado os custos financeiros que são óbvios), pode ser a perda de uma oportunidade ou até de um determinado mercado.

De acordo com Barcaui et all (2010, p. 16) “Muitas empresas começam a investir em sofisticadas ferramentas de software para controle de cronograma e se dizem preparadas para gerenciar projetos”.

De modo algum estão erradas em investir neste tipo de ferramenta, que tornam-se cada vez mais poderosas e abrangem praticamente todo o portfólio do projeto, mas por mais avançadas que sejam, não trabalham sozinhas, se não houver recursos humanos capacitados para o gerenciamento e conseqüentemente seu uso, de nada adiantarão, nas palavras de Barcaui et all (2010, p. 16) “Seria o equivalente a dizer que nos tornamos escritores somente pelo fato de sabermos usar um editor de textos”.

Mesmo o tempo sendo uma das variáveis mais incondicionais, muitos gerentes simplesmente geram cronogramas diretamente em seu software favorito, sem sequer esboçar corretamente o desenho das entregas a serem realizadas.

## **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A importância do gerente de projetos, seja ele integrante da organização, seja apenas contratado para um projeto esporádico, é vital para o bom desenvolvimento das atividades a serem desempenhadas pela equipe do projeto.

Ele é a pessoa capacitada a integrar e convergir os esforços dos vários profissionais ali envolvidos, e se, em um empreendimento todos não falarem a mesma língua e os interesses forem divergentes, o projeto estará fadado ao fracasso.

**9. BIBLIOGRAFIA**

1. BARCAUI, André B.; et all. **Gerenciamento do tempo em projetos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
2. SOTILLE, Mauro Afonso; et all. **Gerenciamento do escopo em projetos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
3. CHAVES, Lúcio Edi; et all. **Gerenciamento da comunicação em projetos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
4. XAVIER, Carlos Magno da Silva; et all. **Gerenciamento de aquisições em projetos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
5. RAJ, Paulo Pavarini; et all. **Gerenciamento de pessoas em projetos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
6. SALLES JR, Carlos Alberto Corrêa; et all. **Gerenciamento de riscos em projetos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
7. VALLE, André Bittencourt do; et all. **Fundamentos do gerenciamento de projetos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

## IMPACTOS DA ELETRIFICAÇÃO RURAL NAS PROPRIEDADES ATENDIDAS PELA COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL VALE DO ARAÇÁ – CERAÇÁ

Kennedy de Araújo Barbosa<sup>69</sup>

**RESUMO:** A eletrificação rural tem sido um importante instrumento de defesa dos pequenos e médios produtores que fazem parte da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento Rural Vale do Araçá (CERAÇÁ), tanto que a energia elétrica vem proporcionando renda e promoção social ao associado e sua família à medida que auxilia nos processos de produção das propriedades rurais, possibilitando melhoria na produtividade através do acesso aos equipamentos eletrorrurais como: ordenhadeiras, resfriadores de leite e cercas elétricas, além de proporcionar iluminação domiciliar e conforto quando da aquisição de eletrodomésticos. O objetivo deste estudo foi analisar o uso da energia elétrica de 50 associados da cooperativa CERAÇÁ no intuito de demonstrar que a eletrificação rural auxilia na otimização e na maximização dos lucros levando à obtenção de melhor produtividade e qualidade de vida. A metodologia utilizada fundamentou-se na pesquisa qualitativa-exploratória, e nos dados coletados através de entrevista estruturada aplicada. Os resultados mostram que a energia elétrica presente nas 50 propriedades visitadas contribui para o incremento do meio rural através do acesso aos eletrorrurais e aos eletrodomésticos, melhorando os processos produtivos que agregam valor ao produto, com a utilização de resfriadores, ordenhadeiras mecânicas e bombeamento de água. Portanto, se apresenta como um importante vetor para o homem do campo, melhorando sua condição de vida através do uso domiciliar ou como insumo ao processo produtivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** cooperativismo; propriedade rural, energia elétrica, qualidade de vida.

**ABSTRACT:** The cooperativism has been an important instrument of defense of the small and middle farmers who do part of the area of range of the CERAÇÁ – Cooperative of Electrification and Rural Development Cost of the Araçá, so much that the cooperative is providing income and social promotion both of the associate and of his family. Face to the exposed this study was aimed to determine the behavior of the use of the electric energy of the associates in the intention of demonstrating that the rural electrification helps in the improvement and in the maximization of the profits leading to getting better productivity and quality of life. The used methodology was based on the study of case with emphasis on the qualitative inquiry - exploratory. The data were collected through structured interview applied to fifty associates. The results show that the electric energy present in 50 visited properties contributes to the growth of the rural way through the access to the eletro-rurals

---

<sup>69</sup>Mestre em Produção e Gestão Agroindustrial pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP). E-mail: kennedy@skonline.com.br

and to the household appliances, improving the productive processes that collect value to the product, with the use of refrigerators, mechanics milkers and pumpment of water. So, it presents itself an important vector for the man of the field, improving his condition of life through the home use or like input to the productive process.

**KEY-WORDS:** cooperativism; rural property, electric energy, quality of life.

## INTRODUÇÃO

O cooperativismo tem sido no mundo inteiro um importante instrumento de defesa dos trabalhadores, dos agricultores, que muitas vezes, individualmente não conseguem ter melhores condições de ganho ou de trabalho, e assim buscam na filosofia da cooperação a defesa de seus interesses comuns de forma coletiva.

A sociedade como um todo se beneficia do trabalho das cooperativas. Seja no campo ou na cidade, onde há uma cooperativa, normalmente há emprego, renda, recolhimento de tributos, promoção social do associado, sua família e até mesmo dos membros da comunidade e especialmente garantia de bons serviços de fornecimento de insumos, crédito, assistência técnica e comercialização da safra (KOSLOVISK, 2003).

Segundo a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB, 2006) a força e a importância do cooperativismo para o desenvolvimento econômico e a inclusão social da população brasileira pode ser atestada pelo número de associados de pelo menos seis milhões, gerando aproximadamente 200 mil empregos diretos, faturamento da ordem de R\$ 100 bilhões, exportações de US\$ 2 bilhões de dólares e 40% da produção agrícola, além de cuidar da saúde de 20 milhões de brasileiros.

São muitos os ramos em que atuam as sociedades cooperativas, basta verificar o importante trabalho realizado pelas cooperativas de eletrificação rural na energização do meio rural, das cooperativas educacionais no oferecimento de educação de qualidade a milhares de pessoas, as cooperativas habitacionais, as de consumo, de produção, entre outras.

O processo de modernização da agricultura foi rápido, porém na região Sul levou a uma aceleração do crescimento do uso de insumos, especialmente energéticos. A maior produção agropecuária, decorrente desse processo, possibilitou a elevação do nível de renda e uma tendência de se mudar os hábitos de consumo, inclusive na utilização da energia elétrica. Como destaca Barros (1988), a eletricidade no campo promove o desenvolvimento,

pois possibilita melhoria na produtividade e desse modo a condição da economia agrícola, permitindo a fixação do homem no campo.

No Brasil uma significativa parcela da população ainda vive no meio rural, sendo um importante elo no fortalecimento da economia. A produção agropecuária representa, basicamente, uma das principais fontes de divisas para o País, sendo inserida no contexto econômico nacional, atuando como força de equilíbrio diante dos compromissos financeiros do governo, atestando assim, o importante papel que o setor agropecuário desempenha no âmbito nacional.

Os autores responsáveis por esse quadro são os produtores rurais que mais do que nunca, devido aos recentes processos de globalização, devem ser encarados dentro de uma filosofia que promova sua humanização, sua socialização e seu desenvolvimento.

A energia elétrica se apresenta como uma fonte aliada ao homem do campo melhorando sua qualidade de vida através do uso produtivo da energia elétrica na propriedade rural, agregando ao processo produtivo, melhores índices de produtividade e qualidade em seus produtos. Todavia, Ribeiro (1997) questiona o impacto da energia elétrica no desenvolvimento rural e no seu crescimento econômico. Segundo o autor, ainda não foi comprovada correlação entre eletrificação rural e crescimento econômico. É certo que a eletrificação rural cria demanda para aparelhos elétricos, beneficiando a economia urbana. É um incentivo para a entrada de novos recursos. Porém, somente quando há conjunção de vários outros fatores, principalmente, investimentos em infra-estrutura de produção, comercialização e transporte, são percebidos crescimento econômico. O autor pondera que fica impossível comprovar cientificamente se é a eletrificação rural que traz os outros benefícios, ou, se são os outros benefícios – isto é, o próprio desenvolvimento rural – que trazem a eletrificação.

O uso da energia elétrica pode melhorar o valor da produção agropecuária pela modernização de processos produtivos que agregam valor ao produto, como utilização de desintegradores, resfriadores, ordenhadeiras mecânicas, bombeamento de água, entre outros. Contudo, a intensificação do uso da energia elétrica no campo depende de investimentos, tanto do produtor quanto das fornecedoras da energia elétrica.

O agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, tendo fundamental importância para o crescimento do país, caracterizando-se práticas modernas e enorme potencial. A abertura dos mercados acena para tal possibilidade do Brasil tornar-se o

maior fornecedor mundial de alimentos (CALDAS, 1998), mas para que isso aconteça, se faz necessário levar energia elétrica ao campo.

Neste contexto, as cooperativas de eletrificação rural, através do fornecimento de energia elétrica, se apresentam como uma importante ferramenta para o homem do campo, melhorando sua qualidade de vida através do uso domiciliar ou como insumo ao processo produtivo. Despontando, o cooperativismo, como uma alternativa que, enfrenta barreiras naturais a seu pleno desenvolvimento, sobrevivendo como anseio de justiça entre o desenvolvimento econômico e social.

O objetivo deste estudo foi analisar o uso da energia elétrica de 50 associados da cooperativa CERAÇÁ no intuito de demonstrar que a eletrificação rural auxilia na otimização e na maximização dos lucros levando à obtenção de melhor produtividade e qualidade de vida.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Esta pesquisa tratou-se de um estudo exploratório, aplicado junto aos associados da CERAÇÁ sendo realizada no período compreendido entre junho a outubro de 2006. A coleta de dados foi efetuada a partir de entrevista com 50 famílias escolhidas de forma aleatória, que vivem na região e que foram beneficiadas pelo projeto de eletrificação rural. As propriedades foram selecionadas pelo consumo energético.

A sede da Cooperativa está localizada no município de Saudades, região Sul do Brasil, micro-região Oeste de Santa Catarina com latitude 26°55'27", longitude 53°00'11" e altitude 280 metros acima do nível do mar. Integram a sua área de atuação 13 municípios, sendo: Saudades, Pinhalzinho, Nova Erechim, Modelo, Serra Alta, Sul Brasil, Maravilha, Cunha Porã, São Carlos, Bom Jesus do Oeste, Tigrinhos, Cunhataí e São Miguel da Boa Vista.

O estudo exploratório aconselha a multiplicidade de recursos, pois abrange a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do tema em estudo (TRIVIÑOS, 1987). Devido a isso, o estudo se desenvolveu numa interação dinâmica, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, entrevista estruturada com aplicação de questionário e observação não participante.

Portanto, limitou-se ao estudo em profundidade da realidade das 50 famílias catarinenses no período histórico de 2006.

Segundo Gil (1999), “pode-se definir método como o caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Partindo desse princípio, a realização do estudo se justifica pelo fato de ser uma pesquisa social que exige uma análise baseada em dados bem definidos, para aumentar o conhecimento do pesquisador acerca do fenômeno investigado.

Para Richardson (1999) a abordagem qualitativa de um problema justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para atender a natureza de um fenômeno social.

Quanto ao método exploratório, Gil (1999) destaca que sua finalidade é desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores, e acrescenta que seu objetivo é proporcionar uma visão geral acerca do assunto.

Para a coleta de dados utilizou-se um formulário em forma de questionário estruturado (apêndice), elaborado com perguntas fechadas, destinado a obter respostas mais precisas, sendo padronizado, de fácil aplicação, tornando-se mais ágil a classificação e análise, visando identificar com maior precisão a situação-problema.

Segundo Fachin (2003), questionário consiste num elenco de questões que são apreciadas e submetidas a certo número de pessoas com o intuito de se obter respostas para a coleta de informações.

Para Gil (1999), questionário é definido como “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas”, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas.

Além disso, para buscar as referências necessárias para o desenvolvimento deste estudo, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, pois segundo Gil (1999), sua vantagem principal reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.

Partindo-se das concepções de Gil (1999), “a análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação”.

A análise dos dados obtidos fundamentou-se na pesquisa qualitativa para subsidiar a interpretação sem comprometer a pesquisa. E, a avaliação das informações qualitativas foi efetuada por meio de indicadores considerados fundamentais para identificar as condições



de vida do rurícola. Estes indicadores seguiram três eixos temáticos compostos por subitens, sendo:

- a) Caracterização da propriedade: tamanho, economia básica da propriedade: utilização da terra (lavoura, pastagem e outros) e suprimento de água (bombeamento, poço artesiano, natural);
- b) Perfil dos produtores: família do produtor, escolaridade, motivo de migração dos filhos;
- c) Utilização da energia elétrica: equipamentos elétricos e benfeitorias, média de consumo e número de eletrodomésticos e eletrorrurais.

A coleta das informações dos dados que compõem os três eixos temáticos e seus subitens teve por objetivo gerar subsídios que levaram à construção de um quadro de referências que sustentaram as análises do estudo.

Gil (1999) ressalta que não existem normas que indiquem os procedimentos a serem adotados no processo de interpretação de dados. O que existe, na literatura especializada, são recomendações acerca dos cuidados que devem tomar os pesquisadores para que a interpretação não comprometa a pesquisa.

De posse desses procedimentos metodológicos foi possível avaliar os impactos decorrentes da eletrificação rural, bem como, analisar o uso da energia elétrica de 50 associados da CERAÇÁ.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após os levantamentos efetuados na pesquisa de campo foi possível traçar o perfil dos produtores e determinar o uso da energia elétrica pelos associados da cooperativa CERAÇÁ.

Seguindo os eixos temáticos apresentados na metodologia desse estudo vale ressaltar que em primeiro lugar procurou-se obter informações sobre a propriedade dos produtores; em segundo sobre sua família, no intuito de traçar seu perfil. Em terceiro lugar, procurou-se obter informações sobre a relação entre o produtor rural e os principais meios de utilização de energia elétrica, objetivando analisar o uso da energia elétrica pelos associados da Cooperativa.

Procurando caracterizar a propriedade rural dos associados que fazem parte da cooperativa CERAÇÁ, a coleta de dados foi efetuada por meio dos indicadores de tamanho e economia básica da propriedade: utilização da terra (lavoura, pastagem e outros), suprimento de água (bombeamento, poço artesiano, natural), possibilitou identificar que:

1) No subitem Tamanho da Propriedade, a área média constatada nas propriedades rurais pesquisadas foi de 12 hectares. A tabela 1 mostra que dentro da área de atuação da cooperativa CERAÇÁ existem 12.413 imóveis rurais, totalizando uma área de 141.358 hectares. O município de Saudades, local onde se realizou a pesquisa, possui 1.664 imóveis rurais, totalizando uma área de 20.473,3 ha. Deste total, 04 são propriedades média, 316 são pequenas e 1.332 são minifúndios, ou seja, possuem uma área de 12 ha.

**TABELA 1 - NÚMERO DE IMÓVEL, ÁREA TOTAL E TAMANHO DA PROPRIEDADE RURAL SEGUNDO A CATEGORIA DE IMÓVEL RURAL DOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA CERAÇÁ, REGIÃO OESTE CATARINENSE, 2006.**

Município	TOTAL		Grande Propriedade		Média Propriedade		Pequena Propriedade		Minifúndio	
	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)	Imóveis	Área (ha)
Nova Erechim	495	6.323,7	0	0	1	259,7	112	2.677,0	381	3.387,0
Pinhalzinho	1.009	13.638,8	0	0	1	111,9	184	5.180,1	902	8.332,8
São Carlos	1.639	17.658,7	0	0	0	0	212	543,9	1.404	12.181,2
Serra Alta	912	10.651,2	0	0	1	198,5	169	3.964,7	741	6.480,2
Sul Brasil	855	10.405,5	0	0	4	357,1	185	4.415,8	643	5.619,3
Cunha Porá	1.792	22.020,7	1	353,8	7	857,1	324	8.602,7	1.455	12.207,1
Cunhataí	279	3.079,0	0	0	0	0	37	845,5	241	2.233,5
Maravilha	1.865	17.337,8	0	0	1	151,7	183	4.417,3	1.668	12.767,4
Modelo	791	9.771,6	0	0	1	96,1	171	4.218,6	610	5.455,4
<b>Saudades</b>	<b>1.664</b>	<b>20.473,3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>363,3</b>	<b>316</b>	<b>7.540,3</b>	<b>1.332</b>	<b>12.564,9</b>
Tigrinhos	539	4.876,6	1	310,6	2	456,9	34	725,5	489	3.382,6
Bom Jesus do Oeste	573	5.121,1	0	0	0	0	45	1.041,8	522	4.079,3
São Miguel da B. Vista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	12.413	141.358	2	664,4	22	2852,3	1972	44.173,2	10.388	88.690,7

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-96.

\* Local da entrevista.

Segundo a estrutura agrária existente no estado de Santa Catarina, ou seja, conforme a distribuição dos estabelecimentos agropecuários existentes no Estado, há uma concentração de propriedades com menos de 100 hectares, em especial na mesorregião Oeste catarinense, que apresenta cerca de 86.000 estabelecimentos para a referida dimensão, isto é, entre 10 ha e menos de 100 ha (Figura 1). A região Oeste catarinense é onde se encontram as propriedades pesquisadas.

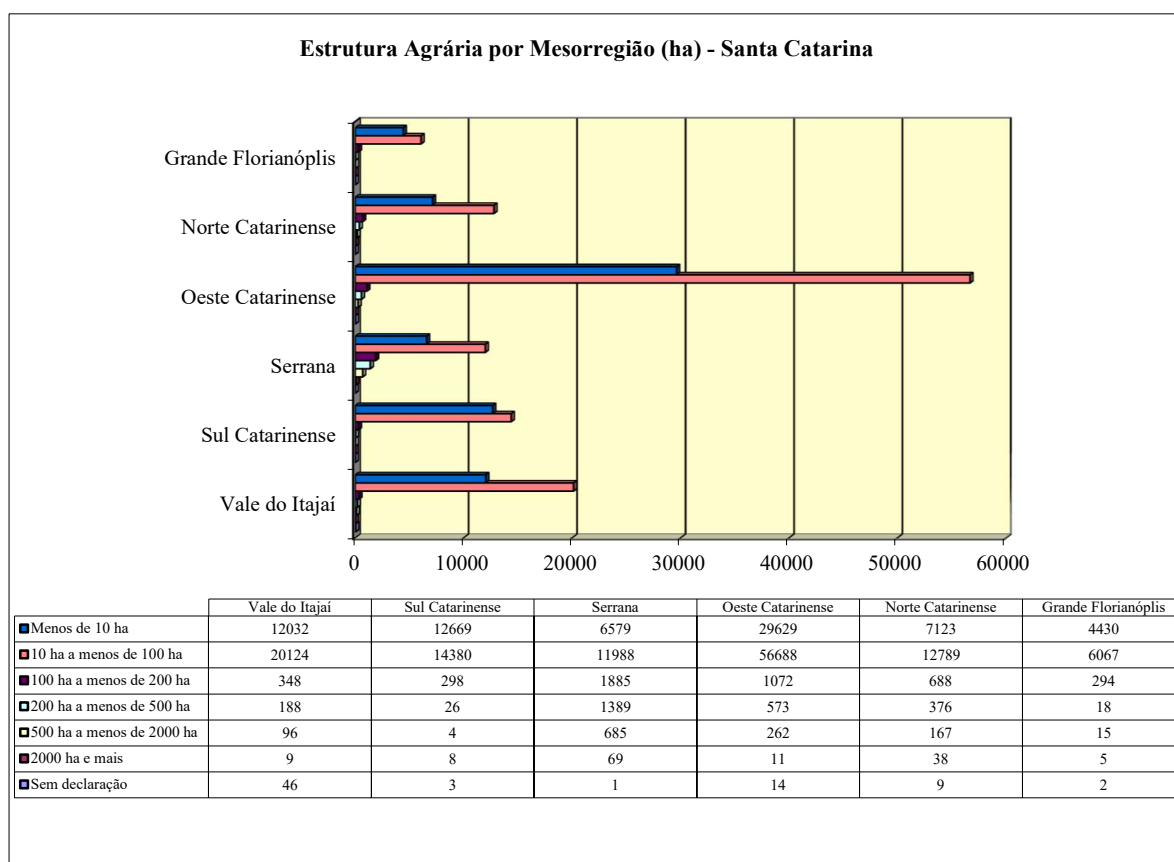
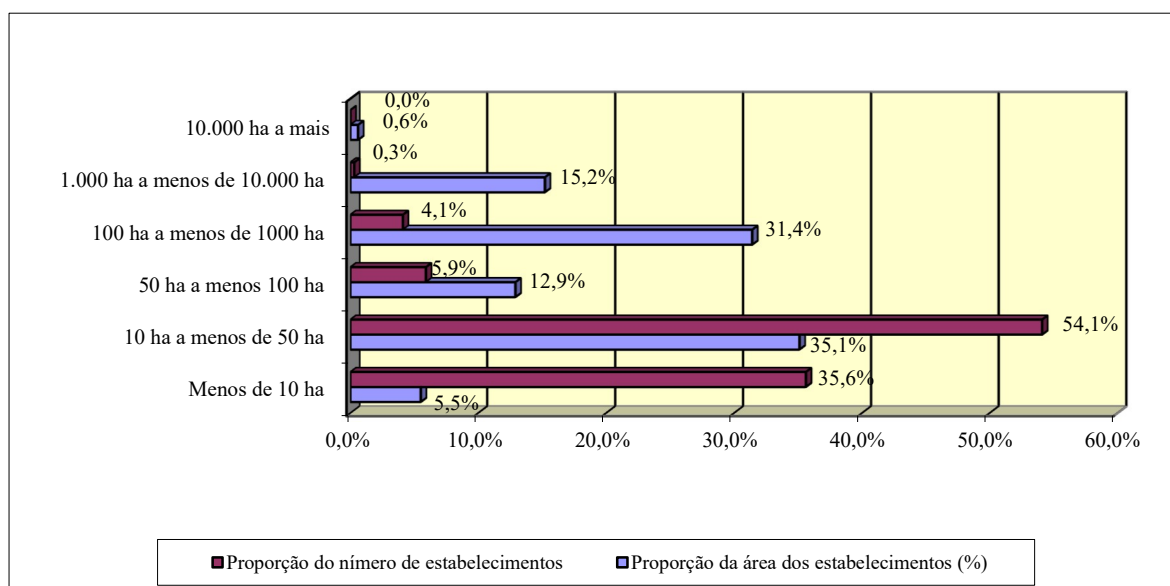


Figura 1 – Estrutura agrária por mesorregião-SC.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-96.

Complementando, os dados sobre a estrutura agrária, nota-se também, no Estado, uma forte participação do número de estabelecimentos agropecuários com dimensão menor que 10 hectares (35,6%) e de 10 ha a menos de 50 ha (54,1%). Por outro lado, é observado que estes possuem 40,6% da área dos estabelecimentos agropecuários. Mais ainda, os estabelecimentos com área de 100 ha a menos de 1.000 ha ocupam 31,4% da área total dos estabelecimentos, tendo uma participação de apenas 4,1% do número de estabelecimentos (Figura 2).



**FIGURA 2 - ESTRUTURA AGRÁRIA (%) - PROPORÇÃO DO NÚMERO E DA ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA.**

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1995-96.

2) No subitem Economia Básica da Propriedade foram pesquisados dois indicadores: 1) utilização da terra (lavoura, pastagem e outros) e, 2) suprimento de água (bombeamento, poço artesiano, natural).

Constatou-se que dentre as principais lavouras (permanentes e temporárias) destacam-se a produção de milho, feijão, trigo e fumo nas propriedades pesquisadas. E, quanto a pastagens, constatou-se a criação de aves através da implantação de aviários, a criação de suínos e criação de bovinos de leite. A utilização da terra se dá nas seguintes proporções: 44,48% são destinados à lavoura, 49% à pastagem e 6,52% a outras finalidades, sobre outras modalidades de sustento, nenhum dado foi coletado.

Em relação ao suprimento de água constatou-se que a maioria das 50 propriedades pesquisadas se beneficia do abastecimento de água de forma regular ao longo do ano por utilizar água natural com auxílio de bombeamento, ou seja, 32 propriedades possuem bomba elétrica para levar água até suas residências. As demais, 18 propriedades, possuem poços semi-artesianos.

Com relação ao consumo de água fornecida pelos sistemas de bombeamento, segundo o que foi observado quando da aplicação do questionário, que este tem um comportamento aleatório que depende de uma série de fatores de caráter psicossocial e sociocultural. A utilização de água "encanada" é sinônimo de melhoria nas condições de vida dos associados, visto que facilita as atividades domésticas e rurais.

Na segunda categoria de análise, procurou-se traçar o perfil dos 50 associados da CERAÇÁ, através da coleta de dados efetuada por meio dos seguintes indicadores: família do produtor,

escolaridade, motivo de migração e consumo de eletrodomésticos, possibilitou identificar que:

3) No subitem sobre a Família do Produtor, constatou-se que das 50 famílias pesquisadas, 176 pessoas são adultas, 76 são adolescentes e 57 são crianças. A maioria dos domicílios dos associados da CERAÇÁ é habitada em média por três pessoas, em geral, composta por marido, esposa e filhos, sendo que 60% das famílias possuem entre dois e quatro filhos morando na mesma residência.

4) No subitem Escolaridade, abordou-se tanto o nível de educação dos pais quanto dos filhos dos associados da CERAÇÁ, e constatou-se que 74% dos pais possuem o ensino fundamental variando entre a primeira e a quarta séries (1ª a 4ª série), 12 % possuem entre a quinta e a oitava séries (5ª a 8ª) e 14 % possuem o ensino médio.

Em relação ao grau de instrução dos filhos dos produtores, foi possível verificar que das 57 crianças, 43 possuem apenas as séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 4ª série), 14 possuem da 5ª a 8ª séries e dos 76 adolescentes, 62 possuem o ensino médio, conforme Tabela 2.

**tabela 2 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS RURAIS EM GRAU DE ESCOLARIDADE DOS ASSOCIADOS DA ceraçá, REGIÃO OESTE CATARINENSE, 2006.**

<b>Escolaridade</b>	<b>Pais %</b>	<b>Filhos</b>
Ensino fundamental (1ª a 4ª)	74	43
Ensino fundamental (5ª a 8ª)	12	14
Ensino médio	14	62

A Tabela 3 retrata que a escolaridade da maioria dos 2.060 produtores rurais domiciliados em Saudades, município sede da Cooperativa, entre pais e filhos é assim distribuída: 48 tem menos de 1 ano de instrução, 1.357 estudaram entre 1 e 4 anos, 436 entre 5 e 8 anos, 159 entre 9 e 11 anos e, 60 produtores estudaram entre 12 e 16 anos, o correspondente ao ensino superior incompleto.

Os dados mostram que apenas 2,33% dos produtores possuem um quadro de baixo nível de instrução, e que 97,67% dos associados entre crianças, adolescentes e adultos, possuem um bom nível de escolaridade.

**TABELA 3 - ESCOLARIDADE DOS PRODUTORES RURAIS ASSOCIADOS DA CERAÇÁ, REGIÃO OESTE CATARINENSE, 2006.**

Município	Sem instrução ou menos de 01 ano	1 a 4 Anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 a 16 anos
Cunha Porá	160	1.867	567	303	75
Cunhataí	07	347	91	14	04
Maravilha	330	2.728	1.298	719	287
Modelo	76	623	208	119	40
Nova Erechim	64	504	230	103	19
Pinhalzinho	250	1.699	835	454	175
São Carlos	130	1.482	587	309	90
<b>Saudades</b>	<b>48</b>	<b>1.357</b>	<b>436</b>	<b>159</b>	<b>60</b>
Serra Alta	45	561	135	61	27
Sul Brasil	80	514	132	42	08
Tigrinhos	51	346	81	12	06
Bom J. do Oeste	22	441	79	23	05
São M. da Boa Vista	27	328	73	36	06
<b>TOTAL</b>	<b>1.290</b>	<b>12.797</b>	<b>4.752</b>	<b>2.354</b>	<b>802</b>

Fonte: IBGE, 2006.

5) No subitem Motivos da Migração, cabe ressaltar que mais de uma resposta foi atribuída pelos associados. Dentre os principais motivos da migração dos filhos dos 50 associados entrevistados, constatou-se que: 37 apontaram que a baixa rentabilidade da atividade agrícola foi o motivo principal de migração de seus filhos para a cidade, 23 apontaram a busca pela melhoria da qualidade de vida na cidade, 08 apontaram a busca de maior renda em outra atividade, e apenas 01 apontou que o filho foi em busca de trabalho mais leve. A descapitalização da propriedade foi apontada por 02 produtores como motivo de seus filhos migrarem para a cidade e, 10 apontaram a facilidade de deslocamento para estudar, 08 apontaram que seus filhos se casaram e foram morar na cidade, e apenas 02 apontaram que a terra foi insuficiente ou imprópria para o sustento de todos. A migração também se deu devido a problemas de saúde e por não gostar da atividade agrícola, sendo apontados por 01 associado, conforme Tabela 4.

**TABELA 4 - PRINCIPAIS MOTIVOS DA MIGRAÇÃO DOS FILHOS DOS PRODUTORES RURAIS ASSOCIADOS DA CERAÇÁ, REGIÃO OESTE CATARINENSE, 2006.**

<b>Associados da CERAÇÁ</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Motivos de Migração dos Filhos</b>
	37	Baixa rentabilidade da atividade agropecuária
	23	Busca de melhor qualidade de vida na cidade
	08	Busca de melhor renda em outra atividade
	00	Busca de trabalho com horário determinado
	01	Busca de trabalho mais leve
	01	Descapitalização da propriedade
	10	Facilidade de deslocamento para estudar
	08	Matrimônio
	01	Não gosta da atividade agrícola
	01	Problemas de saúde
	02	Terra insuficiente/imprópria para a agricultura
	02	Outros motivos

Como complemento desta análise, vale destacar que a motivação para residir fora da propriedade também foi ressaltada no relatório elaborado em 2002 pelo Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (CEPEL), com base nas informações do Censo Agropecuário do IBGE (1995-96). Os dados deste relatório mostram que 51% dos homens e 27% das mulheres residem fora da propriedade por falta de emprego no campo. Além do mais, 22% dos homens e 41% das mulheres apontaram que procuram outras regiões por motivo de casamento.

6) No subitem Consumo e Número de Eletrodomésticos, foi possível constatar diferenças no nível de conforto entre as propriedades visitadas, visto que a maioria das famílias possui um mínimo de bem-estar em suas residências, pois possuem ferro de passar roupa, fogão, geladeira, televisão, rádio e telefone. Estes eletrodomésticos são reflexos dos benefícios que a energia elétrica possibilita aos moradores do campo, uma vez que além de facilitar o trabalho doméstico e proporcionar conforto ao cidadão, gera saúde, dignidade, auto-estima e melhoria das condições de vida dos associados.

Na Tabela 5, em linhas gerais, nas propriedades dos 50 associados da CERAÇÁ observa-se uma modesta quantidade de eletrodomésticos em relação à faixa de consumo, totalizando para cada faixa os seguintes dados: de 0 a 100 Kwh, verifica-se um total de 52

eletrodomésticos, de 100 a 500 Kwh, verifica-se a presença de 76 eletrodomésticos, e de 74 eletrodomésticos na faixa correspondente de 500 a 1.000 Kwh, entre 1.000 e 2000 Kwh, verifica-se a presença de 87 eletrodomésticos e acima de 2.000 Kwh, a presença de apenas 76, para uma faixa considerada mais elevada.

**TABELA 5 - RELAÇÃO DE CONSUMO E NÚMERO DE ELETRODOMÉSTICOS NAS PROPRIEDADES DOS ASSOCIADOS DA CERAÇÁ, REGIÃO OESTE CATARINENSE, 2006.**

<b>Consumo (Kwh)</b>	<b>Eletrodomésticos (Quantidade)</b>
0 a 100	52
100 a 500	76
500 a 1.000	74
1.000 a 2.000	87
Acima 2.000	76

No geral, a existência de eletrodomésticos tem relação direta com a procura da liberdade na realização das atividades diárias. Isto porque, de acordo com o atual modo de vida, a partir de um certo estágio de desenvolvimento o tempo disponível para o lazer e o ócio é muito valorizado.

A aquisição desses equipamentos possibilita que os associados também possam aproveitar o tempo poupado no trabalho doméstico. Sendo assim, na verdade, estes aparelhos terminam adquirindo o caráter de bens facilitadores da vida diária.

A energia elétrica manifesta-se diretamente na necessidade que os associados têm em adquirir determinado aparelho para fins de proporcionar comodidade e aconchego, como é o caso de ventiladores, geladeiras, freezers e máquina de lavar.

Estas constatações podem ser verificadas na tabela 6. Constatou-se que das 50 propriedades, 49 possuem chuveiro elétrico, ou seja, o chuveiro elétrico está presente em 98% das residências, mostrando que este item é um dos responsáveis pela melhoria das condições de vida destas famílias, pois faz parte do conforto proporcionado pela energia elétrica.

Somente 14% das propriedades dos associados da CERAÇÁ contam com o auxílio do computador como meio de informação e/ou educação, ou seja, existem apenas 07 computadores num total de 50 propriedades. Isto equivale dizer que mesmo com a inserção



da energia elétrica, a aquisição de equipamentos tecnológicos é uma questão de cultura e renda, pois a pouca presença deste item não apresenta influências significativas na gestão do agronegócio e principalmente no processo de ensino dos filhos dos associados.

Do total das residências visitadas (50 propriedades), constatou-se que 86% delas possuem ferro de passar roupa, ou seja, em pelo menos 43 propriedades há ferros elétricos. Este eletrodoméstico é o mais utilizado, sendo que está presente em 50% das residências que consomem entre 0 e 100 kWh, e que acima desta faixa de consumo sua presença apresenta um índice de 100%.

A diversidade na aquisição de eletrodomésticos como: forno elétrico, geladeira, máquina de lavar, televisão, ventilador entre outros, é uma prova de que a energia elétrica no meio rural além de proporcionar conforto também facilita as atividades domésticas. Estes itens estão presentes na maioria das propriedades pesquisadas, e em determinado item a presença chega a 20% nas residências.

O forno elétrico também faz parte dos eletrodomésticos mais utilizados pelos associados. Constatou-se que 30% das famílias pesquisadas que apresentam um consumo de 0 a 100 kWh possuem forno elétrico. E, que esse percentual aumenta entre aqueles com consumo de 100 a 1.000 kWh, chegando a 50%. Associados com consumo acima de 1.000 kWh e acima de 2.000 kWh totalizam 80%.

A presença de freezers e geladeiras também é visível nas propriedades pesquisadas. Existem 57 freezers, o que equivale dizer que 32% das propriedades que consomem entre 1.000 e 2.000 utilizam este eletrodoméstico. Nas demais faixas de consumo este percentual varia de 22% para as propriedades que consomem entre (500 a 1.000 kWh), 26% entre aquelas que o consumo varia de 100 e 500 kWh. Entre aquelas que o consumo é considerado baixo, de 0 a 100 kWh, chega a 14%. A utilização deste eletro se justifica pelo fato de que nestas propriedades existem criações de aves e gado de leite.

A geladeira é outro item bem utilizado, pois se constatou que 20% das residências pesquisadas que consomem entre 0 e 100 kWh possuem geladeira, nas demais faixas de consumo, este percentual chega a 18%.

Proporcionando facilidade na atividade doméstica está a máquina de lavar roupa, atingindo 20% das residências que consomem entre 500 e 1.000 kWh, chegando a 18% nas demais faixas de consumo.

Como item de lazer encontrou-se a televisão, em 14% das residências cujo consumo varia de 0 a 100 kWh, 20% nas faixas que vão de 500 a 2.000 e 18% acima de 2.000 kWh.

Um outro item que também vem sendo utilizado é o ventilador, no entanto, sua presença é maior nas residências em que a faixa de consumo é superior a 2.000 kWh.

**TABELA 6 - RELAÇÃO DE CONSUMO E QUANTIDADE DE ELETRODOMÉSTICOS UTILIZADOS PELOS PRODUTORES ASSOCIADOS DA CERAÇÁ, REGIÃO OESTE CATARINENSE, 2006.**

<b>Consumo (kWh)</b>					
<b>Item</b>	<b>0 a 100</b>	<b>100 a 500</b>	<b>500 a 1.000</b>	<b>1.000 a 2.000</b>	<b>Acima 2.000</b>
Chuveiro Elétrico	07	10	10	11	11
Computador	-	-	01	04	02
Ferro Elétrico	05	10	10	10	08
Forno Elétrico	03	05	05	08	08
Freezer	07	13	11	16	10
Geladeira	09	10	09	09	09
Máquina Lavar	09	09	10	09	08
Televisão	07	10	10	09	09
Ventilador	04	04	06	05	07

Dos dados apresentados, podemos inferir que a energia elétrica induziu o consumo por eletrodomésticos, e que em todas as propriedades rurais pesquisadas independente do nível de consumo, a aquisição destes produtos reflete a mudança de hábito dos produtores. Todos primam pela melhoria das condições de vida, buscando meios que facilitem as atividades domésticas, proporcionem conforto, promovem o lazer e incrementam a produção.

7) Em relação ao subitem sobre Componentes Elétricos, constatou-se que os associados da CERAÇÁ utilizam a energia elétrica para incrementar a produção em suas propriedades por meio da utilização de diversos eletro rurais, como: aparelho de solda, eletrificador de cerca, resfriador, moto-bomba, motor elétrico, ordenhadeira mecânica e quebrador de milho.

Os dados da Tabela 7 mostram que somente 02 produtores possuem aparelho de solda, por trabalharem com recuperação e manutenção dos seus implementos agrícolas e correspondem às categorias de consumo de 500 a 1.000 e acima de 2.000 kWh. Os demais produtores utilizam outros eletro rurais.

O eletrificador de cerca é utilizado no sistema de confinamento e criação de animais em substituição às cercas convencionais. Em todas as propriedades independentemente da faixa de consumo a criação de gado se faz presente como a principal fonte de renda, com exceção daquelas que o consumo é superior a 2.000 kWh. Em relação a esse item, foi possível

perceber que em 40% das propriedades consideradas minifúndios, e que consomem de 0 a 100 kWh fazem uso deste sistema. Esse percentual se justifica pelo fato de que nesta faixa de consumo, os associados utilizam 60% da terra em atividades agrícolas. Também contam com 04 motores elétricos, 04 ordenhas, 02 motores-bomba e 02 resfriadores.

Numa segunda categoria de consumo, correspondente a (100 e 500 kWh), constatou-se que o eletrificador de cerca está presente em 80% das propriedades, devido o desenvolvimento da atividade leiteira como principal atividade. Além do mais, incrementando a atividade constatou-se a presença 16 motores elétricos, 04 ordenhas, 05 resfriadores e 03 motores-bomba. Nos 20% restantes se desenvolve a atividade agrícola.

Dentre as propriedades que consomem entre 500 e 1.000 kWh, observou-se a concentração da atividade agropecuária em 60% delas, com criação de gado de leite. Incrementando essa atividade encontram-se 06 ordenhas, 05 resfriadores e 22 motores elétricos. A atividade agrícola se faz presente em 40% das propriedades, sendo incrementada com a utilização de 05 motores-bomba e 01 quebrador de milho.

Numa categoria de consumo superior, encontram-se associados com propriedades que apresentam consumo variando entre 1.000 e 2.000 kWh. Nesta categoria, os associados diversificam a produção, criando gado de leite, suínos e aves. Nestas propriedades, constatou-se que 80% delas fazem uso de 08 eletrificadores de cerca, 07 ordenhas e 07 resfriadores e 36 motores elétricos.

Acima de 2.000 kWh, constatou-se que 40% das propriedades desenvolvem atividade leiteira, e que para o incremento desta atividade contam com 04 eletrificadores de cerca, 07 resfriadores e 02 ordenhas. Nas demais propriedades, ou seja, em 60% delas, os associados se dedicam a pequenas agroindústrias. O que justifica a constatação de 33 motores elétricos, 07 motores-bomba e 01 quebrador de milho.

Além dos eletrorrurais utilizados no incremento da produção agropastoril, constatou-se que o emprego de lâmpadas é sinônimo do desenvolvimento socioeconômico alcançados pelos associados da CERAÇÁ. Em sua essência, a iluminação elétrica torna possível a utilização de um grande número de equipamentos (eletrodomésticos e eletrorrurais) passíveis de ampliar as capacidades pessoais. Isto implica que estes equipamentos podem inserir-se facilmente nas atividades cotidianas dos associados, seja no trabalho doméstico ou nas atividades desenvolvidas nas propriedades.

**TABELA 7 - RELAÇÃO DE CONSUMO E NÚMERO DE COMPONENTES ELÉTRICOS UTILIZADOS PELOS PRODUTORES ASSOCIADOS DA CERAÇÁ, REGIÃO OESTE CATARINENSE, 2006.**

Componentes	Consumo (kWh)				
	0 a 100	100 a 500	500 a 1.000	1.000 a 2.000	Acima 2.000
Aparelho de Solda	-	-	01	-	01
Eletrificador de Cerca	04	08	06	08	04
Resfriador	01	05	05	07	03
Moto-bomba	02	03	05	07	07
Motor elétrico	02	03	21	29	18
Ordeneira Mecânica	-	04	06	07	02
Quebrador de milho	-	-	01	-	01
Lâmpadas	151	207	151	223	207

## **CONCLUSÃO**

Nas condições em que o estudo foi realizado pode-se concluir que a eletrificação rural leva à obtenção de melhores produtividade e qualidade de vida aos 50 associados da cooperativa CERAÇÁ, pois:

1. A eletrificação rural cria demanda por aparelhos elétricos.
2. A inserção da energia elétrica melhora o valor da produção agropecuária pela modernização de processos produtivos que agregam valor ao produto, como utilização de resfriadores, ordenhadeiras mecânicas, bombeamento de água.
3. O fornecimento de energia elétrica se apresenta como um importante vetor para o homem do campo, melhorando sua condição de vida através do uso domiciliar ou como insumo ao processo produtivo.

## REFERÊNCIAS

BARROS, J. M. S. O papel da energia e o desenvolvimento rural. **Energia**, São Paulo, v.5, n.42, p. 33-34. 1998.

CALDAS, R. de. **Agronegócio brasileiro: ciência, tecnologia e competitividade**. 2. ed. Brasília: CNPq, 1998.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

KOSLOVSKI, J. P. **Paraná Cooperativo** Diário nº 608, quinta-feira, 3 de julho de 2003. Ocepar/Sescoop-PR – Apoio: Getec. Edição especial - 81º dia internacional do cooperativismo: as cooperativas e a sociedade. Disponível em: <[www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)>. Acesso em: 28 fev. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO BRASIL – OCB. **Importância do cooperativismo para o desenvolvimento econômico**. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br>>. Acesso em: 18 abr. 2006.

RIBEIRO, F. S. A eletrificação rural ao alcance de todos. In: SERAPHIM, O. J. (Ed.). **Tecnologia e aplicação racional de energia elétrica e de fontes renováveis na agricultura**. Campina Grande: UFPB/SBEA, 1997. Cap. 1, p. 1-29.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## LA QUINTA DISCIPLINA DEL PETER SENGE: “AS ORGANIZAÇÕES QUE APRENDEM”

Jean Marc Nacife<sup>70</sup>

### RESUMO

Nos bancos acadêmicos em virtude da dinâmica produção do conhecimento intrínseca a ciência da administração, vários temas de vanguarda vem sendo abordados de forma especial, visto a grande renovação de temáticas relevantes as organizações e ao mundo empresarial de forma geral. A aprendizagem organizacional é um destes tópicos especiais de relevância ao mundo acadêmico, mas de sorte que o mercado empresarial adotou essa idéia e tornou ponto fundamental no planejamento estratégico como forma de alavancar o desenvolvimento humano e organizacional com sustentabilidade. Frente aos novos desafios organizacionais e as grandes inovações decorrentes do movimento global em busca da competitividade é fundamental que as pessoas compreendam a necessidade de gerar novas conexões de ações, ampliando a capacidade de produzir, melhorando os resultados e não apenas reproduzir tarefas. Segundo, Peter Senge (1990, 1994) pode aplicar no processo de aprendizagem estratégica, As cinco disciplinas capazes de orientar as organizações rumo ao aprendizado contínuo, projetando uma ênfase especial à “quinta disciplina”, raciocínio sistêmico (pensamento sistêmico). Neste artigo procura - se sintetizar os principais conceitos defendidos pelo autor, PETER SENGE.

Palavras-Chave: Organizações; Sistema de Aprendizagem; Gestão Estratégica de Talentos

---

<sup>70</sup> Professor mestre e Coordenador do Curso de Administração da Faculdade Quirinópolis

## Abstract

In the academic banks by virtue of the dynamics production of the intrinsic knowledge the science of the administration, several vanguard themes have been approached in a special way, sees the great renewal of thematic important the organizations and to the managerial world in a general way. The learning organization is one of these special topics of relevance to the world academic, but lucky that the managerial market adopted that idea and it turned fundamental point in the strategic planning as alavancar form the human development and organization with sustentabilidade. Front to the new challenges organization and the great current innovations of the global movement in search of the competitiveness is fundamental that the people understand the need to generate new connections of actions, enlarging the capacity to produce, improving the results and just not to reproduce tasks. As, Peter Senge (1990, 1994) it can apply in the process of strategic learning, The five disciplines capable to guide the organizations heading for the continuous learning, projecting a special emphasis to the " fifth discipline ", reasoning system (thought system). In this article it seeks - to synthesize the principal protected concepts for the author, PETER SENGE.

Word-key: Organizations; System of Learning; Strategic administration of Talents

## 1 INTRODUÇÃO

As pessoas desde cedo são motivadas a manter sua participação em grupos, a compor determinada equipe. As organizações que aprendem, são os conjuntos de indivíduos que buscam o aprimoramento, continuamente e desenvolvem sua capacidade de criar, assim, grandes equipes são organizações que aprendem a inovar, a desenvolver novas habilidades e competências, que levam a novas visões, construindo novas crenças e mudando os paradigmas.



As organizações que aprendem já foram inventadas, mas ainda não é fácil adotar este modelo de organização, porque exigem algo muito complexo para o Ser Humano, MUDAR. Então a primeira pergunta, poderia ser:

Estamos prontos para desaprender o que já aprendemos e incorporar novos conceitos, distintos daqueles que nossa crença atual estabelece como VERDADEIRO?

Nas “organizações que aprendem as pessoas expandem continuamente sua capacidade de criar resultados que elas realmente desejam, onde maneiras novas e expansivas de pensar são encorajadas, onde a aspiração coletiva é livre, e onde as pessoas estão constantemente aprendendo a aprender coletivamente”. (Peter Senge, 1990)

Outro desafio, esta em criar um ambiente apropriado ao aprendizado, onde haja tempo para reflexão e análise, para consideração de cenários, planos de ação, estudo das necessidades dos clientes, avaliação dos sistemas operacionais existentes e a elaboração de novos serviços e produtos de forma que as pessoas se comprometam e queiram aprender, partindo da base da pirâmide até a alta gerência. Neste intento as organizações têm no modelo de Senge, algo diferente de outras correntes de pensamento gerencial, implantados principalmente no Brasil, sem o cuidado de avaliar as potencialidades profissionais, mas também pessoais das pessoas, reduzindo o potencial do capital humano disponível. As organizações devem partir da consideração de alguns fatores relevantes a aprendizagem:

- Visão nítida do futuro da organização;
- Meta específica, mensurável, alcançável e relevante.
- Clareza na participação de cada um para os resultados organizacionais;
- Investimento em treinamento;
- Estímulo ao processo de sugestões e idéias das pessoas;

- Reconhecimento dos talentos por sua participação ativa no processo de melhoria da organização;
- Sistema de acompanhamento e monitoramento de desempenho e resultados;
- Estruturas organizacionais baseadas em equipe.

Nunca na história da humanidade a informação e o conhecimento tiveram tão voláteis, como nesse momento, onde a massificação da informação trouxe um dos maiores problemas que enfrentamos, hoje, que não é a falta, mas o excesso de informações disponíveis. Neste prisma a aprendizagem organizacional tornou-se uma prerrogativa incontestável na vida das organizações e das pessoas que as integram.

## 2. AS CINCO DISCIPLINAS DE PETER SENGE

### 2.1 Domínio pessoal

A disciplina 'domínio pessoal' está ligada com a atitude pessoal diante da vida, substituindo-se a atitude reativa pela criadora, consequentemente implica duas iniciativas: o esclarecimento do que realmente é importante para a pessoa e o aprendizado contínuo de como ver a realidade do momento. Pressupõe uma atitude reflexiva, de conhecimento e reconhecimento dos limites pessoais, das virtudes e vícios de forma a compreender, tanto quanto, o todo que somos. Em sua obra Senge, recomenda que a tensão emocional, fruto, de estados emocionais obtidos diante dos obstáculos, que fomentam angústia, stress, preocupação e preocupação com o fracasso, possam ser substituídos pela tensão criativa, que seria uma antítese, que leva ao sentimento de oportunidades de crescimento. “Para cada história de sucesso, existe pelo menos uma história de fracasso” (Senge 1990). Temos um indivíduo empenhado na aprendizagem destas técnicas, aquele que se compromete com os acontecimentos e assume a sua quota-parte de responsabilidade nos mesmos, aumentando a consciência das realidades e estruturas que lhes subjazem. A conquista natural desse processo de aprendizagem transforma-se numa força propulsora de ações criativas no sentido dos objetivos traçados.

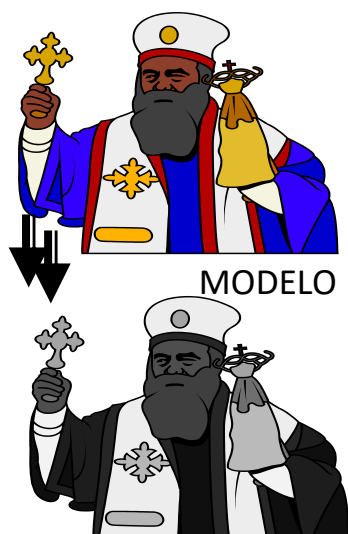
## 2.2 Modelos mentais

A mente é como um filtro que foi se cristalizando através do tempo, tendo como endurecimento final o tempo presente. Esse filtro nos impede de ver a realidade tal como ela é. Estes filtros modificam o modo como percebemos a Realidade:

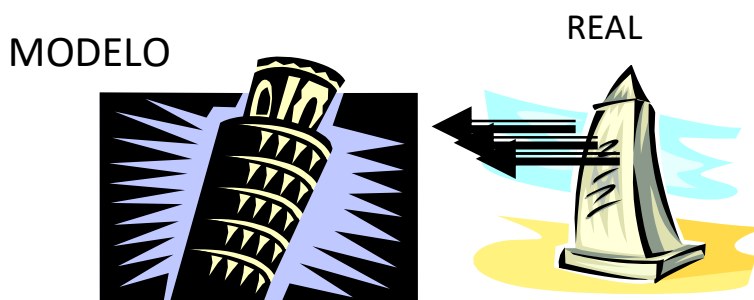
- **1º FILTRO – Restrições Neurológicas**
  - VISÃO;
  - AUDIÇÃO;
  - OLFATO E GUSTATIVA.
  
- **2º FILTRO – Restrições Sociais**
  - AMBIENTAL;
  - CULTURAL;
  - ESCALA DE VALORES MORAIS;
  - PADRÕES;
  - DIREITOS E DEVERES
  
- **3º FILTRO – Restrições Individuais** - Baseado no sistema autônomo e subconsciente que entra em ação cada vez que fazemos qualquer experiência sensorial;

ILUSTRAÇÃO DO PROTÓTIPO DA REALIDADE CRIADO PELOS MODELOS MENTAIS

REAL

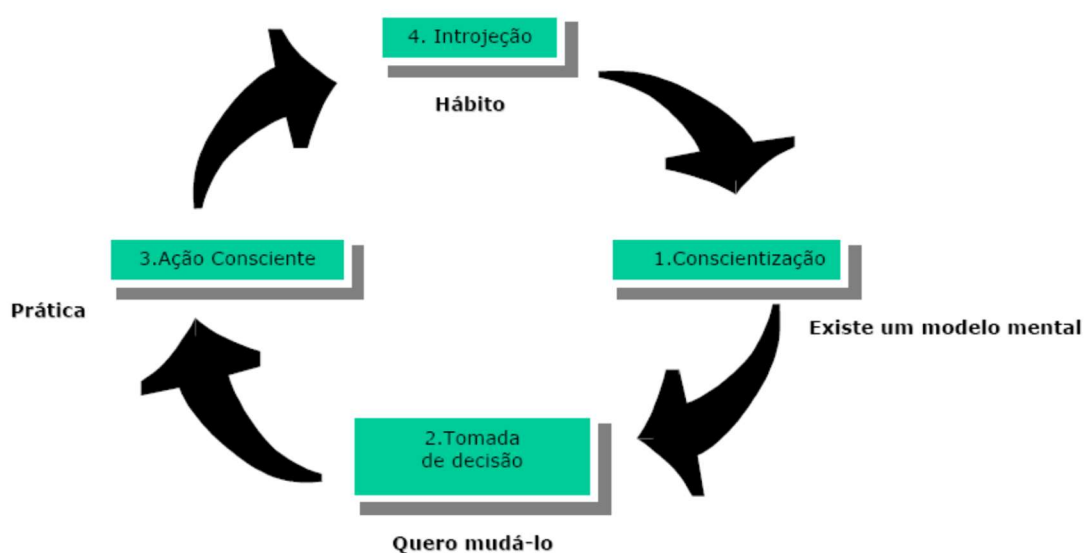


- Após passar pelos 03 filtros, a mente gera um **MODELO** da Realidade.



Muitos fatores influenciam nossa percepção da realidade, gerando as imagens internas pessoais sobre o funcionamento do mundo (paradigmas) e determinam o modo de analisarmos e agirmos. A todo o momento cada um de nós faz diferentes interpretações do mundo, das pessoas e das situações, baseadas em pressupostos que modelam o nosso modo de agir, os nossos modelos mentais (diferentes de indivíduo para indivíduo. Senge sugere que deixemos à consciência aflorar, de forma que nossas crenças que modelam os nossos modelos mentais sejam percebidas e possamos modificá-los. “O trabalho com modelos mentais começa por virar o espelho para dentro, aprender a desenterrar as nossas imagens internas do mundo, a levá-las à superfície e mantê-las sob rigorosa análise... É desafiante pensar que, enquanto reconcebemos as estruturas das nossas organizações, precisamos de reconceber também as estruturas internas dos nossos “modelos mentais”.” (Senge 1990/1994). Dominar essa disciplina se viabiliza pela capacidade de reconhecer os modelos mentais dominantes, esclarecer as crenças em que elas se baseiam, testar sua veracidade para o momento e conseguir aprimorar. Os modelos mentais comuns às pessoas de uma organização, grupo ou equipe constituem base para sua cultura organizacional.

Segundo, Senge, muitas das melhores idéias nunca chegam a ser colocadas em prática, em virtude, não dessas idéias, possuírem falhas e sim porque a pessoa possuía modelos mentais contrários a elas.

**CICLO DE MUDANÇA MODELOS MENTAIS**

### 2.3 Visão compartilhada

Esta disciplina se relaciona com a Administração Geral da Organização, no seu processo de planejamento Estratégica, onde se busca o objetivo comum, levando a recopilar os conceitos de Visão, Missão, Valores, Crenças e Cultura Organizacional, Considerando a organização como um conjunto de pessoas, formado por grupos, é primordial entender que haverá objetivos comuns nos liga de forma continua a compromissos mútuos. Segundo Senge a “visão compartilhada” pressupõe que as pessoas dão tudo de si e aprendem não porque são obrigadas, mas porque querem.

## 2.4 Aprendizagem em grupo

As organizacionais têm exigido cada vez mais trabalhos em equipe, devido crescente complexidade de seus sistemas. O enfoque é mais em encontrar a solução, misto das várias soluções, do que saber quem tinha a melhor solução. Estimulam-se competências como: saber ouvir, diminuir o grau de defensividade, saber expor os seus pontos de vista, entre outras. Esta disciplina está relacionada ao processo de alinhar e de desenvolver a capacidade coletiva de se criar os resultados (sinergia pela diversidade de atores) definidos pela equipe.

## 2.5 O Raciocínio sistêmico (A Quinta Disciplina)

O Pensamento sistêmico configura-se em perceber o mundo como um todo, sendo um conjunto integrado de acontecimentos e relações. Assim sendo, é muito importante conhecer bem o todo antes de nele fazer qualquer intervenção, pois uma alteração num sistema afeta necessariamente a suas partes e o todo (visão holística).

É a disciplina que proporciona as pessoas e à Organização, a capacidade de identificar e entender como as forças e os elementos estruturais de um sistema interagem para produzir os diversos fenômenos com os quais se deparam. A partir dessa compreensão, seria possível entender como nossas próprias ações têm contribuído para aqueles fenômenos, tanto os desejáveis quanto os indesejáveis.

## 3. Enfoque: QUINTA DISCIPLINA, O RACIOCINIO SISTÊMICO

A construção da Organização que Aprende, passa pela reconstrução da forma de pensar, em virtude da predominância dos paradigmas Taylorista, Fordista e Fayolista de organização do trabalho oriundas da Escola Clássica da Administração, cobrando de todos e da Organização um grande esforço de mudança, principalmente na cultural vigente. Percebe-se então, que estamos diante de um processo que demanda tempo e implica lidar com todas as cinco disciplinas expostas por Senge. Numa análise das disciplinas podemos perceber que temos as disciplinas: Domínio Pessoal, Modelos Mentais e Visão Compartilhada – tratando sobre o processo de

aprendizagem pessoal e as outras Aprendizagens em Equipe e Pensamento Sistêmico – projetando sobre a aprendizagem em equipe.

O Raciocínio sistêmico é a pedra fundamental que determina a integração das outras disciplinas e enfoca que Organizações estão inseridas num contexto dinâmico, que transcende as fronteiras organizacionais, mas também enfatiza que essas mesmas Organizações são atores ativos na definição do seu caminho. A essência do raciocínio sistêmico consiste numa mudança na forma de pensar e ver, priorizando os inter-relacionamentos em vez de cadeias lineares de causa e efeito, levando ao conceito de feedback que revela como as ações podem se neutralizar uma às outras. O nosso pensamento é padronizado de forma a percebermos em sentido linear os acontecimentos, fruto das teorias de Newton aprendidas, consistindo em uma limitação na forma de vermos os fatos numa perspectiva holística.

#### 4. AS BARREIRAS PARA A APRENDIZAGEM

As barreiras são em geral, o grau de deficiências de aprendizagem que as Organizações possuem. Compreendendo sete os tipos de deficiências, encontradas:

##### 4.1 “Eu sou meu cargo”:

As pessoas que enfocam demais nos cargos que ocupam, perdem o senso de relação com os demais cargos da Organização, dificultando a sinergia que nasce da interação dos cargos. Então, como fica muito difícil descobrir as razões do fracasso, culpam alguém de fora pelo acontecido, que ocupa outro cargo.

*Qual é a Barreira?*

- *Identificação estreita e restrita da pessoa, em função do profissional com o seu cargo e sua função.*
- *Conseqüente perda do contexto e dos objetivos do Negócio em detrimento ao contexto e objetivos da atividade ou processo.*

#### 4.2 “O inimigo está lá fora”:

O pensamento é que o inimigo está lá fora, pois não enxergamos que as nossas ações vão além do cargo que ocupamos, por não termos visão sistêmica delas.

*Qual é a Barreira?*

- *Procuramos culpar os outros pelos nossos próprios erros;*
- *Enquanto não reconhecemos os erros, fica difícil corrigi-los.*

#### 4.3 “A ilusão de assumir o controle”:

O enfoque de treinamento busca as pessoas pró-ativas, para capacitação e resolução dos problemas mais difíceis, mas muitas vezes essa pro - atividade é a reatividade disfarçada: As pessoas buscam combater o inimigo lá fora em vez de perceber qual a nossa contribuição para os nossos próprios problemas.

*Qual é a Barreira?*

- *Nem todos os fatores são controláveis.*
- *Não deixe que lições já aprendidas o impeçam de continuar aprendendo.*
- *O problema de hoje não é necessariamente igual ao de ontem.*

#### 4.4 “A Fixação em Eventos”:

A aprendizagem não ocorrer se as pessoas estiverem dominadas pelos eventos de curto prazo, devemos perceber que estamos condicionados a ver a vida como uma série de

Eventos. As nossas principais ameaças não vêm de eventos súbitos, mas de mudanças graduais e lentas.



*Qual é a Barreira?*

- *Eventos são meras manifestações (fotos) de fenômenos ou forças propulsoras.*
- *Não se deve agir apenas sobre os sintomas dos problemas, mas também nas suas causas.*

#### 4.5 “A parábola do sapo escaldado”:

Nossas maiores ameaças vêm de mudanças lentas e graduais, muitas vezes não prestamos atenção aos pequenos eventos. Porém, é necessário fazê-lo para que possamos perceber quais são as nossas reais ameaças.

*Qual é a Barreira?*

- *Pouca capacidade de perceber e de reagir às mudanças no ambiente.*
- *O estado de comodismo.*

#### 4.6 “A ilusão de aprender com a experiência”:

Baseando no que diz o ditado popular ‘devemos aprendemos com a experiência’, nasce então um dilema, se aprendemos melhor com a experiência, todavia nunca experimentaremos diretamente as conseqüências das nossas ações mais importantes.

*Qual é a Barreira?*

- *Não se pode aprender a morrer, morrendo.*
- *Não se pode aprender a dirigir, batendo.*
- *Há situações que não deveriam ocorrer nem uma vez.*
- *Tentativa e erro **não deve ser o único processo de aprender.***

#### 4,7 “O mito da equipe gerencial”:

O processo tradicional de ensino leva a ensinar os gerentes para nunca admitirem que não saiba uma resposta, o que só bloqueia novos aprendizados.

*Qual é a Barreira?*

- *A experiência é importante e até desejada, mas não pode atrapalhar novas soluções ou abordagens para os problemas (mesmo os mais antigos).*
- *A equipe administrativa pode se vir como “infalível”.*
- *Se algo der errado, procura-se um culpado e restaura-se a credibilidade dos membros da equipe que foram mantidos.*

## 5. AS LEIS DA QUINTA DISCIPLINA

### 5.1 Os Problemas de hoje vêm da solução de “ontem”

Muitas soluções que aplicamos aos problemas somente transferem o problema de uma parte do sistema para outra não. Assim, os que resolvem o primeiro problema não são os mesmos que o herdaram novamente.

### 5.2 Quanto mais você empurra, mais o sistema empurra de volta

Muitas das intervenções bem intencionadas produzem respostas no sistema que eliminam os benefícios da intervenção. Quanto maior o nosso esforço ou mais agressiva for a intervenção, sem notarmos contribuímos mais para o aparecimento de novos obstáculos. A isso se dá o nome de “feedback de compensação”

### 5.3 O comportamento melhora antes de piorar

O feedback de compensação envolve um lapso de tempo entre o benefício de curto prazo e o prejuízo de longo prazo. Isto que significa, “as respostas melhoram antes de piorar”, é devido à defasagem, podendo passar bastante tempo para que o problema volte.

### 5.4 A saída mais fácil normalmente nos traz de volta para dentro

Normalmente procuramos a “solução” mais fácil, mas se a solução para os problemas fosse fácil, já teria sido encontrada. Assim, os problemas se acentuam e acabamos gerando um padrão de Raciocínio ante-sistêmico.

### 5.5 A cura pode ser pior do que a doença

As soluções não-sistêmicas ao longo do tempo criam ainda mais situações nas quais temos de voltar a elas, recorrendo em um de ciclo vicioso. No pensamento sistêmico, chamamos a isso de transferência de responsabilidade a um interventor. A transferência de responsabilidade para alguém faz com que posteriormente dependamos dessa pessoa e não mais possamos assumir o controle da situação sozinho.

### 5.6 Mais rápido significa mais devagar

No pensamento sistêmico o ritmo ideal é muito mais lento do que o mais rápido possível. A perspectiva sistêmica não é a inatividade, mas sim uma nova forma de pensar, mais desafiadora e mais promissora do que os mecanismos usuais de lidar com os problemas.

### 5.7 Causa e efeito não estão próximos no tempo e no espaço

A raiz dos nossos problemas não está em outros problemas e nem em adversários, mas sim em nós mesmos. Nos sistemas complexos, a causa indireta de um efeito pode ter ocorrido muito tempo antes da sua manifestação e as nossas ações passadas podem criar as dificuldades futuras.

#### 5.8 Pequenas mudanças podem criar grandes resultados... Mas freqüentemente as áreas de maior alavancagem são as menos óbvias.

No pensamento sistêmico ensina-se que as soluções óbvias não funcionam em longo prazo, entretanto, ele também mostra que as pequenas ações bem focalizadas produzem melhorias significativas, desde que atuem no local certo. Denominamos esse princípio de “alavancagem”. As mudanças não são óbvias para a maioria dos integrantes do sistema, a menos que se conheçam as forças envolvidas. Devemos pensar em termos de processos de mudança.

#### 5.9 Você pode alcançar duas metas aparentemente contraditórias

Geralmente muitos dilemas são frutos do pensamento estático. Porém, mesmo que tenhamos de escolher uma ou outra alternativa, a verdadeira alavancagem consiste em ver como ambas podem ser melhoradas ao longo do tempo.

#### 5.10 Dividir um elefante ao meio não produz dois elefantes pequenos

Os sistemas possuem uma integralidade e seu caráter é de integralidade. Não adianta tentarmos dividir o problema para logarmos soluções mais simples.

#### 5.11 Não existem culpados

Você e a causa de seus problemas fazem parte de um único sistema, ou seja, podemos

Concluir que a solução para as dificuldades está no seu relacionamento com o “inimigo”.

## 6. CONCLUSÃO

O ponto fundamental deste artigo está na percepção de que o todo organizacional é indivisível, Peter Senge procura com o advento da quinta disciplina: Pensamento Sistêmico - justamente elaborar a idéia de integralidade dos fatos organizacionais que em virtude de nossa aprendizagem acadêmica ser muito fragmentada e na qual usa o conhecimento de forma isolada sem se preocupar com as inter-relações disciplinares. Devemos estimular o intercâmbio de idéias e pensamentos, de dentro e de fora da Organização, incentivando o universo criativo para dentro das Organizações, oriundo do raciocínio sistêmico das pessoas.

É necessário também, compreender a Organização como um Ser Vivo, onde cada órgão é necessário para o correto funcionamento do corpo total. Um sistema, onde se observa a inter-relação e interdependência das partes, o Pensamento Sistêmico justamente aborda a complexidade e dinâmica organizacional. A construção de uma organização de aprendizagem pressupõe pessoas que aprendem a observar como pensadores holísticos que desenvolvem seu próprio domínio pessoal e estruturam seus modelos mentais com a visão compartilhada para aprendizagem da equipe.

Na atualidade, percebemos que há uma estratégia da educação científica de fragmentar o conhecimento para dirigir o processo de aprendizagem e transmissão do conhecimento, que criou hoje, uma grande barreira a ser superada pelas Organizações e as pessoas, levando para um processo de não identificação e distinção, entre os sistemas e o ambiente com suas interações conosco, chegando a problemática central que são as barreiras de percepção da inter-relação e influência das partes com o todo, que somente pode ser conseguido aplicando o pensamento sistêmico na administração das Organizações.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SENGE, Peter M. A quinta disciplina. São Paulo: Editora Best Seller, 1990.

SENGE, Peter M. et al. A quinta disciplina – caderno de campo: estratégias para construir uma organização que aprende. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1994.

Cardoso, L. Aprendizagem organizacional. *Psycologica*, 2000, nº 23, 95-117. Disponível em: [www.anicleide.com.br](http://www.anicleide.com.br). Acesso em fevereiro/2008.

DuBrin, Andrew J. Fundamentos do comportamento organizacional. São Paulo: Pioneira, 2006.

## O PORTO DE MONTEVIDEO: PORTO LIVRE E SUA ATRATIVIDADE AOS NEGÓCIOS

Jean Marc Nacife<sup>71</sup>

**RESUMO:** O Porto de Montevideo está localizado no Rio Prata na baía de Montevideo, numa posição estratégica entre Argentina e Brasil, constituindo-se como uma importante porta de entrada para o Mercosul através do Uruguai. Em virtude de seu posicionamento e suas características técnicas são atribuídas ao Porto de Montevideo vantagens que lhe conferem o rotulo de ponto altamente atrativo de investimentos portuários regionais. O Porto de Montevideo desde sua constituição é considerado como fator estratégico de desenvolvimento da economia uruguaia, em virtude principalmente de ser um porto natural que não necessita uma dragagem periódica, com capacidade de atender embarcações de grande porte e com seu funcionamento 24 horas durante todo o ano, em virtude da baixa probabilidade de eventos climáticos capazes de causar a suspensão das operações portuárias. A gestão do Porto é realizada por uma agência denominada de A.N.P - Administração Nacional de Puertos, que tem a missão de supervisionar todos os portos comerciais do Uruguai. A A.N.P tem coordenado investimentos significativos visando manter atualizado e competitivo em relação aos demais portos, uma grande ferramenta logística é sua ligação com a via férrea que permite transportar mercadorias para o resto do país, facilitando o processo de importação e exportação e tornando uma alternativa ao transporte de caminhões. A normativa atual confere ao Uruguai o caráter de "porto livre", no qual se dá o trânsito de cargas a ser mobilizadas sem restrições aduaneiras especiais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Logística. Porto de Montevideo. Negócios Regionais.

**ABSTRACT :** Porto of Montevideo is located in Rio Prata in the bay of Montevideo, in a strategic position between Argentina and Brazil, being constituted as an important entrance door for Mercosul through Uruguay. In virtue of its positioning and its characteristics techniques are attributed to Porto of Montevideo advantages that you check him I label it highly of point attraction of regional port investments. Porto of Montevideo from your constitution is considered as strategic factor of development of the Uruguayan economy, in virtue mainly of being a natural port that he doesn't need a periodic dragagem, with capacity to assist naves of great porte and with your operation

---

<sup>71</sup> Administrador, Professor mestre e Coordenador do Curso de Administração da Faculdade Quirinópolis

24 hours during the whole year, by virtue of the low probability of climatic events capable to cause the suspension of the port operations. The administration of Porto is accomplished by a denominated agency of A.N.P - National Administration of Puertos, that has the mission of supervising all the commercial ports of Uruguay. A.N.P has been coordinating significant investments seeking to maintain updated and competitive in relation to the other ports, a great tool logistics is your connection with the strong vía that it allows to transport goods for the rest of the country, facilitating the import process and export and turning an alternative to the transport of trucks. The normative current it checks of Uruguay he gives him the character of " free " port, in which feels the traffic of loads to be mobilized without restrictions special aduaneiras.

WORD-KEY: Logistics. Porto of Montevideo. Regional businesses.

## INTRODUÇÃO

O Uruguai ganha destaque e grande competitividade atraindo investimento em função de suas características como por exemplo ser um país com estabilidade política, social e jurídica; com presença financeira internacional; mão de obra qualificada e pelo posicionamento logístico entre outros fatores.

O comércio mundial na atualidade, veem provocando um grande fluxo de atividades integrativas com base logística marítima e os Portos tem oportunizado essa condição de captador de investimentos e conseqüentemente contribuído positivamente com o PIB do país.

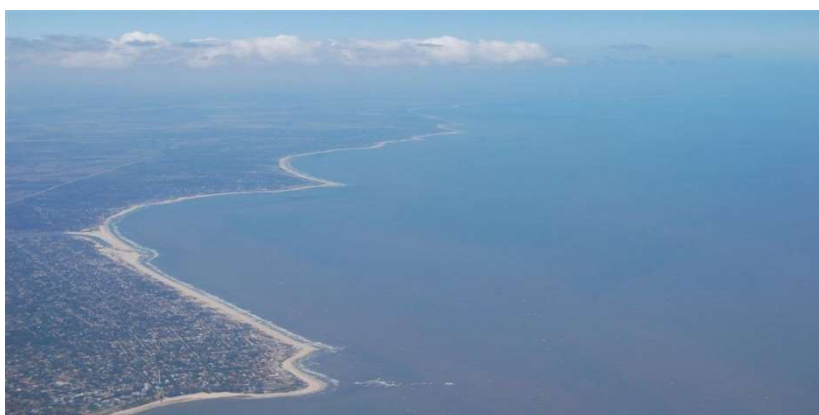
O Marco fundamental para o país no setor logístico foi a criação da Lei de Portos no ano de 1992 e desde esse momento o governo local implementou continuas reformas no setor buscando aparelha-lo e fomentar sua capacidade de competitividade no



mercado global. Dentro desta perspectiva o Porto de Montevideo tem sofrido grande investimento visando o desenvolvimento de sua infraestrutura afim de superar também sua grande limitação imposta pelo crescimento da cidade em sua volta.

Todo sistema portuário do Uruguai é gerido pela A.N.P, órgão gestor que coordenar as ações desse modal logisitco no país, assim como os investimentos no qual é o responsável pelas principais decisões do setor.

**Figura 01: Vista da baía do Porto Marítimo de Montevideú**



Fonte: Diário de Bordo, 2011

## **CONCEPÇÃO LOGISTICA PORTUARIA**

A localização privilegiada da cidade de Montevideo e seu posicionamento na baía do Rio la Plata coloca seu porto como um dos principais pontos de transporte marítimo do Mercosul, possibilitando a imersão no mercado latino americano de forma especial. Devido a sua localização geográfica, as privilegiadas condições naturais que goza o país de forma geral tem determinado um grande impulso de desenvolvimento dos portos uruguaias. No caso do Porto de Montevideú podemos verificar na figura abaixo a sua interligação com as principais rotas terrestres, aéreas, ferroviárias e fluviais da região, localiza-se bem na abertura da hidrovia Paraguai-Paraná-Rio de la Plata, formando o principal ponto distribuidor regional. Essa malha multimodal possibilita uma maior rapidez no transporte de mercadorias, para ou desde diferentes países do Mercosul.

**Figura 02: Mapa da Malha intermodal de transporte**



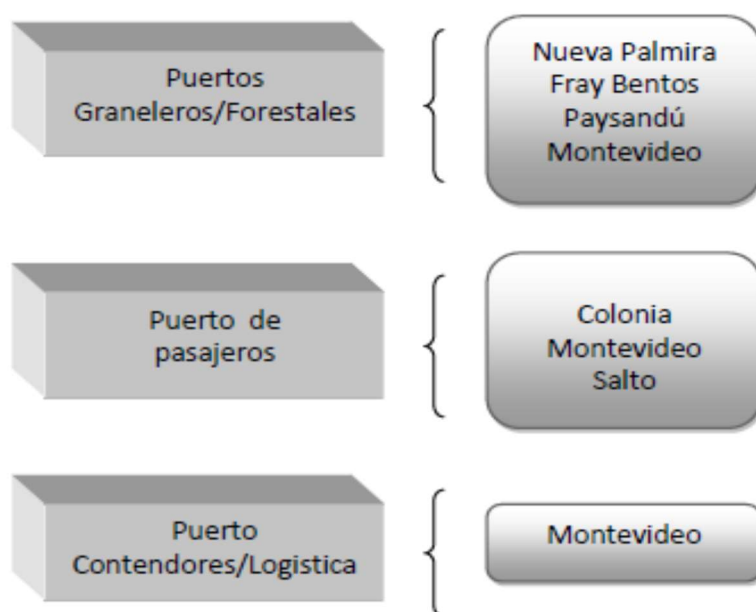
Fonte: A.N.P, 2011

Percebe-se que todos esses elementos, tem como objetivo de integrar o sistema portuário a um grande território que penetra profundamente no continente e atende a um grande mercado. A análise dos portos graneleiros existentes no Uruguai geram uma visão global da importância da infraestrutura logística do Uruguai e da importância do Porto de Montevideo para o desenvolvimento.

O porto de Montevideo é notadamente o principal porto comercial de Uruguai, e veem configurando-se como o principal centro logístico regional, no qual oferece serviços que com vantagens competitivas em função de suas condições naturais e de infraestrutura.

Na figura abaixo as plataformas existentes no Uruguai são detalhadas e são apresentadas para demonstrarem o agrupamento lógico das mesmas em função do tipo das atividades que se desenvolvem.

**Figura 03: Agrupamento de portos por atividades**



Fonte: Adaptado de Gómez Lemes et. al., 2010.

No ano 2007 foi realizado um estudo no Porto do Montevideo, no qual foram obtidos os valores que compõem a estimativa da contribuição que realiza o mesmo à economia uruguaia. A divisão deste estudo ficou entre:

#### **Contribuição direta:**

É a contribuição de cada atividade gerada dentro do recinto portuário. O estudo realizado foi desenvolvida no ano 2007, no qual demonstrou que “as atividades desenvolvidas no Porto do Montevideo geraram um total do U\$S 152,5 milhões em valor agregado DIRETO, o que representou em 0.63 % do PBI da economia uruguaia”.

#### **Contribuição Indireta:**

É a contribuição gerada a partir de outras atividades que se desenvolvem como conseqüência das diretas ou de forma decorrente da mesma. No ano 2007 a contribuição das atividades indiretas é de U\$S 362 milhões de valor agregado, segundo este estudo. Isto representa um 1.5 % do PBI da economia uruguaia.

No porto de Montevideo existem atualmente dois terminais de contêineres, uma delas é especializada (TCP: Terminal Concha do Prata) que se dedica basicamente a carga e descarga de contêineres e Montecon. Abaixo apresentamos fatores importantes para a análise do Porto do Montevideo no sentido de verificar se o mesmo cumpre com as condições de converter-se em um porto “hub”, isto é passível se levarmos em conta os seguintes itens:

- Capacidade de acesso a navios de grande bordado;
- Possibilidades de dragagem;
- Localização na entrada da hidrovia;
- Confluência de rotas marítimas internacionais;

No ano 2009 chegou ao Porto do Montevideo o primeiro da nova geração de navios de 6.000 TEUs, o mesmo é propriedade da empresa Hamburg Sud. Isto marca uma tendência a navios de maior capacidade e se espera que no futuro próximo venham navios ainda com maiores exigências, o que configura uma crescente demanda de capacidades aos portos de forma geral.

### Quadro 01: Porto de Montevideo - Estatísticas

CONCEPTO		AÑO					EVOLUCIÓN
<b>Buques</b>	Arribos por Categoría	2010	2009	2008	2007	2006	2006-2010
	Ocupación de Atraques	2011	2010	2009	2008	2007	
<b>Cruceros</b>							2005-2010
<b>Contenedores</b>	Contenedores y Teus movilizados	2010	2009	2008	2007	2006	2006-2010
	Contenedores movilizados	2010	2009	2008	2007	2006	
	Terminal de Contenedores y otros muelles	2010	2009	2008	2007	2006	2006-2010
	Movilización por tipo de operación	2010	2009	2008	2007	2006	2006-2010
	Movilización por muelle	2010	2009	2008	2007	2006	

<b>Mercadería</b>	Por modalidad de carga - Toneladas movilizadas	2010	2009	2008	2007	2006	2006-2010
	Graneles	2010	2009	2008	2007	2006	2006-2010
	Toneladas movilizadas ANCAP La Teja	2010	2009	2008	2007	2006	2006-2010
	Comparativo de Exportación						2005-2009
<b>Mercadería Peligrosa</b>	Movilización de Cargas Peligrosas 2011: ENE 	2010	2009	2008	2007	2006	2006-2010
	Contenedores con Carbon NO IMO	2011	2010	2009	2008	2007	2006-2010
<b>Terminal Fluvio Marítima</b>	Movimiento de pasajeros	2010	2009	2008	2007	2006	2006-2010
	Movimiento de vehículos	2010	2009	2008	2007	2006	2006-2010
<b>Estadísticas por Año Móvil</b>	2011: ENE 2010: ENE   FEB   MAR   ABR   MAY   JUN   JUL   AGO   SET   OCT   NOV   DIC 2009: ENE   FEB   MAR   ABR   MAY   JUN   JUL   AGO   SET   OCT   NOV   DIC 2008: ENE   FEB   MAR   ABR   MAY   JUN   JUL   AGO   SET   OCT   NOV   DIC 2007: ENE   FEB   MAR   ABR   MAY   JUN   JUL   AGO   SET   OCT   NOV   DIC						

Fonte: A.N.P., 2011

O diferencial do Porto de Montevideo que faz uso dos benefícios oriundos de sua qualificação de “Porto Livre” obtido pelo Decreto 455/94, com isto tem o foco na logística de produtos acabados o que permite ao investidor agregar valor aos mesmos. A qualificação do Porto e por estar inserido numa zona livre cria uma grande atratividade e o configura como polo logístico preferencial.

**Quadro 02: Uso do Porto de Montevideo**

USO DE PUERTO		U\$\$ por TRB
Portacontenedores, Ro-Ro, Reefers, Carga General		0,14
Petroleros, Graneleros, Cabotaje, Cruceros, Otras Categorías		0,12
Pesqueros, Guerra		0,10
Buques con TRB < 500	U\$\$ 50,00/entrada o U\$\$ 350/mes	
Remolcadores con base y tráfico interior o de bahía		No aplicable
Buques de pasajeros de tráfico fluvial		

Fonte: A.N.P., 2011

**Quadro 03: Despachos de Importação**

		U\$\$/nave/día		
		U\$\$ por tonelada		
VALOR DE LA MERCADERIA	GRANEL	U\$\$/TON < 50	0,50	
		50 < U\$\$/TON < 100	Atraques 6 - 7 - Cab. "B"	1,20
			Resto de atraques	1,50
		U\$\$/TON > 100	Atraques 6 - 7 - Cab. "B"	2,20
			Resto de atraques	2,50
		RESTO	U\$\$/TON < 500	Carga general
	Contenerizada			10,00
	500 < U\$\$/TON < 1.000		Carga general	10,00
			Contenerizada	15,00
		1.000 < U\$\$/TON < 1.500	30,00	
		1.500 < U\$\$/TON < 2.000	60,00	
		2.000 < U\$\$/TON < 2.500	85,00	
	U\$\$/TON > 2.500	100,00		

Fonte: A.N.P., 2011

As tabelas acima demonstram o grau de volume de transações geradas no Porto de Montevideo, o que pode ser explicado pela sua vocação em atrair negócios. A qualificação de porto livre contribui muito para a geração desses números, o que torna importante conhecer um pouco mais sobre o assunto. A legislação uruguaia através da Lei 1.246 de 08/04/1992, do Decreto 412/1992 e o Decreto 455/1994 tratam das questões relativas a concepção de porto livre, mas merece menção a lei 17.555/2002 e o Decreto 376/2002 que estendem ao Aeroporto Internacional de Carrasco e mas recentemente com a sanção do Decreto 409/ 2008 se estabeleceu um novo marco regulatório mais adequado a atividade aeroportuária dentro do contexto de marco legal de Porto Livre. Especificamente da legislação supra citada que cria o marco legal de

porto livre no Uruguai possibilita a livre circulação de mercadorias em portos e terminais portuários sem a necessidade de autorizações e tramites formais burocráticos. Assim as mercadorias deverão ser depositadas, rés embaladas, remarcadas, classificadas, Manipuladas e fracionadas.

## CONCLUSÃO

O Porto de Montevideo é considerado como fator estratégico de desenvolvimento da economia uruguaia, em virtude principalmente de ser um porto natural que não necessita uma dragagem periódica, com capacidade de atender embarcações de grande porte e com seu funcionamento 24 horas durante todo o ano, tem sua gestão atendida pela Administração Nacional de Puertos, órgão que tem a missão de supervisionar todos os portos comerciais do Uruguai. Em virtude de sua capacidade de acesso a navios de grande porte, a possibilidade de dragagem, localização na entrada da hidrovia, sua confluência de rotas marítimas internacionais e de ter a qualidade de porto livre podemos caracteriza-lo como ponto de atratividade de investimentos globais.

É importante destacar que além da livre circulação das mercadorias em trânsito, sem necessidade de quaisquer trâmites ou autorizações especiais, o Porto de Montevideo como zona livre tem a possibilidade segundo a legislação vigente de:

- a) Tempo indeterminado de armazenagem;
- b) Os usuários estrangeiros podem manter a propriedade da mercadoria sem necessidade de constituir uma empresa no Uruguai;
- c) O usuário pode utilizar o depósito e a armazenagem no Porto Livre como se fosse uma extensão de seu próprio negócio em seu país de origem;
- d) A mercadoria não perde o certificado de origem, mantendo, dessa forma, benefícios originais para qualquer destino;
- e) Vender, comprar ou consignar seus direitos da mercadoria depositada no Porto Livre, a qualquer empresa no exterior, sem ter que pagar nenhuma taxa ou imposto.

- f) Reexportação ou nacionalização parcial ou total da mercadoria.
- g) Dentro da área de Porto Livre ou Zona Franca os usuários estrangeiros estarão isentos de qualquer tipo de impostos locais relativos à mercadoria

Em fim, o único requisito prático aduaneiro é informar a quantidade de volumes e o peso da mercadoria que transita dentro do Porto, atividades ligadas diretamente à mercadoria, que são feitas eletronicamente pelos operadores portuários. Assim temos a o Porto de Montevideo como ponto convergente importante de negócios.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. A.N.P – Administración Nacional de Puerto (2011) [on line]. *Site intitucional*. [data de consulta: 29 janeiro 2011]. Disponível em: <<http://www.anp.com.uy/>>
2. A.N.P – Administración Nacional de Puerto (2011) [on line]. *Bussines news america*. [data de consulta: 29 janeiro 2011]. Disponível em:<[http://www.bnamericas.com/company-profile/en/Administracion Nacional de Puertos-ANP](http://www.bnamericas.com/company-profile/en/Administracion-Nacional-de-Puertos-ANP)>
3. BELLO, Juan Pedro Gilmes. (2008) *Memorias del Puerto de Montevideo: historia, trabajo, desarrollo* . Montevideo. Rumbo Editorial.
4. DIÁRIO DE BORDO – Uruguai (2011) [on line]. [data de consulta: 24 fevereiro 2011]. Disponível em: < <http://www.mochileiros.com/uruguai-em-fevereiro-de-2011-diario-de-bordo-t52957.html> >
5. GÓMEZ LEMES et. al. (2010), *Marco de referencia y estudio de factibilidad para inversiones en logística em el puerto libre de puntas de sayago*, Montevideo, Universidad de la Empresa.



# CIÊNCIAS HUMANAS

EDUCAÇÃO

## A PRIMEIRA ESCOLA NORMAL DE QUIRINÓPOLIS-GO, NAS LENTES DE UM CALEIDOSCÓPIO (1954-1961)

Maria da Felicidade Alves Urzedo<sup>72</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta os resultados da pesquisa na área de História de Educação em Quirinópolis, Goiás, no período de 1954 a 1961. Focaliza a instituição escolar como espaço de formação de professores primários. A análise desdobra-se para compreender seu processo de criação e expansão, observando, sobretudo, a infra-estrutura, os discentes, os docentes, as práticas e os saberes construídos. A abrangência do período estudado, 1954, data de criação da Escola Normal; 1961 – conclusão da última turma de alunos. Os resultados alcançados pela pesquisa conferiram a ela méritos de geradora de condições de desenvolvimento econômico, político, social e cultural da cidade, consolidando o ensino primário e o ginásio no município, abrindo possibilidades de ampliação da escolaridade dos jovens que almejavam uma formação universitária.

**Palavras-chaves:** História; Educação; Escola Normal.

**ABSTRACT :** This article presents the results of the research about History and Historiography of School Education. It shows a Historic look on the institutionalization of the Regional Normal School Coronel Quirino, in Quirinópolis, Goiás, from 1954 until 1961. It has its focus on the school institution as a space for graduation of elementary school teachers. The analysis is an effort to understand its process of creation and expansion, watching the structure, the teachers, the students, the practices and the knowledges involved. The interval studied goes from 1954, date of its creation, until 1961 when the last class had graduation. The results obtained by this research have shown school as a space generator of conditions for economic, social, political and culture development of the city, improving the elementary and the high school, and creating changes for the youngsters who aimed the university graduation.

**Key words:** History, Education, Normal School

---

<sup>72</sup> Graduada em Licenciatura em Estudos Sociais pela Faculdade de Filosofia de Rio Verde (1976). Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia de Rio Verde (1987). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2004). Desde 2005 Coordenadora Acadêmica da Faculdade Quirinópolis/ GO.

## INTRODUÇÃO

Praticamente desconhecida por grande parte da população da cidade de Quirinópolis e dos professores do ano de 2011, a Escola Normal Regional Coronel Quirino em seu curto período de vida, 1954 a 1961, foi prestigiada por um grande número de pessoas, agora lembrada por esta pesquisa inicialmente escrita para uma dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia em 2004, insere-se no campo de pesquisa da História da Educação, especificamente na linha de pesquisa da História das Instituições Escolares. Em 2007 transformada em livro “Gêneses da Formação Docente em Quirinópolis” – Escola Normal Regional Municipal Coronel Quirino (1954-1961), como documento memorial que mostra a importância desta escola na composição da infraestrutura necessária para atender a expansão urbano-industrial que se insurgia na cidade com a modernidade.

Estava reservada a esta Escola Normal pelas autoridades locais a missão de ordenar e disciplinar a população, alcançando o progresso e a civilidade, elementos imprescindíveis à consolidação da modernidade. Quando cabia à educação a responsabilidade da formação do indivíduo, tornando-o apto, no sentido de promover o progresso da sociedade, tanto material quanto moral. O resultado foi à construção de um novo perfil do professor, superando o voluntarismo do tio-padre-freira pela ação dos normalistas, profissionais, materializando nestes, parte do ideal de modernidade.

Desejava-se elencar saberes, competências e disciplinamentos com fins de formar uma geração de jovens para assumir funções públicas e privadas no seio da sociedade quirinopolitana para acelerar o seu desenvolvimento. Interação da História com a educação, em favor de um maior envolvimento com a temática e o período em estudo.

Da relação entre a cidade de Quirinópolis e a Escola Normal, procurou-se compreender: a articulação entre a cultura escolar e a cultura urbana que estavam se formando naquele momento; a dimensão do lugar ocupado por essa instituição no processo de formação de seu público – a mocidade e a afirmação da cidade. Mediante intensa pesquisa, foi possível inferir que a Escola Normal Coronel Quirino era vista com local de formação de professores que se caracterizava pela moralidade e racionalidade, na qual os jovens deveriam ser formados para o exercício da cidadania. Logo, foi possível pensar que esta escola tinha grande relevância na constituição da cidade e ao mesmo tempo em que era influenciada por ela, pois formava um corpus civilizado para atuação no espaço urbano, inserida na propaganda de modernidade que caracterizava Quirinópolis.

A dinâmica inicial desta pesquisa ocorreu numa interação da pesquisadora com os seus sujeitos de pesquisa: os egressos da Escola Normal e seus professores. Estabelecida relação de confiança, foi possível conhecer as suas trajetórias enquanto alunos, professores e as percepções construídas em torno da escola. Outro elemento que foi indispensável para realização desta foi à utilização da História Oral que, por meio de entrevistas semi-estruturadas chegou a valiosas informações de um período ainda pouco conhecido, principalmente no tocante ao aspecto educacional.

As histórias de vida e os depoimentos foram gravados e transcritos conservando com fidelidade o próprio falar do entrevistado e a forma como relatou os fatos. As lembranças sobre a escola, dos alunos, dos professores, dos conteúdos ensinados e também dos colegas de sala de aula e de profissão, não foram vistas somente como reviver o passado, mas sim como uma reconstrução deste por meio das idéias e das imagens do presente, BOSI (1994, P.55) contribui neste sentido,

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho é trabalho. (...). A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual.

Esta metodologia de conhecimento dos valores, dos costumes, das opiniões, das relações sociais e familiares vivenciadas pelos ex-normalistas e professores, além de suas experiências, é ressaltada por QUEIROZ (1993, p.10), “com as histórias de vida, busca-se atingir a coletividade de que seu informante faz parte e o encara, pois, como mero representante da mesma através do qual se revelam traços desta”.

Em termos científicos, esta pesquisa apoiou-se numa linha que busca valorizar as práticas culturais, os avanços e recursos de uma sociedade, os diversos agentes sociais e, ainda, pretende contribuir para a inovação dos estudos no campo da historiografia educacional do município de Quirinópolis. Esta inovação está preocupada com os novos olhares, com a valorização das particularidades regionais e locais e com o recuperar da memória, considerando as diversas fontes, em especial, a História Oral.

O curso Normal funcionava nos moldes da adaptação à Lei Orgânica de 1946, regulamentada pelo Decreto Lei nº 774, de 31/12/1948. O término das atividades escolares da

Escola Normal se deu pelo fato do Estado, com o propósito de reformar o curso normal ter aprovado a Lei nº 2.580, de 17 de setembro de 1959, e publicado o Decreto nº 02, de janeiro de 1960, instituindo outros três tipos de estabelecimentos de ensino normal:

- Ginásio Normal ou Escola Normal Elementar, de nível ginasial, com quatro séries anuais;
- Colégio Normal ou Escola Secundária, com curso ministrado no Instituto de Educação e nas Escolas Normais Secundárias, com três séries anuais após o curso ginasial;
- Instituto de Educação e Escola Normal Superior, com cursos de especialização ministrados no Instituto de Educação e nas Escolas Normais Secundárias nas seguintes modalidades: ensino rural, intensivo de administração escolar, educação pré-primária, educação de crianças excepcionais, ensino primário complementar, ensino de desenho e artes plásticas, ensino de música e canto orfeônico, educação física, recreação e jogos (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p. 109-110).

Por este decreto dá-se por encerrado o ciclo de vida das Escolas Normais Regionais no Estado de Goiás e conseqüentemente em Quirinópolis.

### **APROXIMAÇÕES HISTÓRICAS SOCIAL DA CRIAÇÃO DA ESCOLA NORMAL NO BRASIL**

Considerando que os estudos da história das instituições escolares são fontes fundamentais para a apreensão de uma cultura, especialmente, pelo papel que desempenham como formadoras e propagadoras de concepções educacionais e sociais, não se pretenderam na pesquisa promover um estudo isolado da realidade regional, desvinculado da interpretação de caráter geral, mais abrangente.

Sob esse enfoque o local não teve a pretensão de substituir a perspectiva de totalidade do qual faz parte e, sim, ao contrário. Assim, não foi propósito deste estudo fazer história da educação local, mas, sim, história da educação brasileira com ênfase no local, utilizando documentações específicas que possam auxiliar no processo de compreensão da realidade nacional. Nessa direção, as instituições escolares foram tomadas na sua pluridimensionalidade, integradas a uma realidade mais ampla. Assim relatada por MAGALHÃES (1998, p.55):

A construção da escola como objeto historiográfico, em muito assegurada por uma etnohistoriografia da educação a partir da escola, tem revelado que a escola, como a educação são construções históricas, devendo-se, assim, falar de escolarização, por um lado, e de escola, cultura escolar, ou melhor, gramática escolar, por outro, um jogo dialético e discursivo que sumariamente confronta procura e oferta, mas que essencialmente se constrói e revela uma permanente tensão entre as capacidades inventivas das comunidades, por um lado e as normas, os constrangimentos, as resistências por outro. A estrutura escolar é, em essência, a relação que se estabelece entre os quadros institucional, grupal e individual, articulando ação (prática), representação, apropriação.

E para Gatti Junior e Pessanha (2004, p.9) a História das Instituições Educacionais tem ocupado cada vez mais espaço no cenário da pesquisa histórico-educacional, envolvendo uma série de pesquisadores espalhados por todo o ocidente. Para eles no Brasil, tal fato é assim colocado:

No Brasil, ainda que mediante dificuldades, devido à inexistência de repertórios de fontes organizadas, alguns historiadores e educadores têm-se lançado à tarefa de historiar a educação escolar brasileira, por meio da construção de interpretações acerca das principais instituições educativas espalhadas pelas diversas regiões brasileiras, com destaque para a abordagem a partir da categoria trabalho presentes nos textos de Ester Buffa e Paolo Nosella.

Nesta visão o grande desafio da educação moderna consistiu em incorporar à escola o mundo do trabalho. Isso significou substituir o humanismo tradicional, por humanismo tecnológico que enfocasse a problemática do trabalho, preservando a cultura clássica. Esse fato só se tornou um princípio pedagógico na modernidade, como consequência da Revolução Industrial. Para Nosella e Buffa (1996, p.16-17) a cultura humanística clássica tinha como função principal a distinção social do grupo que a possuía, consagrando seu afastamento do trabalho mecânico e manual.

Diante de tal fato Inácio Filho (2002, p.49) coloca; “daí a necessidade de se lutar por uma escola que, sem privilegiar ninguém, fosse competente no preparo da mão-de-obra que passava a ser fundamental para a industrialização nascente”.

Quanto à metodologia, a linha de tempo da pesquisa relatou-se, primeiramente, o crescimento da demanda social da educação, referências históricas do processo formativo da docência bem como se deram as diferentes formas de institucionalização e trajetória da Escola Normal no Brasil. Ficaram demarcadas de maneira genérica como as Escolas Normais surgiram no Brasil, vinculadas à expansão dos princípios liberais, que defendiam a extensão, a obrigatoriedade e a liberdade de ensino para todas as camadas da população na primeira metade do século XIX, mas que só se desenvolveram com a difusão dos pensamentos positivista e liberal que procuraram dar à educação um papel preponderante.

Dentro de uma linha de tempo as escolas normais foram criadas no Brasil, a partir de 1830, nas províncias de Niterói (1835), Bahia (1836), São Paulo (1846), Pará (1839), Sergipe (1870) e Goiás (1882), e só aceitavam inicialmente alunos do sexo masculino. Aos poucos foram sendo criadas escolas normais femininas, e posteriormente passam a ser mistas.

Assim a Institucionalização da Escola Normal no Brasil segundo Kulesza(1998,p.65-9), emerge em todo território nacional anexa aos Liceus cujo função era preparar o ingresso no curso superior. A partir da criação dos Grupos escolares a demanda de professores aumentou, crescem as matrículas e o interesse pela Escola Normal promovendo a desanexação dos Liceus.

Para Gonçalves Neto (2002, p.134) a Proclamação da República em 1889, colocou os governantes na condição de:

Inauguradores de uma ordem política superior, em oposição ao Império, mas também na situação daqueles que se propõem a reorganizar a própria nação brasileira, instituindo novos valores, símbolos cívicos, heróis, etc. Era necessário não apenas implementar uma realidade diferente, mas também, tentar “enterrar” a condição antecedente, os 67 anos de império. O passado aparece envolto numa aura de atraso, de descaso – marcas do império – que será superada pela nova ordem, através da valorização do conhecimento moderno, da ciência, da nação, reforçada pela educação.

As diferentes motivações que levaram os jovens a realizar o curso normal revelam, ao mesmo tempo, a busca pela independência social e econômica; para as mulheres a única possibilidade de profissionalização socialmente aceita no período estudado.

Reafirmam assim a ambigüidade apontada por CHAUI (1986, p.124), mostrando que “são capazes de conformismo ao resistir e resistência ao se conformar”. Foi possível perceber que o processo do ingresso na Escola Normal lhes atribui status. O conhecimento, o rigor na seleção, os distingue do conjunto das jovens que pretendem continuar sua escolarização.

### **A TRAJETÓRIA DA ESCOLA NORMAL EM GOIÁS**

A História da Escola Normal Pública no Estado de Goiás teve início na cidade de Goiás em 1858, com a sua criação, pela resolução nº 15, de 28 de julho de 1858, onde se lia:

Foi criada a Escola Normal na capital para habilitação dos “aspirantes ao ensino dos diversos graus de instrução primaria”. O artigo 2º da referida Resolução ressaltava que “nenhum indivíduo, d’ora em diante, será provido vitaliciamente no professorado, sem que apresente documento comprobatório d’haver sido, examinado e aprovado nas matérias lecionadas na Escola Normal. (CANEZIN e LOUREIRO, 1994, p.17)

A Escola Normal de 1858 em Goiás não se organizou devido, principalmente, a dois fatores: inexistência de corpo docente habilitado e de prédio adequado para sua instalação. Quase três décadas se passaram para que viesse a ser recriada novamente a Escola Normal. Agora, como apêndice do Liceu, 1882.

A trajetória da Escola Normal de Goiás, foi semelhante às demais províncias – extinta, reaberta, criada como apêndice do Liceu, e, finalmente, autônoma em 1929. Em 1938, foi transferida da cidade de Goiás para a nova capital do Estado, Goiânia. Posteriormente, quando o Estado adaptou seu Ensino Normal aos termos da Lei Orgânica de 1946, para não perder os benefícios que a União dava aos Estados para a melhoria do ensino, a transformou em Instituto de Educação de Goiás pelo Decreto Lei nº 870, de maio de 1947.



A importância do Magistério era concebida pelos governos articuladamente com a importância do papel da instrução primária como instrumento de redenção dos indivíduos e da sociedade. A ampliação da escolaridade primária era uma alternativa para a superação das condições de isoladamente e de atraso da sociedade. A partir dessa concepção o professor deveria ser o centro do processo pedagógico, na medida em que, como portador dos conhecimentos acumulados, deveria transmiti-los aos alunos para convertê-los em cidadãos úteis. A preocupação com a Escola Normal prendia-se, pois, a essa importância dada ao papel do professor como responsável pelo sucesso ou fracasso da instrução primária.

Na Lei Orgânica do Ensino Normal de 1946, tal como prevista nas Leis Orgânicas dos outros cursos médios, a estrutura do Curso Normal compreendia dois ciclos. O primeiro, o curso Normal Regional, com duração de quatro anos, destinava-se a formar o professor Regente do Ensino primário, funcionava nas Escolas Normais Regionais, de nível ginásial. O segundo ciclo, com três anos de duração, preparava o Professor Primário, em estabelecimentos chamados Escolas Normal, após o curso ginásial.

#### **GÊNESE DA FORMAÇÃO DOCENTE EM QUIRINÓPOLIS**

A Escola Normal Regional Coronel Quirino, objeto de estudo desta pesquisa foi criada a partir da Lei nº 82 de 08 de novembro de 1954, do prefeito João Batista da Rocha e transferida para o Estado pela Lei nº 251, de 30 de janeiro de 1962, com todo o seu acervo ao Ginásio Normal Estadual de Quirinópolis, hoje Colégio Estadual Dr. Pedro Ludovico. Seu ensino consistia em ministrar o primeiro ciclo do Ensino Normal, ou seja, curso de Regente de Ensino Primário, de nível ginásial.

É perceptível que no período de 1954 a 1961 a Escola Normal de Quirinópolis desfrutou de um grande prestígio. Era a referência pedagógica máxima, hegemônica na educação da cidade e da região. Lembranças desse prestígio ainda estão presentes no prédio da escola e na memória da população que a essa escola refere-se como sendo “uma verdadeira escola”.

O depoimento do Dr. Athaydes, formado pela escola em 1961, apresenta vários dos aspectos citados:

A Escola Normal Regional Municipal Coronel Quirino não chegou a fazer de Quirinópolis um pólo de educação como acontece com a UEG, Universidade Estadual de Goiás – Unidade Universitária de Quirinópolis, onde temos alunos de vários municípios, e não só do nosso Estado. Mas teve papel relevante

naquele tempo. Atendeu bem os anseios da sociedade. Muitos jovens não tinham condições de procurarem outros centros para darem continuidade aos seus estudos. Era de nível ginásial, 8ª série. Incentivou a muitos a ir se instruir sobretudo em Goiânia. Tenho a honra de ser um dos primeiros concluintes da Escola Normal a terminar o 3º grau.

A Escola Normal, além de ser um campo de ensino socialmente aceito pela sociedade, proporcionava a continuação de estudos, a possibilidade de independência econômica e dava certo prestígio social. Em 1954 Quirinópolis contava com apenas uma escola, o Grupo Escolar Ricardo Campos, primeira instituição escolar urbana, construída no início dos anos de 1930 com o nome de Escola Isolada de Quirinópolis, que passou a se chamar grupo com a emancipação política de Quirinópolis da cidade de Rio Verde pela Lei n. 8.305, de 31 de dezembro de 1943, cuja emancipação ocorreu no dia 22 de janeiro de 1944.

Era comum às escolas rurais funcionarem em um galpão próximo à residência do proprietário da fazenda que cedia o local e pagava o professor. Ali estudavam seus filhos e as crianças de toda região. Havia também professores particulares que ministravam aulas em suas residências. Tem-se como referência o professor Amaro Bandeira Cavalcante que representa como as pessoas comuns, na vida cotidiana, conferem sentido ao seu mundo. Foi alfabetizador, professor das primeiras letras, atuou de forma ampla como educador dos processos de socialização para a vida. Sua figura parece estar esquecida ou no anonimato da memória coletiva, como de tantos outros educadores da zona rural, de importância singular no desenvolvimento do ensino em todo o Brasil. Via de regra o professor particular tanto da zona urbana ou rural exercia influência na localidade, que se expandia para além dos limites da sala de aula.

A Escola Normal Coronel Quirino dedicou suas atividades à educação mista. Sua clientela era formada pelos filhos de fazendeiros, de pequenos negociantes, de profissionais liberais e de funcionários públicos. A maioria dos alunos era do sexo feminino, os homens eram mais novos que as moças, o que significa que a sociedade da época ainda relutava em mandar suas filhas para a escola, daí entrarem mais tarde. A Escola oferecia oportunidade para todas se qualificarem, mas tinham que passar pelo gargalo do ensino primário.

A Escola Normal Regional Coronel foi fundada por iniciativa do Juiz de Direito da Comarca, Dr. Geraldo Pinto Figueiredo, juntamente com um grupo de pessoas que logo após se tornaram professores da escola. Eram profissionais liberais como advogados, promotores públicos, médico, normalistas e de outras áreas, que atribuíam à educação papel de ascensão social, de expansão de oportunidades, mola propulsora de desenvolvimento. Realização arrojada para as condições da época. O dinamismo e a influência do Dr. Geraldo na criação e implantação da Escola Normal o fez tornar-se diretor da mesma.

Dr. Geraldo Pinto Figueiredo foi nomeado diretor da escola pelo prefeito Sr. Joaquim Quirino de Andrade pelo Decreto nº 25/55, de 17 de maio de 1955, prefeito este responsável pela implantação da Escola criada pelo seu antecessor, João Batista da Rocha.

O ex-professor, Sr. Humberto Xavier, assim descreve em seu depoimento sobre o diretor:

Pessoa de visão futurista, mobilizou as lideranças do momento, que não olhavam a educação como fator principal para a independência, tanta da cidade quanto do município. Achava que Quirinópolis precisava melhorar para não ser chamada de currutela pelas pessoas de fora. E que a população precisava também se movimentar e que pensasse mais à frente de seu tempo.

Os normalistas permanecem na memória dos mais velhos. Esse grande amor e respeito pela Escola Normal instigaram a busca de conhecê-la em seus detalhes, bem como explicitar o seu sentido histórico.

Iary Martins Correa Lopes, ex-aluna da Escola Normal em 1955, em seu depoimento informou às razões que determinaram o seu ingresso na instituição: “fui estudar na Escola Normal por vocação! Desde pequena, eu dizia que ia ser professora [...] eu queria estudar e ser professora [...]”.

Os programas das disciplinas eram simples, claros e se compunham segundo as bases e orientações metodológicas que o Ministério da Educação e Saúde e a Secretaria Estadual de Educação expediam. A composição e a execução dos programas atendiam à adoção de processos pedagógicos ativos, a Educação Moral e Cívica não constava de programa específico, mas era resultado do espírito e da execução de todo ensino. Os trabalhos escolares constavam de lições, exercícios e exames orais e escritos. Os recursos didáticos constavam do quadro-negro,

mapas, globo, livros e apostilas. O ano escolar dividia-se em dois períodos: de março a junho e de agosto a novembro. As aulas eram de 45 minutos para cada disciplina.

Os professores tinham como objetivo trabalhar a preparação para o Magistério, meta esta que exigia capacidade para o trabalho em cooperação, espírito de autocrítica e de compreensão humana. Dos alunos não se cobrava apenas a aquisição de conhecimentos discursivos, mas a realização das técnicas de trabalho intelectuais mais recomendáveis aos futuros docentes. Preocupava-se em formar professores primários, ilustrados e competentes, imbuídos de valores para compor os quadros das lideranças educacionais e administrativas da cidade. Dessa forma, a maioria das disciplinas do currículo voltava-se à cultura geral, às Letras e às Ciências Modernas. A formação pedagógica era assegurada pelas disciplinas: Psicologia, Pedagogia, Didática e Prática de Ensino.

O currículo da escola não acrescentou nada de especial, seguindo o que se prescrevia nas Legislações Nacional e Estadual. Portanto, do ponto de vista didático pedagógico, não houve inovação, apenas a extensão do mesmo saber literário e generalista que se pregava nas outras instâncias. Nesse caso, o avanço foi apenas a chegada da escola à cidade. O seu curso de formação de Regentes de Ensino Primário era ministrado em quatro séries anuais, equivalentes ao ensino ginásial e compreendia as seguintes disciplinas, conforme quadro 1:

Quadro 1 – Relação das Disciplinas do Curso Normal Regional em Quirinópolis (1954-1961)

<b>Disciplinas</b>	
1	Português
2	Matemática
3	Didática
4	Pedagogia e Psicologia
5	História Geral
6	História do Brasil
7	História de Goiás
8	Geografia Geral
9	Geografia do Brasil

10	Ciências
11	Desenho e Caligrafia
12	Trabalhos Manuais
13	Canto orfeônico
14	Geografia de Goiás

Fonte: Diploma da formanda Elcia Borges da Silva, 1958.

O processo de avaliação, os métodos decorativos e a memorização dos conteúdos não sofrem alterações em todos os depoimentos. A afetividade apresentada pelos ex-normalistas em relação aos professores da escola encontram-se diretamente relacionada com a admiração pela qualificação dos mesmos, identificada por meio da competência, da postura pedagógica e do domínio do conhecimento.

Neste sentido, a ex-aluna Elcia (1955) revela: “Dona Genoveva era uma professora que além de ensinar a matéria, ensinava também postura, higiene, como se comportar em uma festa, como sentar à mesa. Ela nos ensinou muito, nos colocou na sociedade”.

Para o ex-aluno Georgides (1954), o professor Humberto Xavier foi: “Grande matemático e já foi prefeito de Quirinópolis em 1970 e depois foi Deputado Estadual em duas legislaturas. Professor amigo, companheiro, grande batalhador pela Escola Normal e por Quirinópolis”.

O Programa de Educação Física da Escola Normal tinham uma dupla tarefa: aperfeiçoar o físico dos alunos e prepará-los para o magistério nas escolas primárias. A ex-aluna Clarice (1955), em seu depoimento, ao olhar para o fato da turma com uniforme de Educação Física relata: “Professora Dalva Gomes Monteiro, pessoa especial, ficávamos a vontade em suas aulas. Calma, nos agüentou muito, porque a turma era danada e eu era uma delas. As principais atividades esportivas eram o vôlei e a ginástica”.

Ainda no mesmo assunto, Shirley (1956) ex-aluna descreve: “O uniforme de Educação Física era um short azul, com uma saia pregueada por cima, blusa para dentro da saia com as iniciais da escola, tênis branco e meia branca”.

Segundo relato da ex-aluna do Ginásio Normal, Genercy Maria C. Moraes (1961), havia hábitos e costumes rígidos e o uniforme tinha padrão definido e o seu uso era obrigatório. Descreve-o assim:

O uniforme da época para as mulheres, era saia de brim caqui com pregas e listra branca dos lados, a oito centímetros abaixo do joelho, no cós cinto preto; camisa branca de manga longa com punhos e abotoaduras; gola colarinho com gravata preta; sapatos pretos e meias pretas. Para os homens, calça comprida de brim caqui com listra branca dos lados, no cós cinto preto; camisa branca de manga longa com punhos e abotoaduras; gola colarinho com gravata preta; sapatos pretos e meias pretas.

A cultura era valorizada, os desfiles, as festividades cívicas eram aguardadas com ansiedade pelos alunos e pela cidade. As festas e as cerimônias institucionais em geral representaram um momento de liberalidade e de solidariedade, em que os mundos dos dirigentes e dos dirigidos se aproximavam e até se interpenetraram. A ex-aluna Onília (1956) assim relata:

Naquela época as escolas trabalhavam bem o civismo. Hasteava a Bandeira e cantava o Hino Nacional todos os dias. Todas as datas eram comemoradas. O sete de setembro com seus desfiles é inesquecível. Nunca vou esquecer também das festas, porque para nós solteiras da época não tínhamos muita opção de lazer, daí suas festas se tornarem eventos e serem tão esperadas por todos.

Os depoimentos indicam que a disciplina na época era muito severa, tanto na escola quanto na família. Assim, chamar a atenção já bastava. A esse respeito pode-se verificar a sua observância no depoimento da ex-aluna e ex-professora Coracy de Magalhães (1959):

Naquela época os alunos eram mais dedicados e eram mais exigidos pelos pais. Os professores eram também exigentes. Éramos severos e exigia-se muita disciplina dos alunos, eu inclusive era taxada como coronel, porque toda vida fui muito brava, exigia respeito mesmo.

A organização curricular, a estrutura organizacional e pedagógica conferiu à Escola Normal respeito e admiração por todos os seguimentos da sociedade. Seus conhecimentos ampliavam as expectativas de vida e de trabalho de seus alunos. Assim relatada por Maria da Fé Chaves, ex-aluna (1955):

A Escola Normal Regional Coronel Quirino me permitiu dar continuidade aos meus estudos. Cursei o Normal em Quirinópolis e graduei em Pedagogia pela Faculdade de Rio Verde, Goiás. Foi pela Escola Normal que ingressei na carreira do Magistério, fiz parte do corpo docente de várias escolas, tendo sido inclusive diretora de uma delas.

O corpo docente da Escola Normal Regional Coronel Quirino foi organizado pelo diretor Dr. Geraldo e nomeados pelo prefeito municipal o Sr. Joaquim Quirino de Andrade entre as pessoas mais cultas da cidade que haviam estudado fora de Quirinópolis e de migrantes vindos de outros estados. Mais tarde fizeram parte do quadro ex-alunos que se destacaram e que tinham aptidões para o magistério. Como pode ser percebido no quadro 2 a seguir:

**Quadro 2 – Corpo Docente e Administrativo da Escola Normal Regional Coronel Quirino (1955-1961)**

<b>Identificação</b>	<b>Formação / Função</b>	<b>Disciplinas</b>
Aldeida Gomes Estelita	Normalista / Professora	Português
Adolfo Sindofa Teixeira	Advogado / Juiz / Professor	Português
Carolina Afonso Figueiredo	Normalista / Professora	Matemática, Desenho e Caligrafia
Coracy de Magalhães	Regente de Ensino Primário / Professora	Português
Dalva Gomes Monteiro	Ginasial / Professora	Educação Física e Português
Gabi de Paiva Coelho	Aluna Escola Normal / Mensageira	
Genoveva Ribeiro Neves	Normalista / Professora	Canto, Coral, Música, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, e Francês
Georgides de Souza Mattos	Regente de Ensino Primário / Func. Público Municipal /	Geografia Geral, do Brasil e de Goiás

	Professor	
Geraldo Pinto Figueiredo	Advogado / Juiz / Professor / Diretor	Geografia Geral
Helto de Moraes Sarmiento	Advogado / Promotor / Professor	Português e Ciências
Humberto Xavier	Científico / Exator da Receita Federal / Professor	Matemática
Jalta Barbosa	Ginásial / Professora	Canto e Coral
Maria Augusta Porto Teixeira	Ginásial / Comercial incompleto / Professora	Ciências Físicas e Naturais e Desenho
Maria de Lourdes Costa	Ginásial / Professora	Música e Trabalhos Manuais
Maria Helena Xavier	Ginásial / Professora	Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, Desenho, Caligrafia e História
Onília Vieira de Carvalho	Reg. Ensino Primário / Professora	Desenho e Educação Artística
Sizenando Martins	Médico / Professor	Ciências Naturais
Violeta Borges Lima	Ginásial / Professora	Português
Waldir Fernandes Lima	Advogado / Professor	Português

Fonte: Contratos de nomeação. Arquivo da Prefeitura Municipal de Quirinópolis.

Segundo o Livro de Atas da Congregação da Escola Normal esta instituição formou quatro turmas. Primeira turma 1955: Clarice Parreira, Elcia Borges da Silva, Maria Conceição Teodósio, Maria da Fé Chaves e Maria Marilda Antunes. Segunda turma 1956: Arcemélia França, Áurea Barbosa, Coracy de Magalhães, Iracema Martins Correa e Onília Vieira de Carvalho. Terceira turma: Edson Correa de Paula, Georgides de Souza Mattos, Maria a Glória Borges e Naldith Justino Rodrigues. Quarta turma 1958: Athaydes de Freitas Silveira, Creuza Alcântara de Souza, Digaully Bueno Marques e Dinorah Josefa de Jesus.

O baixo número de alunos concluintes foi assim explicado pela ex-professora Jalta (1958):



O pequeno número de alunos concluintes se deve ao alto índice de evasão, os alunos abandonavam a escola para trabalhar e também porque ninguém tinha vontade própria, dependiam do interesse dos pais pela educação. Os que prosseguiram e terminaram o curso, tinham interesse, vontade própria, apoio ou condições financeiras.

No corpo discente da Escola Normal Regional Coronel Quirino a maioria dos discentes eram do sexo feminino, os homens eram poucos e mais novos. As famílias mandaram estes estudarem fora e para as filhas achavam que obtendo o ensino primário era o suficiente. A presença de apenas uma formada negra, Armélia indicava que a sociedade da época criava obstáculos para os negros, a Escola Normal oferecia oportunidade para todos se qualificarem, mas tinham que passar antes pelo gargalo do ensino primário.

Todos os formandos deram continuidade aos seus estudos em Quirinópolis ou em centros maiores, como Rio Verde, Goiânia e também em outros Estados, destacando o de Minas Gerais mais especificamente nas cidades de Ituiutaba, Uberlândia, Uberaba, Campina Verde e Poços de Caldas.

Os formandos além de ampliarem seus estudos conseguiram ingressar em uma carreira e obter uma relativa independência econômica e social. São donas de casa, comerciantes, diretoras, professoras, advogadas, fazendeiros, empresários e funcionários públicos. A Escola Normal de Quirinópolis construiu uma trajetória histórica, demonstrou a (des) importância que era dada ao ensino e à educação no período de sua existência. O cenário no qual esta formação se desenvolveu foi constituído de representações morais, éticas, religiosas e práticas que desenharam a instituição e, de fato, foi responsável pela educação. Entendia-se por educação a formação para a vida em sociedade. A escolarização servia como um trampolim para aqueles ou aquelas que a conseguiam, fazendo dela um instrumento de elevação de seu status econômico e social.

Os documentos consultados e as entrevistas, frutos de um trabalho paciente e demorado, mostraram que a educação em Quirinópolis ocorria mais pela ação de pessoas empreendedoras do que pelas do Poder Público. Era a comunidade pressionando o Prefeito e as demais autoridades do Município e do Estado. Que ela desenvolveu um projeto de educação humanística e profissionalizante que encontrou eco em seus alunos. Estes falando do prazer de ter sido seus alunos, das oportunidades obtidas no mercado de trabalho e de como se tornaram capazes de construir projetos pessoais e coletivos.

A ex-aluna Iracema Martins Correa (1956), descreve sua escola e seus professores da seguinte forma:

A Escola Normal de Quirinópolis fazia de tudo para melhorar nossa formação. Os professores ensinavam com dedicação, queriam que progredíssemos, eram as pessoas mais bem conceituadas da cidade. Cumpriu muito bem sua missão de formadora de cidadãos, consolidou o ensino ginasial e abriu caminhos para o ensino de 2º grau na cidade.

Na mesma tônica Araujo (2002, p.47) discorre sobre ética e profissão docente:

Profissionalmente, o docente está voltado para a educação do homem. Comumente se reivindica que as dimensões – físicas, moral, intelectual, social, política, entre outras – compõem o horizonte educativo de quem se preocupa com a educação. Aliás, essas dimensões estão muito presentes nas teorias educativas desde Platão (427-347). Nesse processo, a educação escolar envolve a intenção de dois grupos de atores sociais: mestres e alunos.

### CONCLUSÃO

A Escola Normal de Quirinópolis foi um esforço das elites da cidade para atender às necessidades suas e dos seus filhos. Foi da memória que se colheu valiosos conhecimentos esquecidos da prática educativa, do destino social de cada aluno, do processo educacional e de todos que foram por ela envolvidos. No entanto, observa-se que, em virtude da proporção do objeto de estudo, outras faces estão para serem exploradas e que não se encerrou a discussão da temática nesta pesquisa, visto que o Magistério carrega sempre novas possibilidades e perspectivas de novos conhecimentos.

Enfim, pôde-se perceber após o exame da História da Escola Normal Regional Municipal Coronel Quirino, que ela firmou sua imagem de qualidade calçada em um ideário pedagógico e político conservador, no qual, ordem, centralização, disciplina, memorização, civismo e nacionalismo eram fundamentais. A percepção dessa situação não diminui sua importância no cenário local e regional, pois formou cidadãos responsáveis, que se destacaram como líderes e dirigentes do setor público e privado.

Teve ainda, a intenção de promover discussão sobre outros pontos que a compõe, de forma a suscitar outras pesquisas que faça avançar a construção da História da Educação de

Quirinópolis como os livros *A Saga de uma Família*, 2009 e *Quirinópolis - Mãos e Olhares Diferentes (1832-2010)*, 2010. Convite a memorização dos projetos e feitos de pessoas que fizeram a História acontecerem desde a chegada dos primeiros habitantes nestas terras por volta de 1832.

## REFERENÊNCIAS

ARAUJO, José Carlos Souza (2002) “Ética e profissão docente no século XVI”. História da Educação / ASPHE (Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação) FaE / UFPel. N. 12 (setembro 2002) – Pelotas: Editora da UFPel – Semestral, p. 38-65.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 55.

CANEZIN, Maria Tereza e LOUREIRO, Valderês Nunes (1994). *A Escola Normal em Goiás*. Goiânia: Editora da UFG, p.17, 109-110.

GATTI JUNIOR, Décio e PESSANHA, Eurize Caldas (2004). “História da Educação, Instituições e Cultura Escolares: Conceitos, Categorias e Materiais Históricos”. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, (Mimeo) p.9.

GONÇALVES NETO, Wenceslau (2002). “A Documentação Oficial de Uberlândia e a Compreensão da História da Educação em Minas Gerais e na Região do Triângulo Mineiro”. Cadernos de História da Educação. Universidade Federal de Uberlândia, v.1, nº 1, jan/dez, p.133-139.

INACIO FILHO, Geraldo (2002). “Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro” (1880-1960). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação*

na imprensa. José Carlos Souza Araújo, Décio Gatti Junior (organizadores). Campinas, (SP) Autores Associados; Uberlândia, (MG): EDUFU, p.39-62.

KULESZA, Wojciech A.(1998). “A Institucionalização da Escola Normal no Brasil (1810 – 1910).” *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília:V.79,nº193,set/dez;p.63-71.

MAGALHÃES, Justino (2000). “Um apontamento Metodológico sobre a História das Instituições Educativas”. In: SOUZA, Cynthia Pereira de e CATANI, Denice Bárbara (org). *Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente*. São Paulo: Escrituras, p. 51-59.

QUEIROZ, M.I.P.de (1993). *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: CERU / USP, p.10.

Quirinópolis 58 anos. Prefeitura Municipal de Quirinópolis – Goiás. Administração 1997-2004. (Panfleto comemorativo).

PAOLO, Nosella e BUFFA, Ester (1996). *Schola Mater: A antiga Escola Normal de São Carlos*. São Carlos (SP): EDUFSCar, p. 16-17.

## **DOCÊNCIA – FUNDAMENTOS PARA A SUSTENTABILIDADE DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ**

Maria da Felicidade Alves Urzedo<sup>73</sup>

**RESUMO:** Neste artigo visou apresentar algumas reflexões sobre como os professores, a partir de seus dilemas existenciais, conseguem estabelecer condições de bem-estar e de felicidade para si nos espaços escolares. Como já tem sido analisado, por diferentes autores, o papel do professor

---

<sup>73</sup> Graduada em Licenciatura em Estudos Sociais pela Faculdade de Filosofia de Rio Verde (1976). Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia de Rio Verde (1987). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2004). Desde 2005 Coordenadora Acadêmica da Faculdade Quirinópolis/ GO.

foi alterado mediante as profundas modificações no contexto social e nas relações interpessoais do mundo desenvolvido, daí a razão de se buscar uma adequação às novas exigências e problemas do ensino. É afirmação da história, do conflito e da superação necessária de relações injustas em favor de relações humanizadas, a vontade de produzir conhecimento, arma salutar para construir e ampliar a paz, combater o sofrimento e fortalecer as ações coletivas que dão sentido, gosto, cor e tarefa social de educar pela via da escolarização.

**Palavras Chaves:** Educação, Docência, Desenvolvimento e Sustentabilidade

### **Abstract**

This article aims to present some ideas about how the teachers, based on their existential dilemmas, can provide conditions of welfare and happiness for themselves in school environment. As already analysed by many authors, the role of teacher has been modified due to deep modifications on the social context and the interpersonal relationship in the modern world, and so on the reason of searching adequacy to the new demands and problems of teaching. It's an affirmation of the history, the conflict and the necessary overcoming of unfair relationships in favor of humanized relationships, the will of producing knowledge, salutary tool to make and increase happiness, fight suffering and strengthen collective actions that give meaning, taste, color and social task of educating by schooling.

**Keywords:** Education, Teaching, Development and Sustainability.

Graduada em Licenciatura em Estudos Sociais pela Faculdade de Filosofia de Rio Verde (1976). Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia de Rio Verde (1987). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2004). Desde 2005 Coordenadora Acadêmica da Faculdade Quirinópolis/ GO.

## INTRODUÇÃO

Professor, figura tutelar e guardião, ao mesmo tempo em que refém do sistema educativo. É sobre ele que me proponho refletir, num exercício partilhado de conscientização dos porquês de emoções e sentimentos que regulam os fundamentos da educação para a paz como sugere o título do artigo. É uma síntese do 3º capítulo Educação para sustentabilidade X Mal-Estar Docente da autora no livro “Educação e Sustentabilidade”, 2010. Organizado pelos professores doutores Eloy Alves Filho, Universidade Federal de Viçosa Minas Gerais e por Arlete Salcides, Universidade Federal do Pampa, Rio Grande do Sul.

Esta reflexão aborda possíveis impactos de atuais exigências, advindas das transformações econômicas, tecnológicas, políticas, sociais e culturais, sobre a formação e o trabalho docente. Partindo do pressuposto de que a sustentabilidade de um país está, também, condicionada à qualidade da sua educação, se observa a proliferação de discursos que apontam para necessárias mudanças nas práticas pedagógicas adotadas pelos docentes nas escolas brasileiras, tema que tem merecido centralidade nos estudos interessados em produzir conhecimentos que contribuam à garantia de bem estar dessa categoria profissional. Neste contexto, discute-se a formação de professores no município de Quirinópolis, estado de Goiás, à luz de revisão bibliográfica e dados empíricos.

A mudança social acelerada converteu nosso sistema educacional em uma realidade qualitativamente diferente da que se tinham anos atrás. O professor precisa pensar no papel que representa, pois o desafio tecnológico, as reformas da educação, ocorrências de critérios qualitativos de controle e avaliação do seu trabalho, é inevitável.

O objetivo deste capítulo é abordar sobre a importância no futuro da educação como desenvolvimento da participação e de envolvimento político dos cidadãos. Contudo, isto requer e demanda que a educação seja dotada de novas estruturas e, principalmente, que facilite e favoreça a participação da comunidade como condição indispensável para uma inovação

educativa sustentada. E tudo isso necessita que de novo se repense a escola e seu papel na educação dos cidadãos.

Neste contexto, a análise dos “possíveis impactos” das atuais transformações econômicas, políticas, sociais e culturais sobre a qualidade do trabalho docente, está fundamentada tanto na literatura pertinente ao assunto como nas reflexões da autora, a partir de suas experiências na gestão e na implementação de projetos de formação de professores da educação básica e do ensino superior, em quatro décadas de atuação no magistério público e privado na cidade de Quirinópolis, Goiás.

A metodologia adotada visou diagnosticar as condições objetivas e subjetivas do trabalho docente, a partir da técnica de observação, na perspectiva de que os estudos casos realizados se constituam em um instrumento de análise capaz de revelar contradições entre o discurso e a prática do cotidiano no trabalho.

É afirmação da história, do conflito e da superação necessária de relações injustas em favor de relações humanizadas, a vontade de produzir conhecimento, arma salutar para construir e ampliar a felicidade, combater o sofrimento e fortalecer as ações coletivas que dão sentido, gosto, cor e tarefa social de educar pela via da escolarização.

Observa-se a proliferação de discursos que apontam para a necessidade de mudanças tanto nas práticas pedagógicas adotadas pelos docentes nas escolas brasileiras como nas suas condições de trabalho para se garantir a educação sustentável desejada. Nessa perspectiva, os mesmos discursos ressaltam que é preciso que o Estado, a sociedade civil e os setores econômicos entendam melhor qual é o papel da educação na formação para a cidadania e para o desenvolvimento, para que se evite que os professores sejam acusados como os grandes vilões da história.

O tema proposto tem centralidade nos estudos interessados em produzir conhecimentos que contribuam à garantia de bem estar à categoria dos professores. Neste prisma é tempo de reunir esforços na direção da construção de novas concepções e da adoção de atitudes que de fato garantam a necessária sustentabilidade ao trabalho docente.

Para tanto urge oferecer condições dignas de trabalho para que os professores possam desenvolver suas atividades profissionais sem *stress*. A oferta de um ensino de qualidade implica o redimensionamento de certas práticas vigentes, particularmente daquelas que produzem um “mal-estar” difuso que alimenta a crise atual da função docente.

É o investimento na formação do professor que garante a organização do trabalho escolar rumo à construção de espaços de crescimento e de bem estar, única via, no meu modo de compreender, capaz de prevenir o surgimento de comportamentos que revelam o “mal-estar” docente.

Sabe-se que o agravamento dos sintomas do “mal-estar” – sintomas fisiológicos, psicológicos e sociais – pode gerar a Síndrome de *Burnout*, *stress* ocupacional que se caracteriza por profundos sentimentos de frustração e de exaustão em relação ao trabalho desempenhado que podem comprometer e colocar em risco a desejada educação para a cidadania.

Ao longo da história foram criadas organizações que estiveram aprisionadas por seus rituais alienadores, prejudicando os sonhos humanos de felicidade. O desejo é que a escola do futuro seja um espaço de autonomia, de felicidade; um lugar em que educação, carinho e trabalho caminhem juntos, condição fundamental para boa atuação profissional e, conseqüentemente, para a sustentabilidade da educação.

### **1.1 Educação e Desenvolvimento Sustentável**

Os investimentos são necessários para uma educação sustentável. O quadro é tão preocupante que a Organização Internacional do Trabalho – OIT- caracterizou a docência como profissão de risco, físico e mental. Em docentes brasileiros não são bem compreendidas as causas do “bem-estar” e do “mal-estar”. Existem trabalhos que afirmam que o baixo salário é o principal motivo da insatisfação dos professores em exercício. Somam-se a esse fator a falta de interesse dos estudantes, a indisciplina, a feminização do magistério, a falta de apoio das mantenedoras e da comunidade, isso sem falar do preconceito social em relação a essa profissão, decorrente de sua crescente proletarização.

Acrescenta-se ainda, à essa extensa, a defasagem dos currículos dos cursos de formação inicial e a desconexão entre os temas contemplados nos projetos de formação e os problemas enfrentados pelos professores no cotidiano das salas de aulas. Urge haver maior sensibilidade por parte de representantes das mantenedoras e de gestores na criação e na adoção de estratégias que contribuam, efetivamente, para fortalecimento da identidade coletiva dos docentes e da definição de objetivos em comum

Na acepção de Esteve (1999:37)



O professor tem que compreender uma nova tarefa. Já não pode satisfazer-se em atualizar periodicamente o que aprendeu em seu período de formação. Agora muitos professores têm de renunciar a conteúdos que vinham explicando durante anos e terão que incorporar outros de que nem sequer se falava quando começaram a ser professores.

É preciso lembrar que a atualização é necessária a todas as categorias de trabalhadores, uma vez que as mutantes demandas dos campos profissionais exigem constante apropriação de novos conhecimentos de diferentes áreas.

Enfim, é preciso buscar alternativas para tornar os espaços escolares mais favoráveis para o trabalho e a aprendizagem dos professores. Outro objetivo que se deseja alcançar é a desburocratização com vistas à conquista de maior autonomia dos professores na gestão, na formulação e na execução dos projetos políticos pedagógicos.

Em suma, não basta valorizar o saber profissional dos professores para modificar o papel que lhes atribuímos comumente. Faz-se necessária uma transformação substancial tanto nas relações que os docentes mantêm entre si como naquelas que se estabelecem entre eles e os profissionais que definem o seu trabalho e a sociedade.

Não se pode negar que alguns projetos estão sendo desenvolvidos por parte do Governo Federal no sentido de melhorar as condições de ensino e de trabalho, mas os recursos disponibilizados ainda são insuficientes para melhorar as condições de trabalho nas escolas brasileiras. Conforme analisa Lipp (2002:15), “Quando o trabalho é desprovido de significação, não é reconhecido ou é uma fonte de ameaças a integridade física e/ou psíquica, acaba por determinar sofrimento ao trabalhador – em nosso caso, o professor”.

Para assentar concepções do saber dos professores e, de maneira mais ampla, de sua função tanto na escola quanto na sociedade Arroyo (2009:21) destaca:

Dialogar sobre o ofício de mestre é tentar interpretar a história mais recente. Durante as últimas décadas, podemos acompanhar um movimento de afirmação profissional dos professores que vêm se reconhecendo e exigindo ser reconhecidos como categoria, com sua especificidade histórica, social e política. Que vêm afirmando e defendendo sua identidade.

As exigências de permanente da requalificação geram sofrimento e *stress*. O conhecimento é um direito de todos, é básico para a sobrevivência ao longo de toda a vida e não pode ser transformado em algo inatingível. O nível de conhecimento é um indicador de desenvolvimento alcançado em uma cidade, estado ou país.

Outro fator *stressante* para os professores é o desafio de conciliar os compromissos familiares e as atividades inerentes a seu trabalho. Sobre tal tensão Codo (2006:260) refere que

Ao se confrontar as exigências atuais do trabalho e do lar e o papel que foi historicamente conferido aos homens e às mulheres, há necessidade de se estabelecer uma lógica de convivência que passa por muito mais entendimento, divisão de tarefas, cooperação, companheirismo.

A maioria das empresas já sofreu dezenas de reformas visando à melhoria nas condições de trabalho e na saúde mental de seus colaboradores. Enquanto isso, o professor entra na sala de aula e lhe falta giz, carece por vezes até de um livro, justamente ele que tem a tarefa de desenvolver corações e mentes. Qualquer reforma na educação que não leve em conta as condições objetivas e subjetivas de trabalho dos educadores não pode ser considerada séria.

Na sociedade desenvolvida outro problema é visível no âmbito escolar afetando-o dramaticamente: o assédio às escolas pelo narcotráfico. Trata-se de uma realidade cada vez mais presente. É um tema extremamente difícil que coloca a direção e o corpo docente em situações-limites de pânico, impotência e desânimo.

Para enfrentar uma cultura de violência, considera-se necessário promover, em todos os âmbitos da vida, individual, familiar, grupal e social, uma cultura de direitos humanos. Somente assim é possível colaborar para minimizar as diferentes manifestações de violência social e escolar e favorecer a afirmação, no dia-a-dia da sociedade e da escola, dos direitos humanos.

É preciso refletir sobre o verdadeiro sentido da palavra educação – da educação para a vida, para a cidadania, para o convívio social. Quando a família não ensina o respeito mútuo, pouco sobra para ensinar. Talvez por falta dele, do respeito, a sociedade de hoje esteja cada vez mais doente.

Com certeza por falta de respeito as escolas enfrentam tantos problemas de violência, depredação, confronto, situações inconcebíveis e desanimadoras para professores e estudantes.

Se o Brasil almeja figurar no mundo civilizado e competir de igual para igual com as economias mais avançadas é essencial investir consistentemente em educação, não só no aspecto monetário, mas também no que se refere a uma visão do papel da escola, dos professores e, claro, dos discentes.

## 1.2. O Mal-Estar Docente

Não há dúvidas de que estamos passando por tempos estressantes, não só em nossas escolas, cidade ou país, mas, também, mundiais. Assaltos, fragilidade de valores éticos e morais, desestruturação familiar, excesso de competição e muitos outros fatores contribuem para que se viva constantemente em um alto nível de *stress*.

Se o foco se desloca para o trabalho do educador, tudo o que se constatou assume dimensões potencializadas. Em primeiro lugar, porque a escola está no centro de uma rede social capitalizada que depende da qualidade do trabalho que por sua vez, determina a qualidade do processo educacional e o “bem-estar” do educador. A educação precisa do suporte social no trabalho para ser afetiva e livre e para que educadores e educandos co-participem na definição de seus próprios destinos.

A objetividade estabelecida está presente nos planos de ensino, no planejamento escolar e nas reuniões, e a vida psíquica passa distante da ordem do dia, de todo planejamento pedagógico.

A organização do tempo do trabalho permite esclarecer essa omissão. Não há tempo para pensar a vida psíquica, as subjetividades na organização do trabalho escolar. Não existe um planejamento voltado à promoção de satisfação, ou seja, raros são os projetos de formação que prevêm a aplicação de dinâmicas de grupo que poderiam ajudar nos conflitos interpessoais.

Os professores são contratados para ministrar aulas e passam a maior parte do tempo dentro das salas de aulas em atividades relacionadas ao ensino de conteúdos escolares. Não há projetos sustentáveis nesse cenário para evitar exclusões e psicossomatizações que levam professores a se afastarem do trabalho com mais frequência por motivo de saúde.

Os conflitos psicoafetivos que os indivíduos criam onde trabalham têm, muitas vezes, a mesma força que aqueles que mantêm com a família. A organização escolar está constantemente expondo seu trabalho às críticas diretas dos clientes que precisam ser conquistados, bem

tratados e bem atendidos o tempo todo, pois, do contrário, manifestam seu descontentamento das formas mais constrangedoras e inesperadas.

Segundo analisa Lipp (2002:97) há necessidade de maior conscientização e preparo dos educadores quanto ao manejo do *stress*: Nas palavras da autora, “O perfil do professor precisa estar adequado à população com a qual terá que lidar, pois seu *stress* será menor e desenvolver seu trabalho será um prazer”.

Para tanto é necessário ensinar ao docente, detectar e controlar as variáveis que o estressam, além de criar condições adequadas para o seu trabalho. Isso diz respeito ao docente, mas tem conseqüências que vão muito além, recaindo especialmente sobre o discente, o maior prejudicado.

É fundamental investir em desenvolvimento de tecnologias, procedimentos e estratégias de prevenção úteis na redução do “mal-estar” docente para que este se mantenha produtivo. Conforme sugere Silva (2006:95), “A imbricação de uma escola saudável com a organização escolar passa pela conscientização dos professores, dos sindicatos, dos dirigentes públicos e de toda sociedade”.

Há uma desesperança entre os professores de que a situação vá mudar. A esse sentimento vem somar-se certo constrangimento quando os políticos criticam a falta de preparo dos professores e das escolas em geral. Cabe citar ainda que características internas de algumas escolas contribuem para o desgaste emocional dos professores, como a distribuição de aulas, horários, normas rígidas, prescrições, reuniões, encontros, visitas de pais, dentre outras atividades. O não atendimento a todas essas exigências, nos termos esperados, gera um sentimento de culpa, mesmo quando os professores não são os únicos responsáveis para que haja êxito no atendimento dessas diferentes demandas.

O foco de uma eficaz proposta educativa para a escola ou para a rede de escolas deve ser a garantia de condições materiais e salariais adequadas, mas, especialmente, a garantia de espaços de trabalho coletivo. Criar uma cultura de gestão menos protetora, mais confiante na qualidade profissional de seus educadores é um desafio a ser enfrentado. Conforme analisa Arroyo (2009:235), “Essa é a realidade em todos os sistemas escolares do mundo. Requalificar a cotidianidade para mudar sua imagem ou destacar traços mais progressistas é um sonho, que sonhado termina alimentando a imagem tão deformada dos mestres da escola”.

Não só de salário vive o professor. Tem valor, entre os quesitos desejáveis, as possibilidades de progressão na carreira, o que significa o reconhecimento social e financeiro do

seu esforço na busca de crescimento profissional. Neste sentido, cabe perguntar: quais são as possibilidades de progressão na carreira de um professor?

Os professores ingressam no magistério público ou privado e o cargo inicialmente ocupado vai ser o mesmo por toda a carreira, com poucas exceções de docentes que passam a ocupar cargos de direção ou coordenação de área. A variação salarial prevista é mínima ou são igualmente remunerados. Portanto, não há reconhecimento associado ao desempenho, à competência ou ao esforço individual tal qual acontece em outras áreas profissionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece, no inciso II do artigo 67, alguns direcionamentos promissores voltados tanto para a melhoria de formação como para o aperfeiçoamento profissional continuado, incluindo-se o “licenciamento periódico remunerado”, consagrando a idéia essencial de que o aprimoramento profissional faz parte da profissão.

Porém, é preciso que a sociedade se envolva com os problemas educacionais para fazer com que o Estado assuma os desafios educacionais brasileiros. É importante também destacar a contribuição dos discentes ao processo de desenvolvimento profissional de seus professores; suas vozes são ouvidas em instrumentos como o da Avaliação Institucional, referência para a análise da instituição e da ação docente da perspectiva do corpo discente. Na concepção de Lipp (2002:51):

[...] o professor exerce grande poder e influência na vida da criança. Funcionaria como um modelo de condutas sociais, havendo uma interação entre a conduta dos professores e a conduta dos alunos em sala de aula. Mudando-se o padrão de conduta do professor poderá haver alteração no comportamento dos alunos.

Para Freire (2002:73) o professor necessita de algumas considerações básicas para se sentir pleno de desenvolvimento, tal como recomendou no seu livro *Pedagogia da Autonomia*:

Sua presença na sala de aula é de real maneira exemplar que nenhum professor ou professora escapa do juízo que dele ou dela fazem os alunos. E o pior talvez dos juízos é o que expressa na “falta de juízo”. O pior juízo é o que considera o professor uma ausência na sala de aula... O professor tem o dever de dar suas aulas, de realizar sua tarefa docente. Para isso, precisa de condições favoráveis, higiênicas, espaciais, estéticas, sem as quais se move menos eficazmente no espaço pedagógico. Às vezes, as condições são de tal maneira perversas que

nem se move. O desrespeito a este espaço é uma ofensa aos educandos, os educadores e a prática pedagógica.

Entende-se que esse espaço mencionado por Freire (2002), como o espaço ideal para o exercício profissional. Nesse contexto pergunta-se: como as instituições escolares têm propiciado e respeitado esse espaço? Quais as conseqüências do tipo de espaço existente para a saúde mental dos professores e discentes? Observa-se que o desrespeito tem causado grandes males na qualidade de vida dos docentes bem como nos resultados alcançados pela educação brasileira.

É duro sempre estudar, ler continuamente, revisar periodicamente os conteúdos da aula para adaptá-los aos novos conhecimentos, questionar as próprias concepções de educação em um mundo em constante mudança, já que se tornaram inúteis os objetivos anteriormente considerados importantes. É duro envelhecer enquanto os discentes mantêm invariavelmente a mesma idade.

O professor começa a sofrer quando, apesar de usar suas defesas, formas de sobrevivência, aprendizagem e tentativas de adaptação, não consegue mudar a realidade e nem suas angústias. Alguns entram em depressão, outros desenvolvem fobias.

Visa-se a construção de uma cultura orientada para o pensamento crítico que pretenda dotar o sujeito individual de um sentido mais profundo de seu lugar no sistema global e de seu papel como protagonista na construção da história. Correlativamente a essa perspectiva propõe-se que o professor deve ser requalificado como profissional e protagonista.

### **1.3. Síndrome de *Burnout* em Professores**

Nem todos os trabalhos de investigação de que dispomos, nem a nossa experiência no magistério faz distinções qualitativas de forma precisa sobre as repercussões negativas da prática docente sobre a saúde dos professores.

Porém, os professores devido ao conjunto de fatores sociais e psicológicos sofrem as conseqüências expostos a um aumento da tensão no exercício de seu trabalho pelo aumento das responsabilidades que lhes são exigidas, sem que estejam dotados dos meios e condições necessárias para responder adequadamente à demanda.

O sentimento de “mal-estar” aciona diversos mecanismos de defesa, em especial o relaxamento diante da qualidade da educação sustentável, [mas] que servem para aliviar a tensão a que os professores estão submetidos. É preciso haver uma abordagem preventiva que, partindo das deficiências e lacunas constatadas no período de formação inicial dos futuros professores, retifique enfoques e incorpore novos modelos de formação que evitem, na medida do possível, as conseqüências negativas detectadas no dia-a-dia do trabalho. É fundamental oferecer estruturas de ajuda, pois o desejo deles é melhorar o ensino.

O fenômeno síndrome de *burnout*, originário do inglês “*bur out*” (queimar-se no fogo), significa a síndrome da estafa profissional. Foi descrita pela primeira vez pelo psicólogo H.J. Freudenberger, em 1974, para descrever um sentimento de fracasso e exaustão.

Sobre o conceito de *burnout*, Codo (2006:240) afirma que

Não existe uma definição única sobre *burnout*, mas é consenso até os estudos hoje desenvolvidos que seria uma resposta ao *stress* laboral crônico, não devendo contudo ser confundido com *stress*. O primeiro envolve atitudes e condutas negativas com relação aos usuários, clientes, organização e trabalho; é assim, uma experiência subjetiva, envolvendo atitudes e sentimentos que vêm acarretar problemas de ordem prática e emocional ao trabalhador e à organização. O conceito de *stress*, por outro lado, não envolve tais atitudes e condutas, é um esgotamento pessoal com interferência na vida do indivíduo e não necessariamente na sua relação com o trabalho.

Como os professores são uma categoria que passa muito tempo exposta à classe de discentes, com ações repetitivas, sob pressão emocional associada ao envolvimento afetivo com as pessoas, são considerados os mais propensos a desenvolverem a síndrome de *burnout*. Esse quadro provoca muitos conflitos no ambiente educacional e prejudica a concretização dos objetivos pedagógicos, além de conduzir os docentes ao sistema de saúde ou a prática de faltas, licenciando-se do trabalho.

O desafio é conseguir plena satisfação no trabalho nas instituições e ser responsável juntamente com a equipe pelas tarefas executadas. Saber administrar os problemas que vivemos no cotidiano, que se renovam a todo instante, que envolvem negociações, cooperações, maturidade e bom senso é a melhor possibilidade de encontrar a felicidade.

Definir doenças localizadas e que não sofrem mutações situacionais, para Azevedo (2008:56-7), é algo dotado de certa simplicidade. Porém, segundo o autor,

a complicação científica está em acertar o foco de problemas como HIV, câncer e *burnout* que tendem a mutação orgânica nos dois primeiros e de estrutura emocional no último caso. Outro fator é a evolução dos estados de saúde e doença nas sociedades nacionais, tendo em vista que a evolução humana se dá por meio de relações políticas e, portanto, de poder e coerção, de maneira que é nesta observação que reside a origem e a formulação de conceitos dessa síndrome, pelo menos de acordo com esta investigação no campo das 'políticas públicas' no Brasil.

O Estado precisa reconhecer que o professor é um trabalhador especial e deve ser tratado de forma especial. Os Sindicatos devem saber que existem mais dramas entre o professor e os discípulos do que imaginam as lutas salariais. Conforme analisa Codo (2006:362), "a economia, a falta de política, a carência de sonhos deste mundo de hoje faz da desistência o caminho mais fácil, transforma a covardia perante os desafios da vida em uma opção tácita".

Não obstante, as mudanças do contexto não afetam igualmente a todos os professores. Muitos são capazes de romper com o mal-estar difuso, propondo respostas para fazer frente aos desafios da profissão. Outros sucumbem à existência da ansiedade nociva que pode interferir no processo pedagógico e acabam se "queimando", profissionalmente, e vêem sua saúde afetada por sintomas de estresse devido a um mecanismo de inibição que não permite romper com a pressão à qual se encontram submetidos.

O tempo do trabalho dos professores não pode se resumir à preparação das aulas, a aulas e reuniões burocráticas. Deve-se ter um tempo bem maior para atividades complementares com finalidades de reflexão e manifestação das subjetividades existenciais, de atendimento individual dos discentes, de discussões teóricas e políticas entre seus pares. Os professores devem dominar mais as teorias pedagógicas do desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral.

No momento vivemos uma crise de relacionamento. Não sabemos administrar os conflitos quando estes ocorrem, pois eles ou são negligenciados ou se inserem em um processo administrativo-burocrático. Não se promovem práticas de autonomia, diálogo, colaboração, mas sim uma competição predatória que boicota os fins pedagógicos de uma educação sustentável.

#### **1.4. O Papel das Instituições Escolares no Século XXI**



É válido discutir sobre o que a sociedade quer de suas instituições, sendo que a maioria dos professores tem formação de qualidade, mas precisam de um impulso. E esse papel cabe à gestão da escola. É fato que nossos sistemas de ensino, burocratizados e reformados frente às mudanças, têm multiplicado as exigências, desconcertando ainda mais os professores sem conseguir estruturar o ensino adequado às novas demandas sociais.

A sociedade e a gestão do ensino acusam os professores de constituírem obstáculo ante a tentativa de renovação. Por sua vez, os professores acusam o Estado de promover reformas burocráticas, sem dotá-los, na prática, das condições materiais e de trabalho necessárias para uma verdadeira qualificação de sua atuação no cotidiano do ensino.

Sobre essa questão, é necessário encontrar um ponto de partida a fim de refletir sobre a ação dos professores, do grupo gestor e da sociedade em seu conjunto, bem como sobre a função que todos desempenham e sobre as novas estratégias que precisam ser adotadas para responder às mudanças do cenário, [as quais foram] produzidas pela aceleração das transformações sociais, econômicas, culturais e políticas.

O professor precisa ler, pesquisar, ter senso crítico e interagir-se do que acontece no mundo para orientar os jovens quanto à necessidade de se ter zelo para construir uma sociedade mais justa, além de valorizar mais o ser do que o ter. Se não trabalhar agora, o futuro ficará ainda pior.

A instituição será destaque pela forma que ensinar. Além de participar de capacitações oficiais, o docente deve estar atento a outros eventos: deve ler sobre os mais variados assuntos, desde as últimas pesquisas de sua área até a filosofia. Uma outra demanda vem dos estudantes. Eles já não são mais os mesmos.

É necessário lidar com eles psicologicamente e despertar-lhes o interesse pelos conteúdos. Não se pode parar no tempo e esquecer que o mundo e a clientela mudaram. É preciso que o grupo gestor educacional ofereça espaços de formação continuada e que promova e exija dos professores a participação em congressos de educação.

O professor não vai ser inovado em curto prazo. É preciso que sejam recuperadas as informações teóricas para que novos projetos sejam implantados com coerência. Para Brzezinski (2002:10), “as transformações que vão ocorrendo por toda a vida dos professores poderão levá-los a atingir condições ideais que garantam um exercício profissional de qualidade”.

Instituir na escola uma cultura de estudo é o primeiro passo para tornar os docentes mais interessados em capacitar-se. Todos devem ter consciência de que aprender é necessário e o papel das instituições é ajudar os professores nesse caminho, humanizando o ensino.

Participar de congressos fora da escola, acompanhar palestras interessantes e trocar informações com colegas de outras instituições são algumas atitudes que podem ajudá-los a se destacarem no mercado de trabalho, já que são novas as tendências na área educacional.

A escola deve valorizar o professor que busca ser especialista em sua área. Este profissional, quando vai para a sala de aula, consegue gerar interesse e atingir o objetivo principal, que é a aprendizagem dos discentes. Ao contratar professores, a escola deve levar em conta, além da atualização contínua, vontade e talento para ensinar. A pessoa deve apostar na carreira.

O resultado desse tipo de gestão é uma escola eficiente, capaz de traduzir por meio de diferentes dinâmicas as esperanças, desejos e, por que não dizer, ilusões de seus usuários e trabalhadores. Como apresenta também efeito positivo sobre soluções de problemas que enfrentam hoje as escolas tais como de segurança, qualidade de aspectos da infra-estrutura, bem como produtividade em termos dos índices de evasão e repetência dos educandos.

No Brasil, se quisermos expandir a cidadania, propiciar a luta pelos direitos cidadãos de uma população à qual se há negado historicamente esse direito, há que se ter clareza de que a primeira lição de cidadania deve vir da escola. E, como sabemos, cidadania e participação, cidadania e auto-estima caminham lado a lado.

É a partir do pensamento crítico, como sugere Imbernón (2000:192), que podem ser trazidas contribuições para a reinvenção da escola do século XXI, que requer:

Atores coletivos, capazes não só de elaborar um novo discurso, mas também de consolidá-lo hegemonicamente e de globalizá-lo. Portanto, convoca muitas e diversas pessoas do mundo da escola, do mundo da universidade e da academia, do mundo das comunidades, do mundo das organizações sindicais, do mundo das organizações não-governamentais, do mundo das organizações políticas.

É de conhecimento de todos que, anualmente, avaliações nacionais e internacionais mais evidenciam que o Brasil ainda não encontrou a fórmula de o saber ser democraticamente distribuído entre todos. Os resultados podem implicar em uma exposição indesejada para

muitas instituições. Porém, servem para identificar e aperfeiçoar tudo o que interfere ou dificulta a aprendizagem dos discentes.

Por outro lado, os exames representam a oportunidade da instituição se destacar perante as demais e tornar pública a experiência de sucesso. Contudo, a preocupação com o desempenho não se limita a verbas ou posicionamento de mercado. Ela tem a ver com a nova política educacional do Brasil, que culminou com a mudança da lei 5692, de 1961, para a lei 9394/1996, em prática desde 1997. Antes o foco era o ensino agora está na aprendizagem. Daí a preocupação com os resultados. Se os números deixarem a desejar, os culpados são a escola e o professor.

No mundo de resultados em que estamos vivendo, o bom desempenho dos estudantes, associado aos bons serviços oferecidos à comunidade, são os grandes diferenciais competitivos que podem definir a boa escola do século XXI.

A obtenção de resultados positivos seja no ENEM, SAEBE, no vestibular seja nos concursos para escolas públicas disputadas, só é possível com um bom projeto de gestão pedagógica, associado a um excelente corpo docente, os quais compõem o capital intelectual da escola.

A escola do século XXI deve dedicar, cada vez mais, energia, tempo e recurso ao verdadeiro valor de sua organização: a gestão de sua inteligência competitiva, ou ainda, usando uma expressão de cunho mais tecnológico, o seu ativo intangível; a educação e o aprendizado contínuo deverão receber recursos cada vez mais substanciais, como estratégias de enfrentamento do desafio da mudança.

Atualmente, os gestores vão além da tarefa de contratar professores competentes, gerenciar os setores e garantir um bom ambiente de educação. Eles vêem-se responsáveis por adotar uma postura que busca se adequar e equilibrar o ensino com o repasse de valores morais e éticos, bem como as novidades tecnológicas e tendências de comportamento. Somado ao papel de manter a situação sob controle, ainda precisam estar antenados sobre tudo que possa representar uma mudança radical, [seja] para beneficiar ou ameaçar a atmosfera desenvolvida no estabelecimento.

A saúde dos professores é sinônima de alegria, disposição, motivação, e bem-estar físico e emocional. Todos esses ingredientes vão transformar-se em boa capacidade para produzirem bons resultados. A responsabilidade social das escolas que buscam níveis de excelência não se resume apenas em oferecer, aos discentes e docentes, organização pedagógica

adequada, equipamentos modernos, tecnologia de ponta. É preciso acrescentar a todos esses fatores a compreensão das necessidades dos professores, o aumento do diálogo entre as partes e a manutenção da hierarquia, disciplina e autoridade associadas a uma política de recursos humanos, incentivando os professores a participar de cursos e seminários.

É indispensável à prática do reconhecimento e do direito ao docente, a existência de benefícios atraentes e a certeza de que há um caminho justo e democrático para o crescimento pessoal e profissional. Atualmente essas coisas são mais importantes do que o chamado salário nominal.

### **1.5. Considerações Finais**

As organizações das instituições de ensino devem, o quanto antes, admitir-se como responsáveis pela criação de situações estressantes, aceitar que o estado de estresse de seus professores é um fato e agir no sentido de corrigir e prevenir. Identificar os fatores que geram a tensão e propiciar a autoconhecimento de seus docentes, dando ferramentas e conhecimentos necessários para a gestão de sua própria vida é um bom começo. As ações empreendidas pela escola devem abordar de maneira equilibrada e objetiva tanto os fatores a ela vinculados como os ligados à comunidade.

É amplamente reconhecido que a escola é a grande responsável pelos índices de desenvolvimento humano de um povo. Isso porque, quando bem educados, os cidadãos tornam-se politizados, críticos, conscientes de sua função social, da importância de seu voto, da sua capacidade de exigir direitos, cobrar eficiência de governos, honestidades de seus pares e assim por diante.

No entanto, sabe-se que além da escola, os pais dos alunos são responsáveis por sua educação. Cabe a eles estimular seus filhos nos estudos, observar o andamento do aprendizado, reconhecer dificuldades e aliar-se aos profissionais da instituição freqüentada pelo filho para saná-las.

Atualmente, as pessoas não crescem mais apostando em suas áreas de fraqueza, mas nos pontos fortes. São neles que residem as grandes chances de melhoria profissional e as oportunidades de crescer. Grandes profissionais trazem o que possuem de melhor, sendo esta a contribuição mais efetiva que podem oferecer para o crescimento e a produtividade do grupo.

No Brasil, no setor educacional, o planejamento estratégico só começou a ser aplicado nos últimos anos, ainda assim, em número reduzido de instituições. Como o conceito de competitividade vem se transformando a cada ano e adquirindo nuances no setor de ensino, a necessidade de se planejar o futuro das instituições tornou-se imprescindível. Já está longe o tempo em que os concorrentes de uma escola eram apenas as outras escolas situadas na mesma região.

Uma instituição que busca sua motivação em criatividade, elementos agonísticos e combativos terá alta produtividade em curto prazo, mas dificilmente será uma instituição de sucesso duradouro pela inegável perda de sustentabilidade interna. O mundo evolui a cada segundo e novas abordagens ocupam o lugar de velhas práticas. A “competição”, neologismo que define a competição baseada na cooperação, está sendo desenvolvida com sucesso em instituições de ensino por todo Brasil. A tendência mais forte do momento é valorizar quem sabe dividir responsabilidades.

Outro aspecto que devemos considerar é que a maioria das pessoas concebe a escola como uma instituição formada basicamente por professores e pedagogos e esquece que existe toda uma estrutura de colaboradores para garantir seu bom funcionamento. A qualidade do serviço dentro dos padrões estabelecidos exige funcionários devidamente preparados.

Acima de tudo, a principal contribuição dos funcionários que não lecionam é a multiplicação de valores como respeito, cidadania e ética. A preocupação com a qualificação do pessoal administrativo representa um diferencial para a instituição. Os funcionários também trabalham na educação dos discentes e são modelos a serem seguidos. A sua formação melhora o relacionamento com pais e filhos e pode ser o que estava faltando.

Sabe-se que quem lê com certa frequência representa uma minoria em nosso país. Por meio da leitura e da pesquisa, o professor torna-se uma pessoa mais interessante e passa a ter facilidade em entrar no universo da criança e do adolescente e criar uma aula mais rica. A política das instituições deve ser de constante incentivo à leitura, à pesquisa e à formação continuada de seus professores e funcionários, garantias para uma educação sustentável passando por gestores, professores, funcionários e alunos, costurando conhecimentos, informações atualizadas ao longo dos anos.

É difícil chegar à escola democrática e qualitativamente adequada que se deseja para o país enquanto os instrumentos mínimos de trabalho não estiverem disponíveis a todos os professores, enquanto não for esta a realidade de todas as escolas, públicas ou privadas, tanto

em termo de formação, atualização, como no plano social, material e na infra-estrutura. Minha experiência em escolas da rede básica e superior de ensino permite-nos afirmar que grande parte das estratégias implantadas em educação fracassou porque não havia realmente possibilidade de serem operacionalizadas.

A tensão entre a necessidade de estabelecimento de um vínculo e a impossibilidade de concretizá-lo é uma característica estrutural dos trabalhos que envolvem cuidado. É uma situação de total esgotamento da energia física e mental. O professor nesta situação se sente exaurido emocionalmente devido ao desgaste diário ao qual é submetido no relacionamento com seus discípulos e com as atividades inerentes ao seu cotidiano. Quando ele entra em *burnout* assume posição de frieza frente a seus alunos, não se deixando envolver com seus problemas e dificuldades.

O *burnout* é uma desistência de quem ainda está lá enclacrado em uma situação de trabalho que não pode suportar, mas que também não pode desistir. Está presente na sala de aula, mas passa a considerar cada aula, cada estudante, cada semestre, com números que vão se formando em sua vida. É um fenômeno real, a corroer, dia após dia, o educador e a educação.

Este estudo, conforme o avanço da investigação sobre o tema promove novos debates e discussões para revelar que democracia, crescimento, diminuição da pobreza e igualdade social passam pelo ensino de qualidade. Assim, torna-se urgente um mergulho no mundo real da educação básica e por que não do ensino superior para que afastemos opiniões que não conseguem ser algo mais que meros palpites, sem base científica. A organização do tempo e das condições básicas de trabalho é pauta urgente do momento.

Não é suficiente que uma sociedade possua algumas pessoas muito capacitadas, ela deve, igualmente, oferecer a possibilidade de formação durante toda a vida. O maior recurso de um país é o seu povo. Toda pessoa deve receber formação, educação, para ir tão longe quanto a sua capacidade permitida.

## Referências

ARROYO, Miguel G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

AZEVEDO, Gilson Xavier de. *Burnout: uma ameaça invisível, mas real*. Revista ALPHA. Patos de Minas: Centro Universitário de Patos de Minas, ano 9, nº 9, 54-6, novembro de 2008.

BRZEZINSKI, Iria. *Identidade e profissionalização docente*. Brasília: Plano Editora, 2002.

CODO, Wanderley (Coord.). *Educação: carinho e trabalho*. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

ESTEVE, José Manoel. *O mal estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores*. Trad.: Durley de Carvalho Cavicchia. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IMBERNÓN, Francisco. *A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato*. Trad. Ernani Rosa. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

LIPP, Marilda Novaes. *O stress do professor*. Campinas, SP: Papirus, 2002.

## **LINGUISTICA, LETRAS E ARTES**

### **LINGUÍSTICA**

**SUCESSO PROFISSIONAL REQUER COMUNICAÇÃO  
EFICAZ NO SÉCULO XXI**

Fabiana Rosa Moraes<sup>74</sup>

---

<sup>74</sup> Docente da FAQUI e mestre em Letras e Linguística pela UFG-GO; e-mail: pink28@uol.com.br



**RESUMO:** O século XXI requer dos profissionais, independente da área de atuação, competência ao se comunicarem. O sucesso em toda e qualquer carreira depende, primeiramente, do domínio da Língua Portuguesa, por isso as escolas de idiomas investem cada vez mais em cursos de aperfeiçoamento. Saber falar e escrever bem é condição indispensável para ingressar e fazer a diferença no mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Comunicação. Sucesso. Mercado de trabalho.

**ABSTRACT:** The XXI century requires professionals, regardless of acting area, competence to communicate. Success in any career depends mainly on the domain of the Portuguese language, therefore the language schools are growing their investments in training courses. Knowing how to speak and write well is essential for joining and making a difference in the labor market.

**Keywords:** Communication. Success. Labor Market.

## **PALAVRAS INICIAIS**

O fraco domínio da Língua Portuguesa impede que a comunicação seja eficaz no século em que o ser humano vale pelo que sabe. É sabido que vivemos na era “informívera”, ou seja, somos cercados por informações nacionais e internacionais o tempo todo e se não dominarmos primeiramente a língua materna não conseguiremos sequer compreender a avalanche de informações disponibilizadas em jornais, revistas e, com mais intensidade, na internet.

É inegável que o Brasil ocupa um dos últimos lugares no ranking mundial quanto ao quesito leitura e, justamente por isso, os profissionais enfrentam sérios problemas quando almejam ingressar no mercado de trabalho. É primordial conhecer e dominar as regras da gramática normativa ao escrever um texto oficial ou submeter-se a uma entrevista, mas infelizmente poucos são competentes textualmente.

Na opinião da professora Vera Bianchini (apud NATALI, 2011, p.38) “o fraco domínio da língua pode ser uma barreira ao manter contato com clientes por telefone ou e-mail ou escrever relatórios e fazer apresentações no trabalho” e adverte que o problema pode ser sanado se “retomar os estudos, compreender melhor o que lê e escrever com mais clareza”. Portanto, aqueles candidatos que almejam sucesso profissional precisam estudar a Língua, até porque o Novo Ortográfico recheado de alterações que vão do alfabeto até acentuação entrará oficialmente em vigor em janeiro de 2012. É fato que “a Língua começa a ser assimilada como uma ferramenta para o desempenho estável” e como “a água está no joelho dos profissionais do

mercado” é preciso recorrer às escolas de idiomas e cursos de graduação para pessoas oriundas do mundo dos negócios (NATALI, 2011, p.39).

## 1. COMUNICAÇÃO ESCRITA EFICAZ

Pesquisas como a realizada pela Johnson O’Connor Research Foundation em conjunto com o doutor em Linguística, Paul Nation, professor da Victoria University of Wellington, na Nova Zelândia, comprovaram que o uso eficaz da língua influi na carreira profissional. O estudo feito com 39 empresas americanas mostrou que a ascensão profissional está diretamente ligada ao vocabulário que a pessoa domina e, para tal, é necessário praticar diariamente o hábito da leitura. As empresas buscam pessoas que saibam comunicar-se com clareza e poder persuasivo ; muitas organizações solicitam dos candidatos redações e pelo texto avaliam a argumentação daqueles que pretendem representá-los no mercado (NATALI, 2011).O ato da escrita exige considerar:

- O que se quer?
- Quem vai ler a comunicação?
- De que tipo de pessoa se trata?
- Qual o nível cultural dela?
- Refletir antes de escrever (MEDEIROS, 2005, p.20).

O redator deve primeiro organizar suas ideias antes de transmiti-las a terceiros, já que as obscuras geram resultado confuso. Ainda é preciso lembrar que no momento em que o leitor tem acesso ao texto não está diante do escritor e, por isso, antes de redigir é recomendável:

- Ter informações suficientes sobre o fato;
- Planejar a estrutura da comunicação a ser feita;
- Conhecer o significado de todas as palavras;
- Tratar do assunto com propriedade (MEDEIROS, 2005, p.201).

Ciente da dificuldade de redigir do brasileiro a escola de idiomas Fisk oferece cursos como “Português sem Tropeços” desde 2008 e hoje atende mais de 5 mil estudantes em todo o país. Foi justamente a valorização da língua materna por empregadores que levou escolas a identificar a necessidade de cursos de aprimoramento oferecidos à noite, finais de semana e até feriados. As principais deficiências segundo Vanessa Prata (apud GUERREIRO, 2010, p.38) são quanto “à falta de clareza, prolixidade, queísmo, gerundismo, tropeços ao usar a crase,

concordância, regência, ortografia, má colocação dos pronomes e pontuação”. Mas o principal problema talvez seja a falta de revisão do que se escreve.

A leitura e releitura do texto são fundamentais para evitar a divulgação de impropriedades, incoerências e repetições. A revisão contribui para obter a concisão, essencial no texto preciso e enxuto, expurgado de palavras desnecessárias, principalmente adjetivos e advérbios. A revisão é sobretudo um recurso para adequar o texto à norma culta, sempre com cuidado para preservar as informações fundamentais (NATALI, 2011, p.42).

É inegável que se os redatores relessem o que escrevem evitaríamos problemas e para isso é necessário escrever sem pressa e com cautela, até porque ninguém é obrigado a ler/entender um texto confuso, ambíguo e/ou incoerente. Blikstein (apud PIMENTA, 2009, p.187) considera que escrever bem é:

- a) Obedecer às regras gramaticais, evitando erros de sintaxe, pontuação, ortografia, etc;
- b) Procurar a clareza, evitando palavras e frases obscuras ou de duplo sentido;
- c) Agradar o leitor empregando expressões elegantes e fugindo de um estilo muito seco.

Na obra *Comunicação empresarial* (2009, p.189-190) Pimenta adverte que a comunicação escrita eficaz pressupõe:

- Clareza e objetividade para que a mensagem implique uma resposta;
- Precisão para que o outro compreenda o que se está pensando;
- Persuasão para obter a colaboração e a resposta esperada.

O consenso entre os autores é notável ao ratificarem que o redator deve conhecer e dominar o idioma, pois somente assim poderá informar o leitor e/ou persuadi-lo. Também é válido lembrar que a prática da escrita torna o homem competente textualmente e, conseqüentemente, um cidadão apto a expor e defender suas ideias. Escrever bem é uma questão de sobrevivência no competitivo mercado do século XXI, independente da área de atuação, então vá à luta e não seja o causador de ruínas onde atua, mas seja o profissional diferenciado exigido pelas empresas.

### **1.1 A importância de falar bem**

Um antigo provérbio grego já dizia “aquele que sabe, mas não sabe transmitir o que sabe, na verdade não sabe, apenas pensa que sabe” (apud PIMENTA, 2009, p.178).

Apesar de controvertido e provocativo o provérbio acima estabelece a estreita relação entre conhecer e comunicar. Ter conhecimento e não ser capaz de torná-lo comum é o mesmo que não tê-lo. Portanto, falar bem em público é imprescindível e requer estudo/preparo e treinamento, até porque quando menos esperarmos somos convidados a comunicar por meio da fala. São várias as situações profissionais em que é necessária uma boa comunicação:

- Conversas com clientes, superiores e subordinados;
- Entrevista para emprego;
- Reuniões, palestras, debates;
- Seminários, conferências, convenções, cursos;
- Ao telefone;
- Reuniões sociais (PIMENTA, 2009, p.178).

Os profissionais do século XXI fazem constantemente exposição na mídia e precisam se preparar e para atender essa demanda há, atualmente, várias técnicas, cursos e valorização/preocupação com o falar em público. Antes o profissional era avaliado pelo que sabia, hoje soma-se o escrever e o falar bem.

Há quase vinte anos no mercado de soluções em oratória, autor de 19 livros sobre o assunto, o consultor Reinaldo Polito, guarda na lembrança o gerente de Recursos Humanos que o procurou cansado de, quando levado a discursar a colegas, sempre arruinar a boa impressão por enrolar-se demais ao desenvolver uma ideia, não sabendo escolher as palavras nem sentir o tom que deveria usar de acordo com o público e “empolar o discurso é o caminho certo para que um objetivo pretendido não seja alcançado” (GUERREIRO, 2010, p.37).

Falar com objetividade significa falar tudo o que precisamos, atingindo nossos objetivos, no menor tempo possível. Portanto, essa objetividade pode levar dois minutos, vinte minutos ou duas horas. Não importa. Falar bem é sinônimo de resultado. O importante é que a pessoa atinja os objetivos que deseja (PILOTO apud GUERREIRO, 2010, p.38).

O professor Eduardo Antônio Lopes, coautor do material de Língua Portuguesa do sistema Anglo de Ensino explica que a regra é simples: “a concisão favorece a objetividade, mas o que a define é a comunicação com menos marcas do interlocutor” (GUERREIRO, 2010, p.37).

Portanto, o foco é no objeto e não nas crenças subjetivas do enunciador. Assim, é importante conhecer e estudar o que será pedido e o que se espera do enunciador – em uma entrevista de emprego, um novo cargo, numa apresentação ou em uma prova – e como responder de maneira eficaz a essas demandas.

## 1.2 Os 10 caminhos para falar bem

Falar bem pode ser um tormento, mas o aquecimento da economia parece ter intensificado a necessidade de interação pública e uma má exibição não só irrita a plateia como turva o que se fala. A Revista Língua Portuguesa (2010, p.44-51) na reportagem sobre os 10 caminhos para falar bem escrita por Osório Antônio Cândido da Silva lista e explica os passos a serem rigorosamente trilhados para que a oratória deixe de ser “o bicho de sete cabeças” e seja um prazer. Para tanto é preciso:

- 1- Perder o medo: conheça a plateia, o assunto e esteja preparado. Encare seus ouvintes, fale com entusiasmo, ofereça ao público algo que o surpreenda (momento mágico) e deixe uma mensagem.
- 2- Usar o tom natural da fala: nem a melhor das técnicas supera a sua naturalidade. Nunca imite quem quer que seja ao falar.
- 3- Vocabulário adequado: erros atrapalham a apresentação e podem arrasar sua imagem, por isso dedique cuidado especial à concordância e conjugação dos verbos. Lembre-se: desenvolva um vocabulário simples, objetivo e suficiente para representar suas ideias.
- 4- Antes de entrar no assunto: certifique-se que a atenção da plateia está em você.
- 5- Manter o controle emocional: defina os termos de sua fala, nunca se diminua diante do auditório, não seja repetitivo, consulte se precisar suas anotações, nunca chame a atenção para o fato de estar nervoso e nem que se esqueceu de algum tópico.
- 6- Explorar a linguagem do corpo: os movimentos corporais e as expressões faciais são recursos que favorecem o entendimento.
- 7- Definir a direção do rosto: não fique olhando o chão, teto ou para fora da sala ou repetidamente para o relógio; prefira olhar o grupo, se possível nos olhos.
- 8- Ter cuidado com o material: se usar software para slides evite o excesso de sons. Não lote o slide com informação, revise-o para eliminar erros e evite o projetor

ligado o tempo todo. É proibido entrar na frente da projeção ou dar as costas ao auditório.

9- Usar o microfone a seu favor: fale, com sua voz habitual, à distância de uns 15 cm entre a boca e o microfone. Não dê tapinhas no mesmo porque só irrita o ouvinte e indica que o aparelho está ligado. Ao testá-lo diga algo como: “Bom dia, posso ser ouvido com clareza?” Olhe o público e não o microfone, pois é um instrumento auxiliar, nunca um obstáculo.

10- Preparar o encerramento: não fale demais; a última fala deverá ser a mais lembrada, seja bem-humorado; prepare uma mensagem que mexa com a sensibilidade da plateia e elogie a mesma por estar naquele local ouvindo seu discurso.

As dicas acima são valiosas para aqueles que desejam evitar o mico, já que os tropeços no ato da fala (grafia, regência e concordância, por exemplo) comprometem a nossa imagem. Para quem almeja assumir novos desafios neste século em que falar bem é uma exigência do mercado aprimorar a Língua Portuguesa é essencial e o Brasil conta com inúmeras escolas de idiomas que ajudam os falantes a evitarem tropeços. Só escreve e fala mal quem não se preocupa com sua imagem, portanto a receita é estudar e praticar tanto a escrita quanto a fala.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dominar o português antes de qualquer outro idioma é sinônimo de sucesso, pois significa trabalhar melhor e interagir melhor. Se forem tomados os cuidados básicos ao escrever e/ou falar os profissionais que já sabem as teorias específicas de suas áreas de atuação só receberão de seus colegas de trabalho e superiores mais reconhecimento, até mesmo salarial. Pequenos deslizes (evitar contato visual com os ouvintes, gesticular em excesso, apresentar problemas de dicção ou vocabulário limitado) podem ser fatais e pretexto para que você não seja contratado. O sucesso de todo profissional depende de uma comunicação eficaz na era digital, então se prepare e seja um diferencial no mercado de trabalho.

### REFERÊNCIAS

1. GUERREIRO, Carmen. Direto ao ponto. *Revista Língua Portuguesa*, ano 4, n. 56, jun. 2010, p.36-9.
2. MEDEIROS, João Bosco. *Redação empresarial*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

3. NATALI, Adriana. A carreira nas alturas. *Revista Língua Portuguesa*, ano 5, n.63, jan. 2011, p.36-42.
4. PIMENTA, Maria Alzira. *Comunicação empresarial*. 6.ed. ver. e ampl. São Paulo: Campinas – Alínea, 2009.
5. SILVA, Osório Antônio Cândido da. Os 10 caminhos para falar bem. *Revista Língua Portuguesa*, ano 4, n.53, mar. 2010.
6. TOMASI, Carolina, MEDEIROS, João Bosco. *Comunicação empresarial*. São Paulo: Atlas, 2007.

## A FORMAÇÃO DO LEITOR NO CONTEXTO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Maria de Lourdes Diniz

### 1. PRELIMINARES

Este artigo trata da formação do leitor-proficiente: aquele que, depois de participar dos processos de escolarização ditos “oficiais”, incorpora às suas práticas sociais usos adequados e variáveis da norma escrita, de modo a exercer atividades de fala, em diferentes situações, inerentes às práticas discursivas. Estas práticas, segundo Spink (2004), devem ser compreendidas como uma construção sócio-cognitivo-interativa, por meio das quais atribuímos sentidos aos mundos que, integrados, organizam e estruturam o universo da linguagem humana. Assim, os sentidos são construídos por meio das ações de linguagem, ou pela linguagem em ação, e se tipificam por rupturas com os chamados significados sociais;

Sentidos institucionalizados pela preferência de usos, afirma Turazza (2005). Por conseguinte, quando falamos em produção de sentidos devemos fazer referência a recontextualização, reinterpretções de velhos significados, aqueles socialmente compartilhados, pelos usuários de uma dada língua.

Nesta acepção, aprendemos a ler textos escritos, quando por meio desta prática discursiva, estendemos nossos conhecimentos de mundo por movimentos que implicam reinterpretções, resseimatizados de velhos saberes, ou seja, percebemos e compreendemos outros modos, possibilidades de conhecermos “as coisas e/ou pessoas nos mundos”. Estes movimentos são desencadeados por ações de linguagem, ou seja, por atividades de fala, quando os elementos linguísticos funcionam como recursos expressivos de conteúdos que buscamos comunicar ao outro: nosso interlocutor. É por esta razão que as práticas discursivas têm a dinâmica dos processos sócio-cognitivos-interativos, orientados por razões: aquelas do longo tempo dos quais herdamos conhecimentos convencionados em diálogo com aqueles do curto tempo: o tempo da nossa existência, quando buscamos reinterpretar essas heranças sociais (cf. Silveira)

Para essa autora, os enunciados apreendidos e compreendidos no/pelo exercício de prática discursiva e, assim, os seus sentidos sedimentados pelo uso, sempre estão sendo desmobilizados, remobilizados por interlocutores que participam dos processos de invenção, materializados por sinais linguísticos que carregam consigo sentidos. Logo, a descodificação significativa destes sinais fazem remissão ao quadro da enunciação, ou seja, possibilitam identificar os interlocutores, o lugar e o tempo em que tais enunciados foram produzidos e, ainda projetar o perfil dos seus interlocutores-autores. Assim, quando falamos de práticas textuais discursivas nos referimos, não só aos usos dos elementos linguísticos, mas também aos tipos de atos de fala, de textos, de gêneros do discurso, tipos de registros linguísticos, materializados em língua escrita. Por conseguinte, as práticas de leitura de textos escritos não se qualificam apenas por habilidades de descodificação destes sinais.

Neste contexto de complexidade inerentes à aprendizagem e uso proficiente da língua escrita, por meio de atividades de fala quando os conhecimentos linguísticos são focalizados como quadro, ou seja, como parâmetros, para o exercício da fala.

Assim, o objetivo deste trabalho é compreender a complexidade desses processos de produção de sentidos por um conjunto de reflexões orientada por uma



revisão crítica referente a estudos que tratam do ensino-aprendizagem da leitura do texto escrito. Tal revisão terá por parâmetro o contexto inerente aos processos de escolarização na contemporaneidade do mundo moderno.

## 2. A LEITURA NO CONTEXTO DE ESCOLARIZAÇÃO DO MUNDO MODERNO

A relação leitura-escola pressupõe necessariamente a relação entre a leitura do texto escrito bem como a escrita de leituras, pois na escola os textos lidos orientam ou deveriam orientar a produção escrita. Entretanto, esse movimento de produção de sentidos que se explicam pelo uso das mesmas estratégias, apenas aplicadas na ordem inversa, segundo os estudiosos do processamento cognitivo das informações textuais-discursivas, têm sido focalizadas tanto no campo da pesquisa, quanto no do ensino, de modo dissociados (cf. Turazza, 2005).

Para Santana (2007), a escrita e a leitura devem ser compreendidas, nesta mesma perspectiva, como dois movimentos contrários, mas jamais contraditórios, que se entrecruzam no processo de ensino e de aprendizagem, tanto quanto naquele da investigação científica. Mas estes movimentos de entrecruzamento nem sempre são claros; razão por que os estudos sobre a leitura, se correlacionados àqueles da escrita, têm proliferado no espaço das academias e no da editoração, ficando a escrita relegada ao esquecimento, ou à lembrança de alguns poucos estudiosos. Para a autora esta é uma situação que tem impedido o avanço de pesquisas e conseqüentemente de propostas para o trabalho adequado do texto escrito, em sala de aula, inclusive da sua leitura significativa. Talvez seja esta uma das razões que justificam o ensino das práticas de produção textual da escrita, circunscrito ao conhecimento do código lingüístico, de modo a cancelar a sua função significativa e/ou comunicativa.

Assim como a aprendizagem da língua focalizada como mediadora das atividades de fala em situação de interação face a face, a leitura de mundo antecede a aprendizagem do mundo da leitura, ou seja, de textos escritos, de modo a sustentar a falsa crença segundo a qual aprendendo a ler aprende-se facilmente a escrever. Mas o mundo habilitado por escritores competentes ou proficientes torna-se cada vez mais reduzido.

Nessa acepção, talvez fosse possível e necessário postular o contrário: o domínio proficiente da leitura de mundo. Assim, compreender de modo crítico-reflexivo os modelos de concepção textual em língua escrita para além dos processos de “codificação-descodificação”, vivenciado a práticas de produção de sentidos do texto escrito, para facultar a sua aprendizagem.

Afirma Lerner (2002), que o ensino-aprendizagem de leitura de textos escritos e escritos de leitura, no espaço da escolarização, tem se mantido por procedimentos acríticos da tradição, ou por adesão também acrítica de modismos: dois procedimentos que têm se constituído como fortes obstáculos que impedem a recontextualização de práticas de docentes qualitativas, no que se refere a aprendizagem proficiente da escrita. Para a autora, entre o necessário e o possível está o real: o mundo vivenciado cotidianamente pelo professor e pelo aluno. Este “real”, diverso e heterogêneo não se refere apenas aos alunos, aos professores – quanto à variedade e diversidade humana – mas também ela se faz extensiva ao próprio objeto do ensino, ou seja, o modelo que orienta a construção deste objeto. Tal objeto, no campo do ensino, não se qualifica apenas como produto de atividades científicas. Assim, (...) quando se trata de ensinar, para explorar, a proporcionalidade e suas propriedades, ou as pesquisas e interpretações históricas acerca das guerras da independência. Diferentemente, as práticas sociais de leitura e escrita existem desde muito tempo (...) e são independentes dos estudos-linguísticos, psicolinguísticos, sociolinguísticos – que se ocupam delas [...], (cf. p. 59).

Para a autora, ainda que as contribuições das ciências da linguagem sejam fundamentais, elas não oferecem ao professor um objeto preciso, uno, ou seja, um objeto de referência direto, pelo qual, se possa precisar o objeto de ensino. Elas contribuem para conceituar as práticas sociais e possibilitam explicitar alguns dos conteúdos a serem aprendidos e que devem estar em jogo nas salas de aula, como as estratégias postas em ação pelos leitores, as relações entre propósitos, as modalidades de leitura, as operações envolvidas na escrita, os problemas que se apresentam ao escrever e os recursos linguísticos que contribuem para resolvê-los. Contudo, estas contribuições não são ainda suficientes.

Outro dado relevante apontado pela autora para comprovar que os estudos linguísticos contribuem inevitavelmente para o ensino-aprendizagem das práticas de

leituras, mas não oferecem um objetivo de referência único e preciso a ser ensinado, é o fato de os homens terem aprendido a ler e a escrever, antes dos estudos científicos da linguagem. Da heterogeneidade deste objeto de estudo e de ensino, decorre os diferentes tipos e/ou modalidades de leitura.

## 2.1. DIFERENTES TIPOS DE LEITURA E DE LEITORES

Para tratar dos diferentes tipos de leituras e, conseqüentemente de leitores, é preciso examinar e compreender as várias concepções de leitura e, para tanto, é preciso responder à questão “o que significa ler?”. As respostas obtidas apontam para diferentes concepções de leitura que focalizam esta prática como um ato que se reveste de graus de complexidades variáveis, entretanto eles podem ser agrupados em três vertentes, ou pontos de vista. Para alguns pesquisadores o ato de ler se explica pela associação entre signos gráficos e a significação simbólica do discurso e para isso, o leitor precisa aprender a reconstruir enunciados verbais a partir dos sinais que correspondem a unidades fonéticas da linguagem. Tal concepção tem por ponto de partida a correlação entre imagem sonora e imagem visual. Trata-se, neste caso, de privilegiar a leitura como ato de descodificação que, embora deva se satisfazer, não é suficiente para a aprendizagem proficiente da escrita, pois ela reduz a leitura ao domínio de técnicas de decifração. Outros pesquisadores afirmam que, em sendo um processo complexo, a leitura do texto escrito envolve a percepção e a compreensão de “mensagens significativas” e correlação com aquelas inerentes à comunicação falada, quando os sinais escritos que devem fazer remissão às palavras, pois são elas que respondem pela produção de sentidos, por serem significativas. Neste caso, a aprendizagem da leitura não exclui a correlação com a produção de enunciados em língua oral e tampouco entre experiências e conhecimentos prévios do leitor que deve ter por ponto de partida as informações léxico-gramaticais, diferenciando os sinais gráficos de palavras, ou seja, compreendendo que tais sinais não são palavras, mas fazem referência a elas. Logo, é preciso ter como ponto de partida a descodificação significativa. Uma terceira vertente postula que a leitura não se reduz apenas a atividades que possibilitam produção de sentidos, pois ela também se tipifica como ato do aprender a pensar, o que implica atividades de seleção, de previsão, de comparação e de conclusão.

Este processo é multifacetado e multidimensional e implicam atividades que têm como ponto de partida o reconhecimento de palavras e se estender à atividade de processos superiores. Assim, para compreender a aprendizagem destes procedimentos de leitura é preciso considerar que ela, a sua aprendizagem, envolve não só o desenvolvimento de habilidades de percepção e se faz extensiva às habilidades do aprender a pensar. Uma aprendizagem que se estende ao longo do tempo do ensino, para Viana e Teixeira (2002: p. 13).

A leitura envolve o reconhecimento de símbolos impressos ou escritos que servem de estímulo para a evocação de significados construídos pela experiência passada, e a construção de novos significados através da manipulação de conceitos já conhecidos pelo leitor. Estes significados são organizados em processos de pensamento de acordo com a finalidade do leitor. Esta organização conduz à modificação do pensamento e/ou comportamento, ou ainda condiz a novos comportamentos que se integram quer no desenvolvimento pessoal, quer no desenvolvimento social.

Nesse sentido, a aprendizagem da leitura de textos escritos, a aprendizagem da leitura de textos escritos, na sua complexidade, exige do professor o aprender a não reduzir a linguagem escrita a um objeto de ensino normativo, privilegiando a aprendizagem da morfologia, da ortografia e da sintaxe da língua pois tal aprendizagem não abarca a dimensão comunicativa da linguagem: uma das suas funções que não pode estar dissociadas da função epistêmica da escrita: Para Luria (1987), a linguagem escrita é um meio que faculta ou possibilita compreender os processos referentes ao pensamento; contudo e, por um lado, ela abarca operações consoantes com categorias verbais, mas a aprendizagem destes transcorre mais lentamente do que a oral. Por outro lado, a escrita permite retornar o já dito, de modo a assegurar o controle consciente sobre as operações que se realizam quando se escreve. Assim, a escrita é um poderoso rumo para processar e elaborar o processo do pensamento.

Esta revisão possibilita considerar segundo a bibliografia selecionada que o ensino-aprendizagem da leitura do texto escrito não tem merecido tratamento adequado quanto à sua função epistêmica, no fluxo dos processos de escolarização.

A não proficiência para esse processo de incorporação de usos da escrita por pessoas que freqüentaram os bancos escolares da Escola da Rede Pública, ou mesmo Particular do ensino oficial, tem sido atribuída a diferentes fatores: ora a questão se

refere a distúrbios cognitivos, ora ao déficit sócio-cultural dos aprendizes, ora à má formação dos professores de língua materna, dentre outros. Entretanto, segundo dados da UNESCO, o fato relevante é o de haveremos entrado no século XXI com um bilhão de analfabetos: dados que confrontados com aqueles da década de 1990 do século XX, 800 milhões, equivale a um crescimento de 200 milhões (cf.Ferreiro,2005). Esse crescimento não nos autoriza a afirmar que o número de crianças e jovens com distúrbios mentais tem crescido de forma assustadora; tampouco que o índice de deficientes sócio-culturais tem se tornado cada vez maior, ou que os cursos de formação de professores deixaram de cumprir os objetivos a que se propõem. O que se observa, na verdade, é que os discursos sobre o fracasso escolar que, em verdade, precisariam focalizar o fracasso desta aprendizagem. Tais discursos buscam, a cada época, “descobrir” quem é o agente causador de tantos problemas: a debilidade ou dislexia de crianças ou jovens, o déficit sócio-cultural das próprias famílias das quais estes aprendizes são membros, o professor de língua materna, ou os cursos que respondem pela sua formação, bem como atribuir tal responsabilidade a todos os professores de todas as disciplinas. Sabemos que todos somos responsáveis por nossas crianças; contudo, não sabemos como educá-las para um mundo em transformação.

Neste contexto, em que se busca descobrir o responsável pela não aprendizagem proficiente da língua escrita e, ao mesmo tempo, se propõe a mudança das funções da instituição escolar, principalmente daquela que sempre se propôs a ensinar crianças e jovens a ler-escrever; falar e ouvir com proficiência, ou seja, consoantes normas da civilização da escrita, perguntamos quais seriam as razões primeiras que têm impedido a formação deste leitor? Entendemos que a busca de resposta, para além daquelas que habitam o espaço do senso comum, poderá orientar uma pesquisa mais ampla, em processo de desenvolvimento, por meio da qual buscamos orientar práticas de docência capazes de responderem pela formação deste leitor proficiente.

### **3. ALGUNS MARCOS DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DA ESCRITA**

O escrever é uma atividade física e simbólica que para ser exercida precisa de um sistema – um sistema de notação convencional – que em diferentes circunstâncias

produz o escrito. A aprendizagem de escrever e do escrito não é aditiva, ocorrendo por reorganização de conhecimentos de diferentes conteúdos, tipo e nível, exemplos disso é que as crianças podem ser capazes de reconhecer as diferenças entre uma matéria jornalística e uma carta, antes mesmo de saber traçar letras convencionais ou conhecer as combinações de letras próprias do sistema ortográfico, e sabem utilizar um desenho para expressar um determinado conteúdo. No entanto, a possibilidade de diferenciar tipos de texto ou ter expectativas sobre o que deve aparecer por escrito não garante que as crianças sejam capazes de produzir textos de qualidades, para que isso ocorra faz-se necessário uma “transformação de conhecimento”.

As condições que permitiram o surgimento da escrita, bem como as que definem se um indivíduo sabe ou não escrever, não são unidades, estão determinadas social e historicamente. Assim, quando aprende-se a escrever, aprende-se a reproduzir, a arquivar, a armazenar e a transformar.

Pesquisadores afirmam que a aquisição do sistema de escrita em si não é o que desenvolve o intelecto, mas seu uso em uma multiplicidade de funções. A escrita afeta a maneira de pensar nos processos de leitura, na interpretação, na discussão e na produção de textos. É verdade que a aquisição da escrita torna os leitores <=> escritores mais poderosa, mas também é certo que os mesmos possuem aptidões para descobrir regularidades, generalizações e reflexões.

Os múltiplos aspectos envolvidos no saber escrever pode ser assim classificado: a) conhecimentos de diferentes conteúdos; b) os diferentes meios de simbolização gráfica, entre os quais se encontra o sistema de escrita; c) resultados do trabalho interno sobre as representações já adquiridas; esta explica a mudança e o progresso da representação.

Segundo Ferreiro (2005), no nível da compreensão da escrita, a criança reencontra e tem de resolver problemas de natureza lógica em qualquer campo do conhecimento [...], por exemplo, tem de resolver a relação entre a totalidade e as partes, a coordenação entre semelhanças e diferenças, correspondências termo a termo, etc. Não basta sustentar uma postura de neutralidade de domínio.

No domínio específico da alfabetização a transformação da escrita – objeto social por excelência – em objeto escolar contribuiu para acentuar um movimento de negação das diferenças: alfabetiza-se com um único método, com um único tipo de texto

privilegiado, adotando uma única definição de leitor, um único sistema de escrita válido, uma norma de fala fixa.

Para compreender as relações entre a fala e a escrita é preciso realizar uma complexa operação psicológica de objetivação da fala. Por meio de interações sociais a criança adquire a língua oral em situações de comunicação efetiva, na qualidade de interações sociais. É indispensável dotar a escola de instrumentos didáticos para trabalhar com a diversidade, transformar a diversidade conhecida e reconhecida numa vantagem pedagógica: esse parece ser o grande desafio para o futuro.

Faz-se necessário alfabetizar transformando em vantagens pedagógicas as diferenças de idade, de línguas e culturais de um mesmo grupo.

Smolka (1998), afirma que, a emergência da escrita como prática discursiva, equaciona a problemática de alfabetização das crianças e que coloca em primeiro plano a dimensão interdiscursiva, a importância da dialogia no trabalho simbólico da escrita. A linguagem oral serve como substrato para a construção da linguagem escrita, que mais tarde ganha autonomia como sistema simbólico de primeira ordem, autônomo, podendo operar por si mesmo. A linguagem escrita, ao ser internalizada, bem como a linguagem oral transforma-se para constituir o funcionamento interno.

É nesse sentido que a fala, ao ser organizada no ato da escrita, por meio de uma progressiva explicitação que decorre da intenção comunicativa, ao mesmo tempo em que se integra em um sistema autônomo, concorre para uma gradual descentração da linguagem interior, a qual regula a escrita e interage com a própria composição.

A comunicação é o motor da escrita, e favorece progressivas aproximações do aluno a um discurso escrito, que é traduzido em um efeito comunicativo direto com o interlocutor com o objetivo de convencer, explicar, informar e permitir uma melhor atitude no ato da escrita. Assim, a escrita, ao contrário da fala, permite sucessivas alterações, como processo que faz o texto progredir, é um processo que, implica uma grande vigilância por parte do escritor para que possa concluir o texto sem impedir ou contradizer os objetivos comunicativos.

Vygotsky (1988), afirma que o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que a cercam. A aprendizagem da língua escrita requer ação de processos cognitivos diferentes daqueles utilizados na apropriação de conceitos espontâneos da

linguagem oral; é o conhecimento sistematizado, no qual a língua escrita. Segundo Bresson (1998), a aprendizagem da leitura da escrita “não pode ser objeto de um procedimento espontâneo de aquisição; trata-se, necessariamente, de práticas sociais instituídas em que o simples contato com os escritos e a observação das leituras, silenciosa ou não, não são suficientes para transmitir conhecimentos”. (p. 26)

Logo, o processo de escolarização se faz imprescindível para que a criança e o jovem desenvolvam tais práticas de modo eficiente. Contudo, para Chartier, A. M.; Hébrard (1998, p.36), a leitura se qualifica como a arte do *saber fazer* o uso da língua escrita para entrelaçar o pensamento, pela ação da linguagem, dando a ele tangibilidade, à medida que se aperfeiçoam os diferentes modos de colocá-lo nas formas da língua escrita e dinamizá-los pela atividade da fala. Segundo o autor, é uma arte de saberes herdados muito mais do que aprendido, razão por que a leitura tem “(...) o valor de sintoma de engajamento nos grupos sociais que praticam as formas dominantes da cultura (letrada), do que o valor de instrumento da modalidade cultural em diferença a esses mesmos grupos”. (Hébrard, p. 37)

Nesse sentido, cabe à escola ensinar as maneiras como esses grupos leem para compreender e interpretar as diferentes versões de mundo. Logo, o seu ensino está além de atividades voltadas para a compreensão de conhecimentos sobre a decifração de códigos, pois tal processo de decifração já precisa ser significativo, ou seja, orientado para a reprodução de sentidos: motivo pelo qual ela se deve qualificar como um trabalho que não se circunscreve apenas à identificação de letras, fonemas, morfemas, palavras ou frases.

Observam os historiadores das práticas da leitura que o seu fortalecimento e sua propagação implicam dois deslocamentos acentuados, entre o passado e o presente dessa prática de produção. Por um lado, distanciam-se os escritos dos modos tradicionais do narrar, fundados na oralidade e na experiência coletiva, cujo sentido estava enraizado em contextos de ordem moral. Esse distanciamento, por outro lado, possibilita a reconstrução de tais textos em língua escrita, sob a forma de atividade de um único autor, destinados a leituras também individuais. Nessa acepção, cria-se a pessoa do produtor-autor- redator e a do produtor-leitor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



De todo o exposto, pode-se afirmar que a formação do leitor- proficiente: aquele que, depois de participar dos processos de escolarização ditos “oficiais”, incorpora às suas práticas sociais usos adequados e variáveis da norma escrita, de modo a exercer atividades de fala, em diferentes situações, inerentes às práticas discursivas, que tecidas no contexto da Instituição Escolar, não se dissociam das teias de relações sociais inscritas no espaço de Territórios Nacionais e Internacionais, também indissociáveis. Conhecer a territorialidade do quadro em que essas histórias se desenham, apreendê-las e compreendê-las é desenvolver a consciência de que elas têm, de certa forma, uma trama comum. Essa trama tem por marco modelos de formação sociocultural, pois as estratégias de controle funcionam de modo a impedir não o acesso à escola, mas ao próprio sistema de bens não materiais – conhecimentos, idéias – alicerçados e regidos por relações sociais que configuram práticas discursivas daqueles ocupantes de posições sociais relevantes. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender a complexidade desses processos de produção de sentidos por um conjunto de reflexões orientada por uma revisão crítica referente a estudos que tratam do ensino-aprendizagem da leitura do texto escrito.

Nesse contexto, apreender, interpretar e compreender tais conhecimentos e com eles redimensionar experiências vividas e fazer uso adequado de novas tecnologias implicam uma mudança de focalização, de ponto de vista e, conseqüentemente, de posição para o exercício do papel a ser representado. Assim, quando o homem fala, ele não fala apenas de um lugar social, mas também de uma dada posição social, por meio da qual constrói o seu ponto de vista em função de seus conhecimentos de mundo. São essas posições que se configuram como inovação da tradição.

As leituras intensivas e extensivas podem conviver em uma mesma sociedade, contudo, na moderna, predomina a extensividade, ou seja, a quantidade em detrimento da qualidade. Todavia, para os homens com alto grau de letramento, qualidade e quantidade se colocam em uma relação de equilíbrio complementar. O ensino deve visar à busca desse equilíbrio entre intensividade e extensividade, visto que nos espaços mais populares a leitura tende a ser intensiva, devido ao baixo poder aquisitivo que possibilita a compra e o consumo de textos.

Assim, a história do professor se constrói pela do aluno, e vice-versa, de forma que o fracasso de uma delas é o da outra. Por essa razão, participar da comunidade textual é saber ler, escrever, falar e ouvir histórias da vida, comunicados por um olhar particular que sempre

carrega consigo o olhar social. A leitura de textos não implica apenas o domínio de habilidades de compreensão e interpretação, mas também a incorporação de seus sentidos nas atividades da fala e da reflexão, sem o que não se altera o modo de agir, em sociedade, para buscar construir outra posição comum. Em síntese, entende-se que *se aprende a ler lendo e a escrever escrevendo*: não obstante, o valor dessas práticas é saber o que se aprende quando se lê, ou quando se escreve e o que se expressa, se é compreendido e qual é a nova versão de mundo que o exercício, dessas práticas, possibilita construir.

## REFERÊNCIAS

BRESSON, F. A leitura e suas dificuldades. In: CHARTIER, R. (org.). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade. 1998.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul. 2000.

CHARTIER, A. M.; HERBRARD, J. *Aventura do livro. Do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp, 1998.

DINIZ, Maria de Lourdes. *O vocabulário no contexto do ensino-aprendizagem da leitura e da escrita: exploração de dificuldades para propor facilidades*. Goiânia: Kelps, 2007.

FERREIRO, Emília & GOMEZ-PALACIO, M. *Os processos de leitura e escrita*. Porto Alegre, Artes Médicas, 2005.

\_\_\_\_\_. & TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1991

LERNER, Delia. *Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário*. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LURIA, A. P. **Pensamento e linguagem**: as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

SANTANA, I. A escrita e a leitura. Ed. Porto LTDA. Porto Portugal, 2007.

SILVEIRA, R. C. P. Leitura: produção interacional de conhecimentos. In. BASTOS, N. B. Língua portuguesa: história, perspectivas, ensino. São Paulo: Educ, 1998. p.135-152.

\_\_\_\_\_. O discurso científico. No prelo.

SOARES, M. Letramento. Um tema em três gêneros. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2001.

SMOLKA, A. L. B. A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo. 11 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SPINK, Mary Jane P. Práticas discursivas e Produção de Sentidos: aproximações teóricas e metodológicas/São Paulo: Cortez, 2004.

TURAZZA, Jeni Silva. Léxico e criatividade. São Paulo: Plêiade. 2005.

TURAZZA, J. S.; DINIZ, M.L. Alguns fundamentos sobre o ensino da leitura: os vocábulos “ensinar ⇔ aprender no espaço das didáticas e/ou metodologias propostas para as práticas de leitura. UEG em Revista, Quirinópolis, v.2, p.204-214, 2005.

\_\_\_\_\_. Leitura: relações de saber com o saber. In. CORRÊA, L.; BEZERRA, A. P.; CARDOSO, D. P. O texto em perspectiva. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2009. p.113-130.

VIANA, F. L.; TEIXEIRA, M. M. Aprender a ler: da aprendizagem informal à aprendizagem formal. Porto: Edições ASA, 2002.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. Pensamento e Linguagem; tradução Jefferson Luiz Camargo; 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.



---

## ARTIGO ESPECIAL

---

### FACULDADE QUIRINÓPOLIS: DO IDEALISMO A REALIDADE

Anésia Ferreira dos Santos<sup>75</sup>

"Oportunidades não são caronas gratuitas. São desafios. E aí está justamente seu valor. O sucesso raramente vem de mão beijada."

(autor desconhecido)

O que torna os sonhos ousados é o fato deles serem realizáveis. E foi por causa de sua inabalável fé na força do trabalho que a professora Anésia Ferreira dos Santos, um dia sonhou. Do ideal desta educadora, foi lançada a semente. Em 1995, fundou o Colégio São José. Agora mais um passo estava dado.

Em 2005 foi criada a Faculdade Quirinópolis por força da **Portaria Ministerial, Nº 4.272 de 21 de dezembro de 2004**, personalidade jurídica mantida pela Sociedade Mestra de Educação e Cultura de Goiás Ltda., com o objetivo de construir uma história a favor da cidadania, visando o progresso e o desenvolvimento da comunidade goiana. Através da **Portaria Ministerial de número 4.311, de 21 de dezembro de 2004**, foi autorizado o **Curso de Administração**.

E assim, aos 16 dias do mês de janeiro de 2005, aconteceu o primeiro vestibular da FAQUI. Eram 13 horas e 30 minutos, "lá no portão", estavam a professora Anésia Ferreira dos Santos, a professora Maria da Felicidade Alves Urzedo, e Simone Maria Ferreira dos Santos, dando as boas vindas aos futuros acadêmicos.

Anésia Ferreira dos Santos, fundadora desta Faculdade, foi também sua primeira diretora, função que ocupa até os dias atuais. Maria da Felicidade Alves Urzedo Coordenadora Geral, e Simone Maria Ferreira dos Santos, Secretária Geral, estava

---

<sup>75</sup> Pedagoga, formada pela Universidade de Rio Verde, FESURV, especialista em Psicopedagogia.

formado o Grupo Gestor da Faculdade Quirinópolis. Os docentes e servidores pioneiros são parte integrante dessa trajetória, no quadro a seguir estão dispostos os seus nomes com as respectivas qualificações e funções.

**Tabela 1 - Quadro dos Primeiros Docentes da Faculdade Quirinópolis**

<b>Docente</b>	<b>Qualificação</b>
Daniela Ferreira Martins	Especialista
Divino Wilson Vieira	Especialista
Fabiana Rosa Moraes	Mestre
Fábio Barbosa de Oliveira	Especialista
Francirrênio C. Fernandes	Especialista
Jean Marc Nacife	Especialista
Marlene Aparecida da Silva	Especialista
Maria Lourdes Diniz	Mestre
Maria Lúcia Alves Teixeira Silva	Especialista

Fonte: Relatório de Auto-Avaliação da Faculdade Quirinópolis (2007)

O corpo administrativo era assim constituído:

**Tabela 2 - Quadro dos Primeiros Servidores da Faculdade Quirinópolis**

<b>Servidor (a)</b>	<b>Função</b>
Adolfo Ferreira da Silva Junior	Auxiliar de Serviços Gerais
Fabiana Martins de Cartilho	Auxiliar de Biblioteca
Márcia Gleide Alves Martins	Mecanógrafa
Patrícia de Freitas Gil	Auxiliar de Laboratório de Infor.
Silma Divina de Freitas Gil	Auxiliar de Biblioteca

Fonte: Relatório de Auto-Avaliação da Faculdade Quirinópolis (2007)

No segundo semestre, a Faqui já contava com 5 Turmas. Novos profissionais vieram compor o corpo docente e administrativo. No ano de 2006 a caminhada

continuava, desta vez mais duas turmas de **Administração**, somavam-se aos acadêmicos FAQUI, “quanta alegria”. Com a **Portaria Ministerial número 1.274, de 10 de julho de 2006**, Quirinópolis era agraciado por um **Curso de Direito**, trazendo para Quirinópolis e região, mais desenvolvimento, mais oportunidades aos jovens desta terra.

Em 2007, chega para a Faculdade Quirinópolis o momento de contribuir com a saúde de nosso município e dos municípios vizinhos, através da **Portaria do Ministério da Educação, número 620, de 5 de julho de 2007**, é autorizado o **Curso de Enfermagem**, os acadêmicos destes Cursos, já podiam sonhar com enfermeiro e enfermeira padrão, já podiam sonhar, com novos horizontes.

A Faculdade Quirinópolis, já havia conquistado o direito de conferir aos futuros formandos, o título de Bacharéis em **Administração, Direito e Enfermagem**. A história idealizada em sonhos, era realidade.

Hoje, a FAQUI, encontra-se estruturada com salas de aulas amplas e várias já climatizadas, Núcleo Jurídico que presta relevantes serviços à comunidade carente, Laboratórios de Anatomia, Química, Microbiologia, Informática, Sala dos Professores, Biblioteca com vasto acervo, Mecanografia, Praça de Alimentação, Gabinetes para Coordenações,

Em 2010, iniciou-se a implantação de Cursos Tecnólogos, sendo o primeiro deles **Gestão Ambiental**, autorizado através da **Portaria número 56, de 29 de março de 2010**, da Secretária de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação.

Neste contexto, a FAQUI é uma Instituição que tem o propósito de fazer a diferença no meio em que está inserida, por isso a Democracia se constrói em troca de valores, idéias, cooperação e respeito às diferenças individuais. Direção, Coordenadores, Professores e discentes são imbuídos de olhares de amplitude, por isso os horizontes são vistos de mais perto e cheios de esperanças de uma vida melhor para o mundo; nossa equipe está ciente de que tudo é possível se trabalharmos em conjunto.

A FAQUI Educa para a diversidade e para a sociedade. Este processo de construção é inacabado. A cada dia surge mais uma “pedrinha” no jardim desta IES. Eis a proposta que se identifica com os ideais dos grandes mestres da arte de educar.

Atualmente, a faculdade Quirinópolis desenvolve por meio da extensão, trabalhos sociais, dentre os quais, podemos citar: Projeto Ciranda, Núcleo Jurídico, FAQUI Jr., projetos de qualidade de vida do curso de Enfermagem, distribuição de cestas básicas a famílias carentes, distribuição de cobertores, Lanche comunitário dentre outros.

É acreditando nesta história, que a FAQUI quer dar ainda mais condições aos seus acadêmicos, para que possam tornar-se referência profissional, aliando a sua formação técnica, valores éticos fundamentais, não só para sua inserção no mercado de trabalho, mas, sobretudo para pleno exercício de sua cidadania. O alcance proporcionado por essa **visão** da FAQUI, permite que todas as atividades nela desenvolvidas girem em torno de suas finalidades, cujas idéias básicas encontram-se no:

SER – traduzido por uma formação humanística que vai além dos limites fundamentais de âmbito filosófico e sociológico, atingindo a dimensão totalizadora no mundo.

SABER – caracterizado pelo incentivo ao desvelar da realidade, por meio da busca e produção do conhecimento.

FAZER – direcionado para uma formação profissional competente que atenda à realidade dialética entre especialização e graduação.

A Faculdade Quirinópolis, tem por **missão** instituir centro de excelência no campo do ensino superior, articulado com a pesquisa e extensão, com a produção e a disseminação de conhecimentos, especialmente nas áreas de Ciências da Saúde, Humanas e Sociais Aplicadas, com foco no Estado de Goiás e na microrregião de Quirinópolis, participando do esforço nacional e para a compreensão de seus problemas, visando contribuir para o desenvolvimento nacional auto-sustentado.

A **Faculdade Quirinópolis**, foi concebida para ministrar cursos de graduação, pós-graduação, extensão, atualização, aperfeiçoamento e capacitação profissional. Através da pesquisa, realizada com parceria das entidades públicas e empresas privadas,



desenvolvendo permanente programa de atualização nos conhecimentos humanos elaborados e sistematizados com os avanços da Ciência e da Tecnologia.

Na formação de profissionais demandados pelo mercado de trabalho, vinculação do ensino com o mundo do trabalho e práticas sociais com a pesquisa e extensão, detecta transformações na qualificação de recursos humanos, nas dinâmicas ocupações profissionais do saber humano. Estende o conhecimento científico e/ou tecnológico, servindo a sociedade com acompanhamento dos avanços dos novos tempos.

Mantém entrosamento com diversas entidades da região, na área de sua atuação e dão suporte aos programas de graduação, pós-graduação, aperfeiçoamento e atualização. Vivencia-se harmônico atendimento e relacionamento democrático com seus colaboradores, buscando sempre o aprimoramento de todos os seus recursos humanos, principalmente do corpo docente. Para isso, faz intercâmbio com as Universidades e Instituições de Ensino Superior da Região, visando o melhor desenvolvimento do ensino, da pesquisa e de extensão.

Na FAQUI, os acadêmicos são mais que alunos, são amigos, são companheiros, que fazem o seu do dia-a-dia, o cumprimento de uma missão, preparar sujeitos reflexivos, que saibam valorizar o conhecimento como forma de desenvolvimento intelectual, e desenvolvam em si, valores morais, éticos, sociais e espirituais, conduzindo-os a uma vivência, em sua família e na comunidade, de forma exemplar. Articula-se com os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, a fim de contribuir objetiva e corretamente para a melhoria da qualidade da educação básica. A **Faculdade Quirinópolis**, representa para a localidade um centro educacional, cultural e de promoção social, de forma democrática e participativa.

Seu ensino é dirigido para os reais interesses da comunidade, colaborando na criação de condições para o desenvolvimento da região, conectando-se com a expressão sócio-econômica e cultural de Goiás e do Brasil.

**Figura 1 – foto panorâmica de parte do Prédio da Faculdade Quirinópolis**



Fonte: Acervo Próprio (2011)

A FAQUI, promove o pensar, mostra-se dinâmica, cheia de vida, datada e situada como o próprio homem, na busca de renovação e aperfeiçoamento e na esperança de que todos estejam sonhando juntos. Por isso nossa proposta é continuar inserindo novos cursos, para melhor atender Quirinópolis e região. E mais tarde, uma meada de lembranças virão à memória: os que lançaram semente, os que prepararam o caminho, os que construíram o trabalho, em fim, todos os que por aqui passaram nos remetem a Guimarães Rosa, quando afirma: "A vida é um mutirão de toda, por todos temperada".

A Revista FAQUI traz em sua 1ª edição instrumentos valiosos para a caminhada educacional e também um forte apelo à união. Não se obtém sucesso sem uma ida corajosa ao próprio interior. Com efeito, vários professores se recolheram em si mesmos pra apresentarem seus artigos “que vem a calhar com colaboração, verdade, bondade e necessidade”, formando um todo (sic).

É fato que os “mais ocupados” são aqueles que nunca dizem “ não posso” e por isso se dedicaram ao desafio de lançarem a primeira edição da Revista FAQUI. Enfim, dizem que “quem começa bem tem meio caminho andado”, então façamos juntos estes caminho que só poderá nos levar mais uma vez ao sucesso. É possível alcançar a felicidade e a vitória nesta vida, basta trabalhar com amor e respeito ao próximo, lema da FAQUI desde sua fundação em 2005.

## ORELHAS (Texto para a 1ª e 2ª)

### Foto panorâmica de parte do Prédio da Faculdade Quirinópolis



Fonte: Acervo Próprio (2011)

Em 2005 foi criada a Faculdade Quirinópolis por força da **Portaria Ministerial, Nº 4.272 de 21 de dezembro de 2004**, personalidade jurídica mantida pela Sociedade Mestra de Educação e Cultura de Goiás Ltda., com o objetivo de construir uma história a favor da cidadania, visando ao progresso e desenvolvimento da comunidade goiana. Por meio da **Portaria Ministerial de número 4.311, de 21 de dezembro de 2004**, foi autorizado o **Curso de Administração**.

E assim, aos 16 dias do mês de janeiro de 2005, aconteceu o primeiro vestibular da FAQUI. Eram 13 horas e 30 minutos e “lá no portão” estavam à professora Anésia Ferreira dos Santos, a professora Maria da Felicidade Alves Urzedo, e Simone Maria Ferreira dos Santos, dando as boas vindas aos futuros discentes da instituição.

Anésia Ferreira dos Santos, fundadora desta Faculdade, foi também sua primeira diretora, função que ocupa até os dias atuais. Maria da Felicidade Alves Urzedo como Coordenadora Geral e Simone Maria Ferreira dos Santos, Secretária Geral; estava formado o Grupo Gestor da Faculdade Quirinópolis. Os docentes e servidores pioneiros são parte integrante dessa trajetória. No segundo semestre a FAQUI já contava com cinco Turmas. Novos profissionais vieram compor o corpo docente e administrativo. No ano de 2006 a caminhada continuava e desta vez mais duas turmas de **Administração** somavam-se aos estudantes da FAQUI, “quanta alegria”. Com a **Portaria Ministerial número 1.274, de 10 de**

julho de 2006, Quirinópolis era agraciado com o **Curso de Direito**, trazendo para Quirinópolis e região, mais desenvolvimento e oportunidades aos jovens desta terra.

Em 2007, chegou para a Faculdade Quirinópolis o momento de contribuir com a saúde de nosso município e dos municípios vizinhos e por meio da **Portaria do Ministério da Educação, número 620, de 5 de julho de 2007**, foi autorizado o **Curso de Enfermagem**.

A história idealizada em sonhos era realidade. A FAQUI encontra-se estruturada com salas de aulas amplas e várias já climatizadas, Núcleo Jurídico que presta relevantes serviços à comunidade carente, Laboratórios de Anatomia, Química, Microbiologia, Informática, Sala dos Professores, Biblioteca com vasto acervo, Mecanografia, Praça de Alimentação e a FAQUI Júnior.

Em 2010, iniciou-se a implantação de Cursos Tecnólogos, sendo o primeiro deles **Gestão Ambiental**, autorizado pela **Portaria número 56, de 29 de março de 2010**, da Secretária de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação.

A **Faculdade Quirinópolis** foi concebida para ministrar cursos de graduação, pós-graduação, extensão, atualização, aperfeiçoamento e capacitação profissional. Por meio da pesquisa realizada com parceria das entidades públicas e empresas privadas desenvolve permanente programa de atualização dos conhecimentos humanos elaborados e sistematizados com os avanços da Ciência e da Tecnologia.

**A Faculdade Quirinópolis**, tem por missão instituir Centro de excelência no campo do ensino superior, compromissado com a pesquisa e extensão, com a produção e a disseminação de conhecimentos, especialmente nas áreas de Ciências da Saúde, Humanas e Sociais, com foco no Estado de Goiás e na Região de Quirinópolis participando do esforço nacional e para a compreensão de seus problemas, visando contribuir para o desenvolvimento nacional auto-sustentado.

A Faculdade Quirinópolis conta com o Curso de Administração Reconhecido e em andamento para reconhecimento os Cursos de Direito e Enfermagem, credenciada com louvores, orgulho de Quirinópolis e Região. A sua mantenedora a partir de 01/09/2010 passou a ser o Centro de Ensino Superior do Sudoeste Goiano Ltda, empresa genuinamente quirinopolitana, tendo a frente Anésia Ferreira dos Santos.

A Sua proposta é continuar inserindo novos cursos tais como- Pedagogia, Ciências Contábeis, Farmácia, Psicologia, Engenharias de acordo com a necessidade do mercado para melhor atender Quirinópolis e Região.

Neste contexto a FAQUI é uma Instituição que tem o propósito de fazer a diferença no meio em que está inserida, a Democracia se constrói formando valores, ideias, cooperação e respeito às diferenças individuais. Direção, Coordenadores, Professores e discentes são imbuídos de olhares de amplitude, por isso os horizontes são vistos mais perto e cheios de esperanças de uma vida melhor para o mundo; nossa equipe está ciente de que tudo é possível se trabalhar em conjunto.

Leon Alves Correa

Coordenador de Extensão da FAQUI

## Contra capa

Para que a Faculdade Quirinópolis transforme-se em um campus dos mais fecundos de produção de conhecimento da atualidade é necessário que docentes, discentes e pesquisadores tenham uma obra científica para socializarem suas produções que articule as leituras mais clássicas com os resultados de investigações.

A Revista FAQUI foi criada para responder a essas expectativas, trazendo trabalhos relevantes da análise para uma leitura da relação FAQUI-Sociedade, enunciando uma visão macroscópica da organização desta IES.

A quantidade e diversidade dos trabalhos científicos produzidos evidenciam que os cursos da FAQUI não se limitam ao ensino, são, igualmente, produtores de textos, que permitem refletir sobre a IES como espaço de valorização da escrita, articulando discussão teórica e pesquisa.

A Revista FAQUI, esta aberta à comunidade acadêmica nacional e internacional e destina-se à publicação de trabalhos que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação e o desenvolvimento científico, além de atualização do conhecimento nas áreas dos cursos de Administração, Direito, Enfermagem, Gestão Ambiental e demais Ciências afins.

Tem como finalidade o debate e a divulgação dos conhecimentos produzidos pelo seu corpo docente, discente e colaboradores de outras instituições, com vista a abrir espaços para o

intercâmbio de idéias, fomentarem a produção científica e ampliar a participação acadêmica na comunidade.

Neste primeiro número o grupo gestor, docentes e discentes saúda a Comissão Editorial e autores, com devida reverência ao trabalho realizado para a concretização deste Projeto “Revista FAQUI”, conjunto instigante para publicação anual de pesquisas inéditas com o intuito de que seja instrumento de aglutinação, de unificação de esforços na difusão do saber aqui produzido.

Uma ótima leitura a todos!

Anésia Ferreira dos Santos

Mantenedora e Diretora Geral da FA